



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

**A IMPRENSA CATÓLICA NOS AÇORES: DO INÍCIO DO
SÉCULO XX AO CONCÍLIO PLENÁRIO PORTUGUÊS**

**Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de doutor em Ciências da Comunicação**

Por

José Paulo Fernandes de Oliveira Machado

Faculdade de Ciências Humanas

Outubro de 2017



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

**A IMPRENSA CATÓLICA NOS AÇORES: DO INÍCIO DO SÉCULO XX AO
CONCÍLIO PLENÁRIO PORTUGUÊS**

**Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção
do grau de doutor em Ciências da Comunicação**

Por

José Paulo Fernandes de Oliveira Machado

Faculdade de Ciências Humanas

Outubro de 2017

Resumo

A Igreja foi a única instituição no arquipélago dos Açores que durante três décadas (1900-1926) conseguiu fundar dezassete jornais. A significativa expressão periodista patrocinada pela Diocese de Angra do Heroísmo constituiu um incomparável tempo de efervescência jornalística no arquipélago. Consideramos o início do século um tempo invulgar de participação da Igreja no espaço público, caracterizado por um apaixonado empenho no que diz respeito à causa pastoral da *Boa Imprensa*.

Do início do século XX até ao Concílio Plenário Português (1926), aplicaram-se em Portugal as determinações do Código de Direito Canónico de 1917, gerando uma época de aperfeiçoamento mediático pelas muitas experiências de participação eclesial através dos jornais.

O entusiasmo verificado à volta da criação periodista foi de aprendizagem eclesial, geradora de especialização no labor exercido na imprensa católica açoriana, influenciando, decisivamente, o trabalho vindouro. A criação de um órgão oficial na Diocese de Angra – *A União* – foi a prova que houve um caminho de purificação na forma como a imprensa católica açoriana se reconverteu no espaço público de então, passando de muitos jornais para órgãos especializados.

Palavras-chave: Leão XIII, Nacionalismo, Centro Católico, *Boa Imprensa*, Boletim Paroquial, diarismo.

Abstract

Church was the only organization that for three decades (1900-1926) managed to create seventeen newspapers in the Azores Islands. The significant expression of newspapers sponsored by Diocese of Angra do Heroísmo marked an incomparable time of journalistic bubbling in this archipelago. We consider the very beginning of the 20th century as an unusual period for Church's presence in the public sphere, with a passionate commitment over the *Good Press* pastoral cause.

From the beginning of the 20th century until the Portuguese Plenary Council (1926), the resolutions of the 1917 Canonic Law Codex were enforced in Portugal and gave place to an improvement media period by the number of ecclesial participation in newspapers. The revealed enthusiasm about the foundation of periodic newspapers led to an ecclesial learning producing labor expertise by the catholic Azorean press impelling the work that was to come. The foundation of a Diocese's official newspaper – *A União* – proves that there had been a purification path where catholic azorean press had reconverted inside the public sphere coming from many newspapers to more specialized ones.

Key words: Pope Leo XIII, nationalism, Catholic Centre, *Good Press*, Parish Bulletin, daily newspapers.

Índice

Introdução	1
I Parte. Metodologia	
1. O caminho escolhido	7
II Parte. As causas que levaram a igreja a abraçar a imprensa	
2. Imprensa: uma necessidade que se impôs à Igreja	14
2.1. As ideias mestras do pontificado de Leão XIII	16
2.2. A imprensa católica: de Pio IX a Pio XI.....	20
2.3. O combate da Boa Imprensa.....	27
2.4. Os periódicos católicos dos Açores e a <i>Boa Imprensa</i>	34
2.5. O dia da <i>Boa Imprensa</i>	39
2.6. Estratégias de angariação de fundos e de implantação da <i>Boa Imprensa</i> nos Açores.....	46
2.7. O programa festivo do Dia da <i>Boa Imprensa</i> nos Açores.....	48
2.8. A imprensa Açoriana e o Magistério da Igreja.	53
III Parte. A imprensa nos Açores no início do século XX	
3. Os inícios do periodismo nas ilhas.	60
3.1. Os açorianos e a imprensa.....	70
3.2. A questão da identidade açoriana nos periódicos católicos.....	74
3.3. Os mecanismos de sobrevivência da Imprensa.....	78
3.4. A elevada mortalidade dos órgãos de imprensa.....	82
3.5. A extinção dos periódicos: na senda das causas.....	86
3.5.1. A importância incontornável do papel.....	86
3.5.2. O esgotamento editorial dos títulos.....	98
3.5.3. Cedência ante versões jornalísticas mais atualizadas.....	100
3.5.4. A Reunião dos jornalistas católicos açorianos.....	103
IV Parte. As principais temáticas dos editoriais católicos açorianos.	
4. O papel nuclear dos editoriais.....	114
4.1. A grelha de análise periodista.....	117
4.2. O decálogo editorial da imprensa católica açoriana.....	118
4.2.1. Editoriais entrevista.....	118
4.2.2. Editoriais de âmbito religioso	119

4.2.3. Editoriais de âmbito político.....	126
4.2.4. Editoriais locais e regionais.....	131
4.2.5. Editoriais sociais e económicos	135
4.2.6. Editoriais sobre o ensino	140
4.2.7. Editoriais patrióticos	143
4.2.8. Editoriais sobre a Imprensa	145
4.2.9. Editoriais de âmbito literário, científico e cultural	147
4.2.10. Editoriais sobre política internacional	152
V Parte. Os dezassete periódicos católicos açorianos.	
5. Biografia e classificação	155
5.1. Imprensa católica açoriana: local ou regional?	157
5.2. “Os cavaleiros do resgate” da <i>Boa Imprensa</i> nos Açores	161
5.2.1. Monsenhor António Maria Ferreira	163
5.2.2. Padre Ernesto Ferreira	164
5.2.3. Padre Nunes da Rosa	167
5.2.4. Pe. Xavier Madruga	169
5.2.5. Dr. Manuel Caetano Pereira	171
5.2.6. Cónego José Augusto Pereira	173
5.3. Os cinco grupos da imprensa católica açoriana	174
5.3.1. Os jornais nacionalistas e a questão do nacionalismo	
Católico	174
5.3.1.1. O semanário <i>O Michaelense</i>	177
5.3.1.2. O semanário <i>A Ordem</i>	180
5.3.1.3. O semanário <i>San Miguel</i>	184
5.3.1.4. O diário <i>O Correio dos Açores</i>	188
5.3.2. Os Boletins Paroquiais	191
5.3.2.1. O <i>Semeador</i>	198
5.3.2.2. <i>A Crença</i>	201
5.3.2.3. <i>A Cruz</i>	206
5.3.2.4. <i>O Norte</i>	209
5.3.2.5. <i>O Peregrino de Lourdes</i>	213
5.3.3. A imprensa diarista da diocese	216

5.3.3.1. O Diário <i>A Verdade</i>	218
5.3.3.2. O diário <i>A União</i> . O <i>Times</i> de D. António de Castro Meireles	223
5.3.4. Revistas culturais da diocese de Angra	229
5.3.4.1. <i>Phenix</i>	230
5.3.4.2. <i>Prelúdios</i>	233
5.3.5. Jornais associados ao Centro Católico Português	237
5.3.5.1. Semanário <i>A Actualidade</i>	242
5.3.5.2. Semanário <i>Sinos d'Aldeia</i>	246
5.3.5.3. Semanário <i>O Dever</i>	249
5.3.5.4. O quinzenário <i>A Boa Nova</i>	252
Conclusão	256
Bibliografia	259
Periódicos consultados	269
Manuscritos	271

Índice de tabelas

Tabela 1.	Distribuição dos editoriais do semanário <i>O Michaelense</i>	178
Tabela 2.	Distribuição dos editoriais do semanário <i>A Ordem</i>	184
Tabela 3.	Distribuição dos editoriais do semanário <i>San Miguel</i>	187
Tabela 4.	Distribuição dos editoriais do semanário <i>O Correio dos Açores</i> .	191
Tabela 5.	Distribuição dos editoriais do semanário <i>A Crença</i>	205
Tabela 6.	Distribuição dos editoriais do semanário <i>A Cruz</i>	209
Tabela 7.	Distribuição dos editoriais do semanário <i>O Norte</i>	212
Tabela 8.	Distribuição dos editoriais do semanário <i>O Peregrino de Lourdes</i>	215
Tabela 9.	Distribuição dos editoriais do diário <i>A Verdade</i>	222
Tabela 10.	Distribuição dos editoriais de o diário <i>A União</i>	229
Tabela 11.	Distribuição dos editoriais da <i>Phenix</i>	233
Tabela 12.	Distribuição dos editoriais de <i>Prelúdios</i>	237
Tabela 13.	Distribuição dos editoriais de <i>A Actualidade</i>	246
Tabela 14.	Distribuição dos editoriais de <i>O Sinos d'Aldeia</i>	249
Tabela 15.	Distribuição dos editoriais de <i>O Dever</i>	252
Tabela 16.	Distribuição dos editoriais de <i>A Boa Nova</i>	255

Introdução

As razões que levaram a Igreja a incorporar a imprensa na sua evangelização por todo o orbe católico enraízam-se na necessidade de respostas requeridas pelo seu próprio público face à crescente secularização das sociedades. O episcopado português percebeu, confrontado com os novos desafios do pensamento moderno, que a era de confortável cristandade (a qual recolheu a Igreja portuguesa a uma acomodada palidez pastoral) já tinha passado – até porque o catolicismo português, porventura ainda mais do que os outros da Europa meridional, tinha dificuldade em articular-se com o pensamento moderno, tal como este se fora desenvolvendo e vulgarizando desde quinhentos ou setecentos.

O papado de Leão XIII foi perspicaz em focalizar a imprensa como um dos meios mais eficazes para dilatar o campo da ação eclesial, confinado, a partir da segunda metade do século XIX, a um degradado corpete conjuntural. Foi-se estreitando, de forma galopante, o campo da presença pública e institucional da Igreja, sendo progressivamente afastada da sua função legitimadora do saber, do poder ou do fazer.

Impunham-se respostas. A imprensa foi uma réplica de peculiar preferência, no contexto do papado leonino, na expansão da Igreja no espaço público de então. Os periódicos católicos foram também ao encontro de um público confessional necessitado de notícias para a consolidação da sua própria identidade cristã. A Igreja, por isso mesmo, não ficou imune a uma das categorias “genéticas” da própria imprensa, na óptica de Molotch e Lester (1993: 34): o facto de ela corresponder ao desiderato de toda a gente precisar de notícias, à ânsia de um público que notava tornarem-se observáveis realidades que de outra forma ficariam arredadas do entendimento.

O objeto de estudo apurado para a investigação que nestas páginas se desenha é o desfecho de uma longa depuração epistemológica procedente de cinco anos de investigação, de profícuas auscultações aos docentes dos Seminários de Investigação do doutoramento em Ciências da Comunicação, e, por fim mana, do interesse por algo – a imprensa católica dos Açores – que até ao presente não foi estudado.

Atrevemo-nos, à guisa de introito, salvaguardando, naturalmente, as devidas distâncias com o insigne historiador Jaime Cortesão (1965: 188), a fazer nossas as suas palavras: “somos dos que supõem que os bancos da história dependem mais de uma boa crítica dos documentos publicados que da revelação de novas peças”. Assumimos esta asserção como

insuspeita, não querendo de modo algum encenar qualquer pretensão modéstia, pois a investigação que aqui se apresenta, mais do que descobrir para a ciência o que até à data ninguém almejou desvendar, pretende tão-somente socorrer-se das ferramentas hermenêuticas provindas da história da comunicação dos *media*, para dar consecução à análise dos conteúdos de dezassete órgãos da imprensa católica açoriana publicados nas décadas que irão abranger o período temporal delimitado nesta investigação (1900-1926).

Assiste-nos, nesta conformidade, levantar duas questões de consciência no respeitante à proficuidade da dissertação que levamos a efeito, questionamento esse sempre presente na delineação do objeto de estudo: que novidade, que marca original esta investigação trará para a ciência?

Para responder a esta pergunta – como se organizaram os meios de comunicação religiosa nos Açores com as dificuldades em recursos financeiros e humanos? – será necessário lembrar que a temática “imprensa católica” se tem afigurado como um objeto de estudo apetecível nos últimos anos, a avaliar pelas recentes teses de doutoramento emanadas pela academia portuguesa.

Contudo, os pertinentes trabalhos sobre a imprensa católica portuguesa (Leite, 2010, *Da imprensa regional da Igreja Católica – para uma análise sociológica*; Alves 2012, *A imprensa católica na Primeira República: do fim do jornal A Palavra (1911) ao Concílio Plenário Português*).

Ambos os trabalhos ancoraram-se nos órgãos da imprensa católica ampliaram a sua investigação à realidade insular. Na auscultação existencial efetuada a cada órgão da imprensa católica açoriana depreendeu-se um *ethos* existencial, uma identidade própria em cada jornal. Situámos, pois, nesta ordem de ideias, no contexto regional açoriano, a imprensa católica, o que significa localizá-la em cada uma das ilhas do arquipélago, uma vez que ao nível da imprensa cada acontecimento obtém o seu sentido a partir do contexto em que está inserido (Molotch & Lester, 1993: 35).

Ora, nos Açores, os jornais, segundo Leite (2008: 154), foram o mais conseguido veículo de criação literária, de divulgação de ideias e de incentivo de cidadania. Sem eles, os Açores teriam sido outra coisa. Eles formaram a mais eficiente rede cultural insular. Dificilmente podemos avaliar, fruto da distância dos anos, o que foi a imprensa nos inícios do século XX, a sua enorme influência, na perspetiva de Ramos (1994: 52).

Ao optarmos por uma análise histórica do meio imprensa, iremos ao encontro da “personalidade social” de cada jornal, dando particular relevo à contextualização político-social e religiosa do objeto de estudo, uma vez que partimos da premissa de que a inserção dos *media* no seu contexto se reveste da maior importância para a compreensão dos fenómenos comunicacionais.

Todavia, a história do jornalismo, segundo Zelizer (2004: 89), ainda permanece uma atividade secundária no âmbito da pesquisa em comunicação, encontrando-se numa situação inicial. Este processo veio a gerar um afastamento dos modos tradicionais de fazer história, propiciando uma mistura mais interdisciplinar na investigação histórica.

A narrativa a elaborar na construção da tese que nestas linhas se desenvolve pretende escorar-se em dados inferidos quantitativamente e na interpretação das fontes documentais inerentes a cada um dos periódicos católicos localizados no espaço insular.

Parece-nos, por último, cauteloso da nossa parte indicar que a abordagem aos dezassete órgãos da imprensa açoriana já indicados possa parecer como algo desgarrado sob o ponto de vista de ordenamento epistemológico, sem um fio condutor, pois os diversos semanários, quinzenários e diários açorianos estendem-se por diversas épocas históricas. Todavia, esta dimensão “poliédrica”, constituída por inúmeras e diversas vozes e opiniões, constitui uma riqueza documental, obrigando a presente investigação a optar por uma metodologia integradora da análise da religiosidade (Aurell, 2005: 169), muito para além de uma história institucional da Igreja acantonada nos meandros eclesiásticos.

A dissertação que agora se apresenta – *A imprensa católica nos Açores: do início do século XX ao Concílio Plenário Português* – estrutura-se em cinco capítulos

No primeiro capítulo, apresentamos o objetivo do estudo, o seu universo de estudo e o seu modelo de análise. Nesta parte procuramos justificar as causas do caminho que optamos seguir conjugando uma análise quantitativa com a análise interpretativa dos dados decorrentes da fonte documental do estudo em apreço (Ferin, & Santos, 2004): os periódicos católicos açorianos publicados nas primeiras três décadas do século passado.

Na segunda parte da nossa investigação, situamos o fenómeno de proliferação de periódicos católicos açorianos no contexto da Igreja universal. O pensamento do Magistério eclesial quanto ao papel da imprensa foi fundamental para localizarmos as razões do surgimento, num tão curto espaço de tempo, de dezassete periódicos em diversas ilhas do arquipélago. O episcopado, por influência do magistério petrino, abraçou uma das causas

pastorais mais importantes para a Igreja do início do século XX em todo orbe católico: a causa da *Boa Imprensa*, como podemos verificar no capítulo 2.3. da nossa dissertação. Na Diocese de Angra também foi abraçada esta causa havendo múltiplas iniciativas para a sua implantação no território do arquipélago: *Sinos d' Aldeia*, *O Dever*, *A Crença*, *A Actualidade*. Na segunda parte do estudo que agora se apresenta, discorreremos sobre as especificidades da imprensa nos Açores. Fomos ao encontro da identidade cultural das populações insulares (Almeida, 1989; Almeida, 2014; Nemésio, 1929; Nemésio, 1932; Pires, 2013; Freitas, 2001) que inexoravelmente se reflete, ao nível dos valores e da mundividência dos jornalismo praticado, nos periódicos estudados. Salientamos um marco importante no jornalismo católico das ilhas decorrente da reunião dos jornalistas católicos açorianos em 1923. Feito irrepetível durante os anos vindouros no periodismo da Diocese de Angra do Heroísmo.

A terceira parte da nossa apresenta a opção editorialista como forma escolhida para a análise ao conteúdo dos periódicos. Para tal, apresentamos uma grelha de análise tendo em vista a classificação de cada um dos editoriais de cada periódico. Avaliamos a construção de uma grelha assente em dez classificações temáticas para os artigos publicados.

A secção mais extensa da nossa dissertação, a quarta parte, procurou efetuar, na sequência da grelha supracitada, uma análise quantitativa em formato gráfico aos jornais consultados, em conjugação com uma análise interpretativa dos dados inferidos. Dividimos os periódicos em cinco grupos de jornais (Jornais Nacionalistas, Diários, Boletins Paroquiais, Jornais do Centro Católico Português, Revistas Culturais) levando em linha de conta a sua periodicidade e a época histórica em que eles nasceram.

Um capítulo apraz-nos referenciar – os “cavaleiros do resgate”. Aqui pronunciamonos sobre as figuras mais relevantes do jornalismo católico açoriano, destacando as seis figuras mais relevantes que atravessaram o período de estudo da nossa investigação.

Terminamos a nossa dissertação em 1926. Obviamente que é legítimo perguntar a razão desta data que impusemos como limite hermenêutico. A causa encontra-se essencialmente na realização nesse ano do Concílio Plenário Português, evento que nasceu da vontade de concertação e de unidade ao nível das ações pastorais da Igreja em Portugal.

O Concílio Plenário foi um acontecimento que congregou toda a Igreja portuguesa. Foi, diga-se sob o ponto de vista histórico, a última reunião conciliar do nosso país. Realizou-se em Lisboa de 24 de Novembro a 03 de Dezembro de 1926, significou uma vontade de

autonomia e um esforço de reorganização interna. A situação resultante da Lei da Separação tinha levado a Igreja Católica a privilegiar uma ação concertada de todos os bispos à escala nacional. A preocupação com a unidade presidiu a todas as deliberações do colégio episcopal (Fontes, 2000: 166). A catequese e a imprensa católica foram alvos desta reorganização. Se o Concílio tentava, passados que eram onze anos após a publicação do Código de Direito Canónico de 1917, aplicar os seus cânones de uma forma mais prática e acessível à Igreja portuguesa, naturalmente que a imprensa foi alvo também dessa reorganização a par da catequese. Todos os decretos do Concílio Plenário Português apontam para a união dos católicos. O Bispo de Angra do Heroísmo, António de Castro Meireles, teve uma intervenção eivada de brilhantismo numa das sessões conciliares.

Na sequência do esforço de unidade que o concílio promoveu, tendo como base de fundamentação jurídica do código de 1917, é referida a importância da imprensa nas sessões havidas, como um instrumento indispensável para “a educação das massas populares, da multidão anónima, essa educação faz-se sobretudo pela imprensa, que é o grande veículo das ideias, boas ou más”.

O Concílio advoga que a “questão da imprensa é hoje uma questão vital”. Ou a Igreja abraça “o aperfeiçoamento e a difusão da nossa imprensa, ou seremos vencidos e derrotados em todos os campos”. Ao reafirmar o aperfeiçoamento da imprensa, estava implicitamente a criar um novo modelo de periódico nas dioceses, ou seja, aquilo que se veio a designar como órgãos oficiais diocesanos. Pela primeira vez órgãos jornalísticos diocesanos concertavam entre si as informações religiosas que publicavam. Mais importante do que a criação de múltiplos periódicos, a Igreja primava agora por um modelo mais assertivo quanto à implantação da sua mensagem. O caso de *A União* ilustra precisamente o que acabamos de dizer, uma vez que depois da sua aquisição não houve a fundação ou a aquisição de outros órgãos de imprensa católica no arquipélago açoriano. A razão, por isso mesmo, de encerrarmos a nossa investigação em 1926, radica no facto de a imprensa em Portugal, e não somente nos Açores, ter tido o seu grande crescimento antes do Concílio Plenário Português. Podemos afirmar, nesta sequência, que para imprensa católica em Portugal houve uma fase pré Concílio Plenário Português e uma fase pós Concílio Plenário Português. Se a primeira fase corresponde ao grande incremento periodístico havido no início do século XX, a segunda caracteriza-se pela criação de órgãos diocesanos especializados, suprimindo-se a

proliferação de periódicos do início do século XX (Concílio Plenário Português, Introdução, p. XXVIII-XXIX).

Depois de 1926 poucos mais periódicos ocupariam a nossa investigação periodista, na medida em que, no caso dos Açores, a tendência visou o encerramento de diversos jornais para se dar lugar ao órgão oficial da diocese – *A União*.

I Parte

Metodologia

1.O caminho escolhido.

A pergunta de partida que presidiu ao nosso estudo traduz-se na avaliação do contributo dos jornais católicos por nós redescobertos para um novo modo de presença na comunicação escrita que veio a emergir na imprensa das ilhas. A análise periodista das três décadas do nosso estudo confirmou a fermentação de um novo modelo de jornal que se concretizou com o lançamento de *A União*.

Quisemos adotar, como lente hermenêutica na investigação que nos propusemos realizar aos jornais pertencentes à imprensa católica açoriana, a trilogia biográfica traçada por Tengarrinha (2013: 23) para a análise periodista: “Porque nasce um jornal? Porque persiste? E porque morre?”. O questionamento existencial de José Tengarrinha exigiu-nos um caminho de articulação documental ancorado na consulta, na ligação e no confronto com os dados inferidos dos dezassete órgãos de imprensa do corpus empírico da dissertação em apreço – “Os jornais católicos nos Açores: do início do século XX ao Concílio Plenário Português”.

O percurso traçado a partir da premissa biográfica já referida foi-se desvanecendo por meio da interpretação da recolha efetuada em cada um dos periódicos. Na confrontação documental estabelecida, confirmamos os vasos comunicantes entre os jornais católicos açorianos e a existência de uma sinergia informativa, ao nível dos seus conteúdos, constatação fundamental para o conhecimento histórico de cada título. Subscrevendo Hohlfeldt (2014: 611), a interligação detetada nos periódicos da imprensa católica açoriana faz-nos concluir que os jornais se liam e se criticavam mutuamente. Ora anuímos que, se um jornal não mantivesse uma controvérsia constante com outras publicações, com celeumas dirigidas a publicações confessionais congêneres e sobretudo às edições não confessionais, então não se tornaria relevante no contexto da imprensa do início do século XX.

A problemática “porque nasce” um título foi enquadrada no âmbito político-social em que medrou o periódico. Procurámos ainda situar o nascimento dos jornais católicos na perspetiva do pensamento dos diversos episcopados e pontificados que atravessam a nossa dissertação. Foi no decifrar do contexto vital em que nasceu cada periódico que respondemos

à questão interpretativa de Tengarrinha – “porque nasce” um título. Ora a imprensa suscitou um novo tempo, transformando-se naquilo que Le Goff (2000: 51) denomina como um dos principais meios de tradução da sociedade, ajudando-nos a perceber o tempo em que foi editado. Quer isto dizer que a imprensa também foi portadora de uma ação interpretativa da sociedade.

A interrogação “porque persiste” remeteu-nos para a relação entre os conteúdos publicados e o público afeto ao periódico. Ora a durabilidade dos jornais açorianos dependeu da proclamação de uma mensagem moderada junto dos públicos. A ligação de alguns periódicos, surgidos nas primeiras três décadas do século XX, a correntes políticas muito específicas, originou uma mensagem difusa e pouco consentânea com a expectativa do público católico, porque contrariavam o princípio que estava bem determinado pelo episcopado português: “o jornal católico deve ser impulsionado por um só interesse supremo: a difusão do ideal católico na região em que se publica, isto é, entre os seus leitores” (Leão, 1925: 28). Tudo o que não correspondesse a este desiderato episcopal despertava, naturalmente, no público católico um questionamento sobre o periodismo eclesial. Afinal a quem serviam os jornais católicos: à Igreja ou à agremiação política a que estavam afetos? Muitas das respostas que o público católico desejava encontrar nos seus jornais não foram possíveis, atendendo aos desacertados fins que a imprensa diocesana servia.

Os dados inerentes à grelha de classificação dos editoriais de cada periódico são apresentados em gráfico. Esta quantificação foi crucial para a história que pudemos traçar de cada título. Pelas ilustrações gráficas, inferimos melhor as tendências contidas nos seus editoriais, as afeições políticas, as causas sociais em que o órgão de imprensa se empenhou. Esta mensuração obedeceu a três pressupostos, que abaixo se inventaria.

Reframos em primeiro referimos o objetivo do estudo. O nosso estudo pretendeu analisar o fenómeno da proliferação de periódicos católicos nos Açores surgidos nas primeiras três décadas do século XX. O apoio conferido à sua fundação e a aprendizagem eclesial decorrente da multiplicação de títulos desembocou na criação de jornais oficiais, transformando, a partir de 1926 com o Concílio Plenário Português, a presença da Igreja ao nível da comunicação escrita. Os jornais oficiais das dioceses constituíram o resultado de um caminho de proliferação periodista de três décadas. Para tal, optou-se por uma análise de

cada órgão da imprensa ao nível dos seus argumentos temas associados à causa da *Boa Imprensa* nos Açores.

No respeitante ao universo do estudo em apreço foram consultados 5132 jornais, entre o período de 1900 e 1926, diários, semanários e revistas mensais de âmbito cultural. O modelo de análise que adotamos alia as técnicas quantitativas utilizadas na análise de conteúdo e o modelo interpretativo de análise de conteúdo. Entendemos por análise de conteúdo o conjunto de técnicas de investigação empírica (Cádima e Figueiredo, 2003: 32-33) que levam em conta os elementos de identificação dos jornais estudados, como nome da publicação, periodicidade, tipo de editoriais, diretores e jornalistas principais, como Ferin e Santos (2004: 30) definiram em termos de variáveis.

Foram consideradas neste caso as notícias veiculadas pela imprensa católica dos Açores sendo classificadas, através de uma grelha de classificação temática, os editoriais pertencentes ao corpus empírico da nossa dissertação: editoriais entrevista, editoriais religiosos, editoriais políticos, editoriais locais e regionais, editoriais sociais e económicos, editoriais sobre o ensino e a moral cristã, editoriais patrióticos, editoriais sobre a Imprensa, editoriais de âmbito literário, científico e cultural, editoriais sobre política internacional. Se, por um lado, fizemos esta incursão por um caminho quantitativo, por outro, a nossa investigação mediou-se por uma análise interpretativa. Muitos autores, na perspetiva de Zelizer (2004: 90), combateram o jornalismo e, inclusive, a maior parte dos estudos históricos desconsideravam a imprensa regional, entendida como uma fonte fora do âmbito da pesquisa histórica. Não pretendemos desmontar as razões dos autores que desacreditaram o papel da imprensa regional enquanto fonte documental. Contudo, ao adotarmos para corpus de análise dezassete periódicos católicos e ao assumirmos a sua legitimidade, libertamos os periódicos regionais do anátema que lhe foi lançado. Até porque a esse respeito Santos (2017: 11) sustenta que para quem faz história os jornais constituem fontes imprescindíveis.

Ora o trabalho interpretativo altera-se consoante o tempo histórico em que se ancora a investigação. O historiador, enquanto estudioso, não fica imune à marca temporal da época em que os dados históricos foram escritos. De acordo com Zelizer (2004: 91), existem ferramentas para a interpretação de dados de um determinado período histórico capazes de tornarem a sua mensagem universal, acessível às gerações de épocas posteriores. A combinação entre história e jornalismo, segundo a autora supracitada, deverá ter em conta

os seguintes pressupostos na investigação: o tempo da investigação histórica em que ocorreu a nossa investigação – 1900-1926. São claramente relevantes as datas do início e do fim o nosso estudo, esta última coincidente com o Concílio Plenário Português.

Em segundo lugar, decorrendo a nossa análise na realidade insular açoriana, é indispensável, na perspectiva de Zelizer (ibid.), o conhecimento do espaço em que ocorreu a investigação histórica. A área geográfica da história, a sua cultura, são dados que influenciam profundamente os trabalhos jornalísticos que consultámos.

Em terceiro lugar, tivemos em atenção o foco da investigação histórica sobre a imprensa católica açoriana: a sua evolução até ao ponto de ser criado um diário oficioso da diocese. Os dados recolhidos permitiram, desta forma, uma correlação entre as diferentes classificações editorialistas.

Por último, temos a questão “porque morre” o jornal. Tentamos ir ao encontro das fontes de sustentabilidade económica das publicações, verificámos a expressão do público que apoiava o título, uma vez que, na senda de Schudson (2010: 51), “a luta pela existência, para um jornal, é a luta pela circulação”. No respeitante ao fenecimento dos periódicos por nós estudados, subscrevemos Rezola (1996: 441), ao afirmar que os jornais católicos desapareceram muitas vezes no espaço insular juntamente com as organizações de que eram porta-vozes. Outras vezes ainda, extinguíram-se simplesmente, não transmitindo uma razão concludentes para o seu desaparecimento.

Inserindo-se a nossa tese no âmbito da história da comunicação dos *media*, partimos do pressuposto que a validade da imprensa, enquanto objeto de estudo e fonte de análise, é atualmente consensual, subscrevendo Simões (2016: 183).

Situar a pesquisa histórica em jornais publicados não implica necessariamente parâmetros pré-estabelecidos para uma investigação, na ótica de Zelizer (2004: 82). Assim, o formato da nossa investigação dependeu de uma predefinição sobre a história que pretendemos construir.

Na arquitetura delineada para a nossa investigação, os jornais consultados tiveram o condão de fazer a ligação com “as pontas dispersas da história do periodismo” católico açoriano. A imprensa ajuda a localizar os factos, criando ela própria uma narrativa histórica, segundo Zelizer (2004: 81). O periodismo, nesta conformidade, pode ser olhado como algo capaz de aprofundar o passado. Segundo Santos (2017: 10), o jornalista narra o hodierno, o historiador avalia o passado. As afinidades são muitas, na perspectiva deste autor, no

respeitante ao papel do jornalista e ao nível do historiador. Os dois abordam realidades que se iluminam mutuamente. Se o passado é o constituinte da história, o campo axiológico é constitutivo da comunicação. A história analisa o conjunto de arquivos, como aconteceu no caso vertente, a comunicação navega entre os dados bibliográficos e as aplicações práticas. Há uma ligação íntima entre história e *media*, quando se estabelece que a compreensão da imprensa de hoje resultou da mudança operacionalizada pelas tecnologias, pelas instituições, pela sociedade. O historiador trabalha a partir de um tempo e espaço, problematiza através de uma cultura, estabelece uma relação entre os documentos consultados e a sociedade concreta que o produz. A complementaridade entre história e comunicação pode situar-se ao nível do discurso: se os melhores livros narram, os *media* contam histórias.

A pesquisa jornalística efetuada constituiu, na nossa maneira de ver, um terreno fecundo para a biografia de cada periódico, um reservatório onde os pormenores contribuíram decisivamente para clarificar o porquê da sua existência na imprensa católica açoriana. Adotamos, nesta sequência, a perspetiva de Nerone (2011: 26-27): todas as formas de história, no caso vertente os jornais católicos do início século XX, conseguem responder às grandes questões sobre a época em que nasceram. A história não é só o estudo do passado, mas acima de tudo a relação do presente com o passado na perspetiva deste ator. Nesta sequência, à luz da investigação efetuada aos jornais das primeiras três décadas do século XX, tentamos perceber o contributo que a produção jornalística dessa época veio a ter nos periódicos católicos da atualidade.

Ergue-se, inevitavelmente, após o que acabamos de afirmar, uma questão quanto à validade da construção histórica que efetuámos aos *media* católicos açorianos: pode ela fundamentar-se nos dados colhidos de uma “fonte escrita não oficial” como é a imprensa, utilizando a terminologia de Saint-Georges (1997: 23)? O cuidado hermenêutico aditado por Saint-Georges (1997: 24-25) diz respeito a fatores intrínsecos à própria imprensa: o veloz fluxo periodista e o conseqüente risco de controlo das informações ou o óculo tendencioso da composição jornalística, a dependência económica são fatores que, inexoravelmente, podem influenciar a credibilidade desta fonte de documentação que constituiu, assumimos, o alicerce que estruturou a nossa investigação.

Procurando responder à credibilidade das fontes periodistas que fazem medrar a investigação em análise, adotamos a descomplexada resposta dada por Sardica (2013: 12) relativamente à consulta dos periódicos como fonte de investigação histórica: “não existe

uma história objetiva e científica, absolutamente asséptica” porque “toda a história é feita de provas falíveis” como é também “interpretada por pessoas falíveis”. Assumimos, pois, essa falibilidade conscientes de que a pesquisa por nós efetuada, mesmo admitindo fatores que possam diminuir a importância das fontes documentais jornalísticas, veio trazer um maior conhecimento da intervenção da Igreja a favor da causa da *Boa Imprensa* no arquipélago dos Açores. Citamos, nesta sequência Vicent (2013: 39), para o facto de a história dos *media* se basear em documentos, também eles produzidos por “pessoas falíveis”. Anuímos que não seja possível chegar à verdade absoluta, nem foi nossa pretensão a acalentarmos, mas tão-somente fazer história de periódicos a partir de outros periódicos congêneres. A história contida nas fontes documentais que percorremos confrontou-nos com pormenores que dificilmente acharíamos em outra fonte documental. A este respeito consubstanciamos-nos em Vincent (2013: 55) quando diz que hoje em dia, para os historiadores, “o lugar onde se vai buscar os segredos é na imprensa”.

Para nossa consolação, no desenho metodológico que decidimos traçar, também nos apoiamos em Blake (1995: 414), quando diz que a história não é uma ciência dedutiva e não há regras para detetar os factos. Não adotamos esta citação para nos escudarmos no facto de que não houve um caminho, nem muito menos para trazer justificação a uma eventual pesquisa anárquica. Pelo contrário, admitimos que nos baseamos em fontes não oficiais para fundamentar a história dos *media* católicos açorianos, mas houve um caminho delineado patente nas quatro partes que constituem a dissertação em análise. Portanto, não se pode dizer com absoluta confiança se “foi isto que realmente aconteceu. Dar respostas decisivas a todas as questões históricas é decerto impossível”.

Atevemo-nos, no caso vertente, a aventar uma trilogia biográfica própria, decalcada da proposta biográfica de Tengarrinha – “dos jornais, pelos jornais, para os jornais” – que poderia, à guisa de lema exegético, encimar o caminho metodológico seguido.

“Dos jornais” porque redescobrimos fontes documentais há muito mergulhadas em territórios de esquecimento nos acervos periodistas das ilhas açorianas e da Biblioteca Nacional de Portugal. O conhecimento de alguns periódicos resultou, inclusive, da consulta efetuada aos títulos mais conhecidos que perduraram até aos nossos dias, como o caso de *O Dever*, *A União* ou *A Crença*. Foi no confronto periodista que tivemos a informação da existência de alguns dos jornais estudados. Saliemos também o importante contributo proveniente dos trabalhos académicos publicados na obra editada na Universidade dos

Açores – *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o contributo dos Açores* (2010). Esta foi a publicação que, na nossa ótica, constituiu o primeiro grande estudo sobre a imprensa açoriana do princípio do século XX. Todavia, não se encontra nela qualquer referência à maior parte dos periódicos produzidos pela Diocese açoriana. Cada periódico consultado constituiu, para a nossa investigação, um depósito informativo do que se fazia na imprensa católica insular. Após fixarmos a classificação “dos jornais” católicos existentes no espaço insular, no arco temporal da nossa dissertação, seguimos por fim “pelos jornais”, obtendo dados, situações, momentos para a construção histórica de cada um dos periódicos. Tudo isto “para os jornais” católicos açorianos emergirem biografados com uma história e existência próprias.

II Parte

As causas que levaram a igreja a abraçar a imprensa.

2. Imprensa: uma necessidade que se impôs à Igreja.

Ao começarmos pelas razões que levaram a Igreja a acolher resolutamente a imprensa, com a conseqüente proliferação de periódicos por todo o orbe católico, teremos inevitavelmente de nos debruçar sobre os pontificados que abraçaram esta adoção. De facto, a incursão eclesial pelos órgãos de imprensa, mais do que uma tentativa de persuadir pela propaganda – até porque mesmo nesse domínio também a Igreja foi pioneira através da Congregação da Propaganda da Fé, no século XVI, aquando do pontificado de Clemente XV (Férin, 2009: 115) –, fica a dever-se, acima de tudo, a uma vontade declarada dos pontificados situados na segunda metade do século XIX e nas primeiras três décadas do século XX, sobretudo a partir de Leão XIII.

A abundante literatura do magistério eclesial sobre a atividade periodística que iremos ter presente ao longo desta dissertação, sendo um claro sinal da consciência que os pontificados tinham da necessidade da Igreja não se ausentar dos *media*, nem sempre foi capaz de catalisar na prática, na ótica de Domínguez, (2009: 42), uma entrada atempada da Igreja ao mundo da informação massiva. Daí que tenha emergido, cada vez mais, no seio da Igreja, a necessidade de ter outro posicionamento ao nível do espaço público, isto na segunda metade do século XIX. Iniciando a análise pelo pontificado de Pio IX, apercebemo-nos de que este Papa primou por um discurso hermético, incapaz de responder à vertiginosa exclusão da Igreja da vida civil. A publicação da encíclica *Quanta Cura*, em 1864, com o catálogo de erros denominado *Syllabus*, conduziu a Igreja a um fechamento que a condicionaria posteriormente. Este compêndio de enumeração de faltas da sociedade de então suscitou imensas reticências em amplos sectores do catolicismo, não apenas nas franjas das sociedades afastadas da doutrina do magistério, mas também ao nível interno da eclesialidade, devido ao facto de despertar diversas interrogações de ordem maniqueísta. Pio IX, na inflexível sinopse de pecados sociais – o *Syllabus* –, insinuava os dolorosos danos que a modernidade havia infligido à fé católica. Neste documento, eivado de controvérsia, responsabilizava “o materialismo, o naturalismo, o socialismo marxista, o cientifismo como atitude, o capitalismo abusivo, o nacionalismo exaltado, o positivismo filosófico e o

liberalismo como fontes de relativismo ante a verdade, a razão e a justiça” (Comellas, 2000: 77), pela aceleração do processo de secularização das sociedades europeias no século XIX.

Levantava-se, nesta sequência, com toda a pertinência, a questão: qual o posicionamento da Igreja face às sociedades diante desta categórica catalogação de pecados sociais: o fechamento ou o diálogo? Ora, as mentalidades racionalistas questionavam cada vez mais a autoridade divina como sustentáculo e base do poder político. Havia ainda, nesta sequência, uma ameaça clara de preponderância do humano face ao divino. As indiscutíveis certezas teológicas que durante séculos deram forma à organização política e social dos homens vacilavam agora diante das novas correntes filosóficas que agilizavam, de forma galopante, um novo andamento nas sociedades, caracterizado por uma profunda mudança de ordem social e política. No que respeita à estruturação administrativa dos Estados, invertia-se a tese defendida pela Igreja católica de que a religião modelava o Estado. Esta secularização do Estado implicava a completa desvinculação Altar-Trono e a total autonomia da política frente à religião. À luz destas circunstâncias, o cristianismo sentia-se cada vez mais ameaçado. Em Portugal, a ação anticlerical da Monarquia Constitucional e da I República, nas primeiras três décadas do século XX, alterou por completo o panorama de habitual reverência à atividade da Igreja. Nesta conformidade, se quisermos efetuar uma não muito ampla circulação pela Europa de então, damo-nos facilmente conta de que urgiam iniciativas para estancar a sangria secularista que ocorria um pouco por todo o velho continente:

“Em França, Itália, Espanha, proliferou o anticlericalismo, e em muitos casos o laicismo fomentado com frequência pelo mesmo Estado. Não esquecemos a KulturKampf montada por Bismarck (da que logo se arrependeria), a política anticlerical de Ferry, Gambetta, Combes ou Waldeck-Rousseau em França; a afirmação de Gladstone de que não poderia ser ao mesmo tempo católico e bom cidadão britânico, as jactantes atitudes anticlericais do Ressurgimento italiano, ou os progressistas espanhóis, sobretudo nos primeiros anos do século XX.” (Comellas, 2000: 76).

A Igreja tinha chegado a um ponto limite pela escassez de crentes, pela diminuição do seu controlo ideológico e pela progressiva perda de influência na vida política de todas as nações. Por isso, havia chegado o momento de se passar à ação, à proteção efetiva dos princípios cristãos, até porque já se tinha a clara noção de que o lançamento de anátemas contra a modernidade, como Pio IX o tinha feito no *Syllabus*, pouco ou nada ajudava na afirmação de protagonismo eclesial na esfera social, política e económica. O diagnóstico de

premência ao nível das iniciativas para mudar esta atitude situacionista face à celeridade das transformações não poderia ser respondido com a condenação das sociedades que eram cada vez mais de pendor laicizante. Este constituiu o grande desafio do prelado que iria ocupar a sede vaticana depois de Pio IX Leão XIII. Quem o substituiu vinha disposto a empreender uma ofensiva contra a dessacralização, mediante a fórmula que pretendia adaptar os valores do liberalismo às normas eternas da moral cristã. Esta difícil tarefa contava com o grande auxílio do seu sentido temporizador, a sua clarividência para identificar novas ferramentas que permitissem arrebatá-la de novo a autoridade da Igreja em terrenos como a educação, a propaganda, a difusão do conhecimento científico, a celebração do culto, a configuração da identidade coletiva nacional, ou a direção dos atos legislativos e executivos dos Governos. É relativamente a este ponto de vista que Domínguez (2009: 16) anui que os estéreis resultados obtidos com a atitude anatemizadora do *Syllabus* foram uma excepcional alcatifa que veio afogar as primeiras ações do pontificado de Leão XIII, constituindo um facto propulsor para a criação de uma nova imagem, geradora de empatia junto das instituições, contrariando o virar de costas resultante do compêndio condenatório já mencionado – o *Syllabus*.

Uma impressão, na sequência do panorama social que grassava pela Europa, assomava cada vez mais clara: a imprensa estava a impor-se inexoravelmente à Igreja, conduzindo os bispos de Roma à necessidade de abraçar a publicação de periódicos por todo o orbe católico, inclusive nas zonas ultraperiféricas e atlânticas, como o arquipélago dos Açores, como, aliás, foi desejo de Leão XIII (1951: 14): “ao menos em cada província, se crie algum órgão de imprensa”.

2.1. As ideias mestras do pontificado de Leão XIII.

Do manancial de escritos saídos da pena do Papa Pecci resultaram os assuntos que dominaram nas décadas seguintes às publicações da imprensa católica. Para percebermos o quanto as publicações periódicas foram influenciadas pelo pensamento do papado leonino, será bom fazermos uma incursão pelas principais encíclicas deste pontificado, onde se encontram as ideias mestras do magistério petrino.

Ora Leão XIII traça o programa geral do pontificado na sua primeira encíclica, em 28 de abril de 1878, na qual são expostos os males da sociedade contemporânea, sendo

identificadas as suas causas e apresentados os remédios. Este programa, surpreendentemente, na sua linha teórica, não diferia do defendido pelo Papa Pio IX, apesar do estilo de ambos os Papas ser diametralmente oposto, sobretudo no que o papado leonino foi capaz de trazer ao nível da inspiração ao diálogo, suscitando, assim, um novo estilo de relacionamento institucional instaurado. Nesta encíclica é dito que os males localizados na ordem social advêm na sua totalidade da recusa da autoridade da Igreja. Na carta *Inscrutabili Dei Consilio*, nomeadamente no seu número 3, é denunciada a usurpação do poder civil que a Divina Providência concedeu ao sumo Pontífice, ou seja, o poder conferido por Cristo para a salvação eterna dos povos. A encíclica seguinte, *Quod apostolici numeris*, de 28 de Dezembro de 1878, é dedicada aos erros do socialismo, do comunismo e do niilismo. A terceira encíclica, de quatro de Agosto de 1879, a *Aeternis Patris*, debruça-se sobre a renovação da filosofia tomista nas escolas. Este documento pode considerar-se a base do *Corpus Leoninum*, constituído por um impressionante volume de produção escrita – oitenta e seis encíclicas –, no espaço de 25 anos (De Mattei, 2014: 37-38). Destacamos também a encíclica *Sapientiae Christianae*, de 10 de Janeiro de 1890, na qual o Papa recorda o dever de se resistir à autoridade que se coloca ao serviço da injustiça.

De grande importância também é a encíclica *Humanum Genus*, de 20 de Abril de 1884, por formular uma destemida denúncia relativamente às conspirações diabólicas da maçonaria e das seitas hostis à Igreja, por estas defenderem a plena separação da Igreja do Estado. Apraz-nos dizer que o lançamento desta encíclica foi precedido de uma instrução a todos os bispos para que combatessem com redobrada intensidade e eficácia a luta contra a Maçonaria (De Mattei, 2014: 39). Esta foi uma constante preocupação, como iremos ver, dos jornais publicados no arco temporal que delimita a presente investigação.

A incontornável *Rerum Novarum*, de 15 de Maio de 1891, a mais conhecida e popular encíclica de Leão XIII, sobre a questão operária, tornou-se um ponto firme da doutrina social da Igreja, colocada como bandeira da democracia cristã (De Mattei, 2014: 40).

Uma singular faceta deste pontífice, ao desafiar a Igreja ao cultivo de um maior erudição, trouxe um maior amor à cultura, às artes e à ciência. O saber enciclopédico de que era portador levava-o a discorrer com igual mestria sobre literatura profana e sobre os clássicos da patrística. É neste sentido que a acutilante intuição do povo de Deus, segundo De Mattei (2014: 41), concedeu à sua governação o epíteto de o “Pontificado do erudito”, atendendo ao facto de este sucessor do apóstolo Pedro cultivar as artes e os estudos históricos

como poucos pontífices o fizeram antes. A Encíclica *Aeterni Patris* determinou que o tomismo devia adotar-se nas escolas, propondo São Tomás de Aquino como o único mestre reconhecido oficialmente na Igreja (De Mattei, 2014: 43). São Tomás é elogiado sobretudo pelas originais sínteses filosóficas e pela clareza com que une, na sua extensa obra filosófico-teológica, a razão e a fé. O pensamento tomista é algo que, com frequência, iremos encontrar nos periódicos católicos da Igreja açoriana. Aliás, o Papa que lhe sucedeu, Pio X, afirmava, a esse respeito, que um dos principais títulos de glória de Leão XIII foi a restauração da filosofia tomista (De Mattei, 2014: 44-45). A carta apostólica *Annum Ingressi*, no vigésimo quinto aniversário do seu pontificado, a par da encíclica *Aeterni Patris*, constituem a pedra angular do pensamento do papa Leão XIII. Nos diversos capítulos desta carta – ensinamentos sobre a liberdade humana e o matrimónio cristão, avisos sobre a maçonaria, exortações sobre os poderes públicos e sobre a constituição cristã dos Estados, o cuidado a ter relativamente aos efeitos do socialismo bem como o sublinhar dos principais deveres dos cidadãos cristãos –, o Papa reafirma-se convicto de que a sociedade se pode de novo reencontrar no retorno dos valores do catolicismo (De Mattei, 2014: 46).

A encíclica *Au milieu de sollicitudes*, de 16 de Fevereiro de 1892, sanciona oficialmente a nova política do *ralliement* da Santa Sé. O Papa, nesta nova corrente política, vem dizer que todas as formas de governo são boas desde que tendam ao bem comum (De Mattei, 2014: 172-173). Neste sentido, é sugerido firmemente que os católicos em França aceitem a constituição republicana, o que não devia significar, segundo a encíclica supracitada, a obrigatoriedade de se aceitar as leis dos governos republicanos (De Mattei, 2014: 173-174). Nesta sequência, podemos entender que a denodada resistência da Igreja, através dos *media*, à hostil legislação republicana portuguesa, não deveria significar uma declarada oposição à forma política e governamental republicana.

O pensamento de Leão XIII, na sequência do périplo que fizemos pelos documentos publicados, poderá ser elencado nos três seguintes módulos: em primeiro lugar, todas as formas de governo são legítimas, desde que respeitem os princípios religiosos e morais. Na sequência desta salvaguarda, os regimes republicanos são aceitáveis, porque ao nível da sua natureza política, não se opõem aos fundamentos da sã razão nem às máximas da doutrina cristã. Em segundo lugar, existe uma distinção entre a forma constitucional dos governos e a sua legislação. Uma constituição republicana não implica necessariamente uma legislação laicista. E, ao mesmo tempo, a oposição a uma legislação anticlerical não significa oposição

à forma institucional republicana. No terceiro ponto, partindo do princípio que os católicos reconhecem as suas obrigações perante a autoridade soberana, aconselha-se o cessar da sua oposição sistemática à república e o abandono de ações conducentes ao ressurgimento da monarquia. Na perspectiva de De Mattei (2014: 176), a Igreja usou como estratégia política afastar-se da Monarquia, na esperança de que a aceitação da República conduziria inevitavelmente a uma pacificação religiosa.

Ora esta adoção do designado *ralliement* comprova o empenhamento de Leão XIII, com todos os seus talentos, na salvaguarda dos interesses da Igreja nas sociedades de então. Todavia, o colégio consultor que o rodeava nem sempre foi capaz de clarificar a realidade inovadora do mundo moderno com o qual a Igreja se confrontava. Havia a convicção, neste pontificado, que a Igreja poderia de novo conquistar o mundo com as únicas armas da diplomacia e da política (De Mattei, 2014: 254). De forma manifesta, este desiderato nem sempre foi conseguido com êxito, todavia foi impresso um sonho mobilizador na Igreja, sentido em todo o orbe católico, de que a imprensa foi o seu mais destacado arauto. Isto resultou no facto de a herança deixada ao seu sucessor – Pio X – se tornasse bem mais pesada do que aquela que Pio IX legou a Leão XIII quando este iniciou o seu pontificado. Leão XIII, na perspectiva de De Mattei (2014: 254), não foi só o Papa da *Rerum Novarum* ou da *Aeterni Patris*: foi antes e sobretudo o Papa do *ralliement*.

Ora com o *ralliement* várias vozes se ergueram a realçar que esta atitude papal iria contribuir para a entrada do espírito do mundo na Igreja, porque a linha de posicionamento de Leão XIII foi então considerada de extrema flexibilidade política, e isto nem sempre foi bem aceite por vários sectores da Igreja (De Mattei, 2014: 293-294). Era a tentativa constante de Leão XIII operar uma reconciliação entre o mundo moderno e a Igreja.

Os principais temas aqui descritos, presentes nos documentos pontifícios de Leão XIII, atravessam, nas três décadas deste estudo, toda a linha editorial dos periódicos que iremos analisar mais adiante nesta dissertação. Facilmente descobriremos, pois, ao ler os periódicos que constituem o *corpus empírico* desta dissertação, a fonte de onde emana a seleção das temáticas presentes em muitos dos seus conteúdos, sendo, claramente, referentes a esta sinopse da vasta produção bibliográfica de Leão XIII.

O entendimento eclesial acerca da modernidade modelou grande parte do pensamento dos pontificados, sentindo-se claras ressonâncias na produção escrita que constituía o conteúdo dos periódicos açorianos afetos à Igreja. Ora o conceito de modernidade, na linha

dos pontificados da segunda metade do século XIX, era observado com temeridade, não fosse ele entendido como a substituição do estado confessional pelo estado laico, ou seja, o fim da secular aliança entre o trono e altar. No fundo, era o início do sistema liberal fundado sobre a divisão do poder religioso e do poder político. Nasce, assim, uma ordem jurídico-religiosa na qual a Igreja fica descapitalizada dos direitos e dos privilégios que possuía (Romanato, 2005: 18), havendo o reconhecimento de liberdades fundamentais: liberdade de consciência, de liberdade de expressão, liberdade de imprensa. Esta tensão inerente ao entendimento amargo da Igreja no respeitante ao conceito de modernidade foi algo continuamente destilado, de forma acintosa, nos jornais da imprensa católica açoriana.

2.2 A imprensa católica: de Pio IX a Pio XI.

O periodismo católico da segunda metade do século XIX, sobretudo ao tempo de Pio IX, pode considerar-se, na ótica de Domínguez (2009: 43), como uma verdadeira cruzada contra a incredulidade e o indiferentismo secularista. O pontificado de Pio IX enveredou por um certo catolicismo de pendor popular, segundo Riccardi (2005: 36), estando demasiadamente conotado com o *ancien régime* para ser considerado um papado da modernidade, pelo facto de estar tingido de tonalidades próprias de um estilo marcadamente ancestral. Prova disto foi a beligerância inerente à República Romana em 1870 com o fim dos Estados Pontifícios. A resposta utilizada pelo Vaticano pôs em crise o mito de um Pio IX liberal. No respeitante à imprensa, o Papa do Concílio Vaticano I tem a clara consciência de que era urgente utilizar o periodismo em nome do bem, mas, ao mesmo tempo, não se sentia capaz de abandonar a sua desconfiança pela imprensa, convertendo-a, na perspectiva de Domínguez (2009: 44), num simples instrumento de informação para os leitores acerca dos perigos da propaganda anticlerical, como poderemos constatar da sua encíclica *Nostis et Nobiscum* (1849). A ideia predominante, por conseguinte, era a de resistir através destes órgãos às investidas anticlericais da imprensa não confessional. Nos últimos anos do seu pontificado, a diplomacia pontifícia concentrou-se essencialmente na reivindicação da soberania do Papa (Riccardi, 2005: 37), comprovando que este papado ainda possuía profundos tiques da soberania absoluta de outrora. Segundo Romanato (2005: 19), com Pio IX assistiu-se a um pontificado dominado por uma intransigência face à modernidade.

O Papa Leão XIII iniciou um caminho sucessivamente percorrido por todos os seus sucessores, apesar de no seu pontificado, que durou mais de vinte e cinco anos, haver algumas intermitências, como veremos a seguir, marcando uma agenda fecundadora de vergôntes que perduram até hoje, suscitadora de temas fulcrais para o *aggiornamento* do cristianismo à realidade social de cada nação (Sardica, 2004). Na opinião de Sardica (2004), a intervenção sistemática da Igreja nos problemas da sociedade tem pouco mais de um século e iniciou-se no pontificado de Leão XIII (1878-1903). Na senda deste historiador, entendemos que é precisamente a partir do final da segunda metade do século XIX que se inicia uma abertura da Igreja às possibilidades ímpares que os meios de comunicação proporcionam.

Houve, contudo, uma substancial transformação desta maneira de utilizar os periódicos com Leão XIII, pois, segundo ele, dever-se-ia opor aos periódicos ímpios outros de altíssima qualidade, como apontou na sua encíclica *Etsi Nos*. Deste modo, o “possibilitismo” leonino, ou as formas e manobras de implantação da eclesialidade nas sociedades, procurava essencialmente diligenciar a presença cristã nos espaços públicos, encontrando na imprensa católica uma fortíssima “possibilidade”, na última metade do século XIX, saturado de títulos.

O estilo descomplexado do pontificado leonino teve como consequência fazer com que a Igreja começasse a ser olhada de outro modo no espaço público, a partir da segunda metade do século XIX, com marcas bem vincadas até hoje. Se acaso quiséssemos confirmar as ressonâncias deste pontificado até à contemporaneidade da Igreja, bastar-nos-ia verificar a impressionante prole periodística então gerada nas dezassete dioceses portuguesas, não descurando a região que serve de objeto de estudo a esta dissertação – o arquipélago dos Açores – que, até 2007, era a quinta diocese portuguesa no respeitante ao número de edições jornalísticas. Ora a aposta na imprensa, por parte de Leão XIII, contrariamente aos seus predecessores, foi uma denodada opção que contrariou as receosas abordagens dos pontificados que lhe antecederam, como forma de combater a galopante secularização que murava as hostes eclesiais:

“A ninguém passará despercebido quanta força possuem os jornais e outras publicações congêneres, para o bem e para o mal, principalmente em nossos tempos. Portanto, combater com estas armas pela defesa da religião cristã, recebendo, como convém, as

diretivas dos bispos e guardando o respeito devido ao poder civil, não seja uma das menores solitudes dos católicos.”¹

Leão XIII cedo se apercebeu da idoneidade da Igreja para gerar opinião pública. A franca desvantagem de alguns sectores da igreja que ignoraram a capacidade da imprensa na criação de opinião foi algo rapidamente diagnosticado pelo papado leonino, suscitando a necessidade imperiosa de impregnar o periodismo de um sentido cristão. Na ótica de Matos (2007: 125-136), facilmente podemos ver que o papado leonino, mais do que estar cingido ao paradigma da curialização, apostou decididamente pela abertura da Igreja ao mundo, não evitando, porém, os traumas numa instituição que não estava preparada para a mudança (Matos, 2007: 162).

“Não é com menor instância que Nós vos repetimos o conselho de trabalhar com zelo e prudência, tanto na redação como na difusão de jornais católicos, pois em nossa época o povo forma ideias e regra a sua vida segundo o que vai aprendendo da leitura quotidiana de jornais. É realmente triste ver os bons negligenciar armas que, manejadas pelos inimigos com encanto enganador, preparam a ruína deplorável da fé e dos costumes. É mister, pois, que os estilos se agucem, que a verve literária se desdobre, a fim de que a mentira ceda o lugar à verdade e que a voz da reta razão e da justiça conquiste, pouco a pouco, espíritos prevenidos!” (Leão XIII, 1951:12).

Será preciso identificar, pois, o que a Igreja entendia por opinião pública, ao tempo do papado leonino, compreensão essa que, aliás, perdura até hoje. Na ótica do Magistério eclesial, a opinião pública define-se “como os modos de pensar e de sentir compartilhados por amplos sectores de uma sociedade concreta, tendo como consequência a formação de uma consciência coletiva sobre assuntos referentes ao modelo de sociedade e aos rumos futuros de um país” (Diéguez, 2002: 231). A Igreja começa, então, a entender a necessidade de contribuir para uma opinião pública moralmente sã em matérias de vital importância para o bem da sociedade: os valores da vida, o respeito pela família, o sentido e o respeito pela paz, a formação de uma sã opinião pública nos campos moral e religioso, capazes de construir um dique que sustivesse a difusão de uma mentalidade favorável ao permissivismo moral e à indiferença religiosa (Diéguez, 2002: 232).

¹ Carta Apostólica aos Bispos do Brasil”, 18 de Setembro de 1899 in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 12

“Visto que o principal instrumento de que os inimigos se valem é a imprensa, em sua grande parte inspirada e sustentada por eles, é necessário que os católicos oponham a boa imprensa à má imprensa para a defesa da verdade e da religião e para a salvaguarda dos direitos da igreja.”²

Esta pronta reação requerida por Leão XIII fazia parte de um plano com primazia para a destemida campanha periodística que ele próprio não se cansou de incitar. Contudo, este grito de mobilização colidia com a verificação de que muitos dos problemas da Igreja entroncavam precisamente na atávica passividade dos católicos no seio da vida pública (Gaitano, 2010: 39), correndo, ela própria, por isso mesmo, o perigo de ficar isolada nas sociedades. A exposição da Igreja no arcótipo do periodismo permitiu-lhe também conhecer melhor a imagem que os públicos formulavam acerca dela, sendo essa percepção essencial ao desempenho da sua missão (Gaitano, 2010: 41). Neste sentido, surgiram numerosos esforços por parte de Leão XIII para formalizar toda uma doutrina para o uso dos periódicos (Domínguez, 2009: 8-9).

“A defesa do bom nome cristão exige imperiosamente que o assentimento às doutrinas ensinadas pela Igreja seja, da parte de todos, unânime e constante, sendo que, a este respeito, é preciso precaver-se, ou de ser conivente no quer que seja com as falsas opiniões, ou então de as combater mais frouxamente do que comporta a verdade. Quanto às coisas sobre as quais se pode discutir livremente, será lícito discutir, mas com moderação, e com o fito de procurar a verdade, pondo de lado, porém, as suspeições injustas e as acusações recíprocas...que isto seja uma lei imprescindível para aos escritores e principalmente para os jornalistas. Numa luta em que os maiores interesses estão em jogo, não se deve oferecer lugar algum a dissensões intestinas e ao espírito faccioso, mas, sim, num acordo unânime dos espíritos e dos corações, todos devem perseguir o escopo comum, qual é o de salvar os grandes interesses da religião e da sociedade. Se, pois, no passado houve algumas dissensões, é preciso sepulta-las num esquecimento sincero; se foi cometida alguma temeridade, alguma injustiça, seja quem for o culpado, cumpre tudo reparar por uma caridade recíproca e tudo recuperar por um assalto comum de deferências para com a Santa Sé.”³

O sentido contemporizador e a clarividência de Leão XIII foram fundamentais para identificar as novas ferramentas que permitiriam recuperar o terreno perdido da Igreja no espaço público, em campos como a educação, a difusão do conhecimento científico, a celebração do culto (Domínguez, 2009: 17). Há que salientar as teses possibilistas de Leão

² Encíclica aos Bispos da Itália, 15 de Outubro de 1890 in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 9.

³ Encíclica *Imortale Dei*, 1 de Novembro de 1885, in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 16-17

XIII, como acima já referimos, sempre na procura de uma maior expansão e afirmação da Igreja no seio das sociedades.

A batalha leonina empregaria os mesmos métodos de atuação dos liberais: recorrer à imprensa, ao associativismo e ao partido político. É com estas premissas que nasce o designado “Movimento Católico”. Este era o início da incursão católica na vida pública como fenómeno histórico organizado (Domínguez, 2009: 18-19). O periodismo foi uma pedrada no charco na apatia da maior parte dos fiéis da Igreja (Domínguez, 2009: 25). A criação de órgãos confessionais disseminados por todas as regiões, capazes de unir e marcar uma posição no espaço público, foi um objetivo fundamental no pontificado leonino. Como podemos comprovar do *Index Librorum Prohibitorum*, o lançamento de um periódico obedecia a uma compilação organizada pela Congregação do Índice, com muitas restrições no que respeita ao processo de difusão documental na imprensa, sendo proibida a publicação de tudo aquilo que a autoridade religiosa entendesse não dever ser conhecido (Domínguez, 2009: 33). Assim, a aplicação de um rígido controlo mediante a censura prévia converteu-se em prática habitual e legal desde o Concílio de Trento, como prerrogativa para a Igreja poder examinar tudo o que se pretendia imprimir.

Esta zelosa vigilância documental tinha em si uma vontade sub-reptícia, ao nível do “dirigismo de consciências”, na perspetiva de Almuiña (1977: 166), pois graças a esse óculo vigilante poderia estabelecer um autêntico monopólio sobre o pensamento e sobre as ideias. Mesmo sob as talas da censura, depreende-se, nesta sequência, que a razão de ser da propagação dos periódicos ligados à Igreja não tivesse como intenção primordial uma dinâmica empresarial mas uma missão essencialmente doutrinária (Domínguez, 2009: 40), cujo objetivo não era tanto oferecer produtos informativos capazes de serem vendidos a um espectro amplo de público, mas antes subministrar a informação mais conveniente – a inspirada na mensagem da Igreja – para convencer o seu público, à margem da procura existente. Trata-se de uma imprensa mais combativa que informativa e fundamentalmente doutrinária.

A Igreja, devido muito a este apanágio da sua produção jornalística, assistia com inquietação ao evoluir triunfante do periodismo político, tornando-se preocupantemente desigual o seu enraizamento no espaço público (Domínguez, 2009: 40). O Papa que sucede a Leão XIII chegou a ser considerado por muitos estudiosos como sendo contrário às suas teses, ainda que injustamente, como vamos ver. Sendo as proveniências de ambos

diametralmente opostas, um originário da aristocracia italiana (Leão XIII), o outro (Pio X) oriundo de uma família modestíssima, vem a influência da ascendência marcar um estilo e um modo de ser carregado de características diferenciadas no respeitante à relação Igreja-mundo destes dois pontificados. Quando Leão XIII morre, aos noventa e três anos, é substituído por este pontífice que cedo pretende reformular os serviços da cúria vaticana ainda a funcionar como nos tempos dos velhos estados pontifícios. Todavia, uma grande crítica é formulada a Pio X: a sua ação contra o modernismo foi assaz excessiva, segundo Romanato (2005: 30-31), pois o novo pontífice estava convicto de que o único património da Igreja é a fé, a própria certeza da fé. Havia um temor neste Papa radicado no facto de a abertura ao modernismo conduzir inexoravelmente a uma crise de fé. Para ele, a ordem sobrenatural era mais segura que tudo o que fosse oriundo do mundo sensível e visível. Este novo estilo conduziu a Igreja, na primeira década do século XX, a uma certa estagnação na cultura católica. A ação petrina desenvolvida desembocou numa irreduzibilidade da Igreja para o confronto, inclusive a uma fragilidade cultural e teológica, a um isolamento em relação ao mundo circundante, levando-a a evitar discutir aquilo que poderá ser entendido como sua quinta-essência, a sua razão de existir: a própria certeza da fé. Na perspetiva de Apruzzese (2016: 173), este pontificado pós-leonino “tornou-se insignificante nas suas atitudes” devido ao seu estilo desenquadrado de um mundo completamente indiferente ao entendimento do exercício petrino como sendo algo portador de uma raiz teocrática. Poderemos dizer, em remate da nossa abordagem a este pontificado, que Pio X substitui a estratégia possibilista de Leão XIII pela estratégia de resistência (De Mattei, 2014: 259). Apesar de os pontificados seguintes seguirem as orientações leoninas acerca da imprensa, sublinha-se no pontificado de Pio X, que se desenrola durante uma década, de 1903 a 1914, as ressonâncias bem visíveis nos órgãos da imprensa católica açoriana no respeitante a uma certa intransigência de princípios no diálogo Igreja-mundo, verificando-se, ainda, uma tenacidade crítica quanto à anémica participação dos cristãos nos órgãos de imprensa.

“Não se compreende a importância que tem a imprensa: nem o clero, nem os fiéis se dedicam a ela como deveriam. Os velhos dizem que ela é uma obra nova e que no passado se salvaram as almas sem os jornais!...Mas estes obstinados devotos do passado não pensam que no passado o veneno da má imprensa não era tão difuso como nos nossos dias, e o contraveneno dos bons jornais não era tão necessário!

Em vão edificareis igrejas, em vão pregareis missões, em vão fundareis escolas: todos os vossos esforços serão aniquilados, se não souberdes ao mesmo tempo manejar com lealdade e sinceridade a arma defensiva da imprensa católica.”⁴

⁴ Pio X, “Ah! A imprensa”, *A Crença*, 18 de Dezembro de 1921, n. 290, 4.

Com efeito, Bento XV, com um pontificado que se estende de 1914 a 1922, vem operar uma grande atenção à conjuntura internacional, empenhando-se em promover a paz com as nações beligerantes e com os construtores da nova ordem internacional, na sequência do I Primeira Guerra Mundial (Torre, 2010: 59)

Bento XV rompe com o estado de isolamento internacional que caracterizou a Santa Sé após o fim do Estados Pontifícios, aumentando significativamente as relações diplomáticas entre a Santa Sé e os Estados, sendo reabertas muitas delegações apostólicas em todo o mundo. Esta situação tem repercussões imediatas na publicação periodista ligada à Igreja, aparecendo de súbito, no quadro da I Guerra Mundial, páginas dedicadas à política internacional, como foi, aliás, marca distintiva deste pontificado. (Torre, 2010: 62-63). A imprensa açoriana não foge à regra, pois durante todo o pontificado de Bento XV apresenta permanentes alusões, em todos os seus periódicos, sobre acontecimentos internacionais que até então raramente apareciam nos jornais insulares.

Bento XV foi o Papa que exerceu o seu magistério em plena Primeira Guerra mundial, primando o seu magistério por uma rigorosa imparcialidade diante dos beligerantes (Riccardi, 2005: 44-45), tendo como efeito esta atitude diplomática pousar a Igreja num suspenso típico da ausência de tomadas de posição. Todavia, esta dificuldade, no contexto bélico da I Guerra Mundial, foi superada por um grande secretário de Estado, o cardeal Gasparri, também ele Secretário do Papa que se seguiu, Pio XI (1922-1939). O Papa Pio XI, no que à imprensa diz respeito, adotou os princípios da *Boa Imprensa* herdada do Papa Leão XIII, bem patentes no discurso formulado aos seus antigos diocesanos, em que se exprimiu assim: “a imprensa, como a pólvora, como o vapor, triunfou; se observarmos, porém, através dos séculos, os males que a má imprensa tem feito, uma terrível visão se oferece aos nossos olhos, tão desoladora, que nos oprimiria se não nos consolássemos ao ver ao lado dela e contra ela a *Boa Imprensa*, com meios que, em verdade, são bastante mais limitados, com bastante menor eficácia, mas, no entanto, ainda notável!” (*A Verdade*, “Pio XI falando da Imprensa”, 20 de Outubro de 1923, n. 1485, p. 1). Como podemos comprovar neste excerto do jornal *A Crença*, com sede em Vila Franca do Campo, na ilha de São Miguel, de 3 de Outubro de 1920, no seu número 4, o Papa Bento XV manifesta de forma decidida ao Bispo de Grenoble um enorme apreço por todos os que colaboram na publicação de órgãos de imprensa: “A Imprensa! Fazei tudo para salvar esta obra de primeira necessidade, e para a

tornar próspera. Animai-a, sustentai-a a preço dos maiores sacrifícios. É obra que eu abençoo mui particularmente. Dizei-o aos bons operários da “*Boa Imprensa*”.

2.3. O combate da *Boa Imprensa*.

Mergulhando de novo no pensamento do Papa Leão XIII, não será despiciendo afirmar que algo de novo marcou a relação da Igreja com os órgãos de comunicação social: o facto de este Pontífice ter dirigido um inquérito às dioceses do mundo católico, nos primeiros anos do seu pontificado (1878-1903), sobre o estado da imprensa católica em cada uma delas. Os Açores também foram submetidos a esta espécie de “sindicância vaticana”, ao nível do principal meio de comunicação de então. O resultado desta consulta foi a de que, no final do século XIX, a imprensa católica ainda era relativamente escassa no Portugal continental e insular, apesar de existirem vários títulos católicos impressos (Alves, 2012: 19). A perspicácia de Leão XIII fez com que ele olhasse para a imprensa católica como um elemento vital para a renovação da Igreja, num mundo que ele já sabia não ser plenamente cristão. Com efeito, a leitura da imprensa católica passou a fazer parte dos conselhos fomentados por diversos católicos que emergiam num novo género de militância. O conceito da *Boa Imprensa* surgiu por contraposição àquilo que Leão XIII designou como “má imprensa”. Podemos afirmar que, por antinomia, “a má imprensa”, contrariamente à “boa imprensa”, foi identificada como a comunicação que versava sobre tudo o que era contrário à virtude e à verdade.

Estavam encontrados pelo Santo Padre os contravalores que regulavam a imprensa hostil aos valores do catolicismo. Este anátema sobre a “má imprensa” poderá ser encontrado na encíclica *Immortale Dei*, de 01 de Novembro de 1885 (Leão XIII, 1951: 14). A liberdade de publicar o que se quisesse, através da imprensa, não foi entendida, por conseguinte, como um direito, mas como uma perigosa porta para a dessacralização da herança teológica da Igreja:

“A liberdade da palavra e da imprensa tem ultrajado, muitas vezes, a Majestade divina. Homens há que, não só se mostram ingratos para com o Salvador do mundo, Jesus Cristo, e lhe repudiam os benefícios, mas também se vangloriam de não mais crer nem

mesmo na existência de Deus. É sobretudo aos católicos que importa reparar, com um grande espírito de fé e de piedade, esses transvios do espírito e da acção.”⁵

Numa carta aos Bispos de Itália, em 05 de Agosto de 1898, o Sumo Pontífice evoca o perigo de a “má imprensa” poder perverter a inteligência e corromper o coração. No discurso do Santo Padre está implícito o receio de o seu rebanho se poder contaminar pelas inverdades de tais publicações, sendo exortada uma “religiosa prudência” na escolha das leituras. É contra esse “veneno funesto”, como é designada a “má imprensa”, na encíclica de 18 de Novembro de 1888, *Providentissimus Deus*, que se deveria erguer uma consciência católica interventiva ao nível do primeiro meio de comunicação de massas: o jornal. As respostas contra os insanos ataques ao supremo magistério pontifical, ao clero católico e aos santos dogmas da religião católica, pediam uma pronta resposta dos católicos.

Não bastava o leigo católico detestar a “má imprensa”, ou abster-se de aplicar a sua pena às páginas dos perniciosos jornais de raiz laica, era preciso mais: outra intervenção, outra visibilidade. Afigurou-se imperativo para o Magistério a criação de “órgãos” de imprensa, preferencialmente diários, que marcassem uma substancial diferença ao nível do impacto e da visibilidade eclesial no mundo de então. “Deveriam opor-se publicações a publicações”, como é referido na carta ao povo italiano, a 08 de Dezembro de 1892 (Leão XIII, 1951: 9).

Confrontado com a “pérfida influência franco-maçónica”, capaz de destilar nas mentes incautas a “peçonha da impiedade” (Carta ao povo Italiano, 08 de Dezembro, 1882), o Magistério eclesial estava preocupado quanto à quebra de influência no mundo de então, sobretudo nas populações urbanas. É admitida, pela primeira vez, nas alocações do magistério petrino, a força e o poder da imprensa. Leão XIII considera-a o principal instrumento dos inimigos da Igreja.

“A ninguém passará despercebido quanta força possuem os jornais e outras publicações congêneres, para o bem e para o mal, principalmente em nossos tempos. Portanto, combater com estas armas pela defesa da religião cristã, recebendo como convém, as diretivas dos bispos e guardando o respeito devido ao poder civil, não seja uma das menores solitudes dos católicos.”⁶

⁵ Encíclica *Nobilissima Gallorum*, 8 de Fevereiro de 1884 in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 6

⁶ Carta aos Bispos do Brasil, de 2 de Julho de 1894, in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 11

Depreende-se do excerto transcrito o novo estilo de pontificado que tornou a Igreja muito mais visível e, portanto, com outra espessura na esfera pública. Socorremo-nos, neste ponto de vista, de Thompson (2009: 71), que admite que uma instituição ao desenvolver um meio de comunicação, no caso concreto a imprensa, tornou o seu poder mais visível numa escala nunca antes experimentada. Por conseguinte, uma nova era para a Igreja, ao nível da sua linguagem, do seu diálogo com o mundo, emergiu com Leão XIII. Ao prever o desenvolvimento galopante dos meios de comunicação, que “trouxeram consigo novas formas de interação, novos tipos de visibilidade e novas redes de difusão de informação no mundo moderno” (Thompson, 2009: 72), o Papa intuiu a necessidade de se romper claramente com a herança feudal de que a Igreja ainda enfermava em pleno século XIX.

A “boa imprensa”, segundo Leão XIII, foi necessária para a defesa da verdade e para a salvaguarda dos “direitos da Igreja” (Leão XIII, 1951: 9). Ora, nesta sequência, depreende-se que este conceito teve na sua génese um intuito também ele político, eivado de uma aspiração: tornar o rosto da Igreja mais visível para o mundo. Repare-se na expressão “direitos da Igreja”. No afã de continuar a ser um púlpito para o mundo, a Igreja, com a “boa imprensa”, envereda por uma dialética, por uma resposta de ataque aos escritos maçónicos.

“Quanto aos livros e jornais que destilam a peçonha da impiedade e atizam nos corações o fogo das cobiças desenfreadas e as paixões sensuais; quanto aos círculos e salas de leituras, onde o espírito maçónico vagueia à procura de alguém que possa devorar, que todos e cada um em particular os detestem”⁷

O Papa vai ainda mais longe na Constituição *Officiorum*, de 25 de Novembro de 1897, ao decretar como institucional o procedimento que os cristãos deveriam ter relativamente aos jornais de cariz maçónico e contrários à Igreja. Já não se trata apenas de uma exortação, mas de algo que começa a fazer parte constituinte da própria maneira de proceder dos católicos, uma “cruzada”, na linguagem utilizada pelo jornal *A Actualidade* da ilha de São Miguel: um mandato ordenado em termos imperativos, um dever procedente do direito eclesiástico:

Os jornais, as folhas e publicações periódicas, que atacam sistematicamente a religião nos seus bons costumes, são proibidos, não apenas por direito natural, mas ainda por direito eclesiástico. Onde for necessário os Ordinários cuidarão de advertir, a este respeito, os fiéis do perigo e dos efeitos perniciosos de tais leituras. Os católicos,

⁷ Carta ao Povo Italiano, 8 de Dezembro de 1892, in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 8

sobretudo os eclesiásticos, abstenham-se de escrever nesses jornais, nessas folhas ou publicações, sem um motivo justo e razoável”⁸

Estavam, assim, reunidos todos os ingredientes, ao nível periodístico, sob o ponto de vista de orientações emanadas pelos pontificados, para se construir um abismo cada vez maior entre a imprensa laica e a afeta ao catolicismo, a designada *Boa Imprensa*. Atente-se nas palavras papais, escritas na carta endereçada ao Arcebispo de Viena, a 30 de Agosto de 1883: «a defesa na *Boa Imprensa* não deverá ser inferior ao ataque» (Leão XIII, 1951: 11). Foi a resposta decidida de uma Igreja vexada e cansada dos ataques anti-clericais. Foi a *Boa Imprensa* assumida como um grito de combate, despertando uma militância que se viria a tornar decisiva para os anos vindouros da Igreja. Foi o próprio Papa que, de forma humilde, saiu a terreiro para pedir ao laicado a sustentabilidade da própria Igreja. De forma inconveniente, o Sumo Pontífice estendia a mão aos cristãos para que sustentassem os órgãos de imprensa católicos com os seus haveres e o seu génio, como já aqui fizemos referência:

“Não é suficiente opor-se publicações a publicações, escolas a escolas, congressos a congressos. Estipendiada (pela Franco-Maçonaria), uma imprensa anticlerical combate num duplo ponto de vista social e religioso; vós com vossa pessoa e vossa subvenção, ajudai, favorecei a imprensa católica” (“Carta a Povo italiano”, 8 de Dezembro de 1892, in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 9).⁹

O movimento de angariação de fundos estendeu-se a toda a Igreja, como veremos mais adiante no respeitante às campanhas de angariação, que eram feitas de forma coordenada pelas paróquias a favor da causa da *Boa Imprensa*. Tratava-se, assim, de uma autêntica “cruzada”, caracterizada por muitos matizes sacros que tornavam difícil dissociá-la de uma campanha das mais sublimes atividades pastorais da Igreja.

A este propósito, subscrevem-se as teses de Burke (2005: 59), quando refere que as energias foram muitas vezes reencontradas, na história da Igreja, através do seu ataque feroz às heresias. Normalmente, quem difere dos pontos doutrinários da Igreja é alvo de uma atitude apologética agressiva, de uma resposta defensiva. Esta apologia da fé, ou combate pela fé, na terminologia do apóstolo S. Paulo, poderá ser também, na ótica de Burke (2005: 59), identificada como uma forma de a Igreja se tornar mais visível para o mundo.

⁸ Constituição Officiorum, de 25 de Janeiro de 1897, in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 8

⁹ Carta a Povo italiano, 8 de Dezembro de 1892, in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 9

A *Boa Imprensa* possuía a sua base de sustentação em dois pilares fundamentais. Em primeiro lugar, os “fiéis”, que a “deveriam sustentar economicamente”, apoiando as publicações periodistas, porque havia um medo em latência de que as classes mais desfavorecidas pudessem ser influenciadas pelo jornal, o receio de uma possível permeabilidade das ideias contrárias ao cristianismo poderem interpor os grupos socialmente mais desprotegidos da sociedade:

“Se a força, derivada da união, é grande e temível, quando encaminhada para o mal, mais valente e robusta se ostenta, sempre que dirigida para o bem. Unamo-nos, pois, todos, e contribuamos, cada qual na medida dos seus recursos, para o triunfo da verdade, para a manutenção e progresso da prática da religião e piedade, que tão poderosamente, trabalha na disciplina e morigeração particular e pública. Oponhamos à propaganda do mal a propaganda do bem. Se as publicações feitas por determinada imprensa são uma das principais armas, manejadas contra os princípios, instituições e preceitos religiosos, visto como é com elas que tanto se intenta iludir e perverter as classes populares, especialmente a classe a classe operária” (*A Crença*, “A Boa Imprensa”, 24 de Junho de 1923, n. 358, p. 3).

Por outro lado, os “leigos de elite”, assim designados pela sua capacidade de pensamento e de produção escrita, a quem o Papa formulou um convite explícito na encíclica *Nobilíssima Gallorum*, de 08 de Fevereiro de 1884, com vista a defenderem os direitos da religião católica (Leão XIII, 1951: 15): “É preciso que os leigos de elite que amam a Igreja, nossa Mãe comum, e que, com as suas palavras e escritos, podem defender os direitos da religião católica, multipliquem seus trabalhos, para a sua defesa”. A designação “leigos de elite”, na perspetiva do Papa Pecci, estendia-se não apenas a quem possuía meios económicos disponíveis para a subsidiação da empresa periodista da Igreja, mas também ao laicado provido de capacidades cognitivas e intelectuais capazes de levar à consecução as publicações diárias, semanais ou mensais que formavam a “*Boa Imprensa*”: “todos podem trazer a sua contribuição a este dever tão altamente meritório: os letrados e os sábios, tomando a defesa (da Igreja) nos livros e na imprensa quotidiana, instrumento poderoso, do qual os adversários tanto abusam”. Mas o Santo Padre também não descurou o papel decisivo dos católicos detentores de meios materiais, como acima já sublinhámos, que pudessem contribuir com os seus haveres para esta causa, como podemos comprovar da encíclica aos Bispos de Itália, que abaixo transcrevemos:

“Quanto aos que, verdadeiramente e de todo o coração, desejam florescer a religião e a sociedade, defendidas pelo talento e pela imprensa, que esses protejam com as suas

liberalidades a fecundidade da imprensa e do génio, cada qual dando larguezas à sua fortuna. Os soldados da imprensa têm uma necessidade absoluta destes recursos, sem os quais os seus trabalhos só lograriam frutos incertos e pecos. Se nesta empresa nossos filhos devotados receberem alguns vexames, se devem sustentar o combate, que desçam à arena; um cristão não poderia sofrer por uma causa mais justa que a de evitar que a religião seja maltratada pelos ímpios. Pois, se a Igreja gerou e criou os filhos, certamente não fez para que nas horas difíceis não pudesse esperar deles algum socorro, mas sim que cada qual à sua comodidade e a interesses egoístas antepusesse a salvação das almas e a integridade da vida cristã.”¹⁰

A questão da *Boa Imprensa* assumiu particular relevância a partir da década de oitenta do século XIX. A Cúria romana estava, nessa altura, particularmente bem informada sobre a situação da imprensa em Portugal, especialmente através dos relatórios enviados para Roma pelo núncio Vanutelli. Porém, o mapa da imprensa católica no retângulo português apresentava grandes diferenças entre as várias regiões do país (Neto, 1998: 230). A situação da imprensa açoriana no quadro da I República não possuía a mesma pujança havida no contexto do século XIX.

Os jornais açorianos passavam por uma difícil situação no quadro da I República. A gradual diminuição de títulos verificada nos anos vinte do século passado, segundo Cordeiro & Silva (2009: 14-15), deveu-se ao restrito volume de assinaturas, havendo uma influência decisiva da Primeira Guerra mundial, que limitou produtos e abastecimentos, levando ao encarecimento quase inabarcável do papel e das tintas.

Apesar do diminuto público letrado de que o arquipélago era possuidor, não deixa de ser relevante que o Corvo foi a única ilha que “não deu luz à imprensa”. O investimento em jornais correspondia à necessária resposta que era preciso dar aos periódicos fundados pela maçonaria. Segundo Lopes (2008: 100), no século XX, algumas Lojas maçónicas de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo investiram, de facto, em periódicos que visavam divulgar os ideais maçónicos e combater a Igreja do princípio do século passado. Sublinha-se a ação da Loja Maçónica “União e Liberdade”, de Angra do Heroísmo. Este fenómeno aconteceu não só ao nível das ilhas maiores, mas também nas ilhas mais pequenas, como o caso do Pico, onde se destaca o jornal *O Campeão*. Sendo um jornal republicano, “criado para combater as ideias retrógradas”, tinha posições muito próximas do ideário das lojas maçónicas da época. Na ilha de São Miguel, por sua vez, um jornal também conotado com

¹⁰ Encíclica aos Bispos de Itália, 15 de Fevereiro de 1882, in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 15-16

a Loja Maçónica “Companheiros da Paz” desabrochava: era o periódico *Diário dos Açores*, ainda hoje um sobrevivente na imprensa açoriana.

Receava-se de forma velada, nas estruturas da Igreja, o perigo do surgimento de uma sociedade desejosa de extinguir a crença nas autoridades tradicionais. É neste sentido que Leão XIII (1951: 9) escreve uma “Encíclica aos Bispos de Portugal”, a 25 de Junho de 1894, dizendo que “é preciso combater os esforços dos inimigos da verdade (Maçonaria), a fim de impedir que o contágio dos seus maus exemplos e de suas doutrinas perversas, disseminados por toda a parte, se continue a propagar. Há muitas feridas a sanar...; há muitas ruínas a reerguer”. Nesta sequência, subscrevemos Schudson (2010: 143), ao referir-se às sociedades urbanas do século XIX, muitas vezes condicionadas pela suspeição movida pela Maçonaria a vetustas instituições como a Igreja, contribuindo para a eliminação de qualquer significação do Sobrenatural nas sociedades de então. Segundo este autor, o realismo, e não a religião, torna-se a “luz-guia” no início do século passado. A relação acintosa estabelecida entre ambas as instituições – a Igreja e a Maçonaria – era bem visível nas atividades provindas das instituições influenciadas pela maçonaria: jornais, escolas e instituições políticas. A aquisição de órgãos de imprensa foi uma tentativa de atenuar esta tendência no quadro da I República por parte da Igreja.

Podemos também considerar, a partir dos escritos de Leão XIII (1951: 11), um entendimento da imprensa com um meio terapêutico junto do público. Ou seja, entendia o Papa que a designada “boa imprensa” pudesse “sanar” a ambiguidade axiológica suscitada nas sociedades e internamente na Igreja pelas correntes que começaram de forma deliberada a opor-se aos valores cristãos, como se comprova da encíclica *Humanum Genus*, de 20 de Abril de 1884:

“Aconselhamos mui ardentemente de expor, quer por escrito quer por viva voz, os elementos dos princípios sagrados que constituem a filosofia cristã. Esta recomendação tem por finalidade sanar, por uma ciência de bom quilate, as mazelas intelectuais dos homens e presumi-los, ao mesmo tempo, contra as múltiplas formas do erro e contra as numerosas seduções do vício, sobretudo numa época em que a licença dos escritos ombreia com a avidez insaciável de aprender”.¹¹

¹¹ *Humanum Genus*, de 20 de Abril de 1884, in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 15-16

2.4. Os periódicos católicos dos Açores e a *Boa Imprensa*.

Foi no Congresso dos Jornalistas Católicos Portugueses de 1905, ocorrido em Lisboa, que se decidiu dar corpo e substância ao projeto leonino da *Boa Imprensa*, através da fundação das comissões diocesanas, designadas como Ligas da *Boa Imprensa*. A campanha da *Boa Imprensa*, iniciada por Leão XIII, é entendida, na obra de Manuel (2013: 164), como uma “causa”, a “causa da *Boa Imprensa*”. Na versão deste autor vários fatores se combinam na constituição desta aspiração periodista da Igreja, salientando-se três ideias fundamentais que lhe dão consistência: a da propaganda, a do apostolado e a da luta contra o erro.

Em primeiro lugar, a ideia de “causa” remete-nos para a noção de ideal, de algo que assume as roupagens de um chamamento pastoral, apostólico – com inerentes compensações espirituais –, não tivesse esta “causa” sido elevada, no quadro dos pontificados das primeiras décadas do século XX, a um limiar de proporção ascética capaz de empolgar os católicos a empenharem-se ainda mais na grande mobilização periodista requerida pelos Papa a toda a Igreja:

“Gravar no espírito dos povos uma noção exata e como que a imagem de Jesus Cristo; publicar o seu amor, os seus benefícios, as suas instruções, pela pena, pela palavra, nas escolas, nos colégios, nas assembleias, eis aqui o que vós deveis considerar como a parte principal do vosso dever.”¹²

Na sequência do excerto da encíclica supracitada, podemos anuir que a *Boa Imprensa* foi assumidamente parte integrante da pastoral eclesial com conexões, por consequência, à espiritualidade cristã, sendo enquadrada como “favorável possibilidade” para uma vida sobrenaturalizada e, por conseguinte, como um eficaz instrumento de santificação. Esta colagem do trabalho periodista católico à espiritualidade cristã teve como finalidade, como, aliás, se pode facilmente descortinar nos jornais da época, promover a mobilização dos cristãos a partir do seu lado piedoso. Unir a *Boa Imprensa* à piedade cristã teve ainda como intenção não secundarizar o trabalho jornalístico, tornando-o igual, em termos de dedicação missionária, aos trabalhos de grande envergadura testemunhal da Igreja. Como fica bem claro no conselho “catequético” que encontramos no jornal *A Actualidade*, publicado em

¹² Encíclica Tametsi, de 1 de Novembro de 1900, in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*. Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 13

Ponta Delgada, em artigo intitulado “A Nova Cruzada”, 19 de Setembro de 1923, n. 196, na sua primeira página:

«Se algum dia fores jornalista, antes e depois de trabalhares beija a caneta com que escreveres. Ela é o sacho das almas. Ela é a cruz do teu sacrifício. Que importa que por ela percas a tranquilidade do teu comodismo? Só há na vida dois caminhos segundo as palavras eternas do Mestre: “Quem não é por Mim é contra Mim”».

A pastoral da *Boa Imprensa*, edificada pela abnegada colaboração de muitos artífices que colaboravam na publicação dos jornais, ascendeu, pela mão do Magistério eclesial, como atestam os documentos produzidos pelos pontificados, a um caminho favorável à sublimação espiritual por meio da estreita colaboração dos cristãos nos periódicos editados. Ora, a visão dos pontificados no respeitante ao contributo do laicado e do clero na edificação periodística, passou a ser considerada pelo Magistério como uma missão salvífica.

“A necessidade de uma boa imprensa é presentemente uma daquelas verdades que os missionários dos povoados católicos, podiam acrescentar, sem escrúpulo, àquelas verdades terríveis da salvação, que com maior estrondo se costumam pregar para despertar os pecadores e reformar os costumes” (*San Miguel*. Semanário Católico. “A boa imprensa”, 15 de Janeiro de 1910 n. 237, p. 1).

Portanto, outro dos eixos, na ótica de Manuel (2013: 164), que trouxeram espessura à causa da *Boa Imprensa* foi o apostolado, pois a cooperação jornalística passou a ser considerada um precioso auxílio ao nível do compromisso missionário cristão, uma consistente ação apostólica:

“Já que os perversos, principalmente em nossos tempos abusam dos jornais para a difusão das más doutrinas e para a depravação dos costumes, considerai como vosso dever usar os mesmos meios: eles, indignamente, para a destruição; vós, santamente, para edificação. Certamente será de muita utilidade que pessoas instruídas e piedosas se consagrem a publicações quotidianas ou periódicas; uma vez que os erros se vão, assim, dissipando aos poucos e gradativamente, a verdade se espalhará, as almas adormecidas despertarão e hão-de professar publicamente e defender com denodo a fé que elas cultivam em si para a sua salvação.”¹³

¹³ Carta aos Bispos do Peru, 1 de Maio de 1894, in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*. Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 10-11

Seguindo a direção de que a *Boa Imprensa* era um auxílio precioso na caminhada de perfeição e da santidade cristãs, reinsistiu-se na aura de sobrenaturalidade desta “causa”, algo que o Papa Leão XIII, na sua Encíclica *Militans*, de 12 de Março de 1884, deixou traduzido de forma bem clara: “mas nesta luta ardente, onde está em questão a glória de Deus e se combate pela salvação eterna das almas, toda a força e habilidade dos homens seriam vãs, não lhes viessem do céu recursos adequados aos tempos” (Leão XIII, 1951: 26).

Como já antes sublinhámos, a dimensão de luta contra o erro esteve sempre ligada a esta causa. Tal como afirma Manuel (2013: 163-164), o impacto do apelo pontifício não se fez esperar, ao mobilizar a “elite católica” para uma peleja que teve como finalidade a “restituição do primado da religião na vida social”. Suscita-se, nesta sequência, a participação de jornalistas e publicistas católicos, incluindo padres. Perpassava a crença no laicado de então de que o meio mais fácil e universal de afirmar a verdade dos valores cristãos contra o erro estava na imprensa. Na perspetiva de Manuel (2013: 163-164), o apostolado da imprensa, como podemos comprovar nos jornais açorianos, estava profundamente associado à ideia de luta, de combate, num estilo de escrita que quase tange a linguagem bélica:

“Um apostolado cristão é em qualquer tempo uma luta, que não exige menos esforço e capacidade do que a execução do mais arriscado plano de guerra, por parte do mais ilustre marechal de campanha e do seu exército.

Como todas as lutas, a luta da imprensa católica exige um esforço comum, que, para ser verdadeiro e sincero, se deve traduzir num apoio efectivo e leal prestado aos seus diferentes órgãos. Muito pouco ilustrado se deve considerar o cristão, e ainda mais o padre, que por ventura não tiver compreendido este indeclinável dever da sua fé. (*San Miguel*. Semanário Católico. “A boa imprensa”, 15 de Janeiro de 1910 n. 237, p. 1).

A par das três componentes desta “causa” aduzidas por Manuel (2013: 163-164), três outras ideias sobressaem nos periódicos da diocese de Angra, no respeitante à estruturação e crescimento da *Boa Imprensa* no arquipélago: necessidade, combate e esforço. No semanário *San Miguel*, surgido na ilha de São Miguel, no grupo oriental do arquipélago, pertencente ao grupo dos jornais católicos afetos ao partido nacionalista, ao fazer eco destes três propósitos, aliás transversais a todos os órgãos publicados nas décadas seguintes, ergue esta “causa” como o estandarte típico de uma “cruzada”, como algo que deveria ser adotado efetivamente por toda a Igreja dos Açores. Torna-se evidente de que esta ideia de “cruzada” era detentora de uma pretensão mobilizadora, compelindo todos os cristãos a não se

alhearem desta luta. De imediato, vem à colação a dimensão de voluntarismo inerente à ideia de “cruzada”. O Magistério eclesiástico, ao exigir uma abnegada participação de todos os católicos pela causa da imprensa, utilizando um discurso de estilo militante “quem não é por nós é contra nós”, como podemos comprovar das réplicas aqui transcritas das comunicações papais nos jornais católicos dos Açores, tornou-se desconfortável para os membros do laicado e do clero que não estavam dispostos a vestir a roupagem da *Boa Imprensa*, o que os podia levar a ausentar-se desta coerção mediática da Igreja:

O pior inimigo do jornalismo católico são os que limitam a sua religião à prática leviana de certos actos externos; são os que se cobrem com a capa de católicos para lhe atirarem a seta da suspeita ou da má vontade; são os que, como católicos, lhe deviam trazer o recurso das suas forças, do seu préstimo, mas que o negam. Quem não assina o jornal católico não é amigo da sua terra. Só a moral cristã nos pode salvar nesta bancarrota de pudor, de vergonha, de dignidade, que é a educação sem Deus. Amar a sua terra é desejar ver nela espalhadas as ideias do Evangelho, as únicas que na sua simplicidade encerram a prosperidade dos povos” (*A Actualidade*, “A Nova Cruzada”, 19 de Setembro de 1923, n. 196, p. 1).

Vejamos como o jornal *A Actualidade* agarrou neste propósito eclesial, engalanando-o de múltiplas bandeiras prontas a serem desfraldadas na arena do combate, isto é, na esfera pública de então tal como se fosse uma “cruzada”:

“A nova, a grande, a suprema cruzada é a imprensa católica. O jornalismo católico é o semeador da moral, o despertador dos costumes sãos e esquecidos, o que anima e alenta as fraquezas do espírito no tormento da dúvida e da ânsia de verdade”. (*A Actualidade*, “A Nova Cruzada”, 19 de Setembro de 1923, n. 196, p. 1).

O jornal *A Crença*, no respeitante ao facto de existirem cristãos indiferentes à causa da *Boa Imprensa*, ou tão-simplesmente discordantes, como poderemos inferir do excerto jornalístico que abaixo transcrevemos, opõe-se a esta anemia periodista da Igreja, com uma ferocidade condenatória impressionante, classificando-a ao nível da insensatez de alma, uma leviandade comportamental não consentânea com a evangelização na Igreja.

“Nem todo o que disser Senhor! Senhor! Entrará no reino dos céus, disse Jesus. De que servem as tuas palavras, os teus actos exteriores de religião, se não proteges a Imprensa que defende o reinado do teu Deus?
Se não tens dinheiro para auxiliar a Boa Imprensa porque cometes a cobardia de assinar os jornais contrários aos princípios cristãos, os que combatem a religião que dizes professar? Porque tiras a Deus para dar aos homens? Temes a língua deles e não receias a justiça do Senhor! Insensato, pensa bem nisto. Protege a Boa Imprensa: é a detentora

da paz do lar, da tua família e da tua pátria; é a pugnadora da tua liberdade e dos direitos; é a semeadora dos bons princípios que fazendo a felicidade individual fazem também a felicidade colectiva e a prosperidade das nações”. (*A Crença*, “A Boa Imprensa”, 24 de Junho de 1923, n. 358, p. 3).

O diarismo sempre foi algo almejado pelos bispos dos açores. Em questão estava a permanência da Igreja no quotidiano da vida das pessoas e, sobretudo, a sua presença nas mais recônditas paragens de um território descontínuo como o arquipélago dos Açores. Só as ilhas do Corvo e das Flores, no grupo ocidental, e no outro extremo do arquipélago, a ilha de Santa Maria, no grupo oriental, não tiveram periódicos católicos. De salientar ainda que este desiderato papal respeitante ao facto de a Igreja possuir periódicos em todas as paragens, ou “em cada província”, como no excerto infra se poderá ler, correspondia ao desejo de uma capilar presença da mensagem eclesial através dos *media*.

“É muito a desejar que em cada província se crie algum órgão de ensino, a fim de instruir publicamente o povo sobre os deveres que impendem a todos os cristãos com relação à Igreja, e isto por meio de publicações frequentes e, se possível, diárias. Ali ponham-se a lume, sobretudo, os méritos que a religião católica conquistou em todas as nações: mostre-se quão feliz e salutar é sua influência para os interesses particulares e públicos; demonstre-se quão importante é recolocar prontamente a Igreja na sociedade, no lugar de honra que reclamam a sua grandeza divina e o interesse das nações.”¹⁴

Outra das dimensões associadas à “causa” da *Boa Imprensa* situa-se ao nível do esforço que as instituições ligadas à Igreja tinham de efetuar para edificar, manter e desenvolver os órgãos confessionais. A esse respeito foi criado o dia da *Boa Imprensa* que as Ligas Paroquiais cultivaram, momento festivo propício à angariação de fundos, sendo fundamental para alimentar as muitas despesas inerentes a esta “causa”. Nos Açores os fundos recolhidos pela diocese eram posteriormente redistribuídos pelos órgãos de imprensa das várias ilhas. Estas iniciativas de angariação de fundos obedeciam a plano minucioso ao nível das estratégias de beneficiação da imprensa como adiante veremos. Estas iniciativas partiram, ainda antes de ser determinado o Dia da *Boa Imprensa* em 1916, do Papa Leão XIII, que, de uma forma destemida, suscita uma campanha de angariação de fundos para a Imprensa. Daí que foram as dádivas dos simpatizantes desta “causa” colocadas no limiar da

¹⁴ Carta aos bispos de Itália, de 15 de Fevereiro de 1882, in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 14-15).

mais alta prática caritativa, como poderemos ver do documento papal que abaixo transcrevemos:

“Como é tarefa da imprensa católica patentear os pérfidos desígnios das seitas, ajudar e secundar a ação dos pastores, defender e promover as obras católicas, assim é dever dos fiéis sustentar a boa imprensa, já negando ou recusando todo o favor à má, já concorrendo, diretamente, cada qual na medida dos seus meios, a fim de a fazer viver e prosperar; no que, aliás, cremos que até o presente não se fez bastante, na Itália.”¹⁵

2.5. O dia da *Boa Imprensa*.

As frequentes lamentações, em documentos pontifícios e nos artigos periodísticos, acerca das imperfeições que se constatavam nas edições dos jornais católicos constituíam um tema recorrente bem evidente nas preocupações dos redatores religiosos das primeiras décadas do século XX. Fica clara a noção de que a pastoral exercida pelos agentes eclesiásticos não poderia dispensar de modo algum o papel divulgador da imprensa. Não havia, por conseguinte, verdadeiro apostolado sem recurso ao jornal.

“Contribuir para a *Boa Imprensa* não é a realização de um preceito vulgar: é um dos grandes deveres da hora presente. Não é bom católico quem não contribui para a boa imprensa, quem lhe nega o apoio do seu dinheiro. A *Boa Imprensa* é a imprensa de Deus, é a que espalha a Palavra de Cristo, a que apregoa e defende os grandes princípios morais do Evangelho. Nesses princípios morais reside a felicidade dos povos. Sem religião não pode haver felicidade porque sem ela não há paz, nem vida social possível” (*A Crença*, “A Boa Imprensa”, 24 de Junho de 1923, n. 358, p. 3).

Nesta conformidade, quem se escusasse a contribuir com o seu auxílio para as despesas decorrentes desta grande causa da Igreja açoriana, nas primeiras décadas do século XX, era considerado um “mau católico” e, em concomitância, alguém desajustado dos valores da nação portuguesa, como poderemos observar no excerto que reproduzimos de *A Crença*: “portanto o que recusa à *Boa Imprensa* o seu auxílio pecuniário é também um mau patriota, além de ser um mau católico” (*A Crença*, “A Boa Imprensa”, 24 de Junho de 1923, n. 358, p. 3). O próprio Vigário Geral da Diocese que tantas vezes substituiu a vacatura da sede episcopal de Angra do Heroísmo, ao escrever para toda a diocese sobre a *Boa Imprensa*,

¹⁵ Encíclica aos Bispos de Itália, de 15 de Outubro de 1890, in Leão XIII (1951), Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 15

deixava bem claro que as leituras dos jornais não confessionais pelos católicos poderia ser um espelho para uma boa catalogação de personalidades e de maneiras de ser: «o antigo provérbio – “diz-me com quem andas” ... pode ser hoje substituído com muita verdade por este outro – “diz-me que jornal assinas ou lêes e dir-te-ei quais são os teus sentimentos» (*A Actualidade*, “Dia da Imprensa católica”, 1 de Junho de 1922, n. 111, p. 2).

A falta de meios económicos é, neste sentido, um dos motivos evocados com maior frequência para justificar a apática existência de muitos diários confessionais no panorama açoriano. O objetivo das dioceses seria tentar passar os periódicos eclesiais de uma situação comatosa, ao nível da sua sustentabilidade, para jornais capazes de ter outro fôlego por influência das esmolas dos fiéis.

“Socorramos a Boa Imprensa; demos-lhe o auxílio do nosso dinheiro tantas vezes gasto em ninharias ou na satisfação de vícios que degradam a alma e o corpo. Ao menos uma vez no ano lembremo-nos de que existe a Imprensa de Deus, que vive desprotegida e cheia de dificuldades e que se os católicos a não socorrerem não podem queixar-se no futuro dos maus dias que atravessarem. Auxiliemos a Boa Imprensa! Como bons católicos e bons açorianos!” (*A Crença*, “A Boa Imprensa”, 24 de Junho de 1923, n. 358, p. 3).

Esta “dependência esmoleira” levou a que alguns autores classificassem os órgãos de imprensa católicos como “periódicos mendigos”, sujeitos àquilo que a generosidade dos fiéis católicos ditasse (Domínguez, 2009: 41). Esta situação de dependência da mão benfazeja da Igreja, não obstante as muitas tentativas para deslocar o periódico católico do patamar de “mendigo” – por depender das esmolas da Igreja –, para uma posição de autossustentabilidade nem sempre foi bem acolhida. Ou seja, a edificação de um jornal que autonomizasse a sua existência pela procura nas bancas e pelas assinaturas que era capaz de angariar nem sempre foi aceite pelo episcopado da Igreja que, dessa maneira, poderia manter o seu dirigismo sobre a grelha redatorial de cada órgão da imprensa diocesana. Assim, algumas das formas de divulgação propostas pela Igreja poderiam ser classificadas de um voluntarismo amador, pouco consentâneo com aquilo que deveria realmente constituir um bom jornal – um grupo redatorial dedicado a tempo inteiro que não vivesse apenas do voluntariado eclesial. Damo-nos conta, a partir da perícopa abaixo citado, que os principais intentos inerentes à tiragem de um jornal estavam no facto de ele se poder encontrar nos espaços públicos de qualquer forma, passando-se, assim, por cima da importância dos próprios conteúdos. O que interessava era que o jornal fosse encontrado nos espaços

públicos, que a sua presença ficasse assinalada, suprimindo-se assim a atratibilidade dos seus conteúdos, o quanto isto era fundamental. Este dado leva-nos à asserção de que mais importante que o conteúdo era conseguir-se a sua presença nos espaços públicos, como se poderá deduzir do recorte que reproduzimos do *Sinos d'Aldeia*:

“Não basta que o jornal católico seja enviado ao assinante ou ao cooperador, à biblioteca ou ao gabinete de leitura, ao escritório ou à oficina – é necessário que apareça em toda a parte, acolhido com interesse ou olhado com desprazer, amarrotado e levado pelo vento das ruas ou fragmentado e varrido diante das vassouras que limpam os café e as tabernas. O essencial é que apareça, é que se lhe veja o título, é que se lhe relanceie um olhar de curiosidade. Na Inglaterra, na América do Norte, na Espanha, na Suíça, na Holanda, e quiçá em outros países, há brigadas de meninas e de rapazes católicos, alistados na sociedade londrina *The Catholic Guild*, que recolhem pelos escritórios e domicílios particulares os jornais já lidos, indo deixá-los nas mesas dos cafés, nos escritórios das agências marítimas, no convés dos navios, nos bancos dos jardins, nos salões dos teatros e em suma em toda a parte aonde possam servir aos altos interesses da moral, da religião, da disciplina e da ordem social” (*Sinos d'Aldeia*, “29 de Junho. Dia da Imprensa”, 30 de Junho de 1924, p. 1).

O dado mais decisivo, nas edições periodísticas da Igreja católica, era, pode assim dizer-se, que a Igreja fosse capaz de se libertar rapidamente do mutismo atávico que a ancorou a um lugar secundário nas sociedades de então, paralisando-a na esfera pública durante largas décadas.

“As trincheiras de silêncio que a sectária sistematicamente cava em torno dos esplendores da fé; as sortidas inimigas que a cada momento se esboçam nos domínios da crença; os ataques que a cada instante se desenvolvem contra a difusão das verdades eternas; a propaganda ostensiva e audaciosa dos princípios subversivos da anarquia moral e civil e o trabalho solapado da difusão de leituras morais e corruptoras – só podem ser neutralizados pela intensa e larga divulgação dos bons jornais, espalhados a esmo, levados a toda a parte, deixados em todos os lugares onde possa aparecer um espírito que lhes consagre um minuto de curiosidade se não de interesse.” (*Sinos d'Aldeia*, “29 de Junho. Dia da Imprensa”, 30 de Junho de 1924, p. 1).

Ora as muitas declarações a favor de uma imprensa variada, amena, e de estrutura empresarial foram sempre neutralizadas por considerações de ordem moral do Magistério, evidenciando, assim, o peso da obediência a que a Igreja estava obrigada. A imprensa católica em muitos dos seus órgãos consegue, no entanto, resistir graças ao voluntarismo e aos esforços dos membros do episcopado, apesar de não compreenderem a impotência de recursos de que era portadora face ao desenvolvimento galopante da imprensa liberal, aliás muito mais forte ao nível das assinaturas e também nas bancas.

A gritante necessidade de a Igreja possuir uma estrutura financeira sólida para a gestão competente da sua imprensa verificava-se no facto de as audiências não se conseguirem expandir, havendo uma clara cristalização em muitos jornais derivado à incapacidade da Igreja para conseguir novos investimentos.

O controlo editorial era algo muito apertado, não querendo o episcopado, como já vimos, conceder maior autonomia aos órgãos de imprensa derivado ao medo de o controlo editorial ficar desregulado. Assim, foi criado ao nível da Santa Sé o dia da *Boa Imprensa*, no dia 29 de Junho de 1920, solenidade do apóstolo São Paulo.

“Para uma tal divulgação é claro que são necessários capitais, não bastando o recurso das assinaturas e dos anúncios. Como obtê-los? Por meio da colecta do *Dia da Imprensa Católica*. Sabendo os católicos da necessidade de manter os seus jornais e de lhes a maior divulgação possível, falta porventura quem se dê à tarefa de conjugar todas as boas vontades, concretizando-as num expoente de apoio eficaz à imprensa. Demovamos de relutâncias e vamos. Aproveitemo-nos das graças que a Santa Igreja benignamente concede aos seus filhos que secundarem esta obra, oremos com fervor para que o Senhor fecunde e desperte em nossas almas as mais santas disposições e com as bênçãos do Divino Hóspede que neste dia recebemos, consagremos com ardente zelo e acrisolada caridade o *Dia da Imprensa Católica*, proporcionando aos nossos jornais os indispensáveis elementos de vida. Trabalhar pela Imprensa Católica é trabalhar pela causa de Deus e pela Pátria.” (*Sinos d’Aldeia*, “29 de Junho. Dia da Imprensa”, 30 de Junho de 1924, p. 1).

Neste dia litúrgico, a Igreja celebra o apóstolo que foi o paladino da evangelização *ad gentes*, o judeu convertido que conseguiu conferir uma verdadeira dimensão de catolicidade à fé cristã, tornando-a universal. O jornal *A Actualidade*, na sua edição do dia 1 de Junho de 1922, ousa afirmar que, se acaso houvesse imprensa ao tempo das viagens missionárias efetuadas por Paulo de Tarso, elas ter-se-iam, quase de certeza, servido da capacidade divulgadora da imprensa. Precisamente devido à capacidade que São Paulo teve de levar o cristianismo aos sítios mais improváveis, a Igreja ao tempo do Papa Bento XV, confiou o Dia da *Boa Imprensa* ao apóstolo São Paulo:

“Ficou célebre a frase de um escritor, afirmando que, São Paulo, o grande apóstolo das gentes, vivesse na época actual, se faria jornalista, tal a importância da imprensa na nobre cruzada de recristianização da sociedade. Apesar desta verdade se impor com uma evidência irrefragável, com quantas dificuldades lutam os jornais católicos!” (*A Actualidade*, “Dia da Imprensa católica”, 1 de Junho de 1922, n. 111, p. 2).

O projeto do Dia da *Boa Imprensa* foi algo que surgiu tardiamente na diocese de Angra, atendendo ao facto do Bispo que esteve na diocese, de 1915 a 1922, D. Manuel Damasceno da Costa, ter falecido prematuramente como fez eco desse facto o jornal *A Actualidade*:

“Tencionava o sr. D. Manuel Damasceno da Costa chamar a atenção do ilustre e zeloso clero açoriano para este assunto e designar o dia 29 de Junho, consagrado aos apóstolos São Pedro e São Paulo, para em todas as igrejas da Diocese se fazer uma colecta em favor da boa imprensa. A morte veio arrebatá-lo aos seus trabalhos pastorais e ao carinho dos seus diocesanos, inibindo-o de por em prática o seu levantado projecto. Executou-o, porém, agora o ilustre deão o sr. Dr. José dos Reis Fisher que, dirigindo mais uma vez, como Vigário Capitular, com a sua inteligência e a sua experiência, a Igreja Açoriana, publicou o Boletim Eclesiástico do mês findo um interessante documento, cuja parte principal gostosamente desejamos fique arquivada nas colunas de *A Actualidade*: “o jornal entrando periodicamente, muitas vezes diariamente numa casa, sem ruído, sem mesmo se fazer anunciar, dizendo, repetindo, insistindo, ontem, hoje, amanhã, vai instilando gota a gota nas pessoas que o lêem ou ouvem ler, e são todas as pessoas da família, até as próprias crianças, a doutrina boa ou má de que é pregoeiro. O seu poder de sugestão é tão grande que raríssimos são os que podem resistir-lhe, acabando quase todos por pensar como pensa o jornal.” (*A Actualidade*, “Dia da Imprensa católica”, 1 de Junho de 1922, n. 111, p. 2).

Não só surgiu tardiamente, como também só em 1920 é que se começa a celebrar no arquipélago, como demonstra o fragmento transcrito do jornal da ilha do Pico, o *Sinos d’Aldeia*. De notar que este órgão de imprensa foi o único a seguir o pedido do Papa Bento XV. Embora tivesse celebrado o Dia da *Boa Imprensa* de forma tímida, foi seguido de imediato por outro periódico da ilha de São Jorge, no grupo central das ilhas açorianas – *O Dever*:

“Pela primeira vez se vai realizar o Dia da Imprensa Católica, com carácter mundial e a expressa bênção de S.S. Bento XV, que em data de 19 de Agosto de 1920 se dignou estender a todo o mundo a indulgência plenária que em 1916 concedera aos católicos espanhóis. Em 1920 o *Sinos d’Aldeia* promoveu a comemoração do *Dia da Boa Imprensa* pela forma modesta que julgou adequada às circunstâncias locais da sede da sua publicação, procurando, nos limites do possível, obtemperar às indicações do seu Venerando Prelado e ao apelo da Obra Internacional da Imprensa Católica. A singularidade e a novidade do facto, isolaram-no, como prevíamos. No corrente ano coube a vez a *O Dever*. Este ardoroso combatente da ilha de São Jorge, delineou e deve ter levado a efeito a sua Festa da *Boa Imprensa*, que prometia revestir-se de piedade e de boas obras religiosas e sociais.” (*Sinos d’Aldeia*, “29 de Junho. Dia da Imprensa”, 30 de Junho de 1924, p. 1).

A dificuldade de os periódicos do arquipélago promoverem esta festa junto das comunidades cristãs, a partir da realidade das paróquias, foi algo que não brotou

espontaneamente, até porque o Dia da *Boa Imprensa* nos Açores, ao contrário do que se poderia pensar, não foi suscitado numa das ilhas-capitais de distrito, mas numa ilha do central – o Pico, por meio de um periódico surgido numa das pequenas freguesias da ilha, as Bandeiras:

“Confiamos, no entanto, que as exigências de vida da imprensa católica hão-de generalizar no arquipélago uma comemoração tão educativa e proveitosa, além de que o seu incremento está particularmente confiada à secção da Imprensa da Comissão diocesana das Obras Sociais, que com certeza não demorará os seus trabalhos tão oportunos e necessários à glória de Deus e ao bem da sociedade. E os Açores hão-de ocupar o lugar que lhe compete na celebração mundial do *Dia da Imprensa Católica*. Deus está connosco! Estamos com a Santa Sé. Estamos com o sr. Bispo.” (*Sinos d’Aldeia*, “A cruzada da Boa Imprensa”, 1 de Agosto de 1921, p. 1)

Também o jornal *A Crença* fez eco da necessidade de se homenagear o “apóstolo dos gentios”, o patrono do dia e da causa da *Boa Imprensa*, pela capacidade que teve em expandir e em divulgar a fé cristã pelo mundo conhecido de então:

“É o dia vinte e nove de Junho, em que a Igreja celebra a festa de São Pedro e comemora São Paulo, os dois grandes apóstolos, consagrado à “boa imprensa”, isto é, destinado para os filhos concorrerem com as suas ofertas para auxiliarem os jornais que trabalham pela causa de Deus e da salvação das almas.” (*A Crença*, “A Boa Imprensa”, 24 de Junho de 1923, n. 358, p. 3).

O Dia da *Boa Imprensa* foi lançado por vontade do magistério da Igreja, ao tempo do pontificado de Bento XV. Se, em 1916, este Papa concedeu indulgências plenárias à Igreja de Espanha se acaso celebrasse o Dia da *Boa Imprensa*; em 19 de Agosto de 1920, foi de novo concedido este beneplácito, mas agora a todos os cristãos do orbe católico desde que a sua comemoração se realizasse com os critérios delineados pelo Magistério, que mais adiante iremos ver. Todavia, nos Açores, a entrada desta celebração foi lenta iniciando-se não no centro do arquipélago mas em duas ilhas adjacentes. A sensação de o pioneiro desta celebração – *Sinos d’Aldeia* – se sentir isolado aquando destas comemorações era a prova de que nem todos os órgãos da imprensa açoriana acataram de forma empática este desiderato da Santa Sé. Realçamos que em 1920, como no ano de 1921, precisamente a data do excerto que abaixo reproduzimos, existiam cinco periódicos afetos à Igreja católica: *Sinos d’Aldeia* (ilha do Pico), *O Dever* (ilha de São Jorge), *A Crença* (ilha de São Miguel), *A Actualidade* (ilha de São Miguel) e *A Verdade* (ilha Terceira), o que ilustra que menos da

metade dos periódicos é que decidiu celebrar o dia de angariação de fundos para os jornais diocesanos, apesar de esta decisão não ser apenas do foro diocesano mas uma intenção pontifícia:

“Pela primeira vez se vai realizar o Dia da Imprensa Católica, com carácter mundial e a expressa bênção de S.S. Bento XV, que em data de 19 de Agosto de 1920 se dignou estender a todo o mundo a indulgência plenária que em 1916 concedera aos católicos espanhóis.” (*Sinos d’Aldeia*, “A cruzada da Boa Imprensa”, 1 de Agosto de 1921, p. 1).

O facto de o *Sinos d’Aldeia* ter sido o precursor desta iniciativa ilustra bem o quão atualizada estava a equipa que coordenava este jornal.

“Em 1920 o *Sinos d’Aldeia* promoveu a comemoração do *Dia da Boa Imprensa* pela forma modesta que julgou adequada às circunstâncias locais da sede da sua publicação, procurando, nos limites do possível, obtemperar às indicações do seu Venerando Prelado e ao apelo da Obra Internacional da Imprensa Católica. A singularidade e a novidade do facto isolaram-no, como prevíamos. No corrente ano coube a vez a *O Dever*. Este ardoroso combatente da ilha de São Jorge delineou e deve ter levado a efeito a sua Festa da Boa Imprensa, que prometia revestir-se de piedade e de boas obras religiosas e sociais.” (*Sinos d’Aldeia*, “A cruzada da Boa Imprensa”, 1 de Agosto de 1921, p. 1).

O facto de a diocese ainda não celebrar em todas as ilhas a solenidade de São Paulo, associada ao Dia da *Boa Imprensa*, fica a dever-se, na nossa ótica, ao facto de o Bispo D. Manuel Damasceno da Costa ter falecido subitamente, adiando aquilo que seria para se estender às nove ilhas. O Vigário Capitular que o sucedeu não teria, certamente, a autoridade episcopal necessária para levar em diante esta grande empresa da Igreja universal:

“Tencionava o sr. D. Manuel Damasceno da Costa, cuja memória perdurará nos anais desta diocese como um dos seus bispos que mais trabalharam, publicar uma provisão ordenando que no dia de São Pedro e São Paulo se procedesse em todas as igrejas e capelas a uma colecta a favor da Imprensa católica, como é uso fazer-se em muitas dioceses. A morte impediu que o saudoso prelado executasse o seu projecto.” (*A Crença*, “Dia da Imprensa católica”, 28 de Maio de 1922, n. 304, p. 2-3)

Estamos em crer que a ação do padre Nunes da Rosa, diretor do *Sinos d’Aldeia*, por quem Vitorino Nemésio nutria uma grande admiração, afirmando-o “escritor maior” dos Açores (Tomás, 2010: 62), foi certamente decisiva para esta iniciativa se ter propagado a toda a imprensa católica açoriana. Aliás o *Sinos d’Aldeia* são um caso merecedor do nosso

estudo por terem cultivado um estilo ímpar, a partir de uma das mais pequenas freguesias da ilha do Pico, as Bandeiras.

Passámos também a saber que a organização e a sedimentação desta efeméride, nas comunidades paroquiais açorianas, competia à Comissão Diocesana das Obras Sociais. A estreita obediência ao Bispo da diocese bem como ao Magistério da Igreja fica bem clara nesta passagem de o *Sinos d'Aldeia*.

É também em o *Sinos d'Aldeia* que ficámos a saber, como no ponto seguinte desta dissertação analisaremos, da existência de um cuidadoso programa alusivo ao dia 29 de Junho.

2.6. Estratégias de angariação de fundos e de implantação da *Boa Imprensa* nos Açores.

O dia da *Boa Imprensa* foi alocado à solenidade dos apóstolos São Pedro e São Paulo, com o intuito de a Igreja poder conferir um enquadramento sacro a esta causa e, à colação do religioso, poder também granjear um maior custeamento aos órgãos de imprensa afetos à Igreja.

O cenário com que nos deparamos nos jornais dos Açores, nas primeiras décadas do século XX, no respeitante à sua manutenção, é de tremenda dificuldade. Esta situação de confrangedora limitação levava os seus diretores, em tom de desespero, a ameaçar assaz vezes a suspensão das edições jornalísticas pela sua diminuta capacidade financeira. Este era um frequente clamor no periodismo católico açoriano. Com uma periodicidade impressionante, os jornalistas, colocavam-se junto dos seus leitores de mão estendida, pois não tinham outra hipótese de granjear a necessária sustentabilidade dos seus jornais que não fosse expondo a penúria que grassava nos periódicos que geriam. Aliás, alguns jornais, como o *San Miguel* e *A Actualidade*, só existiram porque os seus diretores e os seus proprietários tinham meios financeiros próprios suficientes que podiam valer à sua manutenção.

As razões desta penúria de meios era de vária ordem: ora porque o papel tinha subido exponencialmente de preço, ora porque a sua distribuição estava estabelecida de forma precária, ora porque não conseguiam fidelizar as assinaturas necessárias no interior da Igreja capazes de justificar o volume das tiragens.

“Procuremos todos nós auxiliar, manter, sustentar e promover o maior desenvolvimento da boa imprensa, a imprensa religiosa neste país onde decorre confrangida e atribulada

a vida, lutando os poucos órgãos que o são seus, com dificuldades inúmeras e lastimáveis embaraços, por falta de meios, que lhe garantam existência plácida e desafogada”. (*A Crença*, “A Boa Imprensa”, 24 de Junho de 1923, n. 358, p. 3).

Todavia, alguns diretores como Nunes da Rosa tentaram contrariar esta tendência. Através, por exemplo, de o *Sinos d’Aldeia*, foi traçado um minucioso plano de obtenção de fundos para a *Boa Imprensa*. Nesse plano, ousamos destacar, pela sua originalidade, a quinta estratégia que em seguida reproduzimos, atendendo ao facto de ser portadora de um modo quase pueril devido à maneira excêntrica como convida o público a inteirar-se dos seus artigos. Os pontos décimo segundo e décimo terceiro, também impressionam pelo seu sentido utilitarista, pois aconselham que a escolha dos espaços comerciais pelos católicos deveria ocorrer mediante a publicidade editada na imprensa católica. Este lado instrumental e utilitarista exercitado pelos jornais católicos não deixa de ser surpreendente.

Na sequência do que acabamos de dizer, as treze normas indicadas por Nunes da Rosa, por meio do seu jornal *Sinos d’Aldeia*, para a rentabilização da imprensa católica, não deixaram de constituir uma estratégia arrojada, a única conhecida na imprensa católica açoriana, com vista a libertar a ação dos periódicos da sujeição da generosidade eclesial.

1. Assinar um jornal católico;
2. Assinar um jornal católico de sociedade com dois ou três amigos;
3. Recomendar o jornal aos amigos e angariar-lhe assinaturas;
4. Passar o jornal, depois de lido, a outras mãos;
5. Servir-se de bons jornais para embrulhos, depois de assinalar os artigos mais notáveis, as notícias mais importantes;
6. Fazer em toda a parte o elogio do jornal católico;
7. Trocar o jornal católico por outro, ímpio ou incolor. Este, ou se põe de parte sem se ler, ou se deita ao fogo.
8. Pedir sempre o jornal católico nos hotéis, nos cafés, nas estações, devendo deixá-los no teatro, nos bancos dos passeios, etc., assinalando sempre os artigos principais.
9. Exigir que em todas as lojas onde costumamos fazer compras, ou nos lugares que mais frequentamos, esteja patente o jornal católico.
10. Oferecer-se a quem deseja assinar o jornal católico, para o mandar vir imediatamente.

11. Comunicar ao jornal que se assina tudo o que possa interessar os leitores; informa-lo sobre os artigos que mais agradam ou desagradam. Este é um grande auxílio. Os redactores não são omniscientes nem infalíveis, aceitam, sempre, com reconhecimento, um bom conselho, e gostam de saber as impressões do público.
12. Procurar de preferência as livrarias, as tabacarias, etc., que vendem o jornal católico, e as lojas dos negociantes que o assinam.
13. Mandar anúncios para o jornal católico, exortar outros ao mesmo; fazer compras nas casas anunciantes, e notar lá que se preferiram pelos anúncios que se leram.
(*Sinos d'Aldeia*, “A Boa Imprensa. Modos fáceis de a auxiliar”, 29 de Junho de 1922, p. 2).

2.7. O programa festivo do Dia da *Boa Imprensa* nos Açores.

O programa festivo para o Dia da *Boa Imprensa* obedecia a três momentos indicados por Nunes da Rosa no jornal *Sinos d'Aldeia*: dois momentos preparatórios e um detalhado plano para o Dia da Imprensa Católica.

Embora esse plano tivesse o apoio e o impulso do Vigário Capitular da diocese, Cónego Reis Fisher, dado que os Açores nessa altura estavam sem Bispo, realçamos que tenha sido o picoense *Sinos d'Aldeia* que, em 1920, tivesse com o seu arrojo rasgado novos horizontes para a expansão do periodismo insular, a partir das ideias postas em prática na diocese de Sevilha sobre o Dia da Imprensa Católica, muito antes ainda de ter sido decretado na diocese açoriana essa possibilidade de celebração para o dia 29 de Junho.

“Os católicos açorianos sempre bem-dispostos para tudo o que seja obra de caridade, não deixarão certamente de correr ao apelo que agora lhes é feito e que poder ser considerada como a última vontade do saudoso bispo, que em vida tanto veneraram a cuja morte todos sinceramente e com razão lamentam. Portanto, com a maior confiança determino que o dia 29 de Junho de cada ano, em que a Igreja celebra a festa dos Apóstolos São Pedro e São Paulo, seja para esta diocese o dia da Boa Imprensa em que, avisados previamente os fiéis, se fará em todas as igrejas e capelas, onde se celebre missa para o povo, uma colecta destinada às necessidades da Boa Imprensa.” (José dos Reis Fisher (1922), “Dia da Imprensa católica”, *A Crença*, 28 de Maio, n. 304, p. 2-3).

Reis Fisher, analisando as necessidades da imprensa do seu tempo, vê-se na obrigação de pôr em decreto a coleta para a angariação de ofertas para a *Boa Imprensa*, mas somente em 1922. Já dois anos antes a ilha do Pico se tinha antecipado a essa data, ao promover as

comemorações. A Igreja açoriana deve muito ao Cónego Fisher pela liderança que foi capaz nos Açores, em cenários de sede vacante (1910-1915 e 1922-1924). Ele próprio tinha uma consciência muito clara quanto aos benefícios que uma diocese poderia haurir caso possuísse uma imprensa bem estruturada: “o poder de sugestão da imprensa é tão grande que raríssimos são os que podem resistir-lhe, acabando quase todos por pensar como pensa o jornal” (José dos Reis Fisher (1922), “Dia da Imprensa católica”, *A Crença*, 28 de Maio, n. 304, p. 2-3).

Para a cimentação desse projeto era necessário dinheiro, muitas vezes escasso para as despesas decorrentes de cada um dos periódicos afetos à Igreja açoriana. Reis Fisher, ao ter consciência dessa situação, decidiu mobilizar por toda a Diocese pedidos de auxílio, apontando a entrega de donativos para esta causa, no dia 29 de Junho.

“Nestas circunstâncias qual é o nosso dever de católicos? Responde a consciência de cada um, na certeza de que se não auxiliarmos, como devemos, a boa imprensa, nunca será possível contrapor a boa à má doutrina. E, se isso se não fizer, um sombrio futuro se prepara para as nossas lindas ilhas dos Açores, já um pouco contaminadas pelo erro e pelos vícios, como dia a dia vão mostrando os factos em toda a sua crueza. Espero em Deus que tal não aconteça, porque seria muito louvável que nas cidades, vilas e aldeias, onde pudesse ser, se organizassem comissões, principalmente de senhoras, que no mesmo dia promovessem festas de caridade, cujo produto seria destinado ao mesmo fim.” (José dos Reis Fisher (1922), “Dia da Imprensa católica”, *A Crença*, 28 de Maio, n. 304, p. 2-3).

Interessante verificarmos que para a constituição das Comissões ou Ligas da *Boa Imprensa* o responsável da Igreja açoriana pretendia que esses grupos de trabalho fossem constituídos essencialmente por senhoras, devendo-se talvez esta menção ao facto de o compromisso religioso das mulheres na Igreja estar ornado de outra expressividade.

Ora a celebração do Dia da *Boa Imprensa*, proposta para toda a Igreja, tinha como prémio a concessão de uma indulgência plenária pelo Papa Pio XI e assentava em três pilares fundamentais, de acordo com a proposta deste Pontífice: oração pela “causa” da *Boa Imprensa*; preparação para a sagrada comunhão e comunhão eucarística no dia 29 de Junho de junho; por fim, um donativo para as despesas inerentes a todo o processo editorial dos jornais afetos à Igreja. Só assim é que a Indulgência poderia ser concedida e levar os seus efeitos regeneradores nos fiéis: “Sua Santidade o Papa concedeu uma Indulgência Plenária aos fiéis católicos de todo o mundo que celebram o Dia da Imprensa Católica, orando, recebendo a Sagrada Comunhão e concorrendo com um donativo para a colecta da *Boa*

Imprensa” (*Sinos d’Aldeia*, “29 de Junho. Dia da Imprensa”, 30 de Junho de 1924, p. 1). De acordo com estes pressupostos, oriundos do Magistério para a concessão da indulgência plenária, o padre Nunes da Rosa, delineou, a partir da diocese de Sevilha, um programa detalhado para a celebração desse dia como em nenhuma outra ilha açoriana foi possível realizar. Podemos perguntar se esta programação partiu unicamente da sua intuição pastoral. Não, porque essas determinações foram emanadas pela revista *Ora et Labora*, da diocese e cidade de Sevilha, com uma importância determinante na forma como a *Boa Imprensa* passou a ser celebrada em todo o mundo. A concreta finalidade desta festividade aparece bem mencionada no ponto dois da preparação remota, na alínea a): oração, propaganda e coleta.

Como abaixo verificaremos, três módulos preparatórios norteiam esta celebração – a preparação remota, a preparação próxima e a celebração do dia da festa da *Boa Imprensa*:

“Aproximando-se mais uma vez a celebração do dia da *Boa Imprensa*, destinado a intensificar e difundir a imprensa católica por meio da oração, da colecta e de convenientes e oportunos meios de propaganda, não vem talvez fora de propósito oferecer aos nossos leitores o esquema dos conselhos práticos às Comissões Diocesanas e locais da Espanha e da América Espanhola e aos cooperadores da festa formulados pelo director da Obra *Ora et labora*, de Sevilha, e distribuídos pela imprensa católica de todo o mundo.

Como se organiza o dia da *Boa Imprensa* (preparação remota):

1. Designem-se as pessoas que hão-de compor a Comissão Organizadora, e escolha-se a presidente das senhoras encarregadas da colecta.
2. Principie-se a tempo a campanha de propaganda na imprensa local, podendo fazer-se por meio do Boletim Paroquial, e consistirá no seguinte:
 - a) Notícia da festa com menção do seu fim, seu programa *Oração, Propaganda e Colecta*, e que a mesma se celebrará em todo o mundo.
 - b) Alocução vibrante, *in his omnis homo miles*.
 - c) Informação do que se faz em outras partes para persuadir com o exemplo.
 - d) Pormenorização dos meios que se podem adoptar para a celebrar na localidade.
3. Consultem-se os directores de publicações católicas sobre o que de melhor convém fazer em matéria de propaganda.

Escolha-se de entre os membros da Junta uma comissão especial que se consagre a que no dia da *Boa Imprensa* se faça uma colheita de novas assinaturas para os bons jornais e se dêem as baixas possíveis à imprensa sectária e ímpia.” (*Sinos d’Aldeia*, “29 de Junho. Como se organiza o Dia da Boa Imprensa”, 10 de Junho de 1924, p. 1)

A preparação próxima tinha essencialmente como objetivo assegurar a presença dos principais intervenientes convidados para o dia *Boa Imprensa*, bem como diligenciar os bons ofícios das comissões paroquiais, para se conseguir uma conveniente divulgação das celebrações que iriam ocorrer nessa data. Estas iniciativas partiram das conclusões das

Assembleias da *Boa Imprensa* de Sevilha, sendo a primeira realizada em 1904. Este movimento de encontro dos intervenientes da imprensa católica de Espanha suscitou, no seio dos jornais católicos de todo o mundo, a clara noção de que era necessário os agendes mediáticos unirem-se para traçar rumos em comum, sendo porventura a Assembleia de Sevilha também a suscitadora, anos mais tarde, da reunião dos jornalistas católicos açorianos, a 9 de Agosto de 1923, em Vila Franca do Campo.

“Preparação próxima (primeiros dias de Junho):

Convidem-se as pessoas que tenham de actuar: pregador, conferencista, orador para as Vésperas. Preparem-se os impressos, programas e folhas para a distribuir.

15 dias antes: ao amanhecer do domingo aparecerá exposto ao público à entrada da Igreja o cartaz anunciador da festa universal. Designem-se as senhoras que hão-de constituir os turnos que às portas das Igrejas farão as colectas. Oito dias antes: Num domingo ou dia festivo se distribuirá pelos fiéis, em cada uma das Missas, uma folha anunciadora do Dia da *Boa Imprensa*, da indulgência plenária e da colecta. Pode também este anúncio ser feito do púlpito. Deve realizar-se uma reunião de senhoras postulantes que poderá estudar o meio de aumentar a colecta. E em seguida enviam-se aos domicílios as circulares, cartas, ou impressos especiais para a colecta. Havendo Boletim Paroquial nele devem os párocos anunciar as suas festas. Seis dias antes: convoque-se uma reunião dos organismos postos em acção por motivo do Dia da Boa Imprensa. Quatro dias antes: com prévio anúncio comece-se o Tríduo da Santíssima Trindade com solenidade e sermão, ou mesmo rezado, fazendo-se com que a Imprensa dele dê notícia que se difunda entre as massas católicas. Na véspera: com mais fruto do que no próprio dia de São Pedro espalham-se profusamente exemplares do Boletim ou periódico local exortando os católicos a celebrar a festa como quer o Papa e recomendam os Prelados. O que deve fazer-se no próprio dia da festa merece um capítulo à parte. Dele nos ocuparemos no próximo número.” (*Sinos d’Aldeia*, “29 de Junho. Como se organiza o Dia da Boa Imprensa”, 10 de Junho de 1924, p. 1)

Os critérios estabelecidos para a celebração do Dia da *Boa Imprensa* são oriundos da diocese de Sevilha, como aqui já foi dito, sendo Nunes da Rosa o pioneiro da sua aplicação nos Açores. O Movimento *Ora et Labora* nasceu no Seminário Conciliar de Sevilha, sendo este movimento constituído na sua quase totalidade por seminaristas que foram capazes de organizar, com ressonâncias positivas que se estenderam a todo o mundo, uma estruturada propaganda a favor da imprensa católica. Ao fundarem uma publicação mensal com o mesmo nome – *Ora et Labora* –, conseguiram expandir as suas arrojadas ideias inspirando outras dioceses a efetuar o mesmo (Ruíz, 2005: 156). Só a título de exemplo, o movimento de seminaristas de Sevilha que posteriormente se transformou em *Centro Sacerdotal Ora et Labora* iniciou um movimento que se alastrou por todo o orbe católico, influenciando vários Seminários em Portugal e em muitos países, somando um total de dez mil seminaristas que contribuíram com a sua criatividade para a causa da *Boa Imprensa*. Esta onda de pensamento

periodista, a partir dos Seminários espanhóis, conseguiu também gerar outro movimento em 1916 denominado *La Cruzada de la Prensa* que teve um papel meritório ao nível do apoio técnico e económico à imprensa (Ruíz, 2005: 158). Nesta conformidade, anuímos que Nunes da Rosa tinha conhecimento das publicações que pela Andaluzia se publicavam sobre esta causa, sendo um leitor atento e, quase certo, um assinante dos órgãos do *Ora et Labora* de Sevilha.

Neste sentido, as propostas para o Dia da *Boa Imprensa* fundavam-se essencialmente num programa religioso, com uma componente formativa e espiritual, confluindo esta ação programática para a consumação da esmola para a imprensa. Olhando para a panóplia das celebrações que preenchiam por completo o dia 29 de junho, que abaixo exporemos na íntegra, poder-se-á depreender um intuito de inclusão da imprensa católica na sensibilidade espiritual da Igreja. Além dessa tentativa, ressaltava, uma vez mais, o esforço de consciencialização de que a criação periodística era algo de fulcral para os novos tempos, imprescindível, portanto, para o apostolado da Igreja.

1. Comunhão Geral. Deve celebrar-se não em uma igreja mas em todas, embora menos concorrida em cada uma, convidando-se para isso os membros das associações estabelecidas na Igreja respectiva. Se for possível celebre-se a Missa para a comunhão, e antes dela afervorem-se os fiéis suplicatoriamente pelo Papa e pela *Boa Imprensa* e em desagravo ao Sagrado Coração de Jesus pelas ofensas que lhe inflige e faz infligir a imprensa ímpia e má. Recorde-se aos fiéis que unindo a oração à esmola lucram a indulgência plenária que o Papa concedeu a esta festa.
2. Festa solene com sermão. A mesma festa do dia pode servir admiravelmente para o fim do Dia da Boa Imprensa, sendo fácil a aplicação do tema São Pedro e São Paulo, a Igreja à propaganda católica e à imprensa, tanto mais quanto ao Sumo Pontífice, com suprema autoridade, sancionou esta festa a favor do jornalismo católico. Se a festa em si parece não admitir senão a petição e o desagravo, o sermão da festa pode versar a doutrina da Igreja sobre as boas e as más leituras e aplicá-la aos periódicos. O fomento positivo do Dia da Imprensa Católica e a protecção económica que para ela se pede, tem ainda um aspecto mais simpático, pois pode considerar-se como uma grande propaganda da verdade católica e uma obra de misericórdia espiritual. A festa de amanhã terminará com a oração da Liga de Orações lida no púlpito.
3. Festa da tarde. É aceitável a prática de reunir os fiéis à volta do Santíssimo Sacramento, fazendo-se uma prática sobre a imprensa, cantando-se a ladainha de Nossa Senhora e terminando o acto com a Bênção.
4. À noite. Sarau, conferência ou outro acto atraente em sala apropriada, aproveitando-se a oportunidade para vulgarizar as questões da imprensa, tornando-a merecedora do interesse colectivo. Não omitir-se a distribuição de folhas soltas.
5. A colecta. As dificuldades que de ordinário impedem a realização de uma boa colecta, devem remover-se com o anúncio prévio da mesma e dos seus fins, espalhando-se folhas *ad hoc*, com a publicação da indulgência e a lista de subscrição das pessoas mais qualificadas.

6. Os meios para realizar a colecta não devem ter outros limites senão os aconselhados pela moral cristã e assim não devem circunscrever-se ao peditório da manhã na igreja, mas segundo as circunstâncias da localidade deve fazer-se na rua e nos domicílios.
7. Aproveitando-se em cada paróquia o que possível for ao que acabamos de lembrar, far-se-á com muito fruto, em toda a parte, o *Dia da Imprensa Católica*.
O Director da *Ora et Labora* (*Sinos d'Aldeia*, “29 de Junho. Programa para o Dia da Imprensa”, 20 de Junho de 1924, p. 1).

Fica-nos a asseverar estas transcrições, alusivas à celebração do Dia da Imprensa Católica, a exigência descrita pelo jornal *A Verdade*, da cidade de Angra do Heroísmo, em que é assinalado com firmeza a necessidade de nenhum católico se alhear do dever de contribuir para a sustentação da imprensa católica com os seus haveres, não podendo, inclusive, invocar a situação de pobreza ou de carestia de dinheiro. A questão é, pois, colocada de um forma imperativa, na qual nos apercebemos da separação de dois campos, em que se espelha um certo maniqueísmo patente na divisória “bom” e “mau”. No que diz respeito à receção das publicações católicas, damo-nos conta de que dois territórios ficam delimitados: o campo dos cristãos conscientes das suas obrigações, da sua fidelidade à Igreja; e o campo dos católicos que se ausentam dos seus deveres para com as determinações emanadas pelo Magistério pontifício:

“Daqui não há-de fugir: ou se é católico pelo cumprimento destes deveres, ou tais deveres se não cumprem e quem os despreza não tem direito de chamar-se católico. Sendo todo o cristão um soldado a quem impende defender a fé, cabe-lhe a imperiosa obrigação de manejar a imprensa ou contribuir para isso. Daqui não há-de fugir: ou se é católico pelo cumprimento destes deveres, ou tais deveres se não cumprem e quem os despreza não tem direito de chamar-se católico. Todavia, cremos que os nossos leitores são católicos e querem sê-lo pelo cumprimento dos seus deveres. Pois que entre eles contem o de sustentar os jornais que defendem a Igreja. E ninguém se desculpe com as dificuldades da vida e carestia desta. Nunca entre nós houve tanto dinheiro; basta pois querê-lo para encontrá-lo que dê para tudo o que importa e urge em consciência.” (*A Verdade*, “Um dever”, 28 de Agosto de 1920, n. 1383, p. 1).

2.8. A imprensa Açoriana e o Magistério da Igreja.

A imprensa católica produzida nos Açores, com os seus jornais espalhados pela descontinuidade do território insular, nunca seguiu um rumo isolacionista, alheado das recomendações da Igreja. Antes pelo contrário, sempre manifestou a preocupação de se sintonizar com o Magistério da Igreja, provando a sua fidelidade ao bispo diocesano com a

firme consciência de que ele é o interlocutor mais fidedigno na porção de território que constitui uma diocese. Esta fidelidade à autoridade também é comprovada nos inúmeros textos pontifícios reproduzidos nas publicações de então, o que significava o estreito vínculo mantido ao Vaticano.

A obediência ao Magistério era, assim, uma exigência fundamental para que um jornal fosse considerado afeto à Igreja católica, uma condição sem a qual jamais poderia aparecer nas bancas com a chancela da Igreja. Obviamente que isto trazia consequências no respeitante à linha editorial, que se refletia nos conteúdos. Esta delimitação editorial fez com que as publicações periódicas fossem muitas vezes, no que concerne aos assuntos religiosos, citando Tengarrinha (2013: 800), uns “pregoeiro de ideias”, “uns copiadores” de textos, muitas vezes estranhos, oriundos do distante Vaticano. Esta realidade mais do que significar uma imagem de um seguidismo cego ou irracional diante dos ditames do Magistério eclesial, ilustrava estava um modo de ser, o estilo típico da Igreja face ao cumprimento do conselho evangélico da obediência. Trata-se de algo estritamente ligado à natureza da própria Igreja, aceite-se ou não. A Igreja, ao assumir esta face obediente ante a hierarquia, ponha de parte a presença do contraditório, dando azo ao surgimento de um estilo aquilo designado por Manuel (2013: 227) como espírito “cruzadístico e unívoco”. Ora este estilo refletia-se nos conteúdos editoriais, sublinhando-se nos seus textos um papel eminentemente difusor, fazendo com que os seus leitores se situassem num patamar de simples consumidores. Uma massa de quem se esperava fidelidade e uma atitude passiva e acrítica face ao periódico recebido (Manuel, 2013: 230).

Mas quando a linguagem do Magistério, como podemos inferir do texto que abaixo reproduzimos, anuímos então que o cumprimento estrito da obediência conferia um estilo próprio às edições católicas.

“Na submissão à Igreja os jornais católicos devem ser os primeiros a dar o exemplo. Efetivamente, se a ação da imprensa viesse a tornar mais difícil aos Bispos o cumprimento da sua missão; se dela redundasse uma diminuição do respeito e da obediência que lhes são devidos; se com isso a ordem hierárquica estabelecida na igreja de Deus viesse a ser afetada e perturbada, arrogando-se os inferiores o direito de julgar os superiores, a doutrina e a conduta dos seus pastores, então a obra desses jornais seria não somente estéril, mas muitíssimo prejudicial.”¹⁶

¹⁶ Carta ao Núncio de França, 4 de Novembro de 1884, in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*. Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 18

O mesmo é reafirmado pelos bispos portugueses, quanto à estrita obediência ao Magistério da Igreja, na sua Pastoral Coletiva de 29 de setembro de 1922, sobre as desinteligências que ameaçavam dividir o campo católico. Neste documento os bispos cingiam um apertado garrote aos criadores literários dos jornais, estancando tudo o pudesse trazer divisionismo ao seio da Igreja. Assim, o episcopado português reafirma de forma bem clara, a todos os jornalistas, que usem de “submissão” face ao que lhes é pedido pela Igreja. Diante desta determinação normativa, naturalmente que os feitores dos órgãos da imprensa católica açoriana se sentiam espartilhados para gerar uma opinião que saísse espontaneamente da sua pena livre, nem tal assomo de criatividade, presumimos nós, passava sequer pela cabeça da maior parte deles. Todavia, como iremos ver nesta dissertação, existiram diversos casos na imprensa açoriana que contrariaram esta obrigatoriedade eclesial.

“Os jornais católicos devem acatar a voz dos bispos. Esse dever se incumbe geralmente a todos, incumbe de modo mais rigoroso aos escritores de jornais, os quais não sendo animados deste espírito de docilidade e submissão, tão necessária a todos os católicos, contribuiriam para difundir e agravar os males que se deploram. A sua obrigação em tudo que toca aos interesses religiosos e à acção da Igreja na sociedade, é submeterem-se plenamente, de inteligência e de vontade, como todos os outros fiéis, aos seus bispos e ao pontífice romano; seguir e tornar conhecidos os ensinamentos deles; secundar com decidida vontade as suas iniciativas; e respeitar e fazer respeitar as suas determinações.”
(*A Actualidade*, “Deveres dos Jornais católicos segundo a Pastoral Colectiva”, 31 de Janeiro de 1923, n. 162, p. 1)

No programa traçado pelo Magistério sublinham-se três pontos-chave que deviam nortear a ação do artífice da notícia: defender os direitos da Igreja nas sociedades, fazer com que a aura esplendorosa da Igreja provinda da sua autoridade divina seja de novo suscitada pela ação da imprensa e acatar o bom conselho do episcopado. A este respeito, será bom lembrarmos que os bispos só se começaram a reunir em Portugal, com alguma regularidade, na sequência da Primeira República, encontros que até então não se verificavam. Estes encontros do episcopado geraram diversas pastorais conjuntas divulgadas pelas dioceses do país.

“Obter-se-ão bons resultados se os escritores observarem os deveres próprios dos que porfiam por causas justas, isto é, como explicamos alhures, se observarem as conveniências, a moderação, a prudência, a caridade, e se defenderem, com isso, impreterivelmente, os princípios da verdade e da justiça, se sustentarem os direitos sagrados da Igreja, se fizerem resplandecer a majestade da Sé Apostólica, respeitar a

autoridade dos que regem os negócios públicos e se, no cumprimento desses deveres, se lembrarem de procurar, como é justo, a direção dos bispos e de seguir-lhes os conselhos. Vós tereis assim, Veneráveis Irmãos, um meio excelente para desviar das fontes envenenadas os povos que vos são confiados e conduzi-los às fontes da salvação.”¹⁷

Segundo vários autores (Domínguez, 2009: 40), a imprensa desta época pode caracterizar-se como sendo mais de pendor ideológico do que de carácter informativo. Esta asserção é inferida da constatação de que os órgãos de imprensa foram utilizados pelo Magistério como instrumentos de produção de conteúdos destinados a estancar o processo de descristianização decorrente do triunfo do liberalismo. Podemos dizer, nesta sequência, que há um “caracter dogmático” nestas publicações procedente das obrigações do episcopado, podendo nós enquadrar a imprensa católica, produzida no arco temporal que delimita esta dissertação, na denominada “imprensa doutrinária”. O objetivo, por isso mesmo, da sua doutrinação, subscrevendo a perspectiva de López (1994: 33), não era tanto o de oferecer produtos informativos capazes de cativarem um amplo espectro de público, mas fundamentalmente reafirmar junto dos seus leitores os conteúdos mais convenientes, definidos pela Igreja como prioritários, aliás bem explícitos no excerto aqui citado da “Carta aos Bispos do Peru”, de Leão XIII: direitos eclesiais, venerar o lado majestático da eclesialidade e reconhecer a autoridade episcopal da Igreja. Se o capítulo do religioso é merecedor de um tratamento especializado ao nível da notícia, não será despiciendo dizer que a matéria religiosa deveria ser olhada num âmbito de respeito pela sua verdade. Há que reconhecer que a própria Igreja tem responsabilidades na leitura que o mundo efetua sobre si, estendendo-se essa visão no modo como são entendidas as suas instituições. Ora, deixa de poder haver qualquer tratamento especializado ao religioso, segundo Beorlegui (2012: 198), se acaso o que prevalecer for o juízo preconcebido por parte da Igreja, se eventualmente ela alimentar a sua afeição por uma ideologia, desembocando inexoravelmente esta atitude num esvaziamento das componentes da verdade sobre a própria Igreja e os seus organismos.

Neste sentido a imprensa católica, ao nível da sua produção escrita, por estar assente essencialmente em conteúdos de opinião, não veio trazer a componente de verdade de que

¹⁷ Carta aos Bispos do Peru, 01 de Maio de 1894, in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*. Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 17

acima falámos, por enveredar por um estilo mais combativo do que informativo (López, 1994: 33).

Nesta caracterização sucinta acerca disposições que o jornalista deveria ter no seu trabalho, era-lhe também requisitado, ou a quem fornecia os conteúdos para os jornais católicos, o despojamento dos seus “intentos ególatras”, uma vez que o trabalho jornalístico em nada devia apoucar a autoridade do Magistério eclesial como se pode comprovar do excerto que abaixo reproduzimos. Em causa estava a promoção da união no seio da Igreja devendo o jornalista cultivar um sentido de reverencial obediência para com os seus “chefes”, submetendo o seu trabalho ao competente parecer da hierarquia. Por conseguinte, o jornalista ou o colaborador dos jornais católicos açorianos não poderia assim filtrar ou tratar a notícia que lhe era pedida, limitando-se a transplantá-las sem qualquer tratamento jornalístico, transformando muitas vezes o jornal num mera coletânea de artigos (Manuel, 2013: 228):

“Se, para conservar a união, por vezes for necessário renunciar ao seu sentimento e ao seu parecer, forçamo-lo de bom grado em vista do bem comum. Que os escritores não poupem nenhum esforço para manter em todas as coisas esta concórdia dos espíritos; que seja sua norma submeter-se com piedade filial aos Bispos que o Espírito Santo colocou para reger a Igreja de Deus, que lhes respeitem a autoridade e nada empreendam sem sua vontade, pois, nos combates pela religião, devem-se seguir os chefes”¹⁸

A autoridade e a memória dos pontífices foi muitas vezes invocada no arquipélago com o objetivo de se conseguir uma real mobilização da Igreja residente nas ilhas para a causa da *Boa Imprensa*, o que pelas permanentes reclamações dos órgãos de imprensa da altura nem sempre foi uma tarefa conseguida com êxito, atendendo a uma endémica indolência do clero e do laicado para as tarefas jornalísticas. Outro motivo desta anemia jornalística, constantemente salientado na imprensa, radicava no facto de as comunidades cristãs enfermarem de uma atávica suspeita sobre a eficácia da imprensa na ação evangelizadora. Estava ainda longe de ser apanágio da prática pastoral das ilhas conceder um estatuto de indispensabilidade ao papel da imprensa no processo de evangelização.

O grito quase suplicante do jornal *A Verdade* era espelho da necessidade de uma muito maior mobilização da Igreja açoriana para a causa da *Boa Imprensa*, prece esta que sendo transversal a todos os jornais, foi constantemente rogada ao longo dos anos. Perguntámos se

¹⁸ Encíclica *Nobilissima Gallorum*, 8 de Fevereiro de 1884, in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*. Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 19)

esta situação de apelo constante a um maior compromisso da Igreja na imprensa se devia ao reconhecimento do seu distanciamento, do seu amadorismo de meios quando confrontada com os órgãos de imprensa não confessionais do arquipélago dos Açores, ou se, em contrapartida, era tão-somente devido à simples indiferença do laicado e do clero relativamente ao papel dos *media*.

“Verberámos o abandono a que os católicos votam a sua imprensa, que, no dizer autorizadíssimo do imortal Pontífice Leão XIII é um dos melhores meios de defesa da Igreja e da Religião. Como está dito e redito a imprensa é indispensável para a vitória. Podemos, pois, concluir: o jornal e a revista são armas muito vantajosas e como tais recomendadas pelos Bispos e Papas, para a defesa da religião e propagação da fé. Sendo todo o cristão um soldado a quem impende defender a fé, cabe-lhe a imperiosa obrigação de manejar a imprensa ou contribuir para isso.” (*A Verdade*, “Um dever”, 28 de Agosto de 1920, n. 1383, p. 1).

Todavia, algo começava a emergir de concreto nos responsáveis pelo periodismo católico as ilhas dos Açores. Evento que haveremos de estudar de forma pormenorizada mais adiante nesta dissertação – o Congresso dos Jornalistas Católicos Açorianos –, realizado sob a convocação dos jornais *A Crença* e de *A Actualidade*, teve um impacto decisivo na imprensa das ilhas por corresponder ao desiderato formulado pelo episcopado no respeitante à união de todos os que trabalham na Igreja. Este acontecimento jornalístico, iniciado a nove de Agosto de 1923, foi um momento suscitador de novos horizontes na imprensa das ilhas. Uma das conclusões a que os jornalistas católicos insulares chegaram foi que a má receção do jornal católico por parte da própria Igreja era o “magno problema” das edições periodistas nos Açores. Aliás, na perícipe que abaixo transcrevemos, os congressistas açorianos deixaram bem claro que a sustentabilidade dos jornais dependia da solidariedade, do contributo de poucos diocesanos sustentavam de forma meritória a imprensa num esforço isolado. Este congresso foi uma resposta concreta, por parte de quem trabalhava nos jornais açorianos, aos apelos lançados pelo Magistério da Igreja para que nas dioceses as publicações periódicas conseguissem trabalhar em franco espírito de união, estruturadas em sinergias até então inexistentes no contexto insular, superando, assim, os tradicionais particularismos típicos dos meios pequenos e isolados.

“O Congresso dos jornalistas católicos açorianos concordou que não bastam os incalculáveis sacrifícios dos que têm mantido, com o seu generoso esforço isolado, a boa imprensa entre nós; importa que cada membro da família católica lhe preste o seu concurso na esfera da sua actividade e das suas possibilidades, não como quem faz uma

esmola, mas como quem cumpre um dever de imposição estrita. Temos insistido neste ponto do magno problema da boa imprensa, porque é nele que deve ser procurada a respetiva incógnita. Obreiros não têm faltado nesta parte da vinha do Senhor; assim abundasse a ferramenta indispensável para o amanhã devido às condições de lugar e tempo. A indiferença desalentadora com que muitos católicos olham ou comentam a paganização social e os meios apontados como únicos remédios com que a devemos debelar, prova ou a crassa ignorância do maior número, que não raciocina claro, ou uma profunda apatia moral incapaz de reação e reabilitação.” (*A Verdade*, “Pio XI falando da Imprensa”, 20 de Outubro de 1923, n. 1485, p. 1).

III Parte

A imprensa nos Açores no início do século XX.

3. Os inícios do periodismo nas ilhas.

Ao darmos início ao segundo capítulo da presente dissertação, pretendemos efetuar o enquadramento da edificação da imprensa católica açoriana nas primeiras três décadas do século XX, ou seja, intentamos caracterizar a moldura temporal que delimita a investigação realizada. Para irmos ao encontro das origens do periodismo açoriano teremos de nos socorrer dos estudos de Mesquita (1998: 26). Segundo este autor, oriundo das ilhas açorianas, damo-nos conta de que a chegada da imprensa ao arquipélago, bem como a sua posterior evolução, esteve impreterivelmente associada a revoluções, às circunstâncias que alteraram o curso da história insular, havendo, inclusive, na sua ótica, uma notória ligação do fluxo periodista às convulsões de ordem política nacional com os seus consequentes efeitos na ordem política regional. Mesquita (ibid.) encontra, assim, no “gene” revolucionário liberal o “quilómetro zero” da imprensa nos Açores. Ora a reorganização liberal operacionalizada por D. Pedro IV nas ilhas, na primeira metade do século XIX, deu origem, na linha do pensamento de Mesquita (ibid.), ao “desembarque” dos jornais nas nove ilhas atlânticas, transportados “na bagagem do exército liberal”. As novas ideias e correntes do século XIX chegavam aos Açores, segundo João (2008: 122) a um ritmo muito próximo do que ocorria no Continente.

O posicionamento apresentado por Mário Mesquita no respeitante ao surgimento da imprensa nas ilhas conduz-nos, por conseguinte, à apreciação do impacto na imprensa das convulsões sociais e políticas nos Açores, nas primeiras três décadas do século XX. Vários momentos históricos se entrelaçam na existência dos dezassete órgãos de imprensa que constituem o corpus científico da presente dissertação. Ora as réplicas provenientes das sublevações sociais, políticas e religiosas têm as suas raízes mais profundas ainda no século XIX, com a célebre questão do *Ultimatum*. Nesta conformidade, traçamos, num quadro muito genérico, algumas das principais convulsões aditadas por Mesquita responsáveis pela proliferação de órgãos de imprensa no contexto açoriano, entre elas as ressonâncias do *Ultimatum* lançado à nação portuguesa com as consequentes vagas nacionalistas que atravessaram a última década da monarquia constitucional; a queda da monarquia; a acintosa

relação Igreja-Estado na sequência da Lei da Separação de 1911 aquando da implantação do regime republicano; o vazio de liderança na sede da diocese de Angra devido à ausência de um bispo residente anos a fio; a primeira guerra mundial com as consequentes carestias que se verificaram no arquipélago; a revolução de 1926; e, finalmente, a importância do Concílio Plenário Português em 1926 que aplicou em Portugal o Código de Direito Canónico de 1917. Este concílio veio a constituir um evento decisivo, norteador da atuação da Igreja em Portugal por deliberação do episcopado de então. Foi com o Concílio Plenário Português que os muitos órgãos de imprensa espalhados pelas dioceses começaram a dar lugar a órgãos oficiais pelo país, originando, assim, uma autêntica depuração em muitos jornais católicos que se esfumaram a favor de uma concentração política nas dioceses portuguesas. O surgimento da imprensa católica nos Açores esteve, nesta conformidade, inteiramente relacionado com os fluxos revolucionários continentais e insulares.

Nos Açores, como já acima dissemos, a imprensa desembarcou com os exilados liberais que trouxeram consigo os materiais necessários para a montagem da primeira tipografia na ilha Terceira, em 1829. A título de curiosidade, entre 1830 e 1899, foram criados 415 periódicos nas ilhas dos Açores, sendo a única exceção a ilha do Corvo. A imprensa nas duas mais importantes ilhas sob o ponto de vista populacional – Terceira e São Miguel – remonta aos anos 30 do século XIX, mas apenas se expande para as restantes ilhas na segunda metade do século XIX (João, 2008: 138-139). A imprensa surgida no início do século XIX e que se desenvolve até ao século XX nos Açores caracterizava-se, ao nível da sua periodicidade, da seguinte maneira: a mensal era rara, sendo as mais frequentes a quinzenal, a semanal e a diária. Esta realidade manteve-se nas edições da imprensa católica, sendo a imprensa diarista a mais difícil de por em prática, no entanto era a mais desejada pelas dioceses, pois, a partir de Leão XIII, torna-se fortemente recomendada por todos os Papas que se lhe seguem. Nos dezassete órgãos investigados na presente dissertação apenas três foram diários: *A União* (1893-2013), *O Correio dos Açores* (1908-1911), *A Verdade* (1911-1924), todos nascidos na cidade de Angra do Heroísmo.

Os periódicos eram mantidos pela dedicação de alguns indivíduos que desempenhavam múltiplas tarefas e muitos deles tinham um reduzido número de páginas. O anticlericalismo tinha uma forte expressão nos Açores, atravessando todo o século XIX até ao quadro que delimita esta dissertação, incidindo quase sempre nas mesmas facetas da vida sacerdotal: ociosidade, corrupção e influência negativa dos padres, como podemos inferir do

texto que abaixo citámos do jornal *San Miguel*, onde, em pleno cemitério de Ponta Delgada, foram vociferados provocatórios impropérios que tangem a maledicência ao clero:

“A classificação mais benigna que se pode dar aos factos ocorridos no dia 13 do corrente no tribunal judicial desta comarca é a de um abuso intolerável. No número passado não nos referimos a ele por não estarmos ainda com o espírito bem tranquilo, para o tratar com a devida frieza que é indispensável. Tratava-se de uma polícia correcional em que era queixoso o Padre Francisco José Ferreira e réu Martins Correia.

O motivo da polícia foi por, no enterro de Manuel de Chaves, o réu ter num discurso à beira da sepultura proferido frases ofensivas para o queixoso e para o clero em geral, bem como para a Igreja católica, chamando-lhe de garoto, canalha e aos padres em geral, açambarcadores de heranças, bolos de excremento, que se esfregavam debaixo dos pés.” (*San Miguel*, “Um abuso intolerável”, 23 de Maio de 1908, n. 153, p. 1).

Havia, por conseguinte, uma permanente querela que se destapava despudoradamente nos jornais editados, dirigida pelos opositores à eclesialidade, nomeadamente os sectores maçónicos e laicos, aos conservadores e ultramontanos, que se agrupavam em torno dos periódicos da Igreja Católica (João, 2008: 139). O clero, nas suas pregações, localizava a Maçonaria como a grande inspiradora desta permanente tensão entre a Igreja e os sectores políticos afetos ao republicanismo, onde o clima de barricada e de desconfiança era constante, acentuando, cada vez mais, um abismo entre ambos os setores responsáveis por grande parte do periodismo que se efetuava no país: a Igreja e os partidos Políticos. Até porque grande parte do periodismo que se efetuava no país (48%), era de cariz político (Ramos, 1994: 47).

“Os terríveis manejos da maçonaria contra os Jesuítas têm sido constantes e diabolicamente inspirados. A maçonaria inventa contra esses padres quanto lhe apraz e convém. O povo tudo acredita, e aceita na melhor boa-fé ou até mesmo com a melhor boa vontade de os chacinar sem dó nem piedade. Não decorreram ainda muitos anos que em Lisboa se inventou que os jesuítas andavam à caça de crianças para as derreterem, a fim de lhes aproveitar o óleo que, depois de preparado e engarrafado, seria aplicado à cura de várias doenças! O povo, o grande “instruído” povo de Lisboa acreditou em semelhante absurdo, e, na praça da Figueira, houve por essa ocasião um enorme alvoroço, sendo depois frequente durante muito tempo, o susto de muitas mães que, ao avistarem um padre, agarravam febrilmente nos filhos ao colo para com eles fugirem cheias de medo e de terror! Ultimamente, ao aproximar-se a revolução republicana, inventou-se, entre muitas outras coisas, que os jesuítas tinham feito largas compras de armamento e que essas armas se achavam prontas à primeira voz do colégio de Campolide. Aquilo já não era um colégio era um arsenal!” (*San Miguel*, “Muito se mente”, 17 de Dezembro de 1910, n. 284, p.2).

Ou como podemos notar nas páginas do jornal *O Dever*, surgido na isolada Vila do Topo, ilha de São Jorge, e ainda hoje um sobrevivente, que de forma intrépida se insurgia contra as ofensivas maçónicas ao sector do ensino:

“Não estamos em república. Estamos em maçonaria! E esta maçonaria em que estamos actualmente é uma maçonaria requintadamente perversa, e estupidamente violenta, desbragadamente imoral. Imoral, sobretudo, como nenhuma outra. Não sabemos se é do conhecimento de todos os pais e mães portuguesas, que pela última lei da instrução pública as crianças de ambos os sexos, dos 7 aos nove anos, frequentarão a escola do sexo feminino, as dos 10 aos 12, irão para as escolas do sexo Masculino, a fim de que todos os meninos e meninas recebam instrução dos senhores professores. Esta lei começa a vigorar no próximo Outubro. Chama-se a isso pura maçonaria, mas maçonaria acanhada e torpe. É a maçonaria dando o assalto à escola primária, para que lá não se leia senão o seu ridículo catecismo a preparar uma geração exclusivamente laica e anticatólica, em hostilidade permanente contra a Igreja, contra Deus e contra a austera moral cristã.” (*O Dever*, “Ó pais, ó mães!”, 26 de Julho de 1919, n. 110, p. 1).

No que concerne à caracterização da imprensa nascida nos Açores, após a presença das tropas liberais no arquipélago, Tengarrinha (2013: 799) faculta-nos a impressão de um jornalismo insular anquilosado na sua contingência territorial, um produto oriundo de ilhas isoladas, quais “Santas Helenas napoleónicas” perdidas no meio da vastidão atlântica. Segundo este autor, na sua incontornável obra “Nova história da imprensa portuguesa”, os órgãos de imprensa nos Açores, constituíam ecos do degredo das gentes insulares, destituídos de qualquer disposição teleológica, sem uma finalidade que não apenas as questiúnculas inerentes à pequenez do território da ilha. Na sua ótica, o jornalismo do arquipélago existia para os açorianos como uma expressão das tensões sociais que despontavam em cada ilha, páginas pouco atrativas por serem expressão do exílio natural procedente dos habitantes de ilhas cercadas pelo oceano.

A visão pouco abonatória sobre a produção jornalística das ilhas, apresentada por Tengarrinha, e comprovada nas edições fastidiosas de muitos periódicos insulares, teve como causa o facto de o jornalismo açoriano estar condicionado pela distância a que se encontrava dos centros de decisão do Continente: “há-de ser acanhado, restrito ao pequeno horizonte que o cerca e envolto sem querer nas questiúnculas da terra: os grandes acontecimentos escapam-lhe” (ibid.:799). A interpretação fornecida por Tengarrinha acerca da imprensa açoriana é que se tratava de uma produção insular para insulares sem a capacidade de suscitar repercussões exógenas. As trezentas léguas de oceano que separavam o jornalismo das ilhas dos centros de decisão continentais, a longa travessia do mar que

separa as ilhas da metrópole condicionavam inexoravelmente a atualidade da mensagem periodística num contexto em que os transportes se cingiam a barcos quinzenais que operacionalizavam o transporte de passageiros entre o continente e as ilhas. O distanciamento geográfico e social originava que a presença da voz da imprensa açoriana, a força da sua mensagem chegasse arrefecida junto dos públicos exógenos à realidade das ilhas. A divulgação dos periódicos açorianos fora do espaço da ilha tornava-se assim em algo quimérico dada a falta de atualidade dos seus conteúdos. O sabor requentado das notícias dos órgãos de imprensa do arquipélago, muitas delas transcritas assaz vezes dos órgãos da capital, confinavam-nos, assim, a um comprimido reduto de distribuição, não ultrapassando o público da ilha.

Porventura sabe-nos a alguma crueza este olhar de Tengarrinha (2013: 800) sobre os jornais açorianos, caracterizando-os como sendo portadores de um jornalismo descapitalizado de qualquer hipótese de influenciar as zonas de decisão do país. O enquadramento do jornalismo açoriano, na ótica do supracitado autor, situa-o, na nossa ótica, numa categoria muito chã, rebaixado ao nível de um “pregoeiro de ideias, um copiador de reflexões estranhas” oriundas da metrópole. As frequentes polémicas jornalísticas que medravam na exiguidade da arena insular consubstanciam a caracterização supracitada e incidindo no esgrimir de contendas entre pessoas, mais do que debruçar-se sobre a discussão de grandes questões a nível nacional. Todavia, esta versão sobre a produção jornalística do século XIX nos Açores alterou-se nas primeiras décadas do século XX, como, aliás, iremos ver no capítulo dedicado às matérias tratadas pelos jornais agregados à diocese de Angra.

Assim, o protagonismo das elites intelectuais não prescindiu do palco da imprensa. A crescente tendência para a especialização fez emergir diferentes tipologias de folhas para além das políticas, noticiosas e religiosas (Silva, 2011: 74). De facto, subscreve-se Sardica (2010: 109) quando afirma que os cinquenta anos que vão de 1860 a 1910 constituíram o tempo mais relevante do jornalismo em Portugal, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos (novos e melhores jornais).

Ao observarmos a transição ocorrida do século XIX para o século XX, é notória a evolução na imprensa, nas décadas que mediam o início da “fase industrial da imprensa” – que José Tengarrinha (1989: 211-215) localiza no ano de 1860 – e a vitória republicana, em 1910, constituindo o tempo mais marcante e mais decisivo da modernização do jornalismo nacional, quer em termos quantitativos (mais jornais), quer em termos qualitativos (novos e

melhores jornais), assinalando o apogeu, até aos dias de hoje, da influência da imprensa na vida social e nos centros decisores da política. Subscrevemos também a este respeito o pensamento de Reis Leite (2008: 154), como contraponto à visão de Tengarrinha no respeitante à caracterização de imprensa açoriana, em que o fechamento e o pouco interesse dos seus conteúdos eram as tónicas dominantes. Ora segundo Reis Leite (ibid.), os jornais que floresceram nas ilhas, tornaram-se veículos privilegiados de divulgação e de pensamento e também locais de discussão pública de “projetos sobre e para as ilhas”. Os jornais foram, no século XIX, o mais conseguido veículo de criação literária, de divulgação de ideias e de incentivo de cidadania. Sem eles, os Açores teriam sido outra coisa. Todos eles formaram a mais eficiente rede cultural insular. É nos jornais que encontramos, nessa época, os melhores exemplos da afirmação da identidade insular e a tomada de consciência do desenvolvimento necessário para as ilhas. No seguimento da visão de que os jornais constituíram meios propiciadores de uma cimentação identitária da cultura arquipelágica, iremos aprofundar nesta dissertação a correlação entre a imprensa e o conceito que veio a definir a identidade açoriana: o conceito de açorianidade.

Assim, segundo o óculo de Reis Leite (ibid.), a identidade da imprensa açoriana estava numa relação direta com o modo de ser das gentes açorianas. Esta marca identitária verificava-se nos temas mais frequentes que os órgãos de imprensa apresentavam. Segundo Tengarrinha (2013: 800), o quadro temático estendia-se desde a dimensão religiosa com a consequente defesa da Igreja nas ilhas até à defesa dos valores económicos e sociais regionais. A preocupação com a instrução era algo também recorrente, bem como as preocupações assistenciais e beneméritas, realçando-se que a orientação política raramente era explicitada, algo no entanto que veio a alterar-se com a ligação de amplos sectores da Igreja católica ao Partido Nacionalista e já na segunda década do século XX, no período republicano, com a criação do Centro Católico Português. Outra tendência que sempre caracterizou a imprensa açoriana, constituindo mesmo um traço identitário transversal a todos os periódicos, com importantes repercussões também na imprensa católica, foi a componente literária, que respondia por sua vez à procura do público açoriano por estas temáticas. Inclusive, segundo Ramos (1994: 47), a criação literária nessa época precisava do periodismo para se estabelecer, pois, o “mundo dos livros era apenas um anexo do mundo da imprensa”, era quem dava os pés ao mundo dos escritores, constituindo a grande hipótese para o escritor de viver da pena.

Associada à componente literária presente no periodismo católico, encontrava-se quase sempre também uma preocupação instrutiva (Tengarrinha, 2013: 803), como podemos notar na preocupação literária de o semanário católico *A Actualidade*, da cidade de Ponta Delgada:

“Na ilha de São Miguel dá-se actualmente um facto deveras consolador: é uma revivescência no campo literário. Poetas e prosadores trabalham dedicadamente, desferindo as cordas de sonoras liras ou escrevendo páginas, em que o pensamento por vezes brilha fulgurantemente. O aparecimento de *A Actualidade* coincidiu com esta revivescência e com desvanecimento dizemos que alguns dos seus colaboradores são mais do que uma fagueira esperança, porque o seu talento é uma realidade. Hoje este semanário tem o prazer de publicar um formoso soneto de Rolando de Viveiros, poeta já consagrado, cujos versos têm matizado o jornalismo local. Intitula-se “A saudade” essa bela produção de Rolando de Viveiros, para quem ficam abertas as portas da sala dos poetas de *A Actualidade*.” (Ernesto Ferreira (1920), “Por nossa casa”, *A Actualidade*, 3 de Junho, n. 18, p. 3).

A sobrevivência dos jornais insulares constituía uma odisséia, uma luta que combinava imensos fatores, não só a componente económica, como iremos verificar, mas também a sua conduta. Muitos dos órgãos afetos à religião católica nas ilhas assumiram, claramente, um tom de combate declarado. Ilustrando um mundo dividido entre dois campos, de um lado o erro, do outro o certo; de um lado a mentira, do outro a verdade, o mal e o bem. Esta atitude, longe de granjear leitores, afastava-os, criando publicações que muito a custo suscitavam interesse fora do reduto em que medraram.

Os tiques de cruzada de que a imprensa católica estava impregnada articulavam-se por inteiro com as orientações pontifícias, como se poderá comprovar da declaração de Leão XIII a esse respeito: “Uni-vos! Para repelir o ataque furioso que dá à cidade de Deus a liga dos seus inimigos; formai, sob a direcção de vossos bispos, uma falange compacta” (*Novo Mensageiro do Coração de Jesus*. Lisboa. Numero 22 de 1883, p. 577).

Não nos surpreende que alguns jornais desse tempo utilizem uma linguagem impregnada de um hálito bélico, recorrendo mesmo a termos menos próprios para um jornal católico. Uma outra ideia muito comum, segundo Carvalho (2010: 282), encontrada frequentemente na imprensa católica, é a verificação de que o problema não está na força dos adversários da Igreja, mas na fraqueza dos católicos e que entre estes se encontram os maiores inimigos da Igreja, como se pode comprovar dos excertos que transcrevemos do jornal católico *San Miguel*, de pendor assumidamente nacionalista:

“O clero continental reuniu-se em Braga, num Congresso eclesiástico, para deliberar sobre o modo como havia de obter não só o melhoramento da sua condição temporal, senão também moral e social, perante as outras autoridades civis, a imprensa, e os povos. Os párocos dos Açores não estão em melhor situação temporal do que os párocos do continente. Párocos que recebem muito pouco e coadjutores que não recebem quase nada. Ele devia, pois, por dever de solidariedade, por conveniência própria, reunir-se nesta ocasião, discutir as suas necessidades, e nomear um ou mais delegados que o representassem neste congresso de Braga, e expusessem os seus clamores. Foi isto o que fez? Não. Em nenhuma das ilhas deste arquipélago houve o mais pequeno movimento. Que denota este silêncio, este torpor, esta inação? Que todos estão contentes e satisfeitos com a sua sorte? Não. O que isto denota é que o clero açoriano está moralmente morto. Não se move, porque não tem ação própria. Os seus movimentos dependem todos dessa política que tem servido, que continua a servir, e a que está disposto continuar a servir. O clero açoriano deve o seu mal-estar à política rotativa. Se quiser mudar de condição deverá lançar-se nos braços do nacionalismo.” (*San Miguel*, “O clero açoriano perante o clero do Continente”, n. 24, 11 de Novembro de 1905, p. 1).

O forte teor crítico, de que o semanário *San Miguel* foi um pregoeiro na cidade de Ponta Delgada, tinha a sua origem na atitude descorada da Igreja católica em Portugal, crítica essa que no excerto que abaixo transcrevemos se refere ao amortecimento eclesial ante os novos ventos anticlericais do republicanismo. O lado inerte e amorfo da Igreja sempre suscitou na imprensa católica a mais viva contestação e espírito de divergência, como podemos comprovar da fortíssima mensagem para o episcopado português, por parte do semanário *San Miguel*:

“Continua a ser de uma penosa incerteza o destino da fé católica no nosso país. São apenas decorridos quase dois meses após a proclamação da república, e neste período tão curto a religião cristã recebeu já dos poderes do Estado os golpes mais terríveis, com que podia ferir o ódio sectário, que jurou exterminá-la. Suprimiu-se o juramento cristão, foi abolida o ensino religioso das escolas, estabeleceu a lei do divórcio, desconhecera-se os dias santificados, sem que até agora às estâncias do poder chegasse uma voz de protesto a favor das crenças religiosas da quase totalidade do país. O episcopado português só fez saber às estâncias superiores a sua existência pela adesão ao novo regime. Os católicos portugueses assistem estáticos a este desmoronar da sua crença e finam-se de tristeza, vendo a apatia com que são recebidos os decretos mais vexatórios para a sua consciência cristã, sem uma voz de comando que lhes desperte o ardor da fé e os incite à união para a defesa das suas liberdades religiosas. Que nos espera mais? Não devia ser inesperado o golpe com que se sente ferida a Igreja no nosso país, pois de há muito estava prometido.

Que espera o episcopado português para se dirigir aos poderes públicos reclamando deles o respeito às crenças dos milhares de fiéis confiados à sua vigilância? A Igreja católica em Portugal está dando ao mundo inteiro o mais triste espectáculo de cobardia, subserviência e dissolução. Somos hoje a abominação do mundo cristão, o opróbrio do catolicismo. A nossa apostasia não carece de maior prova. Vergonha, vergonha! Que há-de fazer depois e tudo isto a imprensa católica do país, que até agora tem vivido da iniciativa particular, do esforço generoso de poucos, desajudada do elemento oficial

eclesiástico? Uma coisa apenas: depositar a sua pena nas mãos dos prelados portugueses.” (*San Miguel*. Semanário Católico, “A hora presente”, 26 de Novembro de 1910, n. 218, p. 1).

Os periódicos que conseguiram afastar-se das vagas de conflitualidade endógena à realidade das ilhas, que evitaram linguagens agrestes no tom e na escrita, tiveram o mérito de não afastar leitores, como aconteceu com o sobrevivente de grande fôlego que ainda é o *Açoriano Oriental*, como aliás é salientado pelo semanário católico *San Miguel*, em Abril de 1910.

“O *Açoriano Oriental*, para honra dos seus três quartos de século o recordamos, nunca desmentiu a seriedade das suas colunas, maculando-as com tal nódoa, de que muitos órgãos da imprensa não conseguem infelizmente preservar-se. Sob o ponto de vista religioso, e com absoluta verdade não poderíamos inscrever sob o nome de *Açoriano Oriental* o título de semanário católico, porque o nosso respeitável colega não se fez alistar, para o serviço ativo, nas hostes que lidam no combate pelos princípios da religião católica, é-nos grato ver que ele não se enfileira ao lado dos nossos inimigos. Se não entra nas lides em que nos empenhámos pelas nossas crenças, que são o nosso orgulho e a nossa força, nem por isso a impiedade e a irreligião lograram obter guarida nas suas colunas; o princípio religioso não lhe lança em rosto um desacato, um desrespeito; nem a Igreja nem o clero lhe devem desagravos. De tudo isto resulta o facto deveras significativo e para todos honroso, de ser a festa das bodas de diamante do *Açoriano Oriental*, não uma festa que um cunho privativo impeça de transpor os umbrais da sua redação, mas uma festa que toda a imprensa considera como sua; uma festa de todos, uma festa do público, que se associou à imprensa para evidenciar a sua simpatia pelo mais antigo dos jornais que se publicam em terras de Portugal. Felicitando vivamente o *Açoriano Oriental*, fazemos votos porque mais se prolongue a sua já larga vida” (*San Miguel*. Semanário Católico. “Palavras de Amigo ao *Açoriano Oriental*.”, 23 de Abril de 1910, n. 251, p.2).

O *Açoriano Oriental* soube tingir a escrita das suas páginas com a cor suave da concórdia, nunca cavando grandes fissuras no frágil tecido sociocultural da ilha onde nasceu e se manteve até hoje. O sábio condão de gerar pontes, de afastar o perigo de expor as feridas do divisionismo sempre foi apanágio do jornal mais antigo do país. A comprovar isto mesmo foi a existência da maior crise passada pelo *Açoriano Oriental* (1976-1979), aquando das campanhas independentistas patrocinadas pela Frente de Libertação dos Açores (FLA). Os três anos em que não foi publicado ficaram a dever-se à deriva independentista assumida pelas suas páginas, não se compaginando esse radicalismo com a aura de sensatez que sempre foi um predicado do maior órgão de imprensa dos Açores. Fechado este parêntesis sobre o *Açoriano Oriental* podemos também dar o exemplo, embora efémero, de um semanário surgido na costa norte da ilha de São Miguel – *O Norte* –, da cidade da Ribeira

Grande, que tentou lançar pontes de concordância ao nível político e religioso, embora sem grande sucesso, pois apenas teve um ano de existência. Este cunho harmónico, quando imprimido nas páginas dos jornais, tornava-se algo fundamental para a sobrevivência dos órgãos de imprensa católica na realidade territorial das ilhas:

“Entendemos sempre que a imprensa, quando tem por ideal a defesa dos interesses religiosos, cognominando-se católica, não perde por este facto a sua natureza informadora da opinião pública dos interesses gerais. Constituindo um tribunal cabe-lhe o carácter de imparcialidade. É por isto que trabalhando nesta folha desde a sua fundação, não nos dói a consciência de nunca ter vacilado perante os respeitos humanos, curvando-nos qualquer imposição ou ameaça. Vivendo no meio de um povo profundamente crente e respeitador da religião, não nos são indiferentes os seus males, ainda mesmo que pareçam estranhos à missão religiosa, que exercemos.” (*O Norte*, “A nossa atitude”, 22 de Setembro de 1900, n. 280).

Dos dezassete órgãos de imprensa estudados na presente dissertação, foram poucos os jornais que se radicalizaram que conseguiram sobreviver. A provar esta asserção está o facto de apenas restarem três casos portadores de significativa longevidade no seio da imprensa católica açoriana – *O Dever*, *A União*, *A Crença* –, um trio que soube ao longo das décadas imprimir um cunho harmónico às suas edições. Todos os outros órgãos de imprensa católica, ora pelo seu espírito de cruzada religiosa, ora pelas suas impetuosas tomadas de posição políticas, ora por constituírem palcos onde discorreram querelas pessoais ou comunitárias, ilustrando muitas vezes um divisionismo interno no seio da Igreja, vêm confirmar a condição necessária de sobrevivência já sublinhada no *Açoriano Oriental*, qual elixir de longevidade no contexto insular: a capacidade de gerar pontes e de se distanciar de clivagens radicais. Esta realidade inerente à pequenez dos meios insulares vem assegurar que um jornal, para conseguir sobreviver numa ilha, terá de ter em conta um cuidado extremo na maneira como olha para os seus leitores. Ontem como hoje, cada leitor, enquanto comprador de jornais, é portador de um papel precioso para a sobrevivência de um jornal no contexto social de uma ilha (Tengarrinha, 2013: 801).

Deixamos como nota histórica que antecedeu o nascimento dos dezassete órgãos de imprensa católicas que formam o *corpus* empírico da presente investigação, a menção aos seus antepassados adâmicos, aqueles que foram os pioneiros da presença cristã no periodismo insular, nas duas maiores ilhas do arquipélago. São eles na ilha de São Miguel *O Templo: jornal religioso, Moral e Literário*, surgido em Ponta Delgada a 15 de Setembro de 1856, tendo o seu ocaso a 15 de Dezembro de 1857. Na ilha Terceira, também no século

XIX, surgiu *O Católico Terceirense: Jornal Religioso e Literário*, nascido em Angra do Heroísmo a 15 de Janeiro de 1857, que, tendo uma existência efémera, expirou a 15 de Outubro de 1858. Ambos sobreviveram pouco mais de um ano.

3.1. Os açorianos e a imprensa.

Para podermos descrever a relação dos açorianos com a imprensa na época estudada na presente dissertação, será necessário debruçarmo-nos sobre os índices de literacia nas maiores ilhas dos Açores – São Miguel, Terceira e Faial –, no início do século XX.

As taxas de analfabetismo entre a população açoriana atingiam mensurações inacreditáveis em 1890: 80,2% em Ponta Delgada, 74,7 % em Angra do Heroísmo; a cidade da Horta, pesar de constituir o burgo portador dos maiores indicadores de alfabetização, apresentava, assim mesmo, um grau de iliteracia na ordem dos 72,8%. Estes números não estavam, no entanto, em desconformidade com os indicadores percentuais de analfabetismo do país que eram sensivelmente idênticos. Esta situação não se devia somente à ausência de oferta escolar, pois, no ano letivo de 1888-1889, só quatro freguesias açorianas não possuíam escola primária. Todavia, quando os alunos se matriculavam, não significava que cumprissem o curriculum do ensino básico (João, 2008: 124). Muitos faltavam às aulas, sendo que os liceus criados pela reforma de Passos Manuel, em 1844, eram escolas a que apenas uma parcela muito pequena da população açoriana tinha acesso por se confinarem às antigas capitais de distrito: Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta.

Daí podermos anuir que os periódicos fundados pela Igreja nos Açores, na ótica de Costa (2008: 372), também constituíram uma forma de a Igreja procurar responder a uma sociedade em progressivo decréscimo das taxas de analfabetismo. Era também a maneira de contrariar certas elites, que utilizavam os jornais para fins que as autoridades consideravam ilegítimas, tal como sucedia com outras atividades lúdicas, como a dança, o teatro e o cinema.

Se observarmos o contexto socioeconómico da maior ilha do arquipélago açoriano, há quem considere, no contexto finissecular, os anos 90 como uma década de ouro para a cidade de Ponta Delgada e para a ilha de São Miguel. Muita da prosperidade sentida, no início da última década do século XIX, se deveu à iniciativa económica desses anos (Silva, 2011: 73). Associado a esta explosão de iniciativas privadas no seio da sociedade micalense, há que

salientar o lançamento do cabo submarino em Setembro de 1893, que ligou o Continente aos Açores, representando um melhoramento de monta – por intervenção e persistência de Hintze Ribeiro (ele também um micaelense) –, que veio permitir a utilização da telegrafia submarina que determinaria uma profunda alteração nas comunicações insulares, com evidentes consequências para a imprensa.

Ora, data dos meados do século XIX a primeira ideia de uma ligação telegráfica com os Açores, a qual só viria a concretizar-se quarenta anos mais tarde (Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2014: 11). Isolados no meio do Atlântico só por meio do telégrafo submarino poderiam romper o seu isolamento do mundo. A imprensa fez de imediato eco desse rompimento dos Açores com mundo ao nível comunicacional.

Em 8 de junho de 1893 foi apresentada no parlamento a proposta de lei que autorizava o governo a contratar com a companhia inglesa *Telegraph Construction and Maintenance* o lançamento e exploração do cabo. A chegada à Horta do cabo submarino verificou-se no dia 22 de Agosto, sendo no imediato trazido para terra a ponta do cabo e encaminhada para a casa da amarração do cabo submarino (Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2014: 17). No dia 27, o rei D. Carlos inaugurava oficialmente o serviço telegráfico entre Portugal e os Açores. Nessa data, o rei transmite, a partir da estação telegráfica de Carcavelos, a seguinte mensagem dirigida ao presidente da Comissão distrital de Ponta Delgada: “Sinto-me deveras feliz ao enlaçar a Mãe-Pátria por um vínculo quase tão íntimo como o pensamento que nos reúne ao valoroso povo açoriano – está aberto à circulação o cabo telegráfico entre Lisboa e os Açores”.

Estava longe de se imaginar a corrida à internacionalização da rede de cabos submarinos do atlântico norte, uma vez que a primeira ligação com Carcavelos tinha uma carácter assumidamente doméstico (Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, 2014: 19).

Pela ilha do Faial, através dos cabos submarinos, passou o sentir do mundo dito civilizado, fazendo a ligação entre a velha Europa e o novo continente das Américas, percorrendo as profundezas dos oceanos. A Horta estava assim ligada à Europa e aos Estados Unidos da América através dos cabos transatlânticos que entretanto tinham sido amarrados da Horta aos terminais de Manhattan Beach, New York e em Canso, Nova Escócia (Silveira, 2002: 22). Foi a chegada do cabo submarino que influenciou a fundação por Manuel Emídio Gonçalves, em 2 de Setembro de 1893, de um dos diários centenários dos Açores – *O*

Telégrapho. No editorial do seu primeiro número é feito o enquadramento que vem revelar a importância decisiva que a telegrafia submarina teve na imprensa açoriana: “todos querem saber e saber depressa. O jornal é o complemento natural da comunicação telegráfica dos nossos dias”. Sem dúvida que o jornal se assumiu como a extensão natural do cabo submarino ao nível do contexto insular (Andrade, 1994: 109). Poderemos afirmar que os Açores tinham enfim inaugurado a conectividade com os quatro cantos do mundo através desta forma de trazer informação. A imprensa, bem como o arquipélago, foram beneficiários da localização dos Açores no meio do Atlântico.

Este processo de comunicação telegráfico baseado no funcionamento de eletroímãs, capaz de transmitir sinais através de uma linha, indo operar um receptor, que, por sua vez, transformava os impulsos elétricos em caracteres dum código gravados ou escritos numa fita de papel em movimento (Silveira, 2002: 29), tiveram um enorme impacto numa imprensa que estava até então condicionada pela sua situação geográfica.

Entretanto o governo português, como já dissemos através de Hintze Ribeiro, tivera em conta o isolamento das lhas dos Açores entre si, em termos de comunicações, estabelecendo mesmo a obrigatoriedade da empresa contratante para o lançamento do primeiro cabo para os Açores de implantar ramais entre as ilhas do Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Terceira, cabendo aos serviços telegráficos nacionais a incumbência da construção das linhas terrestres entre si das quatro secções submarinas: Faial (Lagoa) – Pico (Areia Larga); Pico (Prainha do Norte) – Terceira (Angra); São Jorge (Ponta da Caldeira) – Graciosa (Praia) (Silveira, 2002: 42).

A nova realidade trazida pelo cabo submarino também influenciou no significativo número de periódicos surgidos na ilha de São Miguel. Ora a relação entre o número dos jornais que aí surgiram, no início do século XX, com o total dos seus habitantes, faz-nos chegar à surpreendente contagem de um órgão de imprensa para 5.500 micalenses, o que ultrapassa à época as melhores estatísticas internacionais, detidas pelos Estados Unidos (1: 7.000) e Suíça (1: 8.000), situando-se a média nacional em um jornal para 14.500 habitantes. Estes dados parecem até contradizer a crua realidade de iliteracia que apresentámos. Apesar de estes números nos admirarem, acabam por revelar uma conexão enganadora no que diz respeito à relação dos jornais editados com os seus leitores efetivos. Facilmente, na ótica de Machado (2009: 419), chegamos à compreensão de que uma coisa era esta relação e outra, bem diferente, a do número de exemplares em circulação, aqui regra geral reduzido. Por

exemplo, em 1903, dos 22 periódicos da ilha do Arcanjo São Miguel, nove tinham tiragens até 200 exemplares, sete entre 200 e 500, e apenas um entre os mil (*O Reclamo*, de distribuição gratuita) e os três mil exemplares (*Diário de Anúncios*).

Durante a I República assistiu-se a uma gradual diminuição do número de jornais insulares, não apenas pela desproporção entre títulos e leitores que inviabilizava a sobrevivência das publicações, mas atendendo às próprias limitações do meio insular e ao agravamento dos custos de produção devido ao encarecimento dos materiais tipográficos em resultado da I Guerra Mundial (Silva, 2011: 27). Este dado contraria os dados que nos chegam do continente português, pois, segundo Alves (2012: 23), foi no decurso da Primeira República que a imprensa católica conheceu um grande crescimento nas principais cidades portuguesas, contrariamente ao que se passava nas ilhas. A título de exemplo, entre 1911 e 1926, nasceriam 166 títulos, num total de 217 títulos contabilizados em Portugal (Alves, 2012: 23). Em 1900 a imprensa portuguesa consistia em 416 títulos de publicações periódicas de todos os géneros. Em 1910 o número subira para 543. Em Portugal, o tipo de jornal que existia em quase todos os distritos no início do século XX era semanal (64% do total dos jornais), tirava entre 200 e 800 exemplares (67%) e tinha índole política (48%) (Ramos, 1994: 47). Semanalmente, este género de imprensa deveria ter como tiragem cerca de 150.000 exemplares no seu conjunto, muito menos do que a imprensa diária de Lisboa e do Porto no seu conjunto. Lisboa e Porto concentravam 42% de todas as publicações e praticamente só nestas cidades, no continente, havia jornais diários. A indústria tipográfica, à exceção da década de 1890, andou sempre em expansão (Ramos, 1994: 49).

O êxito da imprensa do republicanismo em Portugal deve-se menos ao republicanismo do que ao facto de terem sido alguns desses jornalistas radicais a fundar em Portugal um estilo sensacionalista, na perspetiva de Ramos (1994: 50). Este estilo foi, aliás, um apanágio de muitos jornais desenvolvido nessa época em todos os países europeus. Só as folhas republicanas andavam suficientemente à solta para explorar o noticiário sensacional e irresponsável. A completa ausência de censura (que só se mantinha para o teatro) facilitava o insulto e a aleivosia.

Este estilo influenciou também a imprensa católica açoriana, no que concerne ao estilo algo insultuoso desenvolvido por alguns títulos, aliás bem patente na resposta que muitos jornais católicos tiveram de dar às afrontas oriundas da imprensa marcadamente anticlerical.

3.2. A questão da identidade açoriana nos periódicos católicos.

O fenómeno da identidade açoriana permeia todos os editoriais estudados, não estivessem eles ligados umbilicalmente à realidade local onde medraram. O assunto da identidade da região Açores remete-nos para duas questões: a primeira localiza-se na consolidação da marca identitária da Igreja açoriana na região insular, a segunda sublinha o quanto a açorianidade deixou de marcas nos seus conteúdos editorialistas.

Na perspetiva de Castells (1999: 24), duas formas de construção identitária atravessam a Igreja na sua tentativa de se implantar no espaço público de então: a identidade legitimadora e a identidade de resistência. No respeitante à primeira construção identitária, ela foi introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação em relação aos atores sociais. Quanto à designada identidade de resistência, foi concebida por atores que se encontravam em posições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica da dominação, como aconteceu com a Igreja nas primeiras três décadas do século XX em Portugal, construindo, assim, trincheiras de resistência e de sobrevivência com base em princípios diferentes dos que atravessam as instituições da sociedade. Esta construção identitária eclesial foi combinada com a identidade dos atores sociais eclesiais no espaço insular açoriano.

Ora a questão da identidade surge sempre a partir do confronto com outra cultura, na perspetiva do escritor açoriano Onésimo Teotónio de Almeida (2014: 27). Descortinamos, assim, que o confronto entre os valores cristãos e o laicismo da sociedade portuguesa de então contribuiu para uma consolidação identitária da Igreja. Poderemos afirmar que há uma identidade cristã própria nas ilhas, combinada com as tradições sociais e culturais construídas ao longo dos vários séculos da história açoriana. A construção da identidade do catolicismo nas ilhas centrava-se no esforço por manter a religião estável e sólida. A este respeito, alicerçamo-nos em Bauman (1995: 81), quando ele advoga que as identidades eram transmitidas, no início do século XX, como num processo idêntico à das heranças, ou seja, passavam na sua inteireza de uma geração para a outra geração. O suporte desta transmissão estava garantido pela tradição, sendo algo de estável. A herança axiológica eclesial foi fundamental, tendo o passado da Igreja uma forte influência na identidade que se assumia. A identidade cristã era dada à nascença, mais do que um processo construtivo, caracterizado pela liberdade de opção como nos tempos modernos se verifica. Não existe, por conseguinte,

na ótica de Santos (2013: 38-39), uma identidade do “eu” sem a identidade do “nós” e o mecanismo mediante o qual os atores tendem a diferenciar-se socialmente. Para se saber quem se é, torna-se necessário estabelecer-se quem não se é, e aqui entra o confronto sentido pelo açoriano da diáspora. É no reconhecimento relativamente ao outro que se processa a construção identitária. Este quadro identitário é transversal quer à reafirmação do cristão, quer para o conceito de açorianidade.

Debruçar-nos-emos agora no tão falado conceito da açorianidade e como ele influenciou a imprensa católica açoriana. Será uma realidade palpável ou apenas um conceito urdido por Vitorino Nemésio? Teremos a oportunidade de o aprofundar sobretudo nos editoriais que apelidamos de “locais e regionais”. Deve-se entender a açorianidade não como um bairrismo doentio, na ótica de Almeida (1989: 32), mas sim como o gostar de ser donde se é, não por se ser de uma vila ou ilha melhor do que outra, mas porque a afetividade humana desenvolve, em circunstâncias normais, relações positivas com o meio que penetra o nosso cérebro nos anos marcantes da nossa infância e adolescência.

No subconsciente coletivo do habitante dos Açores, a questão das comunicações e transportes será sempre fulcral. “Ser ilhéu, é ser embarcação”, disse-o também Nemésio”. Todos os que podiam embarcavam, de algum modo, por algum motivo ou por algum tempo. Uns para emigrar, outros para estudar, outros ainda para se tratar, para fazer férias de turismo cultural. Na mundividência do ilhéu, a viagem “tem alguma coisa de iniciático, de libertador, de aventura por necessidade e risco”, no entendimento de Pires (2013: 28). Foi ainda a açorianidade não traumática de Nemésio que o levou a falar dos seus Açores na poesia.

Os açorianos criaram, pelo isolamento, pela solidão da ilha ou povoação, pelas dificuldades e incompreensões de um poder distante uma espécie de “lenda negra” de abandono e incompreensão, uma consciência traumática e traumatizada de gente esquecida, ignorada no que precisa e no que é capaz de fazer, ávida de reconhecimento coletivo. A universalidade do catolicismo deveria medir-se pela capacidade revelada fora do habitat insular. A açorianidade é a alma que se transporta quando se emigra, como também aquilo que de cada açoriano se pode esperar quando vive fora da sua ilha (Pires, 2013: 29-31).

Por isso mesmo, um dos pontos fulcrais apontados por Leite (2008: 154), na construção da identidade açoriana, foi o poderoso fator da emigração. O processo emigratório valida, no nosso modo de ver, o modo de ser de um povo porque, em confronto com uma cultura e língua distintas, não dilui, mesmo assim a herança axiológica transportada

da insularidade, no vasto território da América do Norte ou do Brasil. É que o açoriano, ao sair da sua ilha, teve a tendência de preservar os traços dessa mesma identidade, salientando-se o peso que as festas do divino Espírito Santo tiveram nessa fixação identitária, “no outro lado do grande rio Atlântico”, parafraseando Onésimo Teotónio de Almeida (1989: 32). A compreensão do outro e a visão de fora para dentro serão, talvez, o único antídoto para uma “açorianidade traumática”, à qual se deve opor uma “açorianidade não traumática”, na perspectiva de Pires (2014: 32), ou seja, aquela que expande o açoriano cidadão de arquipélago em cidadão do país e do mundo.

Foi a capacidade de subsistência do homem das ilhas que, convertida em traço moral, fez de cada ilha ou até de cada lugar a pequena pátria-unidade de cada um (ibid.: 40). Neste sentido, o açoriano representa nas paragens em que visita a sua ilha como se ela fosse o “ventre do universo”. Reiteramos, segundo o entendimento de Pires (2013: 41), que um dos traços culturais mais vincados nas culturas insulares é a emigração, realidade produtora de um espírito de insatisfação, ambição e saudosismo, fazendo de cada emigrante um representante da ilha do passado e da ilha que deixou.

No excerto que apresentamos do jornal *A Ordem*, que tinha como diretor o padre Nunes da Rosa, a problemática da emigração é apresentada como a derradeira solução para as dificuldades que as populações sentiam na vida local de então. Aliás, o teor da mensagem contida neste editorial afigura-se muito raro na imprensa católica açoriana, pois coloca a nu, de forma muito corajosa, a escassez de recursos sentida nas ilhas.

“Não obstante a pavorosa crise económica que a América atravessa, a emigração continua a fazer-se, dos Açores, em larga escala. Poderia este fenómeno dar-nos margens a divagações. Não as faremos porém. A sua determinante conhece-se...o açoriano vive mal na sua terra. Não nos sobrecarregaremos com investigações inúteis... a causa é esta. Urge atacá-la, - se não por amor dos que vão, ao menos pelos que ficam. E, sobre as condições de melhoria de vida local, duas questões se impõem: - a da instrução e da economia agrícola e industrial.” (*A Ordem*, “Solução inadiável”, 11 de Abril de 1908, n. 56, p. 1).

Segundo o entendimento de Leite (2008: 147), a construção da identidade açoriana é dinâmica de acordo com as diversas fases da história do arquipélago. No entanto, percebe-se que há uma herança já consolidada nos séculos que dão corpo à história insular. Nemésio foi o primeiro a apontar a necessidade de se definir a identidade açoriana, debruçando-se sobretudo na influência dos fatores geográficos e históricos para a devida hermenêutica à

alma identitária açoriana. Ora, o conceito de açorianidade suscitado por Nemésio foi muito decalcado do conceito de *hispanidad* de Unamuno. O conceito em questão não se explica somente pela influência telúrica, mas sobretudo pelas contingências políticas e sociais inerentes à história do arquipélago.

No que à especificidade da açorianidade diz respeito, entendida como um dos fundamentos para a autonomia da Região, consagrada estatutariamente pela primeira vez pela metrópole em 1895, temos um conceito *nemesiano* complexo e de avaliação incerta. Um dado afigura-se-nos como certo: a vivência de um povo, cerca de meio milénio num contexto geográfico muito específico, como é o caso do território descontínuo constituído por nove ilhas moldou maneiras de ser e de estar. Este conceito, segundo a interpretação de Nemésio, cruza a evolução histórica com o determinismo geográfico: “a geografia, para nós, vale outro tanto como a história” (Nemésio, 1932: 8). No contexto da insularidade, ressalta inexoravelmente a influência do isolamento e da descontinuidade. A falta de precisão do conceito de nacionalidade e a preponderância de uma conceção muito particular, que vulgarmente sobrepõe a ilha ao arquipélago.

Na tentativa de chegarmos a um consenso sobre a açorianidade, verificamos que a sua ascendência no periodismo açoriano a remete para um conceito palpável ao nível da experiência pessoal, portador de uma enorme carga antropológica cultural, consubstanciados nos estudos de Pires (2013: 80). A psique coletiva açoriana, temperada por séculos de isolamento, conservou, moldou e modificou um vasto acervo de tradição e cultura, criando um mosaico característico de expressões estético-culturais. Há dois sentidos na mobilidade psíquica do açoriano: um, centrípeto, puxando para o lugar do nascimento, infância e criação; outro centrífugo, que leva a querer partir, emigrar, ter oportunidades em terras maiores (ibid.: 81).

Os Açores, segundo Nemésio, constituem um viveiro de lusitanidade quatrocentista, porque estão ligados a um passado em que se cruzam a religião com a superstição, realidade bem patente nas enormes discussões havidas na imprensa sobre a questão das práticas de espiritismo frequentes nas ilhas, na timidez agravada pelo isolamento, na poesia popular de escárnio e maldizer, no desinteresse pelo país que se não conhece ou até pela ilha vizinha que só se vê no horizonte – ou que nem se avista (ibid.: 87).

À guisa de remate, afirmamos que a açorianidade possui duas faces: uma refere-se ao conjunto de elementos comportamentais que numa forma generalizada caracteriza o

açoriano; a outra refere-se a essa mais ou menos vaga consciência da diferença cultural, mas convencida do direito de sê-lo: mais do que isso até, da beleza de sê-lo. Mais do que um carácter programático, segundo Almeida (1989: 28-29), é a assunção da diferença não apenas por ser diferente, mas por se sentir que se é diferente e ter nisso prazer, aspeto importante em qualquer grupo cultural que pretenda libertar-se dos complexos de inferioridade impostos por imperialismos culturais de toda a ordem.

Chegamos à conclusão, parafraseando Almeida (1989: 64), nas suas pesquisas sobre este conceito, que a maioria dos açorianos gosta de ser como é. É que, não desmerecendo o contributo de Vitorino Nemésio para solidificação conceptual da açorianidade, concluímos que as teorias que defendem a influência da geografia e do clima sobre a personalidade das pessoas estão longe de serem confirmadas, enalhando na maior parte das vezes num determinismo e liberdade que dificilmente se prova. Outorgamos, nesta conformidade, a visão de Moreira (1996: 40) quando refere que o problema da identidade dos povos nos remete sempre para a sua cultura. Há, em remate desta questão, um sentido de identidade que não se concentra apenas no passado, mas antes nos ideais e valores com que um povo se identifica ou quer identificar e que norteiam as escolhas coletivas relacionadas com o seu futuro (Melo, 2017: 33). A Igreja dos Açores combinou nos seus editoriais, com particular incidência nos de foro local e regional, a questão da açorianidade com o campo axiológico cristão. As festividades do Espírito Santo são uma boa síntese de como é possível a compaginação entre as tradições culturais açorianas e a realidade religiosa. A mundividência do homem açoriano em nada colidiu com o campo axiológico cristão, antes se complementaram como comprovamos nos editoriais estudados.

Iremos, de seguida, no segundo capítulo da terceira parte da nossa investigação, fundamentar a escolha das temáticas que identificaram os editoriais da nossa grelha de análise.

3.3. Os mecanismos de sobrevivência da Imprensa.

No início do século XX, segundo Machado (2009: 422), o custo médio de cada periódico andava à volta dos sessenta réis. A venda direta de cada exemplar fazia-se quase sempre na tipografia do próprio jornal e nas tabacarias das vilas e cidades das ilhas. Um terço das edições dos jornais era dedicado sensivelmente à publicidade. Toda a sorte de produtos – do

vestuário à higiene, da saúde à literatura – era divulgada na imprensa. Por cada linha o anunciante pagava entre 30 e 60 réis, valores que oscilavam em razão da tiragem do jornal e da respetiva periodicidade. A ocupação do espaço nobre do periódico poderia triplicar o custo do serviço. Fica-nos claro que o comércio era a principal fonte de rendimento da imprensa, verificando-se a mesma situação em grande parte dos periódicos católicos, com exceção para os boletins paroquiais, muito embora não se esgotassem aí as suas fontes de obtenção de rendimentos. A este respeito, como iremos ver, peditórios recorrentes junto das comunidades paroquiais constituíam um suporte indispensável para a manutenção dos jornais católicos da diocese de Angra.

A investigação que realizámos não facultou grande informação sobre os meios tecnológicos e humanos aplicados nas oficinas de impressão. Todavia, a diversidade de formatos de papel, assim como a inclusão de gravuras nos jornais, faz supor o domínio das técnicas mais comumente utilizadas à época e até o uso das mais inovadoras, revelando nalguns casos uma verdadeira ânsia de estar na vanguarda jornalística, como podemos verificar no caso de o jornal *O Dever*. Para este cenário de modernização da imprensa, segundo Silva (2011: 77), muito contribuíram as modernas máquinas chegadas ao continente português em 1904 – as designadas *Alanolina* –, que realizavam o trabalho de cerca de dez funcionários (*Açoriano Oriental*, 15 de Abril de 1904). Mas mesmo assim, como podemos comprovar do jornal *A Actualidade*, verificam-se problemas de manutenção permanentes sobretudo no que à funcionalidade tipográfica do jornal dizia respeito: “por embaraços tipográficos não foi possível publicar-se este jornal a semana passada, pelo que pedimos desculpa aos nossos benévolos assinantes” (*A Actualidade*, “Por nossa casa”, 3 de Março de 1921, n. 55, p. 1). De realçar, como acima já fizemos referência, o sentido de permanente atualização de *O Dever* que mesmo sendo um semanário confinado à isolada costa norte da ilha de São Jorge, sediado mais propriamente na freguesia do Topo, teve o arrojo de participar na Exposição Internacional da Imprensa, na cidade de Colónia:

“Prepara-se na cidade de Colónia (a tal das águas perfumadas) na Alemanha, uma Exposição da Imprensa, em 1928. Ali estarão representados os grandes diários do mundo, escritos em todas as línguas; as grandes agências telegráficas; os grandes centros de anúncios, os grandes jornais ilustrados. Em secções especiais se mostrará a importância mundial dos jornais, postas ao serviço das ideias religiosas ou políticas. À vista do público, funcionará uma fábrica de papel de imprensa e se fará um diário. Lá, em Colónia, se verá: o trabalho das linotípias, o movimento da redação, as operações estereotípia e a prolífica atividade das máquinas rotativas. Enfim, aparecerão as últimas

novidades técnicas destinadas a acelerar a confecção e impressão dos jornais. Como o leitor está a ver, temos de mandar *O Dever* para a exposição internacional da Imprensa, na Alemanha. Apesar de novo, *O Dever* é rapaz ladino, vivo e azougado, e daí a necessidade em que nos vemos de o não deixar ir sozinho para tão longe. Temos de acompanhá-lo, não vá ele, lá ao longe e fora das nossas vistas, desfear-se em figuras de moço turbulento e irrequieto, com desdouro para ele e vergonha para nós. Em 1928, já *O Dever* terá montado o seu aparelho recetor de telegrafia sem fios, e então...todo o mundo saberá da solene importância que, no meio dos colossos da imprensa mundial, *O Dever* granjeou para o seu bom nome e para o seu privilegiado corpo redatorial! E tanto isto é verdade, que já comprámos um método da língua alemã...” (*O Dever*, “Exposição da Imprensa”, 23 de Outubro de 1926, n. 459, p. 2).

No que concerne ao aspeto dos dezassete periódicos da imprensa católica estudados na presente dissertação, podemos afirmar que eles apresentavam formatos muito díspares, contrastando as grandes dimensões de *A Actualidade* (50 x 35 cm), sem dúvida o periódico estudado no nosso trabalho com maiores proporções, logo seguido de jornais com proporções ligeiramente inferiores como *A União* (47 x 33 cm), *O Correio dos Açores* (46 x 32 cm), com as medidas mais reduzidas de a *Phénix* (27 x 19 cm), da revista *Prelúdios* (19 x 12, 5) ou do boletim paroquial *A Crença* (31,5 x 21, 5 cm). Os restantes órgãos de imprensa apresentavam alguma padronização no respeitante às suas medidas: *A Boa Nova* (40 x 28 cm), *A Cruz* (32 x 23 cm); *A Verdade* (44 x 31 cm); *O Michaelense* (43,5 x 31 cm); *O Norte* (44 x 30 cm) *O Dever* (34 x 25 cm); *O Peregrino de Lourdes* (33 x 23), *A Ordem* (37 x 26 cm), *San Miguel* (46 x 31 cm), *Sinos d’Aldeia* (40 x 29 cm).

O tipo de papel utilizado pelos periódicos também não obedecia a nenhum padrão, tanto em porosidade como em gramagem. Aliás, o custo exorbitante do papel teve uma influência decisiva na manutenção dos jornais editados aquando da Primeira Guerra Mundial, podendo ser considerado um bem escasso de difícil acesso.

No decurso do período de tempo que delimita a presente dissertação esteve em publicação quase uma centena de jornais, maioritariamente de periodicidade semanal, abrangendo todos os concelhos da ilha da ilha de São Miguel. Somente em 1901 não se registou o aparecimento de novos periódicos. E se tal facto atesta a dinâmica da imprensa micaelense, o encerramento sistemático de jornais também comprova a fragilidade económica deste emergente sector de atividade (Machado, 2009: 425). A manutenção de um periódico não era fácil, porque as limitações socioeconómicas do arquipélago, onde os círculos de leitura e de opinião eram bastante restritos, muito por influência dos índices de iliteracia já mencionados, dificultavam a sustentação de qualquer periódico. O jornalismo católico não se diferenciava da realidade dos outros de imprensa não confessional, pois

requeria também investimento intensivo. Será importante precisarmos, na ótica de Alves (2014: 40-41), que o jornalismo católico contava essencialmente com três formas de financiamento: vendas em banca e por assinatura, receitas publicitárias, sobretudo na última página dos periódicos, e, por último, fundamentalmente, o socorro institucional da Igreja para os órgãos afetos às dioceses entendidos como doutrinários. A publicidade, muito embora incipiente nos jornais da Igreja se a compararmos com o volume publicitário de outros títulos não confessionais, constituía também uma importante receita para os *media*. Uma outra realidade que podemos notar em quem fazia a imprensa católica nos Açores é que ela funcionava com jornalistas que não usavam esse epíteto. Ou seja, jornais “existiam sem jornalistas”, realidade que no arquipélago nos Açores foi mudando paulatinamente a partir de Agosto de 1923, com o Congresso dos Jornalistas Açorianos, como iremos ver mais adiante.

Esta realidade fez com que muitos periódicos católicos da época se tivesse socorrido, para a sua subsistência, de sacerdotes para ocuparem nos jornais cargos ao nível administrativo e redatorial em regime quase sempre parcial, pois teriam também de fazer face não só às tarefas periodistas como ainda ao desempenho inerente ao seu múnus sacerdotal. Muito do clero, nestas circunstâncias, repartia o trabalho de redação com o de administração em absoluta gratuidade (Manuel, 2013: 218), sem receber qualquer provento com o seu trabalho jornalístico, trazendo moderação aos gastos inerentes à manutenção do jornal em que trabalhavam.

Outro fator que não abonava a favor da boa subsistência dos periódicos era a abundância de títulos no território circunscrito da ilha, daí que tenha havido uma notória tendência para os órgãos de imprensa católica se pulverizarem num contexto territorial limitado em pessoas e espaço. O atropelo periodista, resultante da quantidade de vários órgãos de imprensa católicos na mesma ilha, tornava-os também de efémera duração, findando muitos deles quase sempre de “morte súbita” (Silva, 2011: 80). Como adiante iremos verificar na explicação dada por alguns periódicos, o expirar de muitos títulos nem sempre foi dissecado nas derradeiras páginas editoriais, cabendo esse esclarecimento editorial para o seu desaparecimento a muito poucos. Ora erigia-se assim no leitor um vazio indecifrável devido à aura de mistério por não serem conhecidas as causas do óbito.

3.4. A elevada mortalidade dos órgãos de imprensa.

Na vida dos jornais nascidos nas primeiras décadas do século XX o mercado imponha as suas leis quanto ao sucesso, à sobrevivência e ao próprio fim do jornal. Poucas vezes os leitores souberam antecipadamente, e pelo próprio, do fim da edição de um jornal. Simplesmente, como reconhece Silva (2011: 75), deixava de se publicar, o que nos órgãos de imprensa afetos à religião católica da nossa dissertação, afigurando-se indecifráveis as razões que levavam à sua desativação periodista.

Iremos tentar desviar o véu que encobre as causas para a expiração de muitos periódicos, quase sempre de existência efémera, através da transcrição de excertos das suas últimas edições sem as quais nos seria impossível perceber as razões de tantos óbitos prematuros. Apenas uma parte dos dezassete periódicos expuseram as razões conducentes ao seu encerramento.

No caso do semanário *O Norte*, a redação dá como garantida que é do conhecimento de todos os seus leitores o fechamento do jornal, não avançando mais explicações por as considerar desnecessárias, como poderemos verificar no seu último número:

“Completa *O Norte*, como presente número, oito anos de existência. E com o presente número finda também a sua publicação. Poucos leitores deste semanário desconhecerão os motivos que determinam o fim desta cruzada que há oito anos trazemos levantada com empenho e esforço para a realização dos mais formosos ideais concebidos pelo amor da bela pátria micalense e da consoladora fé dos nossos maiores. Não é pois necessário referir esses motivos.” (*O Norte*, “O Norte”, 2 de Maio de 1903, n. 416).

No caso do semanário *O Michaelense*, fica claro que o seu desaparecimento se deveu ao facto de passar a sua existência a um outro periódico portador de outras dimensões que surgir na ilha de São Miguel – o *San Miguel*. Aliás, foi um dado comum, na história dos periódicos católicos açorianos, o encerramento de muitos jornais católicos com o intuito de darem lugar a novos projetos jornalísticos. Esta situação poderia ser entendida como uma passagem de vida, uma tentativa de através de novos lançamentos de periódicos a Igreja das ilhas auferir novos fôlegos editoriais. Outras vezes o fechamento dos jornais correspondia a um desiderato diocesano tendo em vista a projeção de títulos com outra amplitude. No caso que abaixo transcrevemos, fica-nos a ideia de um certo esgotamento da linha editorial de o semanário *O Michaelense*, que veio dar lugar a um novo projeto de âmbito nacionalista – o

semanário *San Miguel*. Comprovámos as razões acima apresentadas no último número de o semanário *O Michaelense*:

“Chegou finalmente a hora de morrer o *Michaelense*. Nós que fomos causa da sua vida e da sua morte, não podemos vê-lo baixar à sepultura sem lhe dirigirmos o último adeus. Cumpre-nos acentuar bem duas coisas: a primeira é que fomos convidados para casa do nosso diretor para trabalharmos desinteressadamente, e não para comermos; a segunda é que nunca durante o período de existência de *O Michaelense* não nos sentámos à sua mesa, nem nos alimentámos com o seu pão. Saímos com o que entrámos, para já não falarmos de uma responsabilidade grande que contraímos, prevendo a morte breve que teria *O Michaelense*. Para a semana porém virá um novo jornal que se intitulará *San Miguel*, preencher a vaga de *O Michaelense*, que terá a mesma orientação e redação, e em que procuraremos introduzir novos melhoramentos, como são o aumento do formato e uma revista noticiosa dos factos principais que ocorrerão pelo mundo” (P. Amílcar, *O Michaelense*, “Despedida”, 27 de Maio de 1905, n. 22, p. 1).

A mesma situação se verificou no caso do diário *A Verdade*, da cidade de Angra do Heroísmo, o qual deu passagem ao novo órgão da diocese de Angra que perdurou quase até aos nossos dias – *A União*.

“Quando há doze anos assumi a direcção desta folha não o fiz pela pretensão vaidosa de ter um jornal, escrever para o público e muito menos de orientar a opinião dos respectivos leitores; mas sim tão-somente em satisfação de um convite que era uma ordem. Hoje, passados doze longos anos, talvez dos mais difíceis, sob todos os pontos de vista, que a imprensa católica tem atravessado, despeço-me deste espinhoso cargo, porque a missão mais árdua mas nobre de *A Verdade* passa a ser exercida mais extensa e intensivamente pelo diário *A União*, posto ao serviço da causa sublime e salutar que aqui me trouxe e pela qual pugnei o mais que pude e o melhor que soube” (Costa Ferreira (1924), “Duas Palavras”, *A Verdade*, 29 de Novembro, n. 1542, p. 1).

As razões apresentadas sublinham os mesmos propósitos no respeitante à linha editorial apresentada pelo jornal *A Verdade*. Mas, de facto, houve uma alteração de intenções aquando da aquisição de *A União* tendo em vista os objetivos políticos do bispo que o adquiriu – D. António de Castro Meireles. É em Novembro de 1924 que começa uma nova fase na vida do jornal *A União*, adquirido à família do fundador pela diocese de Angra. A partir de 1 de Dezembro desse mesmo ano, a diocese açoriana assume a sua gestão. No número desse dia são reiterados os valores do seu fundador, com alguns novos dados que sublinhamos: a luta pelos ideais mais elevados, a defesa da Igreja injustamente perseguida na I República e a defesa dos oprimidos (Ponte, 2010: 115-116). A orientação ideológica do jornal não é, assim, alterada nos seus aspetos principais.

A aquisição efetuada pela Igreja correspondeu ao intuito de Castro Meireles querer consolidar o Centro Católico Português nos Açores, constituindo *A União* um meio para a difusão da estratégia eleitoral dos católicos açorianos. Para tal, não fazia sentido a continuidade de dois jornais diários na cidade de Angra do Heroísmo.

Nos últimos números de *A Verdade* fica claro também um certo esgotamento, fruto de muitos anos de insana luta para a manutenção de um órgão diarista. *A União* foi, aliás, adquirida, independentemente das razões políticas supracitadas, para ser o jornal diário da diocese de Angra, portador de um destacado cunho no seio da Igreja católica açoriana: constituir o órgão oficial da diocese.

Outros casos na imprensa católica açoriana houve que, ao abeirar-se a hora do seu estertor, não foi dada qualquer explicação concreta, dependendo nós a existência de motivos colaterais, como causa principal para a sua extinção. Assinalámos, por exemplo no caso do semanário *Sinos d'Aldeia*, que algo indiretamente pode ter condicionado a continuidade da sua produção jornalística. Em o último número de o *Sinos d'Aldeia*, a 30 de Outubro de 1924, não há uma explicação consistente para o seu encerramento. Todavia, conseguimos depreender que o seu encerramento poderá ter sido influenciado pelo falecimento da mãe do seu diretor, Pe. Nunes da Rosa, em Outubro de 1924, como atestam as condolências enviadas pelo prelado de Angra do Heroísmo. O semanário picoense findou no seu número 300, a 8 de Abril de 1911, pairando no ar a dúvida se o falecimento supramencionado foi realmente a causa que levou Nunes da Rosa a pousar definitivamente a sua criativa pena de jornalista, da qual dependia a composição das páginas do *Sinos d'Aldeia*.

Outro jornal que ao longo das suas páginas nunca escondeu do seu público a dificuldade de subsistência foi o semanário *A Actualidade*. Este órgão de imprensa responsável por promover a importante Reunião dos Jornalistas Católicos Açorianos, a 9 de Agosto de 1923, em Vila Franca do campo, na ilha de São Miguel, de que haveremos de nos debruçar com maior pormenor nesta dissertação, também encerrou evocando razões de identidade, da falta de encontrar um caminho que se afigurava obnubilado sem o seu diretor no que concerne aos princípios orientadores ao nível redatorial. As razões apresentadas para o findar do semanário *A Actualidade* prendem-se com a saída do seu diretor, Dr. Caetano Pereira, um médico católico contemporâneo do CADC de Coimbra, que veio conferir um tom completamente diferente ao semanário fundado pelo Pe. Ernesto Ferreira. É que a partir

da partir da direção de Caetano Pereira, *A Actualidade* assume um pendor cada vez mais político, com uma clara inclinação para o Centro Católico Português. Após a saída de quem tinha incutido esta forte marca política a *A Actualidade*, é natural que a sua continuidade tenha ficado em areias movediças, sem um rumo seguro quanto à sua linha editorial, como podemos comprovar do excerto que abaixo transcrevemos:

“Por motivos estranhos à boa vontade dos que neste jornal trabalham, vê-se *A Actualidade* forçada a suspender a sua publicação. No entanto, nenhum dos católicos que a este semanário deram a dedicação do seu esforço generoso e desinteressado abandona o seu posto. Como soldados disciplinados que se prezam de ser, esperemos que em breve voltarão às lides da imprensa. Julga a redacção de *A Actualidade* – que muito lastima neste momento a ausência do seu querido director – ter cumprido o seu dever no campo da acção católica em que sempre manteve a sua actividade. A par das faltas e imperfeições de que se penitencia, esta redacção trabalhou com sinceridade e obediência na causa de Cristo e da sua Igreja e para bem dessas ilhas dos Açores. Crentes estamos de que se não pode preparar o advento de melhores dias sem a renascença do espírito cristão que foi a força e a lei dos nossos Maiores. Por isso a nossa tarefa foi de disciplina, de ordem e de amor à terra. Trabalhando para o progresso moral dos Açores trabalhávamos para bem de Portugal. Por mais obscuro e insignificante que seja o nosso esforço, ele foi contudo obra de fé no domínio da verdade e na acção benéfica e secular da Igreja. A todos os que nos honraram com a sua valiosa colaboração, a todos os nossos leitores e assinantes e aos nossos colegas da imprensa os nossos vivos agradecimentos pelo muito que lhes deve a nossa gratidão. Suspendendo temporariamente a sua publicação, *A Actualidade* aguarda apenas uma melhor oportunidade para voltar ao bom combate e protesta mais uma vez junto de sua Exa Reverendíssima o senhor D. António de Castro Meireles a sua inteira obediência” (*A Actualidade*, “A Actualidade”, 29 de Setembro de 1926, n. 347, p. 3).

Mesmo assim, é deixada em aberto a continuidade da sua publicação, como acima fica testemunhado, quase que à guisa de uma proclamação de esperança na tentativa de aliviar o luto do seu anunciado desaparecimento para sempre.

No caso da revista cultural *Prelúdios*, produzida no Seminário Episcopal de Angra do Heroísmo, depreendemos, pela leitura que dela fizemos, que os gastos inerentes à sua publicação, provindos do apertado orçamento anual do Seminário Maior de Angra, nem sempre facilitaram a edição deste título. De facto, a diocese açoriana, e à colação a sua escola superior de Teologia, não superabundavam em haveres. Diversos fatores condicionaram esta publicação, nomeadamente a abrangência limitada de público, malgrado a vontade firme de continuidade por parte da comunidade académica do Seminário de Angra. A única escola superior que até então existia no arquipélago – o Seminário de Angra – acalentava, através dos seus alunos, o desejo de poder editar de novo esta publicação cultural que também era

uma forma de dar a conhecer as múltiplas atividades desta escola de formação teológica. Este desejo aparece-nos bem patente na forma como os alunos deixam o seu desejo de continuar editorialmente, no início de Outubro coincidente com a abertura do novo ano académico, como se pode comprovar da períclope que abaixo reproduzimos:

“Agora, caros leitores, vamos descansar. Chegou o tempo ditoso... Desta vez a despedida vai acompanhada duma súplica: “perdoai-nos as nossas faltas...” circunstâncias várias não permitiram uma certa regularidade na publicação da revista. Permita o Senhor que no próximo ano tudo entre em ordem. Foram bem alheias à nossa vontade estas irregularidades, tínhamos empenho em corresponder ao agrado com que tem sido recebida e protegida, mas nem sempre a brisa é suave. Até Outubro” (*Prelúdios*, “Nota final”, Abril e Maio de 1928, n. 35, p. 109).

3.5. A extinção dos periódicos: na senda das causas.

3.5.1. A importância incontornável do papel.

A primitiva técnica de produção de papel tem as suas ancestrais raízes no Oriente, mais propriamente na China, no ano 105 d. C., por T'sai Lun, constituindo o resultado de uma elaboração efetuada a partir de seda e de fibras de origem vegetal. Este processo de fabricação, mesmo sendo remoto, levou mais de mil anos a chegar à Europa, onde durante muito tempo o papel foi produzido sobretudo a partir de têxteis velhos.

A evolução do papel foi um processo desenvolvido ao longo dos tempos, simultaneamente por diferentes povos em diferentes regiões geográficas. Só no século XIX é que a técnica de obter fibras diretamente das plantas foi desenvolvida na Europa. O método consistia em apertar a madeira contra uma pedra de arenite em rotação para produzir uma pasta de celulose, constituindo a base do moderno fabrico de papel, denominando-se, hoje, esta pasta por pasta mecânica.

Nos finais do século XIX começou-se a utilizar outra técnica. Coziam-se as aparas de madeira a alta pressão com ácido ou lixívia. À pasta produzida por este método dá-se o nome de pasta química, e desenvolveu-se em dois sentidos: o método do sulfato e o método do sulfito. Portugal foi o primeiro país da Europa a produzir pastas químicas de eucalipto: ao sulfito em 1923 e ao sulfato em 1957. A partir de 1867, a utilização industrial da pasta de papel proveniente da madeira acabou por se impor ao trapo, assim acontecendo até aos nossos dias.

O período entre 1860 a 1950 foi caracterizado pelo aumento da velocidade inerente à fabricação do papel, contribuindo para isso a introdução da energia elétrica e o desenvolvimento de máquinas de produção papeleira, sendo a sua evolução aplicada à produção de tipos particulares de papel e de cartão.

O prolongamento da escolaridade obrigatória, o aumento do nível de vida das populações, o incremento do comércio contribuíram para o aumento galopante da produção da indústria de papel (Instituto para a Qualidade e Formação, 2006: 18-19). Em Portugal, com claras implicações no arquipélago dos Açores, a produção de pasta para papel iniciou-se ainda no século passado (1888), com a instalação pela *Caima Pulp Co.*, uma pequena unidade fabril em Albergaria, no distrito de Aveiro. Só muito mais tarde, já na década de cinquenta, foi construída a primeira fábrica com capitais portugueses, em Cacia, pela Companhia Portuguesa de Celulose, visando a produção de pasta química ao sulfato e alguma pasta mecânica. Este processo de fabricação teve o seu arranque na década de cinquenta do século XX, portanto já fora do arco temporal em que se situa a presente dissertação. (Almeida & Videira, 1979: 21).

Uma das reclamações que muitas vezes as redações dos diversos títulos da imprensa católica açoriana reivindicavam, no respeitante ao desempenho das tipografias açorianas, tinha a ver com a falta de formação dos tipógrafos, uma vez que cada jornal detinha, quase sempre, uma tipografia que procurava dar respostas à procura de composições tipográficas requeridas pelo mercado de então. Assim, era indispensável que houvesse no país, segundo a opinião de Mendonça (1934: 5), escolas técnicas e profissionais gráficas, divididas da seguinte maneira: uma em Lisboa, outra em Coimbra e outra no Porto. Esta era uma reclamação também dos proprietários dos jornais.

O número de tipografias clandestinas concorria igualmente para a degradação de preços e para o “muro de lamentações” de que os periódicos católicos da região Açores não se escusavam de fazer eco nas suas páginas. Como se poderá ver da transcrição que notificamos em seguida, a qualidade das edições jornalísticas era fortemente afetada por esta privação de papel transversal a todos os órgãos de imprensa do continente português, não sendo estas queixas apanágio da imprensa insular. No caso vertente, respeitante à citação do periódico *A Verdade*, verifica-se que o grafismo das suas páginas teve de se submeter, por questões de necessidade editorial, a um maior espartilhamento do texto, tendo de minguar a letra dos textos para dimensões nunca dantes publicadas.

“Em consequência do excessivo e constante aumento do preço do papel, o que já tem levado muitos jornais a suspenderem a sua publicação, vemo-nos obrigados a diminuir o formato de *A Verdade*. Com isso não ficarão os nossos assinantes prejudicados, pois, como vêem já por este número, é aproveitada a quarta página, o que até agora se não fazia, além de que será empregada diariamente a maior quantidade possível de tipo 10, ou seja o mais miúdo que aparece agora neste jornal. *A Verdade* pode viver sem dar interesses a quem a faz, assim tem sido até hoje; não pode é viver quando haja excesso de despesa sobre a receita, porque infelizmente não lhe apareceu ainda uma alma generosa que se encarregue de neutralizar os efeitos fatais desse desequilíbrio económico” (*A Verdade*, “A Verdade”, 16 de Agosto de 1916, n. 841, p. 1).

Transcrições periodistas, como a do supracitado jornal *A Verdade*, irão validar o que neste ponto pretendemos demonstrar: que muitos encerramentos periodistas se ficaram a dever à insustentabilidade sentida pelos órgãos de imprensa face ao exorbitante custo do papel. Ora esta dispendiosa situação tornava heroica a ação das redações que pugnaram denodadamente pela sobrevivência dos órgãos de imprensa do início do século XX, não somente ao nível da tesouraria, mas também sob o ponto de vista de gestão dos recursos de que dispunham. Esta permanente luta constata a persistente falta de papel nas ilhas, evidenciando a incapacidade de muitos títulos poderem fazer face às inúmeras despesas decorrentes da sua impressão gráfica. O isolamento a que estavam confinadas as ilhas do arquipélago, realidade que se acentuava nas que não pertenciam ao perímetro em que se circunscreviam as antigas capitais de distrito nas principais ilhas – Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada –, vem provar que muitos órgãos das ilhas adjacentes, como aconteceu com *O Dever*, na ilha de São Jorge, não tinham capacidade de criarem reservas de papel capazes de responder à necessidade de impressão com a periodicidade que desejavam.

“Tendo-se esgotado o papel de impressão e não nos sendo possível obtê-lo nesta ilha por causa do isolamento em que ela se encontra, vemo-nos forçados a interromper a publicação deste jornal até que possamos receber o papel que temos encomendado para diversas partes. Temos a mais bem fundada esperança de que esta interrupção será curta e que em breve recomeçaremos os nossos trabalhos em prol do grande ideal católico para o que contamos sempre com a benevolência dos nossos numerosos assinantes” (*O Dever*, “Expediente”, 15 de Março de 1919, n. 94, p. 1).

A mesma queixa relativamente ao isolamento é evocada pelo *O Dever*, e interessante será sublinhar o excerto que abaixo transcrevemos, o abnegado e corajoso esforço levado a cabo pela redação tendo em vista a não suspensão do jornal, numa luta pela sua publicação

num contexto em que as comunicações interilhas eram assaz deficientes. No ano de 1919, a gripe pneumónica também veio condicionar a distribuição necessária de papel para que *O Dever* pudesse continuar a publicar as suas edições com regularidade.

“Raras vezes temos praticado em nossa vida um acto que tanto nos incomodasse, que tanto nos vexasse, como foi o de interromper a publicação deste semanário. Mesmo no pequeno formato a que o reduzimos na crise geral do papel, o nosso jornal absorvia e absorve quase uma resma em cada número, pois a sua tiragem é de oitocentos exemplares, número bastante elevado para o meio pequeno e acanhado em que vivemos. O isolamento da nossa ilha, por causa da gripe pneumónica, veio encontrar-nos com pouco papel em depósito. Em breve se esgotou o que tínhamos e a ilha continuava isolada, sem podermos, por isso, receber o que tínhamos encomendado para Lisboa e Angra. Empregamos todos os meios para adquirir papel na ilha e assim compramos nas Vilas de Calheta e Velas todo o que soubemos haver e que nos foi cedido por favor. Essas quantidades, porém, eram pequenas, por isso de novo ficamos desarmados. Foi nesta altura que interrompemos a publicação do jornal, mas como já dissemos, enormemente contrariados”. Se o vapor nos trouxer o papel que esperamos, vamos continuar a nossa tarefa com o mesmo entusiasmo e hombridade com que o temos feito até aqui.” (*O Dever*, “A interrupção de *O Dever*”, 12 de Abril de 1919, n. 95, p. 2-3).

Todavia, o arquipélago dos Açores, além do isolamento natural a que estava confinado fruto da sua descontinuidade territorial no meio do Atlântico, foi vítima também de uma situação amarga, derivava da difícil conjuntura internacional transversal a quase todos os países da Europa, como poderemos verificar do excerto de *A Verdade*, de 1918, na sequência da I Guerra Mundial:

“É pavoroso o aumento constante do preço do papel. O que recebemos pelo último vapor chegou-nos a um preço tão alto que a nossa administração gritou-nos de lá que não poderia equilibrar as contas daqui por diante, sem se recorrer novamente aos nossos estimáveis assinantes, elevando também o preço do jornal para 250 mensais. Bem contrariados vimos fazer esta comunicação aos nossos assinantes, pois o que ansiosamente desejamos é chegar ao dia em que lhes anunciaremos o barateamento da assinatura e os possíveis melhoramentos do nosso jornal. Isso, porém, só virá quando desaparecerem os terríveis factores desta crise económica que lavra por todo o mundo.” (*A Verdade*, “A Verdade”, 27 de Julho de 1918, n. 1274, p. 3).

Concorria para dilatar este difícil quadro de manutenção dos periódicos a grande desigualdade de preços e de orçamentos no respeitante aos fabricantes de papel. A diversidade de marcas e as qualidades de papel – umas eram marcas de fábricas, outros tipos de papel eram um exclusivo de armazenistas em variadíssimos formatos. Ora esta situação apresenta notórias dissemelhanças em relação a um produto que era o papel e gerava aquilo que Mendonça (1934: 7) dizia ser um grande contributo para a gritante desordem existente

na indústria gráfica, agravando ainda mais a crise da indústria tipográfica. São de Agosto de 1916 as queixas inerentes à forçosa diminuição do formato da publicação angrense *A Verdade*. O enquadramento traçado para a justificação de um tamanho mais exíguo conduz *A Verdade* a facultar-nos, na períclope que abaixo transcrevemos, a realidade dos periódicos da capital portuguesa no que à relação com o papel diz respeito. Este excerto do jornal diário *A Verdade*, de Angra do Heroísmo, traduz de forma eloquente a consumição permanente em que se transformava a manutenção de um jornal fosse esse encargo nas paragens mais isoladas do Portugal insular, ou nos maiores centros urbanos de Portugal continental, como Lisboa. De salientar ainda que mesmo os jornais de maior tiragem no país tiveram de proceder a profundos cortes na dimensão do papel nas suas edições, com vista a garantir a sua sobrevivência. A influência do custo desenfreado do papel teve também implicações na empregabilidade que as redações necessitavam, como poderemos notar na revelação que abaixo referimos, reduzindo ao mínimo os funcionários dos periódicos, gerando esta situação um difícil panorama laboral em que os tipógrafos eram submetidos, assaz vezes, a uma forte sobrecarga horária de trabalho, fundamental no entanto para os periódicos poderem chegar às bancas com a periodicidade inerente a cada uma das publicações:

“Para justificar a diminuição do formato do nosso jornal, transcrevemos do *Jornal de Notícias* as seguintes informações que mostram bem como até as empresas mais fortes se vêem já obrigadas a lançar mão de todos os expedientes administrativos para fazerem face à situação, expedientes que daqui a pouco e a continuarem as coisas no mesmo pé, serão insuficientes para manter a vida dos mesmos jornais: *A Voz do Operário*, semanário sustentado pela empresa do mesmo nome, com uma tiragem de 60.000 exemplares, diminuiu esta semana para um quarto do seu formato habitual, sendo composto em corpo 6 e 5. O *Diário de Notícias* e *O Século*, que são os jornais de maior tiragem da capital, têm-se defendido diminuindo o número de páginas e aumentando o número de colunas, além do aumento de preço dos anúncios. *O Século* aumentou o preço da linha do anúncio para 600 reis. O *Diário de Notícias* também há dois meses aumentara 50% o seu preço da secção anunciadora e proporcionalmente o preço das secções pagas no corpo do jornal. As colunas da secção de anúncios no *Diário de Notícias*, antes da actual crise, tinham 60 pontos, e estão reduzidas a 54; e no século, onde mediam 62 pontos, estão circunscritas a 52. A classe tipográfica sofre também; assim é que os tipógrafos que começavam a trabalhar no *Século* às 9 horas, começam desde que a crise se acentuou, às 10 horas, não sofrendo nada por isso o quadro, mas tendo-se dispensado as ajudas. No pessoal de redacção também se fizeram cortes, licenciando-se na semana passada 4 redactores, três dos quais antiquíssimos na casa.” (*A Verdade*, “A crise da imprensa”, 17 de Agosto de 1916, n. 842, p. 1).

A crise do papel nos Açores constituiu uma duradoura dificuldade na história dos periódicos católicos do arquipélago, obrigando-os a uma interajuda ao nível dos recursos de

cada órgão de imprensa, a uma sinergia entre os diversos títulos. A imprensa católica açoriana superava assim num mutualismo interjornalístico deveras exemplar, as contingências inerentes ao custo do papel e ao isolamento insular, como podemos comprovar da cooperação periodista havida entre o boletim paroquial *A Cruz* e jornal diário *A Verdade*, na cidade de Angra do Heroísmo, uma das primeiras interajudas efetivas que detetámos nas páginas dos jornais católicos açorianos:

“Para evitar que *A Verdade*, jornal diário que se publica nesta casa, suspenda a sua publicação por falta de papel que deve chegar na próxima viagem do paquete S. Miguel, somos obrigados a reduzir *A Cruz* a duas páginas apenas, mas só até à chegada do paquete S. Miguel.” (*A Cruz*, “Explicação”, 17 de Setembro de 1914, n. 27, p. 1).

Ou então, como salienta a transcrição do boletim paroquial *A Crença* no respeitante ao preço do papel sentido em todo arquipélago açoriano, na segunda década do século XX, a falta da matéria-prima essencial à impressão do jornal era responsável pela pouca representatividade de órgãos na imprensa católica nos Açores: apenas seis periódicos. Ficámos também a saber, por meio da citação de *A Crença*, que cerca de centena e meia de jornais continentais fecharam as suas portas devido também à sua incapacidade de fazer face ao custo do papel. Anuímos, assim, em considerar que o papel constituía um artigo de verdadeiro luxo para a época, inviabilizando a subsistência de muitos títulos:

“São do interessante Semanário *O Dever* que se publica na ilha de São Jorge, sob a orientação do ilustre sacerdote sr. Padre Xavier Madruga, as seguintes palavras, que gostosamente fazemos nossas: “a imprensa católica está ameaçada de desaparecer pelo preço a que chegou o papel e a mão-de-obra em todo o mundo. Já desapareceram cento e cinquenta diários, entre os quais muitos eram jornais católicos. Se a imprensa católica é hoje a primeira das obras sociais, calcule o leitor o prejuízo que às respectivas nações acarretou a falta de imprensa inspirada pela verdade cristã – sob os auspícios da Igreja de Jesus Cristo. O mal é incalculável. Os católicos açorianos têm na imprensa uma fraca representação, em número apenas de seis publicações. Ainda essa terá de sumir-se por entre a exploração comercial da hora presente e a indiferença criminosa dos crentes?! Não sabemos responder. O que só sabemos é que, se não prestarem todo o auxílio económico à sua imprensa, os católicos açorianos cometem um delito sem nome e prestam da sua fé um atestado muito pouco lisonjeiro.” (*A Crença*, “Aos católicos açorianos”, 5 de Agosto de 1920, n. 236, p. 3).

É de realçar que o boletim paroquial *A Crença*, ao fazer eco do impacto que poderia causar as alterações ao preço da assinatura junto do seu público, declara como um facto imprescindível o aumento da subscrição de *A Crença* para, nestas circunstâncias, fazer face

à sustentabilidade dos órgãos de imprensa dos Açores no primeiro quartel do século XX. Mas, para a consecução deste desiderato, o jornal efetua o devido enquadramento junto dos seus leitores para a subida do custo da assinatura. Salienta-se, mais uma vez, que a realidade dos órgãos de imprensa no continente português, nomeadamente mesmo os que estavam sediados em Lisboa sentiam outrossim uma grande dificuldade para fazer face ao instável preço do papel que acabava por afetar toda a imprensa portuguesa.

“O encarecimento progressivo do papel e o custo da impressão, dia a dia agravado por circunstâncias de natureza vária, são de tal ordem que impossível é manter-se por muito tempo o preço de uma assinatura por mais alto que pareça. Assim *A Crença*, que começou a cinco reis cada exemplar, não pode por mais tempo permanecer a 25, como actualmente está, embora continuem a afluir subsídios e ofertas com que almas generosas procuram amparar a vida deste jornalinho. Basta dizer que só o papel, que estamos agora a gastar, nos custa, posto em casa, mais de 25 reis, o mesmo que nos dão por ele impresso. Acrescente-se a isto a despesa da impressão, igual à do papel, e facilmente se convencerão os nossos assinantes da necessidade do aumento do preço da assinatura de *A Crença* para 50 reis cada exemplar, a não querer suspendê-la. É caro relativamente ao preço anterior de 25, e mais caro ainda, em comparação do primitivo de 5 reis – 10 vezes mais; mas se confrontarem com o preço actual dos outros jornais, achá-lo-ão ainda barato, pois nenhum outro jornal custa por mês ao assinante 250! 250 é o que custa cada folha diária de Lisboa – 20 vezes mais do que custava dantes. Não esperamos nem queremos lucros do jornalinho. Mas, dando o nosso trabalho desinteressado, julgamo-nos dispensados de arcar com a responsabilidade do grande *deficit*, que já temos e que maior será, a continuarem as coisas como até aqui. Dá-se agora mesmo o caso curioso de ser tanto maior o deficit por número quanto maior a tiragem. Esperamos que todos reconheçam a justiça da nossa exigência; doutro modo ver-nos-íamos constrangidos a pôr fim à vida desta publicação que ainda há pouco entrou no VIII ano.” (*A Crença*, “*A Crença*”, 31 de Dezembro de 1922, n. 333, p. 3-4).

A escassez de papel é também mencionada pelo órgão de imprensa católica açoriana *Sinos d’Aldeia*, órgão nascido na ilha do Pico, na freguesia de Bandeiras, como justificação à paragem da impressão deste jornal, denotando-se, inclusive, algum mal-estar pelo facto de a sua tipografia estar impossibilitada de oferecer uma devida resposta à muita procura havida pelos habitantes da ilha no que concerne a trabalhos de âmbito gráfico. Fica bem claro, no excerto que abaixo apresentamos, que a subsistência de um periódico resultava de um esforço permanente das equipas redatoriais, tendo elas muitas vezes de se reinventar, como forma de garantir a sua publicação:

“Depois de algumas semanas de interrupção motivada pela falta de papel, o *Sinos d’Aldeia* retoma o seu caminho, como peregrino pobre que jornadaia fiado em Deus e no auxílio generoso daqueles em cujo lar espera merecer pousada carinhosa...

Neste desandar para o Inverno que as crises da vida mais se acentuam e definem, o custo fantástico do papel desenha uma perspectiva de luta no desagasalhado ambiente da nossa oficina. Mas nunca no arcaz do peito nos esteve um estímulo mais animador do que o que nos vem – como réstias de sol à tenda escassa de luz, de palavras e cartas. Aí vamos, pois. Se no nosso alforge de caminheiro escasseia a moeda que arterialisa a luta económica da hora presente, na lama sobra-nos a confiança que rubrica o triunfo das causas santas e os pleitos justos.” (*Sinos d’Aldeia*, “Palavras de hoje”, 15 de Dezembro de 1920, p. 1).

Em outra passagem do mesmo semanário da ilha do Pico, chega-se ao ponto de manifestar que os incómodos decorrentes da carestia de papel estiveram quase a provocar o fechamento deste singular jornal da ilha montanha, tendo de alterar a sua periodicidade inicial, passando derivado às circunstâncias de semanário para quinzenário, como se pode comprovar da períclope que abaixo transcrevemos. Comprova-se também que o elevado custo da mão-de-obra respeitante ao trabalho gráfico constituía um pesado encargo na tesouraria dos órgãos de imprensa. Ficámos a saber também que muitas das ajudas para a sobrevivência de *O Sinos d’Aldeia* provinham de auxílios exteriores ao arquipélago, sem sombra de dúvidas singulares: o facto de o clero açoriano presente na diáspora estado-unidense subsidiar com os seus proventos as despesas inerentes às suas edições. Esta curiosa subsidiação ficava certamente a dever-se à relação privilegiada que Nunes da Rosa, diretor de *O Sinos d’Aldeia*, tinha junto da diáspora americana, pois, sendo ele um cidadão americano filho de emigrantes picoenses entretanto regressados aos Açores, era possuidor de um conhecimento singular das comunidades de emigrantes da América do Norte, bem como do clero que assistia espiritualmente a diáspora açoriana.

“O excessivo aumento do custo do papel conjugando-se com a carestia da mão-de-obra, colocou-nos na alternativa de suspender o jornal ou de modificar as suas condições de publicidade. A demover a hesitação apareceram-nos categorizadas demonstrações de interesse pela existência do *Sinos*, entre as quais não poderemos deixar de considerar com particular reconhecimento o espontâneo e generoso auxílio do zeloso clero açoriano que trabalha na América do Norte. Assim, a exigências do formato de papel que alcançamos, sai o nosso boletim com o seu tamanho duplicado, passando a publicar-se quinzenalmente, ao preço de 1\$250 por semestre. Os nossos antigos assinantes, e as pessoas a quem principiamos a enviar os *Sinos d’Aldeia*, se não o quiserem subscrever, muito nos obsequiarão devolvendo-o com a possível brevidade, evitando-nos o prejuízo de uma tiragem supérflua. A necessidade de manter o primitivo custo de exemplares distribuídos aos fiéis das paróquias, foi a única razão do aumento da assinatura ordinária, o que julgamos será bem recebido por quantos desejam a difusão dos bons princípios.” (*Sinos d’Aldeia*, “Expediente”, 15 de Dezembro de 1920, p. 4).

Do excerto que abaixo referimos afigura-se-nos claro o quanto de esforço foi feito pelo diretor de *Sinos d'Aldeia* para a sua manutenção. As contas das suas edições estavam elaboradas de forma detalhada, como, por exemplo, o custo da resma de papel nas ilhas açorianas, no ano de 1924. Diante deste cenário pouco convidativo à continuidade de um jornal, conclui-se o quanto de espírito de cruzada e de denodo pessoal se exigia ao corpo redatorial até se chegar um título chegar à publicação junto do público no contexto insular. Esta realidade originava uma dramática encruzilhada junto do público a quem se dirigia as publicações jornalísticas: ou subiam o preço da assinatura mensal ou então eram obrigados a encerrar.

“Com o presente número termina o segundo semestre do quinto ano de publicação desta folha. Vamos mandar cobrar a respectiva assinatura, 3125 insulanos, conforme se estabeleceu. Aos nossos bondosos assinantes muito agradecemos, desde já, o acolhimento que se dignarem dispensar ao nosso cobrador. Doravante as circunstâncias forçam-nos a elevar o custo da assinatura para quatro escudos por cada semestre, ou seja 18 números. Esses cinco mil reis representam uma serrilha, ou seja menos de um pataco por mês, feitas as contas. Quando a assinatura de o *Sinos* era a 100 reis por mês, a resma de papel custava-nos 8 tostões; hoje se esses cem reis representam 2000 o custo da mesmíssima resma de papel é de 125.000! Além disso, a lata de tinta que nesses ominosos tempos custava 500 reis hoje custa...20 escudos! E a mão-de-obra, as contradições, taxas de alcavalas que incidem sobre a tipografia? Um horror! Que nos aperta ao ponto de que nesta empresa o pessoal pago sendo o da imprensa a sua retribuição está longe de ser o que é de justiça! Nestas circunstâncias, temos que optar entre a suspensão do jornal e o aumento do custo da assinatura. Como esta obra não é nossa mas dos católicos, dos que amando a sua religião e a sua Igreja desejam ter em campo um brado da sua fé, vamos pelo aumento da assinatura, como consulta ao seu amor pela imprensa. Se os nossos generosos assinantes, e outros católicos a quem vamos enviar o *Sinos d'Aldeia*, o subscreverem, esta publicação continuará; se lhe recusarem o seu concurso, a mágoa do desaparecimento desta pequenina obra católica não apoucará a consciência de haveremos cumprido o nosso dever. Uma meia dúzia de assinaturas que os reverendos párocos, essas sentinelas vigilantes dos interesses da Igreja, nos angariassem em suas respectivas paróquias, seria o suficiente para que o *Sinos* vivesse e melhorasse as suas condições de publicidade. Para o seu nunca desmentido zelo apelamos, pois. Trata-se de uma obra que é de todos. A bem da regularização da vida do *Sinos d'Aldeia*, aos nossos benévolos assinantes que não aceitem o aumento da assinatura para quatro escudos, pedimos a fineza de o comunicarem ao nosso cobrador; e aos que queiram exercer o apostolado da *boa imprensa* angariando alguns assinantes, pedimos o relevante serviço de darem ao mesmo cobrador o nome desses contribuintes. Pela glória de Deus e pelo bem das almas.” (*Sinos d'Aldeia*, “Sinos de Aldeia”, 20 de Abril de 1924, p. 2).

Alguns órgãos sentiam-se mesmo injustiçados por não ter sido dado o devido valor aos inúmeros sacrifícios por que passavam as equipas que compunham os jornais da imprensa católica. Este amargo sentimento de falta de apreço era sentido ao nível interno da Igreja, na

indiferença manifestada ante o esforço pela causa da *Boa Imprensa* nos Açores, como poderemos verificar da transcrição que abaixo expomos de o jornal *O Dever*:

“Os nossos leitores não calculam certamente o quanto, nesta carestia geral de vida, encareceu o papel dos jornais. Já subiu a mais de três mil por cento! É extraordinário, pois não é? Vejam os nossos assinantes e os da imprensa católica, em particular, que enormes sacrifícios fazemos para lhes darmos bons jornais, com boa e sã doutrina, por um preço módico e deveras insignificante. Pensam nisto, ou pensaram nisto algum dia, os amigos da imprensa católica? Já pensaram no que custa o papel, a tinta e os salários dos empregados tipográficos – e no quanto dão por semestre, por ano ou por mês, para sustento do seu jornal e da sua vida financeira? Cuidarão acaso, que dão alguma coisa, pagando 2, 3 ou 4 mil reis por ano para assinatura do jornal, que lhes vai bater a casa sem mais incómodo? Meditem bem neste caso e na decifração deste problema: ou pagam convenientemente, generosamente, o jornal ou jornais, que assinam, ou verão desaparecer do seio das famílias católicas a voz da verdade e do evangelho, de que toda a imprensa católica é o eco fiel, constante e generoso. E um povo católico sem imprensa católica é um povo que não compreende a necessidade da sua fé e o mais sagrado dever da sua consciência religiosa.” (*O Dever*, “O custo do papel”, 21 de Abril de 1923, n. 289, p. 3).

A mesma lamentação encontrámos em *A Actualidade*, onde ficámos a saber que todo o trabalho redatorial, à exceção da composição tipográfica, era inteiramente efetuado num âmbito de absoluta gratuidade como como podemos testemunhar da passagem que abaixo reproduzimos:

“Dada a crescente carestia de papel e de trabalho tipográfico (o único que este jornal paga) é impossível a manutenção das nossas quatro páginas semanais pelo preço de 1\$25. A necessidade de manter o jornal com o seu actual formato obriga-nos a elevar a assinatura mensal 1\$87,5, certos de que os nossos assinantes continuarão a dispensar-lhe a sua generosidade. Este jornal tem uma nobre missão a cumprir; precisa de viver, não por si, mas pela sua causa. Os que o redigem nada querem, senão sacrifícios, até de dinheiro. Mas é indispensável que encontrem nos seus leitores o espírito de dedicação sem o qual o jornal não pode viver. Saibamos todos sacrificarmo-nos que o jornal católico possa progredir como a nossa causa merece.” (*A Actualidade*, “Aos nossos assinantes”, 3 de Outubro de 1923, n. 198, p. 3).

Um dos melhores quadros de especificação de custos inerentes à produção da imprensa na década de vinte do século passado está descrito no fragmento que abaixo citámos do jornal *O Dever*. É referido o pormenorizado preçário que mensura ao detalhe o custo do papel e a concomitante viabilidade do trabalho editorial espelha, bem quantas manobras de tesouraria eram necessárias para a sobrevivência dos órgãos de imprensa, tanto mais que falámos de um jornal de uma ilha adjacente como a ilha de São Jorge no grupo central do

arquipélago. A ameaça do encerramento apresenta-se referenciada pelo seu diretor como a espada de Dâmocles apontada à cabeça do público que lhe era afeto. Esta abordagem permanecia, por conseguinte, em permanente latência junto dos leitores a avaliar pelo tom dos artigos, como um cenário ameaçador nas edições jornalísticas muito decalcado da situação de insustentabilidade económica face ao papel.

“Os nossos amigos – anunciantes, leitores e benfeitores – ponde aqui esses olhos e meditai: o papel para jornais, que custara no princípio da guerra seis a oito vinténs o quilo, ultimamente já tinha o preço de 15 tostões e dois mil reis. Ora isto era uma diabrura sem nome para as nossas magras finanças! Mas vai daí, acabamos de saber que um quilo de papel em Lisboa, sem fretes nem despesas, custa actualmente dois mil e quinhentos reis! Isto quer dizer em trocos miúdos o seguinte: as 4 páginas deste pequeno jornal custam-nos a nós cinquenta reis insulanos, mas só o papel em branco, fora a despesa da composição e da impressão na tipografia. E os nossos assinantes quanto é que nos dão por cada número? – outros quinze, outros 30, e rarissimamente chegam-nos a dar por cada exemplar de *O Dever* 40 reis! O que nem um assinante chega a dar-nos é o custo do papel. Ora digam-nos muito a sério: os senhores acham que estão cumprindo muito seriamente o seu dever para com *O Dever*? Parece-lhes que podemos viver muito tempo? Por enquanto, não aumentamos a assinatura, a ver se auxiliam todos os que podem e devem auxiliar-nos. Mas se for iludida a nossa esperança, sabemos o que temos a fazer...” (*O Dever*, “Tudo muito bem!”, 10 de Julho de 1920, n. 153, p. 2).

O galopante custo do papel é assumido como um repto, todavia, antes de constituir um óbice inultrapassável. A redação de *O Dever* não ficou enquistada nas contrariedades de tesouraria, antes assume a onerosidade da matéria-prima que o compõe como um desafio capaz de solidificar ainda mais as profundas convicções no seu trabalho pela causa da *Boa Imprensa*. Apesar das contrariedades sentidas em *O Dever*, este jornal manifesta uma impreterível firmeza no trabalho desenvolvido na vila mais isolada da ilha de São Jorge em favor da causa da imprensa católica.

“Os senhores sabem quanto custava há cinco anos um quilo de papel de impressão, como o deste jornal? Seis a oito vinténs. Os senhores quanto custa um quilo de papel nestes áureos tempos de fome e de miséria? Tomem lá nota um quilo de papel custa hoje mil e quinhentos reis. Dez vezes mais do que no princípio da guerra. É uma crise aguda que atravessa a imprensa, podendo bem ser que de uma hora apara a outra uma parte dela – talvez a melhor – venha a desaparecer pela suspensão forçada. Não temos rendimentos, não dispomos de fundos próprios, não temos nem fazemos negócios, e bem pobre é *O Dever*. Fiamo-nos em Deus, que por intermédio da generosidade dos amigos deste jornal – e eles são tantos! – nos valerá oportunamente, a fim de que fique de pé o humilde pioneiro da verdade, de olhos sempre erguidos para Deus e com as mãos sempre estendidas para as famílias cristãs. Além de que, *O Dever*, é o semanário mais barato do arquipélago. Para a maioria dos seus assinantes a sua distribuição é quase gratuita. Devemos reduzir ao silêncio a nossa modesta voz enquanto durar esta crise

aflitiva para a imprensa do país? Esperamos que tal não sucederá. O muito sacrifício e abnegação dos que aqui trabalham, fazem-nos esperar que seremos ajudados nesta cruzada por Deus, pela Pátria e pela família! *O Dever* não morrerá, se todos os que podem e devem nos prestarem generoso e prático auxílio.” (*O Dever*, “Cá e lá. Pelo *O Dever*”, 19 de Junho de 1920, n. 150, p. 2).

Confirma-se, à guisa de conclusão, que o papel desencadeava no nosso país os preços mais assustadores, confirmando-se a narrativa de que, segundo Mendonça (1934: 8), o livro português era, na segunda década do século XX, considerado o mais caro do mundo. Segundo Mendonça (ibid.), a indústria papelreira estrangeira conseguia fazer preços mais baratos 50% do que a indústria papelreira nacional, que, além de ser portadora de uma qualidade de papel muito mais atrativa do que a qualidade do papel produzido em Portugal, apresentava-se no mercado com preços muito mais competitivos. Portanto, havia que forçar a indústria papelreira nacional a apetrechar-se de modo a não condicionar os interesses e o desenvolvimento da sua melhor cliente, ou seja, os interesses coletivos nacionais (Mendonça, 1934: 8). Como indicador do atávico atraso da indústria tipográfica e papelreira no nosso país, só em 1952 é levada à consecução uma formação profissional a pedido do então diretor geral do Ensino Técnico Profissional, Carlos Proença, o presidente do Grémio Nacional dos Industriais Gráficos, com vista a um ensino tipográfico verdadeiramente eficiente e prático. Foram então descritas as áreas de formação gráfica: fotógrafo de artes gráficas, gravador fotoquímico, tipógrafo-compositor, tipógrafo-impressor, desenhador-gravador litógrafo, impressor-transportador litógrafo e encadernador-dourador, como podemos verificar na edição do Grémio Nacional dos Industriais Gráficos (1952: 7).

A realidade da imprensa açoriana, como pudemos comprovar das descrições supracitadas, estava muito distante da profissionalização ocorrida somente na década de cinquenta no nosso país. Assim, a imprensa regional e local dependia da boa vontade dos trabalhadores alocados às tipografias dos periódicos. O trabalho tipográfico dependia essencialmente do engenho dos artífices gráficos, na maior parte das vezes detentores de um saber de experiência feito adquirido em muitos anos de dedicação e habituados, por isso mesmo, a superarem-se e a reinventarem-se num arquipélago em que a sofisticação de meios não abundava e em que a atualização da tecnologia existente no mundo chegava ao retardador, sendo que algumas máquinas chegavam somente décadas mais tarde.

3.5.2. O esgotamento editorial dos títulos.

O fenecer de muitos dos órgãos da imprensa católica açoriana deveu-se, no caso de alguns dos dezassete periódicos estudados na presente dissertação, ao facto de terem assumido uma clara colagem a alguma corrente política ou doutrinária, constituindo-se, na sequência destas tomadas de posição, em porta-vozes doutrinários de correntes que acabaram por não ter aceitação em amplos sectores da Igreja católica, como podemos ver facilmente nos títulos jornalísticos afetos ao nacionalismo católico, dividindo os cristãos ao nível interno da Igreja. O que este tipo de periodismo suscitou num meio pequeno como o arquipélago dos Açores foram acirradas ruturas pelas acirradas crispações originadas nos acesos debates políticos e morais a que deram origem na esfera pública das ilhas. Este processo disruptivo foi incapaz de granjear simpatia no público, não fidelizando leitores junto das suas edições. Apraz-nos, a este respeito, como anteriormente fizemos, fazer de novo menção à longevidade admirável de *O Açoriano Oriental*, pois ele continua ser um caso de estudo, sublinhando que a sobrevivência de um periódico no espaço público de uma ilha se fica a dever aos consensos de que é capaz de gerar no seio das sociedades insulares, capaz de suscitar pontes e ligações no tecido social em que está implantado. Subscreeve-se inteiramente que a publicação católica é resultado, na maior parte das vezes, da formação de relações com publicações próximas (Fédération Française de la Presse Catholique, 2012: 69-70).

Os jornais que tomaram atitudes eivadas de um espírito de cruzada, exteriorizando fundamentalismos nas posições defendidas, acabaram por se eterizar no seio da produção jornalística açoriana, não fidelizando novos públicos. O cansaço das suas equipas redatoriais provinha de um desgaste que se sentia não apenas a um nível endógeno mas também exógeno. Órgãos de imprensa católica, como *A Ordem*, o *San Miguel* e o *Correio dos Açores* gastaram-se publicamente não só juntos dos católicos, pois as suas posições nem sempre foram aceites pela igreja católica, mas também de forma exógena ao cavarem crispações, ao colecionarem quezílias disruptivas no seio da sociedade açoriana.

As tomadas de posição em prol do Partido Nacionalista eram públicas, não se escusando os jornais – como podemos ver no excerto de *A Ordem* – de influenciar os católicos de votarem na causa de que era aurato em Portugal o Conselheiro Jacinto Cândido:

“Um dos factos mais importantes da semana política insular é sem contestação a fundação do Centro Nacionalista em Angra. O patronato e a chefia desse agrupamento foi desde logo confiado a uma das lídimas fulgurações da vida pública portuguesa, - o Ex.mo Conselheiro Jacinto Cândido da Silva. Conselheiro efectivo do Estado, antigo ministro, muitas vezes representante do país em Côrtes, inteligência superior e culta, carácter diamantino e sem mancha, - um novo de têmpera antiga, leal servidor do bom Deus e da pátria, do seu rei e das instituições, - vendo claro é bem a excepcional conjuntura em que a nação se achava, e a que era arrastada, acolheu de boa sombra o simpático movimento a que de todo se vem consagrando. É que esse partido conquistou adeptos em todo país, pode-se afoitamente dizê-lo. Não é um partido de combate, sob o ponto de vista restrito da expressão, não busca loiros ou derrotas no terreno sádico dessa política mórbida e odiosa que aí se digladiava na ânsia do poder; mas, e por isso mesmo, como partido de ordem e de acção, mantém-se a postos na defesa de reivindicação de todos os princípios que possam concorrer para a o bem, para o engrandecimento da nação.” (*A Ordem*, “O Partido Nacionalista nos Açores”, 12 de Outubro de 1907, n. 30, p. 1).

Fica claro que os ideais políticos liderados pelo Partido Nacionalista, ao serem abraçados pela Igreja católica, na primeira década do século XX, na fase final da Monarquia Constitucional, deixaram de ter espaço político a partir de 1910, aquando da nova ordem republicana. Nesse novo quadro, os ideais por que pugnavam fragilizaram-se no quadro das novas mudanças sociopolíticas da sociedade portuguesa, sobretudo a partir de 1910. Mas mesmo antes, na sequência do regicídio em Fevereiro de 1908, há o pressentimento de que a Monarquia entrava no seu estertor derradeiro. A ligação de um órgão de imprensa católica a causas políticas desencadeou o sarcasmo de muitas instituições da sociedade, pelo facto de a Igreja fazer eco de ideais políticos partidários, como poderemos verificar de textos do jornal *San Miguel*. Mais uma vez se confirma a inadequação da Igreja para ser o suporte de causas políticas. Era algo que não fazia parte da sua missão:

“O Distrito acostumado a troçar de tudo, faz espírito também com o Partido Nacionalista, e com muita graça lhe chama o partido de Nosso Senhor. Cremos que o motivo porque o partido nacionalista mereceu ao Distrito aquela amabilidade, foi por declarar no seu programa que a norma de um bom governo político é a sua conformidade com a lei Divina emanada do cristianismo.” (*San Miguel*, “O Partido de Nosso Senhor”, 20 de Junho de 1908, n. 157, p. 1).

Esta situação foi bastante notória nos jornais que estavam identificados com o nacionalismo e com o Centro Católico português. Assinalámos, nestas circunstâncias, o jornal *A Actualidade*, órgão que foi fundado com o intuito de implantar a doutrinação política inerente ao Centro Católico Português nas segunda e terceira décadas do século XX. Um dos seus diretores, um estudante açoriano

formado em medicina na cidade de Coimbra – Manuel Caetano Pereira –, foi beber na cidade universitária os ideais do Centro Académico da Democracia Cristã, por onde passaram nomes como António de Oliveira Salazar, Gonçalves Cerejeira, António de Castro Meireles, bispo da diocese de Angra, de 1924 a 1928. Este movimento coimbrão esteve na base da fundação do Centro Católico Português, partido político que nasceu com o intuito de defender os interesses dos católicos na sociedade portuguesa num tempo em que a Igreja tinha perdido os direitos de que era detentora no contexto da Monarquia Constitucional. No excerto que abaixo transcrevemos, podemos verificar que os princípios políticos de que o jornal *A Actualidade* era um arauto nem sempre tiveram as melhores ressonâncias junto do seu público, inferindo-se que nunca foi fácil à Igreja justificar o abraço dado tantas vezes a causas partidárias:

“Muitas pessoas têm censurado o facto de *A Actualidade* ter levantado no nosso meio a questão do Centro Católico. Mas o certo é que, como jornal católico, este semanário cumpriu rigorosamente um dever: ocupar o seu lugar na linha de combate pela causa de Deus e da sua Igreja. Não falta quem pense que o Centro Católico é assunto desnecessário entre nós. Para quê? Nem que não fôssemos todos católicos... “Os jornais devem ser os primeiros a dar o exemplo na submissão à Igreja. Se, com efeito, a ação da Igreja desse em resultado tornar mais difícil aos Bispos o cumprimento da sua missão; se dela resultasse um enfraquecimento do respeito e da obediência que lhes são devidos; se a ordem hierárquica estabelecida na Igreja de Deus viesse a ser atingida e perturbada, arrogando-se os inferiores o direito de julgar os superiores, a doutrina e a conduta dos seus pastores, a obra desses jornais seria não somente estéril mas altamente prejudicial”, segundo Leão XIII. Foi o que se fez. *A Actualidade* colocou-se abertamente ao lado dos prelados e do Centro Católico, no lugar que, de dever lhe competia. Para que são os ensinamentos dos Santos Padres e dos bispos senão para servir de norma de conduta a todos os católicos? Pugnando pelo Centro Católico, este semanário pugna pela união dos católicos micalenses, não no sentido comezinho da politiquice partidária, mas na elevada e superior orientação da política religiosa. Só um caminho resta aos que vivem sinceramente a sua fé católica: unirem-se para sustentar e defender a religião, unirem-se para ser uma força disciplinada e organizada, unirem-se à voz de comando do nosso prelado, nosso pai e nosso chefe, unirem-se no Centro Católico, sacrificando todo o interesse pessoal no interesse superior e máximo de Deus e da sua Igreja.” (*A Actualidade*, “Pontos nos is”, 29 de Julho de 1925, n. 287, p. 1).

3.5.3. Cedência ante versões jornalísticas mais atualizadas.

Uma das causas para a extinção de muitos periódicos teve a ver com a necessidade de se criarem jornais dotados de uma outra capacidade, quer ao nível da periodicidade, quer ao nível da colaboração escrita, portadores de uma participação capaz de uma linguagem compaginável com o mundo. O caso do diarismo sempre presente nas preocupações do

magistério era a prova de que as publicações acalentavam este sonho no curso das suas edições. Isto poderá verificar-se nos excertos que transcrevemos, embora o confronto com a difícil realidade indicasse que não era tarefa fácil a manutenção de um jornal diário. Este sonho, assaz vezes almejado pelos jornais católicos dos Açores, fundamentava-se no desejo profundo que Leão XIII alimentava, não fosse ele um partidário da imprensa diarista que constituía a melhor resposta da Igreja aos jornais afetos à Maçonaria. Algumas publicações católicas do arquipélago extinguíram-se para passarem de títulos com uma periodicidade semanal ou quinzenal para uma frequência diária. Nos dezassete órgãos de imprensa que compõem a nossa dissertação apenas quatro foram diários, o que indica a dificuldade que era a sustentação de um periódico diário. *A Verdade* foi um dos mais tenazes diários da imprensa católica açoriana, sendo claro que desde o início da sua fundação sempre se colocou nas bancas com o intuito de gerar consensos e pontes. Mas muitas foram as dificuldades que ao longo da sua existência teve de passar.

“Por mais de uma vez temos prometido melhorar o nosso jornal, à medida que as numerosas condições de que isso depende, no-lo fossem permitindo. O primeiro desses melhoramentos que lhe desejávamos introduzir era transformá-lo num diário que satisfizesse os desejos dos amigos de *A Verdade*, que cremos bem que são todos os seus estimáveis assinantes, e pelo qual cumpríssemos, com maior vantagem, a difícil missão que nos impusemos de pugnar pelos direitos inalienáveis da Igreja e pelos legítimos interesses da pátria. A satisfação, porém, neste momento, das nossas promessas e dos desejos dos nossos dedicados amigos, com a publicação diária de *A Verdade*, não pode ser tomada como indicador do concurso dos meios necessários e suficientes para a sustentação de um jornal diário, como o exigem a ilustração do nosso meio e a importância da causa que advogamos. Mas tão-somente porque alguns ilustres e dedicados paladinos do ideal sublime que a nossa orientação concretiza, prometendo-nos o seu valioso apoio, nos convenceram da oportunidade do momento actual para a efectivação da ideia que de há muito alimentamos, é que a nossa vontade se não dobrou perante as dificuldades, inerentes a tão escabroso empreendimento, e que ainda receamos sejam insuperáveis aos nossos esforços. Aqui estamos, pois, na lufa-lufa da imprensa diária, não nos poupando a sacrifícios para, dentro da nossa orientação, satisfazermos ao interesse de todos que nos queiram auxiliar, aceitando o nosso jornal, o que desde já profundamente reconhecemos.” (*A Verdade*, “A Verdade”, 9 de Fevereiro de 1914, n. 113, p. 1).

O Jornal *A Verdade* vem confirmar o interesse diocesano em cultivar a imprensa diarista nas suas produções jornalísticas, nas diversas ilhas. Aliás isso, corresponde ao desejo do Magistério da Igreja, como podemos verificar em Leão XIII (1951: 11), numa carta ao Arcebispo de Viena, em 30 de Agosto de 1883:

“Visto que os inimigos do nome cristão soem lançar mão da imprensa quotidiana para corromper os corações, os católicos devem compreender que neste campo a defesa não deve ser inferior ao ataque. Entre os meios aptos a defender a religião não há, a nosso ver, meio mais eficaz e mais apropriado à época atual que aquele que consiste em responder aos escritos por escritos, confundindo, desta forma, os artifícios dos inimigos da fé”.¹⁹

Algumas das cessações ocorridas nos dezassete periódicos da imprensa católica do arquipélago ficaram a dever-se ao assomar de novos projetos jornalísticos por parte da diocese de Angra. Quase sempre era um novo formato que estava em causa, ou a alteração da periodicidade dos títulos, ou o aumento das tiragens, ou a tentativa de fazer emergir outros projetos mais audaciosos ocupando o vazio dos jornais católicos descontinuados. Foi sempre acalentado sobretudo a partir dos centros urbanos do arquipélago a criação de um jornal diário. A imprensa diarista foi, desde os escritos do Papa Leão XIII respeitantes à *Boa Imprensa*, um sonho em permanente fermentação pelas redações diocesanas, como podemos comprovar do excerto que abaixo reproduzimos do jornal *A Actualidade*.

“O bom exemplo de auxílio à imprensa católica reavivou-nos uma aspiração que há muito alimentamos – a da fundação de diário católico em Ponta Delgada. Quem poderá desconhecer a necessidade de um diário católico em São Miguel? Somente os que não se interessam pela propaganda dos princípios cristãos. O meio católico micaelense pode fundar e manter um diário. Podemos ainda acrescentar que alguns católicos de boa vontade se têm manifestado naquele sentido. Está hoje demonstrado que nenhum jornal se mantém com os recursos próprios. O diário católico não poderia viver sem um auxílio permanente. Donde viria a importância desse auxílio? Do povo humilde, do povo que trabalha, principalmente do povo das nossas paróquias.” (*A Actualidade*, “A propósito”, 15 de Outubro de 1924, n. 247, p.1).

Nos casos dos jornais *O Michaelense* (27 de Maio de 1905, n. 22, p. 1) e de *A Verdade* (29 de Novembro de 1924, n. 1542, p. 1), facilmente nos deparamos, pelos relatos que já tivemos o cuidado de transcrever na presente dissertação, que constituíram projetos editoriais que deram lugar a outros periódicos muito mais arrojados: no caso de *O Michaelense* deu o seu lugar ao *San Miguel*; no caso de *A Verdade* entregou o seu lugar ao jornal *A União*.

¹⁹ Carta ao Arcebispo de Viena, 8 de Fevereiro de 1884, in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*. Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 11.

3.5.4. A Reunião dos jornalistas católicos açorianos.

O congresso dos jornalistas afetos à imprensa católica nos Açores, ocorrido em Agosto de 1923, acontece no seguimento de outros congressos havidos no seio do catolicismo, desde a última década do século XIX. Estes encontros continuaram nas primeiras décadas do século XX um pouco por todo o mundo, anteriorizando o encontro de Vila Franca do Campo. Este espírito de reunião iniciou-se a partir de Espanha, na cidade de Sevilha, cidade em que foi realizada a primeira Assembleia Nacional da *Boa Imprensa* em 1904 (Domínguez, 2009: 48). Ora foi a partir destes múltiplos simpósios havidos um pouco por todo o orbe católico que se começou a falar da necessidade dos jornalistas católicos se começarem a encontrar. Depreendemos, assim, na sequência da proliferação dos congressos sobre o periodismo católico havidos um pouco por todo o mundo, que o Congresso dos Jornalistas Açorianos do Verão de 1923 não constituiu propriamente uma originalidade medrada no húmus insular. Todavia, apesar do evento em questão não constituir algo de novo no contexto da imprensa católica, conseguiu preceder com uma década de antecedência algumas iniciativas similares, em 1933, como a Exposição da Imprensa Católica Portuguesa, organizada na cidade de Lisboa, na qual estiveram presentes dois órgãos da imprensa açoriana: *A Crença*, de Vila Franca do Campo, e *O Dever*, da Calheta da ilha de São Jorge (Almeida, 1989: 45).

O encontro de 1923 do jornalismo católico açoriano foi, antes de tudo, na nossa ótica, o resultado da constatação de que a imprensa católica açoriana, dispersa nos seus diversos órgãos, se deveria reunir e concertar, tal como já acontecia com os títulos de imprensa ligados ao mundo eclesiástico espalhados por todo o mundo. Este acontecimento encetou um movimento de reedificação da imprensa católica insular, representada no Verão de 1923 por seis órgãos de imprensa católica insular, conseguindo conferir-lhe um outro tom e sobretudo um redobrado ânimo. Há também de forma explícita na iniciativa de Vila Franca do Campo, uma tentativa de a Igreja açoriana, através dos seus artífices do jornalismo católico, assumir a imprensa como um instrumento regenerador da sociedade açoriana, capaz de fazer eco dos valores do catolicismo no meio social das ilhas. Salientamos a expressão respeitante à Igreja designada como “milícia predileta da Igreja, no campo social”, como podemos verificar da perícopes que abaixo transcrevemos:

“A reunião de alguns dos mais ilustres jornalistas católicos açorianos, que, depois de lutarem titanicamente nas fileiras da imprensa, em que prestaram com generosidade e

denodo inestimáveis serviços à Religião e à sociedade, tentaram conjugar as suas forças dispersas, para assim sob um plano comum, mais pronta e eficazmente realizarem a obra complexa e inadiável da regeneração moral e religiosa dos povos açorianos. Podemos de antemão augurar os melhores frutos desse encontro dos mais intrépidos batalhadores da milícia predilecta da Igreja, no campo social.” (*A Verdade*, “Imprensa católica”, 18 de Agosto de 1923, n. 1480, p. 1)

Foram onze as determinações que os jornalistas reunidos a nove de Agosto de 1923, em Vila Franca do Campo, anuíram em publicar, constituindo uma espécie de carta de compromisso para todos os representantes da Causa da *Boa Imprensa*, como podemos inferir do trecho que abaixo transcrevemos do jornal *A Actualidade*:

“No dia 9 do corrente mês de Agosto, reuniram-se me Vila Franca do Campo os directores e principais colaboradores dos jornais católicos para se ocuparem dos interesses da Causa Católica nos Açores e para assentarem num plano comum de acção. Depois de demorada troca de impressões, em que se contactou a uniformidade de pensar em todos os que labutam actualmente pelo jornalismo católico, foi unanimemente aprovado que, os jornalistas católicos açorianos, representando todos os jornais católicos da diocese – *O Dever*, *A Verdade*, *Sinos d’Aldeia*, *O Semeador*, *A Crença* e *A Actualidade* – encontrando-se em completo acordo com o programa da Causa Católica, façam as seguintes afirmações:

1.º - Que a divulgação, pela Imprensa, dos princípios gerais da doutrina cristã, e o combate das ideias e dos costumes que se opõem à moral e às verdades da Religião Católica, corresponde nos Açores, a uma grande necessidade. É indispensável que a imprensa divulgue a doutrina do Evangelho, o valor da graça, dos sacramentos, da oração, o espírito de sacrifício em oposição ao espírito da época, levando a casa dos católicos todas as verdades que se ensinam nos templos. Reconheceu-se a utilidade de fazer propaganda da vida litúrgica paroquial, e a necessidade de propagar o espírito de obediência e união com os superiores eclesiásticos. Entre os costumes a combater salientamos as coroações chamadas do Espírito Santo, que se transformaram em puras manifestações de paganismo e idolatria, constituindo uma verdadeira heresia dentro do culto católico.

Salientamos também a necessidade de um combate persistente de três grandes fontes de desmoralização: o impudor das modas das senhoras, o cinematógrafo, e as más leituras. Dado o incremento que vão tomando as superstições, o espiritismo, a curandice, é indispensável combater-los. A propaganda protestante, conquanto encontre no povo açoriano uma grande repulsão, deve também ser combatida. Merece-nos o maior protesto e intromissão, nas confrarias e irmandades, de pessoas que não cumprem os preceitos da Igreja.

2.º - Que se torna indispensável um mais profícuo auxílio à imprensa católica açoriana que, para se manter, tem exigido e está exigindo incalculáveis sacrifícios àqueles que a dirigem. Os jornalistas católicos auxiliar-se-ão mutuamente, e terão o cuidado de salientar os artigos de maior interesse para a nossa Causa escritos pelos seus camaradas, criando, nos jornais que dirigem, uma secção especial para esse fim. Cabe-lhes também o dever de prestar a devida justiça aos vultos católicos açorianos que, por qualquer modo, contribuíram ou contribuem para o prestígio e florescimento da nossa Causa.

3.º - Que os jornalistas católicos açorianos devem dedicar uma especial atenção e empregar os mais instantes esforços para que se intensifique a dedicação e amor filial que ligam os católicos de cada paróquia ao seu pároco, e todos os católicos da nossa

diocese ao seu Prelado e a sua Santidade o Papa, pois que sem este forte vínculo de dedicação filial não é possível o florescimento da vida cristã.

4.º Que, dadas as condições sociais da nossa época, além da defesa geral da Religião é urgente intensificar nos Açores o movimento de Associação e organização católica como meio indispensável para preparar os católicos para o cumprimento dos seus deveres sociais e para lhes proporcionar condições de fácil cumprimento destes deveres.

5.º Que as Associações de Juventude Católica, tão florescentes em Portugal como em todos os países latinos, e que já começaram a florescer, com pujante vitalidade, em quase todas as ilhas dos Açores, são uma obra indispensável à formação de uma esclarecida e sólida mentalidade católica das novas gerações, e que para esta obra devem convergir as melhores atenções não só dos jornalistas católicos mas de todo o clero e de todos os católicos que amam verdadeiramente a sua religião.

6.º - Que a Santa Igreja pela voz de Sua Santidade o Papa e do Venerando Episcopado Português, pede com a maior instância a organização dos católicos portugueses para uma acção no campo político, a qual tem como primeiro objectivo a defesa dos interesses da nossa Pátria; e que esta organização é o Centro Católico Português, para o qual o nosso Venerando Episcopado convocou todos os católicos de boa vontade.

7.º - Que aos jornalistas católicos açorianos cabe especialmente o dever de pugnar por esta organização, tal como a Santa Sé a indicou e como luminosamente esclarece a Pastoral Colectiva de 1922, e que todos os católicos têm o dever de se interessar por ela de modo que não só se torne possível mas florescente nos Açores.

8.º - Que a abstenção de actos ou manifestações sobre regimes políticos, expressa nas bases orgânicas do Centro, é imposta a todos os membros do Centro Católico, quer dirigentes quer dirigidos, conforme os ensinamentos da Pastoral Colectiva de 1922.

9.º - Que toda a propaganda ou defesa jornalística da Religião, versando matéria relacionada com a questão política, deve estar em perfeita concordância com os ensinamentos desta Pastoral.

10.º - Que a organização do Centro Católico dos Açores não corresponde apenas uma necessidade de defesa religiosa, mas também a uma urgente defesa dos nossos interesses regionais.

11.º - Para a completa elucidação do seu pensamento os jornalistas católicos afirmam que repudiam qualquer suspeição de maus católicos porventura lançada àqueles católicos que, mercê de circunstâncias especiais, militam num ou noutro partido político;

Mas que não poderão consentir, sem protesto, que esses católicos que militam noutros partidos se arroguem o direito de combater a orientação daqueles que sacrificam as suas preferências pessoais para seguirem a política da Igreja.” (*A Actualidade*, “Reunião dos Jornalistas Católicos Açorianos”, 22 de Agosto de 1923, n. 193, p. 1).

Sendo o primordial objetivo deste evento a unidade editorial dos fazedores de notícias católicas na região insular, não deixa de ser curioso que a maior parte dos pontos que sintetizaram a reunião de Vila Franca incidiram na causa política que os bispos de então tentavam incentivar: a implantação do Centro Católico Português em todas as dioceses do país. Este desiderato episcopal ia ao encontro de um manifesto bem expresso na Pastoral Colectiva de 1922. Podemos facilmente verificar que, à exceção dos cinco primeiros pontos, os congressistas dedicaram seis dos onze pontos do documento final, por conseguinte a maior parte da declaração orientadora para o jornalismo católico açoriano, à consolidação

política do Centro Católico no arquipélago dos Açores. Verifica-se que as primeiras três conclusões não possuem um pendor claramente político, mas, se imediatamente nos debruçarmos sobre os pontos quarto e quinto, vemos que estes apelam, de forma embora velada, a um ímpeto político inerente à tentativa de implementar na Igreja o espírito do associativismo tão caro aos ideais propostos pelo Centro Católico Português. Este dado faz-nos concluir que também os quarto e quinto pontos estão indiretamente relacionados com o motivo central do Congresso, se não mesmo o mais importante do encontro de Vila Franca do Campo: a união de todos jornais católicos em torno da implantação do manifesto político aprovado pelos bispos portugueses em 1922 inerente ao Centro Católico Português. Sendo o primeiro ponto uma concentração dos temas que a imprensa católica deveria publicar nos Açores, nota-se uma clara incidência, destacada como nota de abertura, sobre os temas da moral cristã e dos bons costumes procedentes do campo axiológico cristão. Foi apanágio dos órgãos de imprensa católica serem os porta-vozes de um certo moralismo hoje impensável em matérias abordadas pelo ângulo da condenação, como, aliás, verificámos no ponto primeiro do documento final de Vila Franca: a influência malévola do cinema; os efeitos perniciosos que resultam de más leituras, transformando-se muitas vezes os órgãos de imprensa em autênticos índices bibliográficos, como teremos a oportunidade de verificar mais adiante.

No ponto segundo, apurámos, como anteriormente já dissemos, que se a imprensa católica sobreviveu ultrapassando décadas de grandes dificuldades, e tal resistência fica-se a dever, essencialmente, à boa generosidade dos católicos, sem a qual teria sido muito difícil a subsistência da maior parte dos jornais afetos à diocese de Angra do Heroísmo. A sensibilização interna da população eclesial para a prática das dádivas em favor da causa da *Boa Imprensa* foi fundamental para a manutenção de muitos dos títulos que chegaram até aos nossos dias, como, aliás, podemos inferir do excerto do jornal *A Verdade*:

“Importa a cada um o dever de concorrer para a manutenção e desenvolvimento daquela imprensa que, pela sua orientação e processos de combate, presta à sociedade os seus serviços valiosos.

Ora, a imprensa católica, tendo por lema o amor de Deus e dos homens e agindo dentro do seu programa intangível que é a própria doutrina cristã, é aquela que por sua natureza melhores garantias dá a prestar à colectividade os seus valiosos serviços, a sua força insuperável. E se pela natureza e princípios ela deve ser tal, a vida dos seus órgãos, erigida de mil obstáculos e produto de incalculáveis e permanentes sacrifícios, é prova frisante de quanto faria em prol da ventura e do bem-estar comum, se todos se

compenstrassem dos seus deveres a respeito e se determinassem a cumpri-los.” (*A Verdade*, “Imprensa católica”, 18 de Agosto de 1923, n. 1480, p. 1).

No ponto terceiro, salienta-se que a comunicação na imprensa deveria espelhar uma estreita ligação à estrutura hierárquica da Igreja: paróquia, episcopado e pontífice romano. O trabalho do jornalista açoriano deverá evidenciar que a notícia que constrói mana a montante do espírito de obediência ao magistério eclesial.

Os pontos subsequentes, nomeadamente as determinações 6, 7, 8 e 9 do documento de Vila Franca, tentaram aplicar as exortações da Pastoral de 1922, dos Bispos Portugueses que, segundo Pinharanda Gomes (1987: 16), tal como quase todos os documentos saídos até então pela pena do episcopado, “eram densas florestas barrocas, inacessíveis às assembleias a quem os párocos por imposição canónica, tinham de as ler”. Todavia, outra é-nos dada pelo jornal *A União*, órgão oficial do Centro Católico Português, no seu número, a 10 de Dezembro de 1922, ao referir-se à Pastoral episcopal emanada a 9 de Setembro de 1922, afirma:

“Foi sem dúvida o documento mais notável dos últimos tempos, para a vida política do nosso país. Aconselha o Episcopado a obediência aos poderes constituídos e a união dos católicos em volta do Centro Católico. O Centro Católico existe pela necessidade de conquista para a Igreja da sua liberdade de ação e de a libertar dos partidos políticos evitando assim de sofrer as consequências funestas dos insucessos e incertezas da vitória do agrupamento que arvore a sua bandeira. Esta não é da monarquia nem da República, mas sim de Deus.” (*A União*, “A Pastoral e a Imprensa”, n. 119,10 de Dezembro de 1922).

De acordo com o excerto supracitado, no órgão oficial do Centro Católico Português, o encontro vila-franquense sobre o periodismo católico açoriano tentava também responder à dificuldade de atualização da mensagem do magistério que, na maioria das vezes, se apresentava indecifrável aos cristãos das bases do catolicismo, sobretudo o residente no Portugal não urbano. Nestas circunstâncias, o episcopado em 1922 tinha detetado, na sua tentativa de implantar o catolicismo na sociedade de então, que o obstáculo maior para a ineficácia do projeto político inerente à Pastoral dos Bispos de 1922 radicava no facto de não existir uma força partidária, ou aquilo a que vieram designar como o Centro Católico Português, capaz de organizar o Movimento Católico (Gomes, 1987: 10). O catolicismo social, a partir da *Rerum Novarum* de Leão XIII, veio a implementar um movimento associativo que se designou, como já referimos no primeiro capítulo desta dissertação, de

Movimento Católico, consistindo este lato associativismo eclesial essencialmente nas interpretações e traduções práticas da Doutrina Social da Igreja para responder à questão social colocada pela industrialização e emergência do liberalismo na época contemporânea. O catolicismo social é transversal às diversas correntes inerentes ao Movimento Católico, tendo sido apropriado em Portugal pelo Nacionalismo, pela democracia cristã que teve em Portugal a melhor representação do Centro Católico Português, inspirando mais tarde as correntes inerentes ao integralismo lusitano (Almeida, 2009: 291).

A construção do partido político que em Portugal veio a liderar a aplicação das teorias sociais de Leão XIII nem sempre foi pacífica no seio da eclesialidade lusa, trazendo consigo alguma clivagem entre católicos monárquicos e os designados “catolaicos”, sobretudo a partir de 1919, altura em que há uma forte reestruturação do Centro Católico Português, num contexto em que, com o sidonismo, se sentia um apaziguamento das relações entre a I República e a Santa Sé. O novo presidente do Centro, António Lino Neto, assume o cargo considerando estar a cumprir um dever simultaneamente cívico e religioso. É fiel à doutrina do *ralliement* definida por Leão XIII e retomada por Bento XV, segundo a qual os católicos devem obediência aos poderes constituídos, reservando-se o direito e o dever de se empenharem em revogar a legislação que contrarie os princípios e os interesses da causa católica. Esta atitude leva os centristas a secundarizar a questão do regime face à necessidade de defender a Igreja e a colaborar nas políticas do Governo consideradas benéficas para a Nação (Almeida, 2009: 285-286). Pouco importava se o regime era de ordem monárquica ou republicana, mas tão-somente se defendia ou não os interesses da Igreja e se tivesse no seu programa uma clara alusão ao papel do cristianismo na construção da nação.

No ponto décimo da declaração de Vila Franca realça-se, como novidade relativamente à restante redação do documento final, uma nota telúrica por referência à especificidade da região insular onde está implantado o jornalismo católico açoriano, marcando uma linha de singularidade nos pontos até então traçados. Como mais adiante iremos verificar, nas linhas editoriais dos órgãos que tomaram parte neste congresso, uma crescente referência a assuntos relacionados com os acontecimentos locais inerentes a cada uma das ilhas do arquipélago. Subscrive-se, em consonância com o décimo ponto do Congresso de Vila Franca, o ponto de vista de Silva (2008: 120), que, ao referir-se aos anos vinte a imprensa das ilhas, foi determinante no movimento regionalista e autonomista de afirmação – como diria Nemésio

– da açorianidade. A imprensa regional assumia-se como o incontornável porta-voz dos clamores insulares e das reivindicações descentralizadoras, na tentativa de projetar uma imagem de credibilidade junto dos círculos políticos e jornalísticos continentais, bem como entender que imagem tinham dos Açores.

No ponto undécimo e derradeiro critério emanado do encontro do jornalismo católico açoriano, exortam-se os jornalistas católicos a não se digladiarem politicamente na esfera pública, tendo de respeitar aquele que foi assumidamente declarado como o partido da igreja portuguesa, ou seja, o Centro Católico Português.

Ora o Congresso de Vila Franca do Campo teve o condão de instituir um novo mutualismo entre os seis jornais que nele participaram, transformando o desconhecimento jornalístico existente numa efetiva possibilidade de comunicação entre os diversos títulos espalhados pelo território insular. A ausência de permutas de conteúdos ao nível das grelhas noticiosas de cada órgão da imprensa pôde, a partir deste evento, ser minorada. Como vários autores advogam, é quase quimérico que um jornal produzido em uma ilha seja lido noutra ilha do arquipélago. Segundo o jornal *O Dever*, que abaixo citamos, permanecia em suspenso o próprio trabalho nas redações, pairando sempre em cada edição um fortíssimo sentimento de incerteza:

“Que propaganda fazíamos? Que resistência opúnhamos? Dormíamos, vivendo duma vida a favor, pois que apenas nos tem dado licença de viver. Os resultados aí estão. Negá-los seria inépcia. Temos sido como que católicos de clausura. As nossas vistosas procissões, com tantas bandeirinhas, imagens, opas, música e foguetes, mais tem desonrado que enobrecido a Fé, a Igreja, a Moral, Jesus Cristo, a Virgem e os Santos. Consequência fatal da nossa falta de mentalidade católica. Porque o ignorámos ou quisemos ver, é que chegamos à beleza do estado religioso a que chegámos... Se não erramos, nunca como agora os Açores tiveram uma tão numerosa e tão escolhida representação na Imprensa Católica portuguesa. Mas a actual imprensa católica açoriana será mais feliz nos seus esforços do que aquela que a precedeu? Irá aonde aquela não ode ou não soube ir? Batalhará mais proficuamente e saberá, melhor que a passada, coordenar a sua acção sobre a massa popular?... Não sei. Ninguém sabe. Só Deus. Mas desejando na verdade a sua eficaz produtividade na labor de cada dia, na modificação e evolução das ideias, que mais interessam a pena do jornalista católico e devem tanto presidir ao governo das sociedades, como intensificar a vida das almas, a Imprensa Católica açoriana resolveu tocar a reunir, e... reuniu. Foi uma simples e modesta reunião. Lá estive também. Lá esteve também *O Dever*. Mais do que trocar impressões entre soldados do mesmo campo, essa reunião foi uma coordenação de actividade, de trabalho e de orientação prática nestes nossos afazeres do dia-a-dia do jornal. Se foi ou não conveniente e proveitosa essa reunião dos jornalistas católicos açorianos, ver-se-á no futuro, pela maior ou menor identificação do pensamento orientador da nossa actividade jornalística, sob as vistas e determinação do Episcopado Português.” (*O Dever*, “A nossa reunião”, 1 de Setembro 1923, n. 306, p. 1)

Não deixa de ser interpelador que mesmo não havendo até 1923 qualquer concertação entre os fazedores da imprensa católica açoriana, sendo este o encontro pioneiro e, ao mesmo tempo, a única reunião entre os jornalistas católicos de todo o século XX, comprova-se que, apesar da distância territorial entre os diversos periódicos, permaneceu uma estreita obediência de todos os títulos às determinações do Magistério episcopal e pontifício. Neste sentido, presume-se da leitura da imprensa católica regional que a unidade temática que nela encontramos provinha mais da fidelidade estrutural ao papado e ao bispo diocesano do que propriamente de uma concertação periodista diocesana ao nível dos seus jornais. Subscreveram a “uniformidade de pensar” dos órgãos da imprensa católica do açoriana jornais como *A União*, órgão oficial do Centro Católico Português, radicado em Lisboa, admirando-se com a capacidade de comunhão da imprensa regional açoriana, apesar da descontinuidade do território insular, como poderemos comprovar do excerto de *A Actualidade*:

“No n.º 151 de *A União*, órgão do Centro Católico, encontramos a seguinte referência à imprensa católica dos Açores, que, por motivos muito superiores a qualquer sentimento de vaidade, não queremos deixar de apresentar aos nossos leitores:

“Os Açores estão bem servidos quanto à imprensa católica. Os semanários que recebemos de lá são em regra muito bem escritos e modelares quanto à orientação, pois acabamos de regalar-nos passando pelos olhos os magníficos artigos que contêm”.

Ainda há pouco, na modesta reunião dos jornalistas católicos açorianos, tivemos o prazer de constatar o facto animador da sua uniformidade de pensar. Condições geográficas mantêm-nos separados, dispersos por estas ilhas que o mar separa, passando-se anos em que não podemos trocar impressões pessoalmente. Mas estamos unidos no mesmo ideal, nos mesmos princípios, numa fraternidade que só a Religião de Cristo pode gerar e conservar. A imprensa católica açoriana está fortemente empenhada no cumprimento deste sagrado dever: servir a Igreja Católica, servir os interesses gerais da nossa pátria, e servir os interesses particulares dos Açores. A obra é vasta, e estamos ainda no início; mas não desanimemos: Deus está connosco.” (*A Actualidade*, “Imprensa católica nos Açores”, 26 de Setembro de 1923, n. 197, p. 1).

Podemos adotar, na sequência da transcrição de *A Actualidade*, à imprensa católica que se praticava nas ilhas a máxima “nemésiana” de que “cada ilha sendo um país”, cada jornal constituía um mundo muito próprio no contexto de cada ilha, não sendo fácil em 1923 desmontar os muros do bairrismo típico dos contextos geográficos isolados. Aceitando-se, em conformidade com o que dissemos, o carácter próprio de cada órgão de imprensa, no entanto, não deixa de ser relevante a uniformidade de pensamento mencionada pelo nacional do Centro Católico. Todavia, de acordo com Meneses (2013: 166-167), no primeiro quartel do século XX, os jornais, ao beneficiarem de um clima de maior liberdade, foram quase

sempre arautos de ideais políticos, incluindo os jornais afetos à Igreja católica, um fenómeno que lhes individualizou a existência, “surgindo em abundância e desaparecem com rapidez”. Como já dissemos, apesar de os órgãos de imprensa existentes em cada uma das nove ilhas açorianas não estabelecerem entre si grandes sinergias ou permuta de ideias, será interessante notar que o alinhamento noticioso das suas edições procurou estar sempre em consonância com o Magistério da Igreja, não se desviando os seus conteúdos das grandes linhas mestras requeridas pelo Bispo diocesano. A partir de Vila Franca do Campo, na costa sul da ilha de São Miguel, o boletim paroquial *A Crença*, foi o promotor e o anfitrião dos seis órgãos de imprensa católica que existiam nas ilhas dos Açores. De facto, o grande mentor deste encontro foi o padre Ernesto Ferreira, de quem mais adiante iremos falar, conjuntamente com o Dr. Caetano Pereira, diretor do semanário *A Actualidade*. Estas duas figuras marcantes do jornalismo católico açoriano assinalaram desta maneira uma nova forma de fazer jornalismo no território descontínuo do arquipélago. Este movimento de reunião e de concertação que existia um pouco por todo o mundo, na sequência dos apelos do Papa Leão XIII, teve ainda como objetivo depurar o que acontecia nas dioceses ao nível da proliferação de títulos nem sempre alinhados com os objetivos da Igreja.

“O nosso mal é a desunião. Grande defeito nosso é ignorar-nos uns aos outros. Não nos conhecemos. Somos forças dispersas, que actuam isoladamente, que trabalham sem o indispensável valimento do apoio recíproco. Temos sido uma maioria mas uma maioria morta. Com todos os nossos templos, com todas as nossas confrarias, com todas as nossas irmandades, com todas as missas e os sacramentos da Igreja, com todos os nossos bispos e os sacramentos da Igreja, com todos os nossos bispos e numeroso clero, com todas as virtudes intrínsecas e extrínsecas da religião católica, nunca conseguimos formar uma mentalidade católica! Tanto em Portugal como nos Açores, vivemos largos e longos anos numa inferioridade verdadeiramente incrível e assombrosa: não tínhamos jornais nossos, bem-feitos, com uma honrosa tiragem e uma extensa aceitação na opinião pública. Sob o ponto de vista da *Boa Imprensa*, salvo raras e bem-intencionadas excepções, nunca chegámos a ser qualquer coisa. Temos sido verdadeiras calúnias vivas contra nós mesmos, uma persistente piedade contra Cristo, nosso Pai e nosso Rei e uma dolorosa ironia contra tudo quanto representa a nossa fé e o nosso amor para com a Igreja de Deus. Não temos tido uma imprensa que, havendo criado um espírito católico, um ambiente católico, um ritmo católico às nossas instituições, pessoas e princípios católicos, mantivesse, sustentasse e desenvolvesse esse espírito, esse ambiente e esse ritmo católico de geração para geração, sem solução de continuidade.” (*O Dever*, “A nossa reunião”, 1 de Setembro 1923, n. 306, p. 1).

Os congressos surgidos foram também uma forma de disciplinar e de sanar as divisões entre os cristãos que se expunham publicamente na imprensa católica das dioceses, ao nível político e ideológico (Domínguez, 2009: 22). A proliferação de encontros sobre a imprensa

foi ainda um meio para a Igreja encontrar um rumo comum para a sua imprensa, ao nível das ideias e ao nível de um posicionamento firme na esfera pública de então. O espírito de união, a necessidade de a Igreja se reunir com o objetivo de afinar estratégias era algo que vinha dos tempos de Leão XIII, como se poderá verificar nos seus escritos, mormente na encíclica *Nobilissima Gallorum*, de 8 de Fevereiro de 188: “é de absoluta necessidade que haja união de vontades e conformidade de ação”. Há a firme certeza por parte do Papa que o sinal mais desejado pelos opositores da Igreja é que no catolicismo grassasse a desunião. Mais adiante, na mesma encíclica, é dito que “os escritores não poupem nenhum esforço para manter em todas as coisas esta concórdia dos espíritos”. O Papa, nesta carta, reafirma que os trabalhadores da imprensa deverão afinar pelo padrão da obediência ao magistério da Igreja, responsável aliás pela unidade dos católicos: “que seja sua norma submeter-se com piedade filial aos Bispos que o Espírito Santo colocou para reger a Igreja de Deus, que lhes respeitem a autoridade e nada empreendam sem a sua vontade, pois, nos combates pela religião, devem-se seguir pelos chefes” (Leão XIII, 1951: 19).

Como podemos verificar numa outra Encíclica, a *Militantis Ecclesiae*, de 1 de Agosto de 1897, o Santo Padre afirma a necessidade de uma só voz na defesa da Igreja, afinando as forças eclesiais a “um mesmo objetivo, num mesmo sentimento, solícitos em guardar a unidade do espírito, no vínculo da paz” (Leão XIII, 1951: 20). A encíclica aos Bispos de Espanha, de 8 de Dezembro de 1882, deixa uma nota bem clara quanto à necessidade de união: “é de muita importância que quantos pugnam por meio dos seus escritos, sobretudo no jornalismo pela defesa da religião, observem esta regra (a união)” (Leão XIII, 1951: 18). Para além da necessidade de se fomentar a união entre os órgãos da imprensa católica açoriana, ressalta ainda a preocupação de haver um discurso capaz de influenciar o público afeto à imprensa católica das ilhas. Um discurso que fosse realmente escutado. É que grande parte da opinião pública nem sempre estava preparada para um estilo de linguagem que já na altura se afigurava encriptada inclusivamente para os próprios crentes. Subscrive-se Manuel (2013: 159), quando afirma que com frequência a anomalia «verificada na mensagem que não é absorvida pelo recetor é sempre normalmente da responsabilidade do emissor, na medida em que quem fala na maior parte das vezes “não se faz compreender”». Começa também a definir-se, à guisa de esboço, o conceito de imprensa católica que mais adiante iremos aprofundar, podendo caracterizar-se, sobretudo, por ser uma imprensa de opinião que recorre a múltiplas perseguições contra os periódicos adversários, ao mesmo

tempo que apoia os periódicos “amigos” (Santos, 2005: 163). Nesta linha de pensamento, o encontro de Vila Franca foi uma conjugação de esforços pela unidade dos órgãos de imprensa católica, sendo ainda uma tentativa de fomentar a unidade açoriana, como fica bem claro da excerto de *A Actualidade*, ao referir-se aos órgãos aos católicos açorianos como aqueles que “têm condições como ninguém” para promover este desiderato unificador. Também é deixado, à guisa de desafio, a necessidade permanente de novos encontros dos jornalistas açorianos, sendo este o encontro inaugural. Não temos mais informações quanto à realização deste tipo de eventos no seio do jornalismo católico açoriano, sendo esta iniciativa portadora de um carácter único e o pioneiro. De todos os seis jornais que participaram no encontro de Vila Franca do Campo, não fizemos qualquer referência ao *Semeador*, pois não foi encontrado nenhum exemplar deste boletim paroquial nos múltiplos acervos consultados para esta pesquisa. Todas as referências que possuímos do *Semeador* advém-nos de citações de outros jornais. Passado que foi um ano do encontro de Vila Franca do Campo, o jornal *A Actualidade* reforça novamente um dos pontos centrais que deu origem a este encontro: a necessidade de cimentação política do Centro Católico Português. Ora segundo Santos (2005: 140), esta colagem aos intentos políticos do episcopado português veio construir um tipo de periódico crítico, acoplado às aspirações do poder eclesial, transformando-se assim num objeto aclamativo e plebiscitário. Podemos comprová-lo no excerto que abaixo transcrevemos:

“Fez um ano no dia 9 de Agosto que se reuniram em Vila Franca do Campo os jornalistas católicos açorianos. Reunião das mais modestas, sem aparato, sem discursos, ela teve, no entanto, uma grande importância, e há-de ser recordada no jornalismo católico açoriano como o início da conjugação e esforços e estreitamento de amizades para a realização do programa que se impõe à imprensa católica.

Nós os católicos possuímos, como ninguém, condições para promover a união açoriana de que muito se fala uma vez ou outra. E as novas reuniões, como a de Vila Franca, cuidadosamente preparadas, hão-de ser a força propulsora daquele movimento. A questão do Centro Católico era, sem dúvida, das que se apresentava à atenção de todos os representantes da imprensa católica dos Açores. Pode dizer-se que era uma questão nova para o nosso meio católico questão contra a qual se acumulavam densos preconceitos, aliás explicáveis pela viciada mentalidade política que o liberalismo nos legou. Para a mentalidade portuguesa o Centro Católico representa quase uma revolução nos hábitos de pensar e de proceder; a resistência era inevitável.

Na organização política dos católicos açorianos a reunião de Vila Franca marcou o primeiro degrau para a compreensão da necessidade do Centro Católico, não só a alta importância religiosa e patriótica do seu programa, mas reconhece-se que a sua orientação, não há muito tão combatida, é a única ditada pela boa razão e pelas normas dos princípios cristãos.” (*A Actualidade*, “Avante”, 3 de Setembro de 1924, n. 242, p.1)

IV Parte

As principais temáticas dos editoriais católicos açorianos.

4. O papel nuclear dos editoriais.

No presente capítulo será efetuada a apreciação das temáticas inerentes a todos os editoriais apresentados sob a forma de tabelas no capítulo subsequente da presente dissertação. Os indicadores numéricos têm como intuito a aferição temática dos editoriais, constituindo também um instrumento hermenêutico fundamental para a construção da história de cada jornal. Chamamos a atenção para o facto de os editoriais do boletim paroquial *O Semeador* não terem sido analisados por não termos encontrado qualquer edição deste título nos acervos consultados. Não são reconhecidos, por isso mesmo, o seu aspeto gráfico ou a sua tiragem nem, muito menos, os seus conteúdos jornalísticos. O nosso conhecimento do *Semeador* adveio-nos, por conseguinte, dos testemunhos que os seus congéneres da imprensa católica açoriana nos deixaram. Sabemos também, como afirmámos no anterior capítulo, que *O Semeador* foi um dos periódicos que esteve presente no importante encontro dos jornalistas açorianos ocorrido a 9 de Agosto de 1923, em Vila Franca do Campo.

Assim, a grelha de avaliação temática que adiante iremos apresentar foi aplicada a dezasseis jornais, no período compreendido entre 1900 e 1926. Para procedermos à análise temática de todos os editoriais foi construída, como já fizemos menção, uma grelha ordenada em dez pontos temáticos, dispostos da seguinte forma: editoriais constituídos por entrevistas; editoriais religiosos; editoriais políticos; editoriais regionais e locais; editoriais sociais e económicos; editoriais sobre o ensino; editoriais patrióticos; editoriais sobre a imprensa; editoriais de âmbito literário, científico e cultural; editoriais sobre política internacional.

Na nossa ótica, a grelha conseguida é portadora de uma amplitude temática capaz de abranger os trabalhos editoriais publicados entre 1900 a 1926. Como iremos verificar em cada tabela, algumas temáticas assumem maior proeminência pelas vezes que são tratadas pelo editorialista. Se quisermos apresentar de forma gradativa os quatro temas mais frequentes nos editoriais dos periódicos católicos açorianos, facilmente chegamos à seguinte averiguação: editoriais de âmbito religioso, editoriais políticos, editoriais locais-regionais, editoriais socioeconómicos.

Esta mensuração permitiu-nos uma melhor interpretação da existência, da história, bem como da orientação religiosa e política de cada um dos periódicos da presente investigação. Permitiu-nos, ainda, verificar as principais preocupações presentes na Igreja dos Açores. A primazia conferida à análise editorial deve-se ao facto de eles claramente definirem a linha de orientação dos periódicos. Deste modo, fundamentados em Carlos Chaparro (2001: 125), ao debruçarmo-nos sobre os dois grandes géneros que moldam as notícias – a opinião e a informação –, foi nossa intenção apostar na análise editorialista situada pelo autor supracitado no perímetro da opinião. Ora Chaparro distingue três tipologias no campo da opinião: o editorial, a carta do leitor e o artigo de opinião que engloba os géneros jornalísticos crónica e artigo. A informação envolve aquilo que se designa como os géneros tradicionais: notícia, entrevista e reportagem. Optamos pelo editorial.

A consubstanciar a incidência da nossa investigação nos editoriais, subscrevemos o que Breed (1993: 153) entende por política editorial de um jornal. Segundo este autor, os editoriais são o veículo que nos permite descortinar “a orientação mais ou menos consistente” evidenciada por um periódico, na medida em que eles incidem a sua reflexão em questões e acontecimentos de antemão selecionados. A expressão “orientação mais ou menos consistente” remete-nos para a ideia de repetição, pois um jornal, ao persistir nos mesmos argumentos, revela a sua consistência editorial, a sua orientação ideológica. A orientação editorial revela, ainda, uma afinação de rumo que passa por aquilo que Breed designa como “parcialidade”, ou processo de seleção, de rastreio dos assuntos junto do seu público. Isto não significa necessariamente um encurtamento de ideias ou uma incapacidade redatorial na construção das notícias de cariz universal, ou a ausência de uma visão holística da realidade, mas, acima de tudo, reafirma o facto de a repetição seletiva e consistente acentuar uma linha editorial, expressa uma identidade. Este processo de incidência seletiva identificado pela expressão “parcialidade” envolve muitas vezes a omissão, a seleção diferencial, a colocação preferencial de assuntos. Não se ajusta, na nossa maneira de ver, o triunfo da “notícia” sobre o editorial nos jornais católicos açorianos, tal como advoga Schudson (2010: 25), ou dos “factos” sobre a opinião. Apesar de grande parte dos jornais desta época começarem a enfatizar mais a notícia do que o editorial (ibid.: 2010: 27), tal realidade não se verificou na imprensa católica das primeiras décadas do século passado, na medida em que os órgãos de imprensa, na sua grande maioria, estavam alheados das exigências do mercado.

Ora, segundo Hall *et al.*, (1993: 232), a produção editorialista reforça claramente a personalidade identitária de um periódico. Se formos a ver, a definição identitária é reafirmada primeiramente na independência originada pela seletividade. Exercendo a seletividade, os *media* impõem os seus próprios critérios junto das fontes primárias. Este procedimento jornalístico confere uma singular “personalidade social” a cada jornal.

A orientação dos periódicos, sob o ponto de vista ideológico, manifesta-se no que Breed designa como “parcialidade”. Na perspetiva de Hackett (1993: 103), a maioria das opiniões dos estudiosos alinham em dizer que a parcialidade noticiosa poderá ser também considerada de uma forma depreciativa, ou seja, como a intrusão da “opinião” subjetiva do repórter ou da organização jornalística como pretensamente um relato factual. Outras teses advogam que a “parcialidade” inerente à produção editorialista deveria ser entendida como “seletividade”, que pode ou não levar a um tratamento injusto ou desigual dos indivíduos ou das instituições. A forma mais comum de parcialidade ideológica reflete-se no favoritismo respeitante a algum grupo de interesses. Levantamos, nestas circunstâncias, a questão: acontecerá o mesmo com a imprensa católica das ilhas?

A linguagem neutra, isenta de juízos de valor, na qual os factos puros do mundo pudessem ser registados sem qualquer preconceito, é impossível, porque as avaliações já estão implícitas nos conceitos ou na linguagem, em função da qual se fazem as observações e os registos (*ibid.*: 107). A imprensa católica açoriana não está isenta deste processo de seletividade.

Todavia, no entendimento de Hackett (1993: 128), dever-se-ia optar pelo conceito de “orientação estruturada”, em vez de se colar à Igreja rótulos como os de “parcialidade” no que diz respeito à produção noticiosa. Há, de facto, uma clara obediência hierárquica por parte da produção jornalística dos órgãos de imprensa da Igreja que nos leva a anuir com o conceito de “orientação estruturada”. Esta orientação nota-se na forma como os jornais da Igreja, quase como um harmónico movimentado em uníssono, alinham a sua política editorialista, indo ao encontro das teses defendidas pelo Magistério eclesial.

Neste sentido, podemos agrupar os órgãos da imprensa católica açoriana, de acordo com a “orientação estruturada” provinda dos pontificados da Igreja, nas três décadas que compreendem o presente estudo, da seguinte forma: o grupo de jornais nacionalistas (*San Miguel, A Ordem, O Correio dos Açores, O Michaelense*), os boletins paroquiais (*A Crença, A Cruz, O Peregrino de Lurdes, O Norte, O Semeador*), os jornais associados ao Centro

Católico Português (*A Actualidade, Sinos d'Aldeia, A Boa Nova, O Dever*), a imprensa diarista produzida em Angra do Heroísmo (*A Verdade e A União*) e as revistas de foro cultural editadas pela diocese de Angra do Heroísmo (*Phénix e Prelúdios*).

A mão-cheia de títulos, reunidos na tipologia supracitada, que se esparsa no quadro temporal já mencionado, foi descortinada a partir da “orientação estruturada” refletida na publicação editorialista, possibilitando-nos, assim, incorporar a trilogia hermenêutica de Tengarrinha (2013:21), que nos permitiu perceber a situação existencial dos jornais da imprensa católica açoriana: “porque nasce um jornal? Porque persiste? E porque morre?”. Foi a partir desta aferição que se conseguiu traçar a “devida terapêutica” (ibid.) ou, se quisermos, o necessário diagnóstico e o enquadramento eclesial de cada órgão de informação sobre o qual recairá a nossa reflexão. Ora a assimilação da designada “orientação estruturada” do jornal por parte do redator provém, segundo Breed (1993: 154), da socialização inerente à composição do próprio título.

Os dez tópicos que delineiam a grelha que constitui a ilustração gráfica de cada jornal resultaram de uma demorada destilação inerente à leitura dos periódicos católicos que constituem a presente tese. Nesta conformidade, a escrutinação dos temas procuraram abranger as principais abordagens desenvolvidas nos editoriais da imprensa católica açoriana. Foi uma depuração longa, que procurou ir ao encontro dos interesses inerentes à produção jornalística açoriana.

4.1. A grelha de análise periodista.

O reconhecimento temático dos editoriais deu início à gestação de uma grelha de análise constituída por dez pontos, capaz de incorporar os principais conteúdos tratados pelos periódicos. O instrumento de análise conseguido transformou-se, assim, no “guia orientador”, expressão utilizada por Tengarrinha (2013: 19) para a decifração do enquadramento eclesial e ideológico dos jornais que formam o nosso corpus empírico. A grelha obtida transformou-se, assim, no eixo condutor necessário para percebermos o posicionamento eclesial dos dezasseis periódicos a que tivemos acesso. Foi, nesta conformidade, que a aferição dos seus editoriais nos permitiu esmiuçar as razões da fundação de cada jornal, descobrir os interesses que defendia, perceber o grupo que o apoiava, conhecer a conjuntura política e cultural que suscitou o seu aparecimento, constatar os seus

principais adversários e aliados na imprensa da época, verificar o efeito que realmente exerceu. Esta terapêutica a cada órgão de imprensa será apresentada em formato de tabela, permitindo-nos perceber as diversas fases da existência de cada um dos jornais sobre os quais nos iremos debruçar. A grelha construída permitiu-nos captar, em jeito de diagnóstico o âmbito geográfico, rural ou urbano, em que o jornal medrou, a sua relação com os poderes públicos e religiosos, o sistema de informação na sociedade da época em que ele foi fundado, a sua orientação, a que leitores se dirigia, as características da população em que o jornal circulava, as suas posições perante os grandes acontecimentos, a sua relação com as ideologias dominantes, o anonimato e a assinatura dos editoriais tantas vezes disfarçadas, uma vez que a notícia assinada apenas começou a aparecer mais vezes a partir da década de vinte do século passado (Schudson, 2010: 170), as transcrições editorialistas de outros jornais, a influência da direção na vida do jornal (Tengarrinha, 2013: 23).

Quanto às tiragens de cada órgão da imprensa católica açoriana, nem sempre foi fácil comprovar as quantidades impressas a partir dos editoriais e das informações quase sempre mencionadas no cabeçalho de cada jornal.

4.2. O decálogo editorial da imprensa católica açoriana.

4.2.1. Editoriais entrevista.

Os editoriais portadores de entrevistas são os menos comuns encontrados nos órgãos da imprensa católica açoriana. O surgimento editorialista deste tipo de publicações foi coincidente, quase sempre, com a chegada às ilhas de personalidades de vulto ligadas à Igreja, ou então de políticos afetos aos círculos políticos apoiados pela hierarquia eclesial, nomeadamente o Partido Nacionalista e o Centro Católico Português. As entrevistas, de facto, não foram muito frequentes nas edições editorialistas. Da leitura efetuada aos editoriais classificados por nós de “entrevista”, depreendemos que as entrevistas, pelas fundamentadas e longas respostas, eram dadas previamente ao entrevistado.

As entrevistas concedidas obedeciam, na maior parte das vezes, a um questionamento pouco pessoal, assente em respostas essencialmente doutrinárias centradas no posicionamento do Magistério da Igreja para o mundo. Caracterizavam-se, quase sempre, por longas respostas

dos entrevistados, confinando-se o entrevistador em todas as entrevistas a um papel incógnito. De salientar que a maior parte dos editoriais que mensuramos como entrevistas foram na sua grande maioria transcritas de periódicos continentais, sendo muito poucas as efetuadas nos Açores.

A título de exemplo, como poderemos verificar da mensuração gráfica que no capítulo subsequente apresentaremos, apenas se registaram onze editoriais compostos por entrevistas: dois no jornal *O Correio dos Açores* em 1911; cinco editoriais no jornal *A Actualidade*, no período compreendido entre 1920 a 1926; quatro editoriais em 1926 no diário *A União*. A pouca expressão dos editoriais entrevista não diminui o facto de eles serem portadores de um estilo marcadamente diferenciado.

4.2.2. Editoriais de âmbito religioso

A Igreja assume a sua presença na imprensa, na ótica de Tengarrinha (2013: 757), como o último reduto dos valores da sociedade tradicional. Constata-se nos conteúdos da imprensa católica açoriana um carácter de cruzada, realidade esta que perpassa a monarquia constitucional e a Primeira República. Foram os jornalistas da causa da *Boa Imprensa* apelidados, pelo semanário *O Dever*, de “cavaleiros do resgate”, em editorial titulado “A nova cruzada”, 7 de Janeiro de 1922, ou seja, os artífices de uma nova sociedade, capazes de conformar o mundo às determinações da Igreja:

“A Igreja, o padre e o jornal, – o jornal, reparem bem – têm por missão especial cristianizar a sociedade contemporânea, para que ela estabeleça o reinado de Jesus Cristo na terra. Por isso, não basta combater a má imprensa é preciso substituir-lhe a boa. Para auxiliar e tornar mais extensa a ação do clero; para chegar até às almas que não vêm a Igreja e reconduzi-las a esta; para continuar a escola cristã e para a salvaguardar, a imprensa católica é um meio poderoso e indispensável. No que me cessassem, não só faltaríamos ao gravíssimo dever de consciência, como atrairíamos sobre nós a justa maldição de Deus.”(*O Dever*, “Um grande dever”, 1 de Fevereiro de 1919, n. 88, p. 1).

Ora, nos assuntos religiosos, sublinham-se algumas temáticas prevaletentes: a ligação entre a Igreja e o Estado como base indispensável para o equilíbrio social, o papel indissociável da Igreja na construção da identidade nacional, as campanhas de beneficência (ibid.: 761). De novo recorrendo ao Papa Leão XIII, que abraçou a imprensa como uma causa pastoral e que a considerou como uma imprescindível extensão evangelizadora da

Igreja, dever-se-iam por aos periódicos ímpios outros de altíssima qualidade, como apontou na sua encíclica *Etsi nos* (Domínguez, 2009: 45). As matérias de foro religioso que os jornais deveriam conter eram publicadas mediante um estilo que o próprio pontífice se encarregou de explanar com precisão em sete pontos. Algo que, como iremos aprofundar, nem sempre conseguido nas edições jornalísticas.

As indicações expostas pelo Papa acerca da missão do periodista católico, enquanto produtor noticioso, são resumidas da seguinte maneira: em primeiro lugar, o obreiro da imprensa católica deveria primar pela variedade e elegância de estilo; em segundo lugar, escrever com exatidão o relato dos acontecimentos; em terceiro lugar, deveria manifestar segurança e superioridade no conhecimento das matérias religiosas; em quarto lugar, deveria conferir veracidade às afirmações por ele proferidas; em sexto lugar, deveria optar por um estilo grave e ao mesmo tempo temperado; finalmente deveria estar inteiramente alinhado com a doutrina e os mandamentos da Igreja.

Ao debruçarmo-nos sobre os principais periodistas católicos do arquipélago açoriano, observamos que o seu papel na imprensa estava, de facto, modelado pela religião. Na parte subsequente da nossa dissertação, iremos dar a conhecer os principais nomes que caracterizaram imprensa católica das ilhas, comprovando-se que as personalidades que mais se destacaram nos títulos eclesiais eram oriundos, na sua quase totalidade, do clero diocesano de Angra do Heroísmo. Este facto, muito naturalmente, conduz-nos à confirmação de que a dimensão religiosa tingia inexoravelmente o pensamento e a escrita dos jornalistas açorianos. Neste sentido, o sentido confessional plasmou desta forma a identidade do jornalista, colocando-o acima da sua formação e das suas motivações ideológicas. Prevalece em sequência disto, consubstanciados na consulta efetuada aos editoriais religiosos, uma perícia doutrinadora sobre a informativa. O desiderato eclesial de conseguir abranger toda a sociedade fica bem claro na transcrição que fazemos do diário *A Verdade*:

“Esperamos firmemente que a Religião Católica ganhará a pouco e pouco em extensão e profundidade. Oficialmente somos uma minoria desprezível. Mas se acção religiosa se propaga e populariza, seremos uma minoria influente e operosa, a caminho do triunfo final. E, indo mais longe ainda, queremos já entrever o dia, em que Deus reinando sobre as leis e instituições de Portugal, como na Colômbia, a restauração cristã do nosso país será uma realidade bendita. Esperanças quiméricas, dirão. Que importa, se esta esperança nos consola nas tristezas presentes, e nos dá coragem de prosseguirmos na luta começada?! Há sonhos sem ideal, que absorvem todas as forças impedindo o trabalho. Os grandes conquistadores foram grandes sonhadores. E a mesma Igreja o que faz, no seu labor secular, senão trabalhar por um sonho? Um só rebanho e um só pastor

foi a divina aspiração de Jesus, que a Santa Igreja, continuadora da sua missão no mundo, ainda agora renova cada dia. Ela não dará por terminada a sua obra, senão no dia em que todos os povos, de olhos postos no Calvário, exclamarem: “Eu te saúdo, ó Cruz, nossa única esperança!”. Mas chegaremos nós a ver a sua realização? Certamente que não. Mas para estimular o nosso zelo, não nos é vedado supor a obra cumprida, e de nos representar a sociedade futura formada e regenerada por Jesus Cristo.” (*A Verdade*, “Formosas ilusões?”, 30 de Maio de 1916, n. 782, p. 1).

A forma como os editoriais de religiosos eram construídos revela-nos que contrariava uma realidade que então fermentava por toda a imprensa: o emergir de um novo jornalismo, desde a segunda metade do século XIX, o designado jornalismo informativo (Traquina, 1993: 167-168). Caracterizava-se, essencialmente, pela separação entre “factos” e “opiniões”, algo que não se ajustou ao estilo dos editoriais religiosos analisados. Esta interpretação jornalística marca a primeira mudança histórica do jornalismo. Do que inferimos, a objetividade nem sempre foi uma tônica essencial no processo de criação jornalística ao nível diocesano.

Se a primeira das funções do periodista católico passava por um desempenho essencialmente evangelizador, não será de estranhar a formação requerida pelo Magistério da Igreja: o conhecimento dos documentos do magistério e a submissão à autoridade eclesial. Nos editoriais que tivemos a oportunidade de classificar como religiosos, salvaguardando algumas exceções, estes princípios não ficaram salvaguardados, uma vez que não se caracterizavam por um estilo claro e incisivo junto dos seus leitores. A produção jornalística dos periódicos católicos açorianos contrariava, assim, as determinações emanadas da *Pastoral Colectiva dos Bispos de 1911*. Os Bispos portugueses tinham a clara consciência da desnecessária perda de esforços em querelas suprareligiosas que não salvaguardavam os objetivos da causa da *Boa Imprensa*, além de que nunca deixaram de admitir a disparidade de recursos entre a imprensa católica e a imprensa não confessional: “dever-se-á evitar polémicas irritantes, principalmente entre jornais católicos, é obrigação formal, e é atualmente interesse e necessidade inolvidável” (Episcopado Português, 1911: 34). O papel do jornalista católico também estava definido neste importante documento, que foi uma resposta dos prelados portugueses à drástica *Lei da Separação* imposta pelo Governo republicano à Igreja:

“Informar, esclarecer, persuadir são os officios do jornalista. Para o jornal católico entre nós, informar é mais difícil, em vista da exiguidade dos nossos recursos; ao menos, importa que o valor positivo da informação contrabalance os recursos mais ricos dos

adversários. Não se esqueça também que o ridículo é também uma arma perigosa. O muito criticar denota inferioridade mental, e prejudica em vez de aproveitar. Quem deseja que o respeitem, tem de respeitar outros. Basta a discussão leal e levantada. Se o inimigo insulta, não se baixe a essa indignidade o escritor católico.” (Episcopado Português, 1911: 35).

O jornalismo católico açoriano destoava, no entanto, das preocupações dos bispos portugueses, na medida em que a sua atividade editorialista se caracterizava, na maior parte das vezes, por abundantes intervenções evangelizadoras, sendo que algumas delas enfermavam de um belicismo editorialista desnecessário. Inclusive, as baterias das suas contundentes críticas estavam apontadas para a realidade interna da própria Igreja, como abaixo transcrevemos do semanário *San Miguel*:

“Uma das notas mais lamentáveis a notar na classe eclesiástica de hoje é a sua desunião, a ausência do espírito de solidariedade. E, contudo, já por ser uma recomendação do Evangelho, já por ser uma necessidade dos tempos actuais, nenhuma classe tinha mais necessidade de se conservar unida e concorde, do que a eclesiástica.” (*San Miguel*. Semanário Católico, “Solidariedade Eclesiástica”, 18 de Julho de 1908, n. 161, p. 1).

O que acontecia nos jornais de âmbito não confessional quanto à atualização de procedimentos não aconteceu com os órgãos da imprensa católica. Os periódicos católicos nem sempre foram capazes de criar pontes com o mundo, pois a irredutível orientação religiosa a que o Magistério lhes obrigava não permitia opiniões divergentes ou uma posição harmonizada com o mundo. Foi somente com o crescimento da publicidade no século XIX, realidade muito insignificante na imprensa católica, com a exceção da imprensa diarista açoriana (*A Verdade*, *A União*, *Correio dos Açores*), que os periódicos foram capazes de se autonomizarem da dependência das forças políticas e religiosas a que estavam ancorados. Ora se, segundo Starr (2004: 385), a capacidade dos *media* terem força por si próprios dependeu em muito da sua autonomia, da sua independência comercial, emancipação que na imprensa católica das primeiras décadas do século XX não aconteceu, ora pela dependência económica eclesial, ora pela fidelidade que ela devotada ao Magistério eclesial. A dependência das instâncias diocesanas, como, aliás, já vimos em anterior capítulo, não foi conseguida na medida em que a imprensa diocesana não conseguia sobreviver sem a participação de benfeitores particulares bem como do papel imprescindível das coletas ocorridas nos dias litúrgicos dedicados à Causa da *Boa Imprensa*, como podemos inferir da passagem de *A Actualidade* que se segue.

“Resolveu a Comissão da *Boa Imprensa*, há pouco nomeada por sua Ex.a o Sr. Vigário Capitular, subsidiar *A Actualidade* com toda a colecta da *Boa Imprensa*, nesta diocese, obtida no ano findo, cuja importância é de 1.000\$00 insulanos. A redacção de *A Actualidade* muito reconhecida e muito sensibilizada à excelentíssima comissão o valiosíssimo auxílio que vem minorar, muito sensivelmente, dificuldades com que temos lutado. Sentimos bastante as deficiências de toda a espécie que pesam sobre o nosso jornal, e que o obrigam a ficar muito aquém do mínimo a que tem direito o órgão da Causa Católica em Ponta Delgada. Anima-nos, porém, a certeza de que, não obstante tamanhos defeitos, frutificará sementeira que fazemos, porque a doutrina da Igreja frutifica sempre, por mais inábeis que sejam os seus semeadores.” (*A Actualidade*, “Agradecimento”, 27 de Junho de 1923, n. 187, p. 1).

O primeiro passo seguido nos editoriais religiosos consistia em desmascarar o inimigo, ou seja, evidenciar ante os seus leitores os erros do liberalismo filosófico e político. Existiram vários precedentes em toda a Europa de uma expressiva aconfessionalidade que também se alastrou ao arquipélago açoriano: o precedente revolucionário francês, o *Kulturkampf* alemão, a sublevação italiana contra os Estados Pontifícios foram razões suficientes (e contundentes) para os periodistas tentarem contrariar, através da sua escrita apologética, a propagação de correntes antirreligiosas em Portugal. Contrariando este espírito antirreligioso, os jornais católicos não permaneceram amordaçados ante as contrariedades manifestando com veemência o seu desagrado, como verificamos na passagem infra do diário *A Verdade*, num editorial respeitante à proibição que pesou sobre o clero que o impossibilitava de celebrar publicamente celebrações exequiais, na cidade de Angra de Heroísmo:

“Baixinha e reles como todas as coisas deste género, apareceu aí em letra redonda uma denúncia contra o pároco da Sé de Angra, porque se atreveu a recitar em casas particulares orações de encomendação de defuntos. Como se o facto fosse novo e não uma prática geral em todos os países civilizados e não civilizados! Quereriam que os ilustres críticos que a República portuguesa tivesse a triste lembrança de proibir o que até a Turquia respeita?!” (*A Verdade*, “Uma denúncia”, 3 de Fevereiro de 1912, n.º 7, p. 2).

Os esforços das diversas encíclicas para fazer do periodismo católico um periodismo moderno não surtem grande efeito, na medida em que os títulos confessionais continuam a produzir textos fatigantes, distantes de uma informação ampla quanto seria de desejar. Subscreve-se, a este respeito, a qualificação que Clemente (2012: 482) faz do catolicismo português: mais do que os outros da Europa meridional, e certamente muito mais do que o

nórdico ou o norte-americano, “tinha dificuldade em articular-se com o pensamento moderno, tal como este se fora desenvolvendo e vulgarizando desde quinhentos ou setecentos”. Segundo D. Manuel Clemente (ibid.), a modernidade desenvolveu os campos do saber e da experiência, distinguiu e aperfeiçoou os respetivos métodos, ocupou-se mais com o temporal do que com o eterno, e, com o iluminismo primeiro e o romantismo depois, “acantonou a religião na dedução mental, depois no sentimento individual, racional e abstrato uma, estético e subjetivo outro”. Quer por um lado, quer pelo outro, percebemos que se foi estreitando o campo da presença pública e institucional da Igreja, como rejeitada foi a sua função legitimadora do saber, do poder ou do fazer. O episcopado, o clero e o laicado não ajudavam nesta implantação ao nível continental e insular, como podermos ver no protesto feito de forma muito corajosa, em jeito de quase “carta aberta” à Igreja portuguesa, por parte do semanário *San Miguel*:

“A Igreja portuguesa carece ao presente não só de bons bispos, mas de grandes bispos. Essa necessidade, porém, a respeito dos Açores, é muito maior, por motivos fáceis de compreender. É neste momento que ao clero açoriano cumpria o alto dever de olhar pela sua situação futura, reclamando a nomeação de um prelado cujo saber, energia e valor fossem a garantia de um futuro melhor. Este negócio é talvez de maiores responsabilidades e perigos que alguns imaginam.” (*San Miguel*. Semanário católico, “Para pensar”, 15 de Outubro d 1910, n. 276, p. 1).

Os jornais açorianos tentaram combater esta tentativa de afastamento do catolicismo no espaço público de então, através de ações culturais e caritativas, como podemos depreender da passagem do semanário *A Ordem* que abaixo reproduzimos. As iniciativas de apoio às vítimas das catástrofes, não somente a nível regional, moveram os periódicos em campanhas de angariação de fundos em que se conseguiu aliar a cultura às iniciativas caritativas, transportando, assim, a ação da Igreja para o espaço público local:

«No programa respeitante à récita de caridade a favor dos sinistrados do sismo havido em Itália, o *Grupo Recreio Picoense*, promoveu um sarau literário teatral recheado de declamações poéticas, pela representação do drama em um acto “Nobreza do artista”, pela entoação das operetas “O Reino da Bolha” e a “Os Sinos de Corneville” e pela comédia “A ordem é rressonar”» (*A Ordem*, “Recita de Caridade”, 13 de Fevereiro de 1909, n. 91, p. 2).

Os editoriais estudados indicam-nos que o catolicismo português não foi capaz de intervir no debate cultural e religioso com a quantidade e a qualidade requeridas. Eram muito

poucos os que realmente marcavam a diferença pela acutilância da sua escrita e do seu saber, ao nível do laicado e do clero, num “panorama católico de pouca consistência doutrinal e muita ambiguidade prática” (ibid.), como poderemos verificar do excerto do semanário *O Dever*:

“O nosso espírito católico deixa muito a desejar. As causas são múltiplas, e a maior de todas é a incúria e o desleixo na obra divina da educação e da reeducação cristã das famílias pelos pais e pelo clero. É raro quando nos encontramos em face de noções verdadeiras, repassadas de sobrenatural, acerca de Deus, dos sacramentos, da Igreja católica, apostolado religioso, etc., etc. A educação no lar doméstico e na catequese tem sido nula ou deficientíssima e daí a dúvida e o indiferentismo – o pior dos nossos inimigos. Não é tanto a coragem das próprias convicções que falta, são essas convicções que rareiam. Um católico verdadeiro não pactua com a descrença, não apoia a mentira sistemática acerca de tudo com que a religião se prenda, não acamarada com os inimigos encobertos ou ostensivos à fé e não obstante, isto é uma coisa muito vulgar em meios portugueses. Um católico que não assista à santa missa, que não recebe a comunhão sagrada ao menos uma vez cada ano, que desconhece a linguagem sublime da oração, está infelizmente muito afastado do espírito católico do cristianismo. Quantos há que esqueceram o padre-nosso e o modo de fazer bem o sinal da cruz!” (*O Dever*, “O espírito Católico”, 18 de Agosto de 1917, n. 12, p. 1).

No campo da produção editorialista religiosa regional, surgem ainda temas como a caridade, a resignação, o poder da oração, a vida e a obra de santos, a morte, a salvação. Não poucas vezes, os seus redatores oferecem um estilo quase homilético, sermões em vez de notícias de interesse e de atualidade. O pendor doutrinário imperava na construção dos editoriais, asserção, aliás, que nunca foi escondida nas razões que fundamentavam a existência dos periódicos, como poderemos confirmar no excerto de *A Actualidade*:

“A acção de *A Actualidade* continuará a ser essencialmente doutrinária. São as ideias e os sentimentos que transformam os costumes e renovam as sociedades. Na base de todas as questões sociais, ou seja na política, ou seja na economia, ou na vida da família, há ideias e sentimentos orientando e impulsionando a conduta do homem...É ali que tem o seu ponto de apoio as forças que o orientam pelo caminho dos bons ou dos maus costumes, da disciplina ou da anarquia. Continuemos, pois, a afirmar os princípios eternamente salutares da doutrina católica, recordando que são indispensáveis ao verdadeiro progresso e ressurgimento da nossa terra.” (*A Actualidade*, “Continuando”, 2 de Setembro de 1922, n. 123, p. 1).

Ora as características editorialistas, situadas no campo restrito da eclesialidade, suscitaram em alguns setores do catolicismo uma apatia ante os produtos saídos das suas próprias redações. A crítica ao indiferentismo interno no catolicismo das ilhas, que tantas vezes fez editorial pelos periódicos insulares, esvaziou em parte o triunfo da causa da *Boa*

Imprensa, pois confinou-a a um reduzido circuito de agentes jornalísticos ligados à diocese de Angra, como bem traduzem as lamentações do diário *A Verdade* que abaixo reproduzimos:

“Quantos são os católicos portugueses que acreditam no Santo Padre, como o supremo representante de Deus na terra, e Vigário de Jesus Cristo? Onde estão os católicos que consideram os bispos como os únicos mentores de toda a vida religiosa, interna e externa das dioceses? Onde moram esses católicos, para quem o padre e, não somente uma boa pessoa que se apresenta, fala ou escreve bem, mas o melhor elemento de paz, moralidade e educação das almas? Se são católicos muitos católicos, porque não são escrupulosos em ouvir missas aos domingos e dias santificados? Porque envergonham muitas vezes de entrar num templo e descobrirem-se ao passar-lhe pela frente? Se são católicos, certos católicos porque não reconhecem a suprema realeza de Jesus Cristo tanto na família como na vida social? Sem que eles apareçam não digamos que os católicos em Portugal são cinco milhões. O mais que podemos afirmar com verdade é que eles são...alguns milhares. E é com tais soldados, que queremos organizar um vigoroso exército? É com estes crentes que havemos de formar o Portugal de amanhã?” (*A Verdade*, “Portugal Católico”, 2 de Março de 1916, n. 712, p. 1)

4.2.3. Editoriais de âmbito político.

Ao debruçarmo-nos sobre os editoriais políticos, facilmente entroncamos nos três pilares do Movimento Católico (a política, a propaganda e o associativismo operário). Eles constituem os temas clássicos, ao nível da discussão de âmbito político, que irão dominar as páginas dos periódicos católicos no início do século, segundo Domínguez (2009: 50).

É sentida, nesta sequência de pensamento, nos conteúdos políticos, uma permanente nostalgia nos periódicos católicos. No receio de a Igreja ficar confinada a um limitado reduto de ação, várias vozes se erguem nos editoriais políticos do periodismo católico, reafirmando a intemporalidade da mensagem do catolicismo e a sua capacidade de superação em contextos de perseguição e de adversidade. O jornal faialense *A Boa Nova*, de existência, aliás, muito efémera, reitera esse fôlego de durabilidade procedente da verdade que professa.

“Perante os inimigos da Igreja, não somos daqueles que se lamentam, se desesperam, e tudo crêem perdido. Não olvidamos as grandes lições da história, não esquecemos que nunca está a Igreja mais perto da ressurreição triunfante do que toda a vez que parece sucumbir. É que ela tem as promessas da vida eterna.” (*A Boa Nova*, “Novos horizontes”, 22 de Fevereiro de 1925, n. 2, p. 1).

A voz de alento da períclope supracitada confirma-se nas opções tomadas pela Igreja no bom combate por uma sociedade mais católica e, sobretudo, no desejo do retorno a um

passado irrecuperável de felicidade teocrática. Os editoriais sobre os inúmeros congressos que reuniram a Igreja em torno da causa nacionalista ou do Centro Católico Português manifestam uma atividade que, apesar de ser apelidada como apolítica, foi útil para manter na esfera pública a Igreja. Todavia, estas ações foram incapazes de construir uma organização partidária verdadeiramente competitiva ao nível da expressão parlamentar. Devido a estas circunstâncias, a tão desejada obediência dos fiéis às exortações lançadas pelos prelados não conseguiram consumir o objetivo de gerar uma unidade política confessional.

“A fundação dos Centros Católicos, sob diversas denominações, tão recomendadas pelo último pontífice falecido, e ardentemente aplaudidos por Pio X, estão hoje na ordem do dia, e em toda a parte, onde predomina a vontade sincera de dar um maior impulso ao movimento religioso cristão. Não bastam presentemente os processos de evangelização religiosa, que noutros tempos eram mais que suficientes para alargar os domínios da fé, e reconduzir ao aprisco da verdade cristã as almas que dele se haviam transviado. Em Portugal, vai-se felizmente compreendendo, ainda que tarde, esta necessidade. Para um bom combate, é mister, primeiro que tudo, que nos convençamos do valor das nossas forças, as quais só se conhecem e se exercitam por meio das agremiações católicas, nas quais se preparam armas e se indigitam atletas, que inspirem confiança nos arraiais católicos, e levem o terror ao campo dos adversários.” (*San Miguel. Semanário Católico*, “A vida católica”, 30 de Julho de 1910, n. 265, p. 1).

O cultivar de um discurso apocalítico, alinhavando o advento de um dantesco império do caos, neste tipo de editoriais políticos, não parece ter surtido efeito junto dos públicos nem, muito menos, foi um procedimento eficaz junto do eleitorado, como comprovamos do teor do semanário *O Dever*:

“A nossa derrota eleitoral nas eleições de Novembro passado veio confirmar mais uma vez que somos uma maioria moleirona, paquidérmica, dominada por uma maioria atrevida e audaciosa. A má figura que os católicos fizeram no campo eleitoral, veio provar também que a sua mentalidade política é horrível e criminosamente escandalosa. Ora, caro leitor católico, ou nós modificamos a nossa orientação – e a nossa situação modifica-se também, ou teremos de arcar com a responsabilidade de ver escarnecidas as nossas liberdades religiosas, desdenhosamente tratados os direitos e por todo o sempre subalternizadas as nossas regalias de cidadãos livres de uma nação católica.” (*O Dever*, “O dever presente”, 6 de Fevereiro de 1926, n. 423, p. 2).

A insistência em discursos eivados de fatalismo político não operacionalizou um substancial resultado ao nível da mentalização junto dos católicos, quer quando a Igreja apoiou o Partido Nacionalista, quer quando ela apoiou o Centro Católico Português. A

questão centrava-se na procedência da autoridade, pois o Magistério eclesial fazia a apologia de que nenhuma autoridade puramente humana poderia assegurar, por muito lúcida, reta ou sã que fosse, o governo do homem pelo homem. Recorre-se, em face do que expusemos, a todo o tipo de reprovações e anátemas para desacreditar as correntes liberais profundamente refratárias à “recatolização” que se propagava por meio de doutrinas pouco sensíveis à existência de Deus.

Foi objetivo da Igreja em Portugal, nas três décadas alvo da presente dissertação, a constituição de um partido confessional com o fim de cristianizar a política e de aproximar as instâncias administrativas locais e regionais das propostas do Magistério da Igreja. Houve, como iremos mais adiante aprofundar, a tão ansiada fundação de partidos políticos confessionais com condições para integrarem o sistema governamental republicano. Outro aspeto permanentemente presente nos editoriais de âmbito político foi a crítica contra a maçonaria. As invetivas contra a sociedade secreta respondiam à tradição condenatória inaugurada pelos Estados europeus e pela Santa Sé no século XVIII contra as lojas maçónicas, perseguidas e acossadas pela defesa que faziam dos valores inerentes à filantropia universal, ao aperfeiçoamento moral e intelectual, à tolerância, à igualdade entre os homens, à beneficência para com os mais necessitados, à prevenção dos abusos contra a razão, e pela oposição que efetuavam contra o fanatismo e a primazia do conhecimento. A permanente suspeita contra a maçonaria deu origem a muitas cartas desde Clemente XII, no ano 1738, intitulada *In Eminentissimi*, até à significativa *Humanum Genus*, obra de Leão XIII em 1884.

A imprensa católica fez um retrato extremamente negativo do mação com qualificativos pouco abonatórios: traidores e inimigos da pátria, seguidores da religião de Satanás, judeus declarados e íntimos amigos dos criminosos. Mas, se há alguma “qualidade” que se destaca acima de qualquer outra, foi a acusação de hipocrisia aos membros maçónicos. Estes argumentos contidos nos jornais foram decalcados da encíclica de Leão XIII *Humanum Genus* (ibid.: 60). Ganhou força na imprensa confessional a tese de *complot* maçónico para erradicar a presença religiosa na esfera pública portuguesa. Foi missão dos cristãos desmascarar os métodos dos maçons, porque só assim puderam organizar-se numa frente de ação coesa e eficaz. Face ao quadro de correntes políticas dissonantes do Espírito evangelizador da Igreja, o convite efetuado pela imprensa católica junto do seu público foi no sentido de convidar os católicos a não pactuar com os novos regimes hostis, algo bem

patente nos editoriais políticos de então. O diário *A Verdade* foi disso um exemplo, ao convocar os católicos a se absterem de participar em sufrágios políticos eivados de propostas adversas ao catolicismo.

“Não devemos auxiliar os nossos inimigos para com facilidade conseguirem os seus maléficis fins. Isso nunca. O padre tornar-se-ia um Judas, o católico um traidor. Por enquanto, só podemos provisoriamente resolver o problema do seguinte modo: abstenção absoluta de votar. Deve, pois, ser este o único caminho a seguir. As simpatias pessoais, ou recompensas de favores recebidos, não se pagam com um voto. Quem doutro modo proceder, demonstrar publicamente não ter carácter, e muito menos crenças religiosas.

Desta total ruína moral e científica que hão-de fazer os católicos e o clero? Absterem-se de votar; aos que o não fizerem, pode-se aplicar as palavras do divino Mestre: “quem não é por mim, é contra mim”. Nesta sentença meditem o clero e os católicos, para que quando chegar o *dies irae*, não ouçam trémulos o terrível anátema: *Nescio vos*. Não vos conheço.” (*A Verdade*, “A indiferença do clero perante as próximas eleições”, 28 de Maio de 1914, n. 200, p. 1).

Uma outra cruzada editorialista, de foro antissocialista, surge nos periódicos católicos dos Açores. Uma luta anti-esquerdista torna-se também uma bandeira das lutas políticas da diocese açoriana. Salientámos neste recorte da revista *Prelúdios* a designação “política em Cristo”, designação que aparece como um dado novo. A “política em Cristo” é a tentativa, por parte da Igreja, de evangelizar as regras políticas através da mão evangelizadora dos agentes eclesiais, como podemos constatar na seguinte períclope da revista do Seminário de Angra:

“Uma onda de esquerdismo com todas as suas naturais ilações vem assolando a Europa inteira...pelos arraiais soviéticos vai indómito ardor de propaganda; também em Portugal teve repercussão o brado lemático que vai ecoando mundo fora: sem Deus, nem Senhor! Uma imprensa que bem merece o qualificativo de imunda, vem dia a dia insuflando no ânimo popular o ideal revolucionário – ódio à Região, à Pátria, à ordem, à família. A necessidade de uma intensíssima reacção é bem patente. A “rua” julga ultrajar-nos apodando-nos de reaccionários, mas tal epíteto só nobilita os que garbosos o ostentam, porque é indigno das convicções do católico cruzar insensível os braços ante a luta aberta que o inimigo nos move. Sejamos, pois, reaccionários! Defendamo-nos na política, ingressando no Centro Católico Português, instituição fundada pelo Episcopado português para restaurar a política em Cristo. O Centro está acima de paixões políticas tendo por finalidade única a defesa da Igreja no Parlamento, lutando arduamente pela reivindicação das liberdades religiosas; negá-lo é ignorar a sua organização. Sejamos reaccionários não só de nome, mas também de acção!” (Manuel Rocha (1925), “Sejamos Reaccionários!”, *Prelúdios*, Abril, n. 12, p. 53).

A Igreja chamou a si o protagonismo para a solução de conflitos na sociedade de então. Determinada a ser, portanto, a única instituição legitimada para a resolução dos conflitos na sociedade, as publicações editorialistas inundam-se de retratos negativos alusivos aos dirigentes e seguidores socialistas. O socialismo foi acusado de ser a “fera vermelha” e o filho do liberalismo responsável por afastar o homem de Deus, pelo *laissez faire, laissez passer* ao nível dos costumes (Hibbs-Lissorgues, 1995: 98). A crítica de muitos editoriais estendia-se também à imposição de um progresso sem limites, sem balizas morais, destinado a satisfazer o interesse individual sem atender ao bem geral e sem considerar o bem do homem. Muitos dos editoriais políticos tiveram também como objetivo infundir o pânico decorrente dos exageros de uma sociedade que tinha como objetivo o absoluto controlo estatal. A harmonia e a conciliação constituíam o cimento necessário para a relação entre quem mandava e quem obedecia. Todavia, no dealbar da I República, os jornais católicos tentaram de forma cautelosa acolher o novo regime, inclusive com alguma expectativa, como poderemos comprovar do extrato que abaixo citamos do diário terceirense *Correio dos Açores*:

“Era fatal e inevitável esta mudança política no velho Portugal. Não que se tivesse operado uma evolução no sistema governativo do povo oito vezes secular, mas porque os defensores e sequazes das velhas instituições haviam degenerado dos brios e virtudes dos seus antepassados, e o amor do pátrio torrão, que deve aquecer o peito de todo o cidadão amante do seu país, esfriara por completo numa grande parte dos que por conveniência ainda se diziam monárquicos. Foram estes e não os republicanos que cavaram lentamente a sepultura da monarquia. Os erros e os desatinos foram-se acumulando pouco a pouco, até que estes dois últimos dois anos e meio de reinado do monarca ora proscrito se multiplicaram quase infinitamente. A base estava-lhe quase toda carcomida, e este último rebento que vicejou momentaneamente, emurcheceu bem depressa, à falta de seiva vital que lhe alimentasse o viço primitivo e fugaz. A nação, pois, lucrará alguma coisa com a mudança de instituições na ocasião presente? Veremos.” (*Correio dos Açores*, “Da monarquia à República”, 8 de Outubro de 1910, n. 739, p. 1).

A desigualdade económica entre classes era assumida como um facto conatural da comunidade humana. Este ponto de vista encontra aprovação no associativismo católico abraçado pela *Boa Imprensa*. Neste sentido, se aos ricos era exigida a caridade, exortava-se os trabalhadores para que não se excedessem em reivindicações violentas, nem recorressem a greves laborais.

A apologia da fé junto das classes sociais açorianas mais desfavorecidas sobrepunha-se, assim, às propostas políticas da República, esforçando-se a imprensa católica por fixar bases teocráticas para um problema cujo fundamento era a desigual distribuição de riquezas.

4.2.4. Editoriais locais e regionais.

A liberdade de expressão nos Açores poderá não estar totalmente condicionada pelo poder político e económico, mas certamente está pelo cerco da geografia. A vida insular necessariamente confronta-se com a consciência de que o outro está ali mesmo ao nosso lado, e a sua cosmovisão poderá ou não coincidir com a nossa. Segundo Freitas (2001: 70), nada nos Açores é abstrato, tudo toma uma forma concreta e intensamente vivida. O elogio e a ofensa nunca são meramente intelectuais, são sempre intensamente pessoais e interiorizados. Nos Açores, o jornalismo nunca poderá ter a pretensão de que as audiências e os públicos ficam longe, de que tudo se passa a um vasto nível, ora de indiferença, ora de debate aberto e pacífico. A proximidade das populações e o conhecimento intrínseco havido dos acontecimentos e aflições que grassavam na vida das ilhas repercutia-se com enorme sentimentalismo nas páginas dos jornais, como acontecia, por exemplo, com as epidemias que assolavam no arquipélago:

“No sul da ilha do Pico desenrola-se uma perspectiva aterradora. A peste bubónica está a manifestar-se quase diariamente; os casos de aparente contágio de homem parece que se multiplicam; a cifra da mortalidade dos atacados apresenta tendências progressivas. Que cuidados têm aqueles acontecimentos merecido das autoridades sanitárias? Que providências se têm adoptado? Que estudos etiológicos se têm feito? Não sabemos. Ninguém o sabe. E o pânico começa a generalizar-se.” (*Sinos d’Aldeia*, “Providências”, 15 de Agosto de 1921, p. 3).

A imprensa açoriana católica tinha de se resguardar, por isso mesmo, da constante tentativa de os poderes insulares influenciarem e moldarem a voz da sua opinião. Todavia, a ideia separatista e os ecos nem sempre audíveis no espaço público do independentismo açoriano também se fizeram notar nas páginas insulares, de imediato contrabalançadas pela reafirmação do sentimento de amor à pátria, como podemos verificar da passagem que abaixo reproduzimos da revista cultural *Phenix*:

“De tempos a tempos propala-se a notícia de negociações secretas entre o gabinete de Lisboa e o de Washington acerca da venda de uma das ilhas dos Açores, que se diz ser o Faial. Esta ilha efectivamente, pela sua excelente posição geográfica, serviria muito bem ao governo americano; mas não parece que este tenha pensado em obtê-la, porque os boatos a tal respeito são para logo desmentidos. O que porém é certo é que a ideia separatista não pode ser perfilhada pelos açorianos em cujas veias girou sempre o sangue português e em cujo coração reinou e reina o amor e fidelidade à pátria. Não se pode tirar uma pérola à coroa portuguesa para acrescentar uma estrela ao pavilhão americano, sem primeiro rasgar algumas folhas da brilhante história dos lusos.” (Ernesto Ferreira, “A ideia separatista”, *Phenix*, n. 3, 15 de Agosto de 1902, p. 1).

Os editoriais locais e regionais entroncam na essência da própria imprensa regional. São gritos, muitas vezes de desespero, que só os locais percebem. A osmose entre público e periódico conecta-se na perfeição nesta linha editorialista. Desde as queixas inerentes à carestia que grassava nas ilhas até aos sucessos provindos das conquistas junto da metrópole, a linha editorialista em apreço funciona como um espelho de grande nitidez capaz de retratar a realidade dos povos insulares, mostrando também que a geografia e a sociabilidade constituem vértebras que vazadas nos jornais revelam uma coluna identitária estruturadora do açoriano. O mal-estar com o Governo de Afonso Costa foi deixado bem expresso no diário *A Verdade* que abaixo transcrevemos. O sentimento magoado do povo açoriano por ser remetido a um degredo de esquecimento foi uma tónica permanente nos editoriais deste teor, como podemos observar da passagem infra.

“O chefe do governo julga o arquipélago dos Açores uma terra nebulosa, vaga, fantasista. O Sr. Costa de um traço rápido e firme de pena suprimiu a Relação de Ponta Delgada. Agora, que preside à finança com tanta galhardia e seguro brilho, acabou com a escola normal da ilha de São Miguel e proibiu a entrada de cereais açorianos no Continente, com grave prejuízo dos cultivadores ilhéus. Além disso, o Sr. Costa deixou o distrito de Ponta Delgada três meses sem governador civil, três meses! Ora os senhores sabem que o distrito de Ponta Delgada enviou no último ano, ao tesouro continental, um saldo positivo de oitocentos contos de reis? Sabem que há muita gente no arquipélago açoriano que a sua ligação ao governo de Lisboa só lhes traz desvantagens e dissabores? Sabem ainda os senhores que a América do Norte fica mais perto de algumas ilhas açorianas que Portugal, acha que aquele inexistente arquipélago se compõe de nove ilhas muito ricas, inexploradas e abandonadas?” (*A Verdade*, “O Sr. Costa e os Açores”, 21 de Junho de 1913, n. 79, p. 1).

Dos relatos das catástrofes tão frequentes na realidade insular, ora marítimas ora telúricas, deixamos, à guisa de exemplo, um belíssimo e tocante trecho, de grande beleza literária, do padre Nunes da Rosa, sobre o trágico naufrágio da lancha que efetuava a ligação entre a vila da Madalena, na ilha do Pico, e a cidade da Horta, na ilha do Faial:

“Pouco mais de meia hora passada sobre o naufrágio do barco “Amigo do Povo”, na vila da Madalena, era de choro a impressão que se sentia em todas as direcções e cruzavam grupos gritando alto: não havia uma fronte desenrugada, não havia uns olhos enxutos. Só se ouviam palavras de dor, referências esmagadoras...

- Se visse, Sr., como eu vi, acolá fora, um rapazinho, de nove anos, erguer os braços, pôr as mãozinhas e em seguida desaparecer!...

- Veja, meu amigo, uma noiva, tão bonita e como sorri ainda!...Morta! E morreu-lhe a mãe e morreu-lhe o noivo! Iam buscar o seu enxoval...a morte engrinaldou-lhe, a ela, os cabelos loiros de algas e sargaços, e ele lá está, no fundo do mar, beijado, talvez, por um fio de luz de derradeira lágrima de amor que ela chorou no seio das águas... e a mãe essa grande e inigualável amiga, ali está junto dela, como sempre!...” (*A Ordem*, “Horrorosa catástrofe”, 19 de Março de 1910, n. 145, p. 1).

Subscrevemos as palavras de Dominique Wolton (1996: 281), quando afirma que “para que haja comunicação é preciso que haja identidades constituídas, uma vontade de intercâmbio, uma linguagem de valores comuns”. Em conformidade com Wolton, reiteramos o papel crucial deste género de editoriais na consecução de muitas reivindicações do povo açoriano. Será forçoso, nesta ordem de ideias, assumir que a imprensa confere à identidade das regiões uma visibilidade deveras importante. O assumir da necessidade de descentralização nos três antigos distritos do arquipélago foi uma das reivindicações assumida pelos periódicos católicos como na citação infra podemos verificar:

“Eu sou pela autonomia do distrito da Horta – uma autonomia condicional em que se atenda, em rigoroso princípio; à especial situação do distrito. O desenvolvimento e a riqueza consequente, que se assiste nos países mais livres e progressivos, deriva, principalmente, dum poderoso e estudado sistema descentralizador de administração – que se aperfeiçoa consoante as necessidades locais, a natureza e produção das terras, a índole das raças, o maior ou menor movimento de litorais, desenvolvimento da indústria, do comércio, etc. e etc.” (*A Ordem*, “Notas à margem”, 27 de Junho de 1908, n. 67, p. 1).

Cada um dos periódicos estudados, na presente dissertação, se caracteriza por ser mais local do que regional. Isto nota-se se atentarmos na história de alguns títulos. Apesar das tentativas de alguns jornais, como o caso de o diário *A União*, se estender a todo o arquipélago, ou a uma outra ilha em particular que não a sua, esta resultou infrutífera. A verdade é que todas estas tentativas de implantação de um jornal num território descontínuo de nove ilhas não foram bem-sucedidas até à atualidade, talvez por razões de limitação territorial, talvez até por razões históricas de divisionismos de toda a ordem e, ainda, pelos interesses culturalmente específicos de cada ilha, como poderemos ver no excerto de *A Ordem* referente à ilha do Pico:

“A ilha do Pico não pode aspirar a ter uma actividade comercial, regular e firme, correspondente às exigências da sua área, importância económica e população, enquanto não for dotada de um porto seguro, que lhe garanta uma certa regularidade de comunicações. Estudos convenientes parece que consignam ser o porto das Lages o que melhor se adaptaria a esse fim. Coisa alguma deve obstar a que se trabalhe pela sua construção, sabendo-se que esta a bem pouco mais obriga do que à soma dos concertos parciais que estes últimos trinta anos lhe tem sido feitos, e provavelmente continuarão a fazer-se, sem resultado apreciável para a vida comercial da ilha.” (*A Ordem*, “Pela nossa ilha”, 04 de Julho de 1908, n. 68, p. 1).

A longa tradição da imprensa escrita nos Açores (com a tardia introdução de outros meios de comunicação nas ilhas) dá-lhe, naturalmente, um estatuto privilegiado no palco da vida pública e cívica do arquipélago (Freitas, 2001: 78).

A imprensa regional é, na sua essência, na perspectiva de Silva (2011: 26), a voz das periferias, dos anseios e das reivindicações locais, numa palavra, o baluarte de defesa dos interesses e das causas das regiões, lutando por elas afincadamente.

“Em nome dos habitantes da freguesia de Fajã de Cima e a bem da higiene pública vem o signatário destas linhas reclamar de quem competir contra o local escolhido para depósito de estrumes, lixos e imundices, produzidos na cidade de Ponta Delgada, e contra o modo por que os mesmos ali se acham acondicionados. Dizem-nos que a área onde colocam essas imundices tem a área de um alqueire de terra, todo ele ocupado por montões de estrume em fermentação, sem cobertura alguma, expostos ao sol, à chuva, ao vento, onde os cães de dia e de noite se vão refocilar e procurar restos pútridos com que se alimentar. Quem passa pela estrada pública a certas horas do dia e da noite percebe bem as exalações daquela enorme montureira e também sentem e sofrem os moradores das primeiras casas de Fajã de Cima. É nessas casas que desde meados do verão se tem desenvolvido uma epidemia de febres tifoides, que já tem vitimado algumas pessoas, achando-se ainda umas poucas de cama e algumas em perigo de vida. Previdências pois contra o depósito das imundices da cidade, contra o acondicionamento dessas imundices, e para que sejam tratados com médico e botica por conta do município todos os doentes de febres tifoides da freguesia de Fajã de Cima, é o que pede o pároco da freguesia.” (José Rebelo Cordeiro, *San Miguel. Semanário Católico*. “Reclamação sanitária”, 06 de Novembro de 1909, n. 227, p.2).

Os editoriais regionais e locais fizeram repercussão dos desejos contidos nas populações insulares. Desde o fenómeno da emigração até aos assomos de independentismo, o teor dos seus conteúdos traduz o interior e os desejos mais íntimos das populações do arquipélago.

Na ótica de Simões (2016: 184), existem quatro funções fundamentais que a imprensa de cariz regional desempenha. Todas elas, no nosso modo de ver, entroncam, diretamente ou

indiretamente, na construção de um processo identitário bem patente na linha editorialista em apreço. A primeira será a função “informativa e utilitária”, veiculando informações e assim criando vínculos nos envolvidos. A segunda será a função de produção de acontecimentos comunitários, contribuindo os periódicos, desta forma, para o sentimento de pertença. Em terceiro lugar, os jornais regionais e locais são difusores das necessidades e da representação da comunidade perante terceiros, transformando-se muitas vezes num jornalismo de causas. Em quarto lugar, funcionam como um espaço simbólico onde se desenvolvem competições, principalmente entre os detentores do poder político local ou ainda pode contribuir para solidificar consensos. Os *media* regionais e locais são, por isso mesmo, espaços de reforço da identidade das comunidades em que estão implantados (ibid.: 187).

Reitera-se, por conseguinte, o contributo da imprensa regional no reforço da cidadania, porque cultiva a proximidade, conserva laços identitários, culturais e históricos da maior importância (ERC, 2010: 18), sendo este tipo de editoriais uma espécie de reverberação das aspirações contidas numa comunidade.

4.2.5. Editoriais sociais e económicos

Na perspetiva de Hargrove (1983: 391), existem três modos de a Igreja se relacionar com a sociedade. O primeiro modo reflete-se na adesão política da Igreja aos governos, como acontecia quando o catolicismo era considerado a religião oficial do Estado. Um segundo modo de a Igreja se relacionar com a sociedade é através do seu julgamento crítico, que acaba por ser o objetivo daqueles que se envolveram em protestos em nome da ação profética. Os diversos modos de relação de a Igreja com o mundo suscitavam abusos decorrentes do poder religioso de que a Igreja era detentora. O terceiro procedimento, igualmente necessário, é o modo de “interpenetração silenciosa”, que nada mais é do que o modo de vida da própria Igreja.

A aparição em 1891 da *Rerum Novarum* vem marcar um ponto de viragem no que respeita à intervenção social da Igreja nos tempos da industrialização. Neste documento, o Papa manifesta o que pensa sobre o socialismo, quando afirma que ele faz fortes os que legitimamente possuem, perverte os poderes do Estado e introduz uma completa confusão entre os cidadãos (Domínguez, 2009: 78).

Ora a imprensa católica implementou um esforço, a partir da publicação desta intemporal encíclica, para se gerar na Igreja um movimento de regeneração social. Este movimento regenerador é perceptível em alguns editoriais sociais, que poderemos dividir em três grupos: um primeiro grupo de editoriais que pretende transmitir um acentuado escrúpulo moral ao nível dos costumes; em segundo lugar, um grupo de editoriais em que foram manifestadas preocupações sociais da Igreja para com o estado de carestia económica das populações; e, por último, um terceiro grupo que procurou fazer eco das preocupações de âmbito laboral provindas da encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII.

No primeiro grupo de editoriais é afirmado que, na ausência da religião, a moral degenera-se. Reclama-se, assim, a perda de uma integridade que é urgente recuperar, porque a religião é a base da moral, constituindo a formação ética cristã o fundamento para permitir uma convivência harmónica e pacífica. Os editoriais com o objetivo de consolidar a moral cristã junto dos leitores estendiam-se até ao ponto de o periódico condenar o pronunciamento de obscenidades como podemos ver no excerto de o semanário *A Ordem*:

“Com indignação de uma grande parte dos presentes são ouvidos às vezes ultimamente alguns palavrões de bem mau gosto entre os espectadores dos jogos no campo Açores. São vozes que se erguem, que se soltam impetuosamente entre estes e entre os próprios jogadores excitados contra tal ou tal lance de jogo ou contra tal ou tal lutador assistente. Um pouco mais de serenidade e não mais soarão os palavrões que são um vexame para quem os ouve.” (*A Actualidade*, “No Campo Açores. Palavrões”, 10 de Agosto de 1922, n. 120, p. 3)

Sem os princípios morais do catolicismo parece inevitável a aparição das perversões nascidas do materialismo moderno: o jogo, o baile, a literatura luxuriosa. Abaixo transcrevemos o exemplo de uma moral de cariz alarmista assaz vezes publicada nas páginas dos títulos de então:

“Ser cortejada e adorada, é o prazer predilecto da mulher de hoje. Neste intento, pinta o rosto e o cabelo, violenta a forma do busto em espartilhos caprichosos, que lhe dão linhas suspeitas. Mais; como a nossa sociedade, passada de uma forma corrente de sensualismo pagão, já não admira a perfeição moral com a beleza de suas virtudes, a mulher de hoje renunciou ao pudor cristão no vestir, para, com a nudez de um decote provocante, conquistar a admiração da sua época acariciando-lhe os instintos sensuais. Quero acreditar que muitas senhoras e jovens católicas usem decote, sem a consciência dos seus fins suspeitíssimos. A norma de proceder de uma senhora ou jovens, nestas circunstâncias, não será o bem mas o aprazível. Buscará o gozo e tudo, com o prejuízo de seus deveres.” (*A Verdade*, “O Prazer e os espectáculos”, 10 de Setembro de 1915, n. 572, p. 1)

O que se reiterava nos editoriais de fundo moral poderia ser entendido, na perspectiva de Pinto (2009: 137-138), como a tentativa eclesial de resistência. Damo-nos conta de que este tipo de editoriais indicaram que a Igreja sub-repticiamente acalentava um medo velado, o medo de que o pluralismo criasse "confusão" nos fiéis. Além disso, este temor parecia atribuir um certo "infantilismo" às pessoas, que deveriam ser protegidas, como se não houvessem incertezas naturais no desenvolvimento moral do adulto.

Há, a nosso ver, um segundo grupo editorialista portador de conteúdos sociais e económicos que se manifestou na preocupação pela fermentação da ideia de que a religião católica seria o único remédio para conquistar a tranquilidade social, algo recorrente nos conteúdos da imprensa confessional dos Açores. Todavia, a voz da Igreja açoriana não deixou de se fazer ouvir através dos seus órgãos de imprensa através de textos que apontaram inclusivamente o estado decadente do tecido industrial açoriano:

“Desde os primeiros dias da colonização dos Açores, os açorenses começaram de cultivar os campos e de ir ao mar à procura do peixe como um dos melhores alimentos. Muito naturalmente, pois, nasceram nestas ilhas as indústrias agrícola e piscatória. O estado, porém, em que entre nós se acham estas duas indústrias é ainda muito rudimentar. A pesca dos Açores é exercida junto às costas. Os pescadores, em geral têm medo de perder de vista a terra e, porque lhes escasseiam os meios, não podem comprar redes modernas nem mesmo as sabem usar. É este atraso que é necessário remover; quanto à agricultura, estudando a natureza dos nossos terrenos, empregando adubos químicos e espalhando pelas classes agrícolas noções claras da sua indústria; quanto à pesca, procurando novos pontos onde ela deve ser exercida, adoptando os aparelhos em uso noutros países e industriando também as classes piscatórias. Para tanto, porém, é preciso que se conjuguem a boa vontade dos nossos proprietários e capitalistas e os esforços dos homens inteligentes e com preponderância na política.” (Ernesto Ferreira, “As duas grandes indústrias”, *Phenix*, 15 de Novembro de 1902, n. 9, p. 1-2).

O terceiro grupo de editoriais de âmbito social vincula-se essencialmente às preocupações de âmbito laboral decorrentes da industrialização das sociedades. O objeto dos artigos publicados acentuava a atualidade da *Rerum Novarum*, apresentando como solução a atuação do Movimento Católico enquanto mediador entre o estado subsidiário, os patrões e os trabalhadores, como se poderá atestar da Encíclica de Leão XIII ao Clero Francês, de 8 de Setembro de 1899: “Ides ao povo, aos operários, aos indigentes. Procurai ajudá-los, por todos os meios, suavizar-lhes a sorte, moralizá-los. Neste intuito, realizais reuniões e Congressos; fundais patronatos, círculos, caixas rurais...é ainda com esta finalidade que escreveis livros ou artigos nos jornais e nas revistas periódicas” (Leão XIII, 1951: 27). É

neste sentido que, a título de exemplo, mencionámos a obra social efetuada pelo padre Nunes da Rosa, fundador dos semanários *A Ordem* e *Sinos d'Aldeia*, referido no semanário *A Actualidade* a edificante menção que transcrevemos: “o padre Nunes da Rosa é um apóstolo das obras sociais, tendo fundado no Pico uma florescente “Juventude Católica”. Redige, com superior critério, o pequeno jornal *Sinos d'Aldeia*” (Ernesto Ferreira, “Por nossa casa”, *A Actualidade*, 5 de Janeiro de 1922, n. 93, p. 3). É o mesmo Nunes da Rosa que menciona, em editorial alusivo à necessidade da Igreja promover o associativismo, que é tempo de mobilizar e reunir, mostrando um imenso desconforto diante da apatia manifestada pela Igreja açoriana no respeitante à causa associativa:

“Basta de retórica e de palavreado oco. A necessidade da organização católica impõe-se numa forma tão evidente e intuitiva como a própria luta pela existência. A Santa Sé tem em todos os tempos procurado acender na alma dos povos a chama da caridade, despertando, na consciência universal, o sentimento da justiça, como base indispensável da harmonia e da prosperidade sociais. O Senhor Bispo da Diocese de Angra, com o Episcopado português, e o de todo o mundo católico, tem aí apelado com o mais lúcido critério, para a organização social e política, estimulando os cooperadores entrarem definitiva e resolutamente na liça da luta pelas legítimas reivindicações da Igreja em prol do altar, da família e da sociedade, em auxílio das classes pobres do operariado da propriedade, do capital e da educação, que aí se entrecrocavam num redemoinho vertiginoso. E praticamente, o que se tem feito? Nada! Nada! Repetimo-lo. Vamos, pois, a isso. São verdades magoantes, para muitos, as que vamos dizer, mas nunca como nos nossos dias houve a necessidade de se falar alto e claro...” (*Sinos d'Aldeia*, “É tempo”, 15 de Fevereiro de 1921, p. 2)

A imprensa católica açoriana, apesar de fazer eco dos documentos do Magistério da Igreja sobre a questão laboral, não foi sentida no arquipélago, talvez muito por força da pequenez do seu território, as consequências sociais da industrialização galopante sentida nos grandes meios urbanos.

Ao não encontrarmos grandes referências, nos editoriais de âmbito social, a situações inerentes à conflitualidade social que registava em grande parte dos países do mundo ocidental por influência da revolução industrial – questão sindical, os direitos dos trabalhadores –, resultou de haver no contexto vital açoriano, segundo Franco & Mourão (2005: 180-181), uma componente social muito específica influenciada pelo culto do Espírito Santo. A ascendência cultural das mais arreigadas festividades açorianas não se traduz no abate de barreiras económicas entre as classes, mas em comportamentos que saltam por cima dessas barreiras. Questionamo-nos acerca do porquê de os editoriais sociais dos jornais católicos açorianos não fazerem eco das questões sociais mais comuns em outros

noutros países. Entendemos que, independentemente do atraso industrial existente nas ilhas, existe algo portador de uma concórdia social que, segundo o nosso ponto de vista, supera as justificações decorrentes da ausência de desenvolvimento industrial e laboral nas ilhas açorianas. Por exemplo, na ilha de São Miguel, onde era notório que a propriedade agrícola não estava distribuída equitativamente como em outras ilhas, o sentido de familiaridade entre as classes micalenses surpreendia pela concórdia. As sobrançerias entre patrão e empregado foram sempre praticadas com o maior cuidado contribuindo para uma aparente paz social ao longo dos tempos nas nossas ilhas. Há uma influência de natureza místico-pentecostal nesta ordem social em que o patrão media muito bem até onde poderia ir. Esta realidade ilustra um acentuado sentido comunitário, urbano e rural, que singulariza a sociedade açórica.

O culto popular do Espírito Santo tem uma clara influência sobre os valores comunitários, promovendo a vida social e comunitária, porque foi capaz através da fé de suscitar uma vitalidade comunitária e solidária. Há, segundo Mendes (2006: 231), uma comunicação através dos ritos e dos símbolos unificadora, fomentadora, inclusive, na renovação das relações comunitárias e nas tarefas e compromissos comuns.

É neste sentido que Nemésio (1929: 13) afirma que as Festas do Espírito Santo são uma verdadeira instituição social possuidora de uma solidez e eficácia equiparável a um município. Os estudos do professor João Leal (1994: 16) falam-nos, a este respeito, de uma singular antropologia social no arquipélago açoriano. A mesma ideia subscreve Hargrove (1983: 386), afirmando que as associações religiosas com os seus valores proporcionaram a muitas pessoas a sua iniciação no processo de construção da sociedade. A importância associativa, voluntária ou não, permitiu a muitas pessoas um apurado sentido de sociabilização, contribuindo ainda para a sua consolidação identitária e moral. Nesta perspetiva a ação social, na ótica de Sousa (2000: 39), está na base da construção dos editoriais sociais, aproveitando a Igreja açoriana para realçar o papel das suas organizações (vistas como mais do que a soma das pessoas que as constituem) e dos seus constrangimentos na configuração da notícia.

Os jornais católicos desempenharam um papel fundamental na adequação social da Igreja aos novos tempos, como nos sugere Sardica (2013: 191): os periódicos iam muito além de uma mera mediação entre o poder e o povo, porque se transformaram em instrumentos de observação e de reorganização social. Com o avanço dos centros urbanos e da industrialização das sociedades, a atividade social voluntária diminuiu nas associações

eclesiais, processo esse que teve pouca expressão na realidade social açoriana do início do século XX.

Os editoriais sociais que encontramos nos jornais pertencentes ao corpus empírico da presente dissertação falam-nos do inexorável contributo das tradições religiosas açorianas para a boa sociabilidade das gentes das ilhas. Percebemos, assim, que, independentemente de os editoriais de âmbito social expressarem as preocupações da ameaça coletivista presente nas classes operárias dos grandes centros urbanos, essa realidade operária das grandes cidades ocidentais era inexistente na diocese açoriana.

4.2.6. Editoriais sobre o ensino

O pensamento da Igreja portuguesa sobre a educação vê-se condicionado, nos finais do século XIX até aos inícios do século XX, por duas circunstâncias fundamentais. De um lado, a doutrina da hierarquia eclesiástica nacional, que se cingia a fazer eco da atitude pontifícia. De um outro lado, os acontecimentos claramente secularizadores presentes no terreno do ensino graças à aparição de uma escola cada vez menos sensível à formação religiosa do seu corpo discente. Esta dupla conjuntura estimula a imprensa a uma resoluta ofensiva ante o problema do laicismo nos colégios, nos institutos e nas universidades. A tentativa de ocupação de espaços antes preenchidos pela Igreja por parte do Estado propicia ao clero e aos bispos um novo campo de batalha na tentativa de poderem rechaçar a apropriação liberal do que outrora era terreno de grande influência confessional.

“Queremos Deus na escola, para que a candura e a inocência da infância não vão perder-se de encontro ao que falsamente chamam a neutralidade escolar. O povo cristianizado, a família santificada pela prática da fé, a juventude morigerada, preparando a sociedade do futuro de carácter, de aprumo, de desassombro e de elevada educação católica, vivida nos actos humanos e transmitindo-se todas as modalidades da vida social, eis muito de leve e resumidamente o que nós queremos.” (*O Dever*, “O que queremos, 1 de Setembro de 1917, n. 14, p. 1).

O processo de vertebração e de mentalização cristãs teve na escola um baluarte fundamental para a Igreja. Por isso mesmo, a Igreja não estava disposta a renunciar a essa alavanca evangelizadora em benefício do Estado ou de outras instituições laicas. Como adiante se demonstra, essa mentalização não incidia apenas na reafirmação da presença

religiosa nas escolas, mas também no ensino da fé inerente à doutrinação efetuada nas paróquias pela Igreja, ocupando aí a organização catequética um papel incontornável:

“O povo micalense atravessa uma crise de moralidade. Os pais não ensinam os seus filhos, uns por ignorância, outros por desleixo, os princípios da doutrina cristã, nos quais se encontra o único fundamento dumã sã e proveitosa moral. Não os ensinam e, o que é pior, não os enviam à catequese que funciona regularmente em todas as igrejas da ilha. O nosso mal vem pois da falta de catequese. Conhecemos paróquias onde ela funciona com a maior perfeição com as poucas crianças que lá aparecem, mas onde de duzentas apenas se veem vinte! O mal está nos pais que não querem dar educação religiosa aos seus filhos. O mal está nos pais que acompanham os filhos à escola e não os levam à catequese; o mal está nos pais que levam os filhos às aulas de dança e que se esquecem, ou fingem esquecer, que a instrução religiosa é a base e o fundamento da verdadeira educação e que na catequese é que ela se aprende. O mal vem daí. A instrução pode fazer sábios mas não pode evitar os criminosos. Esses evitam-se pela catequese, pela formação espiritual na doutrina de Cristo sem a qual toda a moral é palavra vã ou falsa.”
(*A Actualidade*, “Moralidade”, 27 de Junho de 1923, n. 187, p. 1).

O debate sobre a educação denuncia, nos editoriais sobre o ensino, a galopante secularização das sociedades. Os conteúdos editorialistas também cotejavam, de forma assaz crítica, o indiferentismo interno com que os católicos olhavam para o ensino catequético que se praticava nas paróquias. O reduzido acesso à educação por parte dos açorianos, a escassez de aulas e o analfabetismo eram também assuntos frequentes nos editoriais ligados ao ensino. A progressiva emancipação dos Governos no capítulo da educação é rotulada de forma crítica pela Igreja como o “Estado docente”, que se ingere de forma negativa em assuntos anteriormente cingidos à eclesialidade. Deste modo, a estatização do ensino, a partir da segunda metade do século XIX, não ficou imune às contundentes críticas na opinião editorialista publicada nos jornais ligados à imprensa confessional. Segundo grande parte dos artigos ligados à defesa da educação católica nas escolas, defendia-se que o Estado só deveria estar presente de forma supletória.

Só que nem sempre isto foi possível, porque uma coisa são os sonhos e outra a realidade. O choque entre a utopia progressista (um ensino universal e gratuito) e a realidade (a carência de meios) saldava-se na incapacidade governamental para levar a cabo tarefas docentes sem contar com o apoio da Igreja, pois era a instituição mais bem preparada, se a comparamos com outras organizações, para levar a cabo a lecionação de aulas. Para a consecução das tarefas letivas e didáticas, as ordens religiosas eram portadoras de uma experiência de séculos no sector educativo (Yetano, 1987: 67-68): “as ordens religiosas praticavam a lecionação na gratuidade, porque os seus membros consagrados ofereciam

continuidade, estabilidade além de proporcionarem baixos custos a quem neles estudava”. Apesar de o tripé liberalista assentar numa educação que deveria primar por ser laica, gratuita e obrigatória, tal desiderato nem sempre foi exequível pelas limitações do próprio Estado. Por essa mesma razão se comprova que o ensino laicista nem sempre se conseguiu desanexar, ao nível das matérias ensinadas, do campo axiológico cristão. Observa-se, nesta sequência, que as matérias ensinadas nos compêndios adotados eram portadores de conteúdos catequéticos como a Bíblia da infância e a História Resumida do Novo e Velho Testamento, do abade Martinho de Noirlieu, traduzida pelo padre António de Castro. Apesar das medidas punitivas decretadas pelos Governos, elas raramente foram aplicadas, até porque os manuais de tinham que ser adquiridos pelos pais dos discentes, na sua maior parte possuidores de formação cristã (João, 2008: 122-123). A não-aceitação, por parte da Igreja, do ensino laico derivava do facto de ela entender que a autoridade da escola pública poderia transformar-se num fator de futura perseguição ao cristianismo por parte dos alunos lá formados, algo, aliás, erróneo, como se pôde já verificar pelo ensino de matérias de fundo teologal nos manuais adotados.

Ora vários artigos surgem na imprensa católica a justificar historicamente o papel decisivo da Igreja na formação discente. No caso dos Açores, a única escola de ensino superior estava circunscrita ao Seminário de Angra do Heroísmo. A escola de formação sacerdotal açoriana foi, na perspetiva de João (2008: 126), uma das criações mais prementes da Igreja açoriana, evitando a deslocação de muitos candidatos à vida eclesiástica para o Continente. O bispo de Angra, D. Estêvão de Jesus Maria, criou o Seminário em 1862, definindo o curriculum, os livros a adotar, os meios pedagógicos e as finalidades do ensino teológico que devia ser ministrado no estabelecimento. Esta escola teve uma influência que foi para além da formação sacerdotal, desempenhando um importante papel na formação de muitos ilhéus. A influência do Seminário de Angra teve uma amplitude considerável ao nível do arquipélago. Esta amplitude formativa é constatada ao nível literário, na medida em que muitos dos textos produzidos na imprensa procediam da formação proporcionada na mais antiga escola de ensino superior dos Açores. A influência formativa do Seminário teve impacto também no ensino liceal de então, na medida em que muitos dos seus professores eram oriundos do Seminário, como aconteceu com o primeiro reitor do Liceu de Angra do Heroísmo – padre Jerónimo Emiliano de Andrade –, autor de uma história recheada de bons exemplos, que se destinava a ser livro de leitura dos alunos nas escolas.

No processo de formação e divulgação dos fundamentos do catolicismo, a escola jogou um papel fundamental para a Igreja e, por isso, não estava disposta a renunciar ao seu lugar no ensino em benefício do Estado e de outras instituições laicas (Domínguez, 2009: 64). Daí que a Igreja considerasse o direito a instruir uma sua prerrogativa. A condenação do ensino sem religião aparece normalmente associada a outra importante campanha recorrente nos editoriais da imprensa católica açoriana de então: a condenação respeitante à imposição exercida pelo Ministério da Educação contra a liberdade dos pais escolherem a melhor educação para os seus filhos.

De sublinhar que a contraofensiva eclesial evidencia que para o poder religioso o ensino é uma matéria pastoral de suma importância. A Igreja ansiava no contexto hostil da I República por retomar o seu vigor público através da liberdade de ação nos seus colégios, institutos e universidades. O discurso contra a escola laica endureceu-se nos editoriais açorianos sobre o ensino, chegando ao ponto de se apontar que a secularização contribui para formar crianças ímpias, sendo, quiçá, os delinquentes de amanhã.

Entendia-se, nesta sequência, o Magistério da Igreja como o prolongamento da família cristã, como um auxiliar do apostolado doméstico, em auxílio ao exercício parental. Fermentou-se a convicção, no seio do periodismo católico açoriano, que a fórmula educativa ministrada por mestres católicos munidos de materiais católicos para discentes católicos, filhos de católicos, contribuía para o engrandecimento das nações católicas. Deste modo, é recorrente nos editoriais respeitantes ao ensino a apologia do argumento da tradição e da legalidade, com a acusação de que o galopante crescimento dos vícios tinha a sua causa na ausência de uma adequada pedagogia cristã nas aulas. A racionalização da polémica escolar quanto à existência de um ensino não confessional fica muitas vezes ancorado a um discurso editorialista apocalíptico. O preço da escola não católica, na visão dos editoriais ligados ao ensino, teria como resultado a decadência das instituições, o surgimento de uma sociedade volúvel nos seus fundamentos que iria desembocar inexoravelmente na corrupção, no vício, na amoralidade, na pornografia.

4.2.7. Editoriais patrióticos.

Os editoriais patrióticos surgiram de forma copiosa, na sequência da onda de amor pátrio que medrou múltiplos nacionalismos entre a última década do século XIX e a primeira

década do século XX, na sequência do *Ultimatum* lançado a Portugal. O nacionalismo católico teve o condão de reativar personagens da história de Portugal indissociáveis da história do catolicismo luso. As figuras de D. Nuno Álvares Pereira, Infante D. Henrique, Santo António de Lisboa, entre outras, foram recuperadas, fazendo-se por todo o país católico inúmeros festejos e comemorações em sua honra, aliás, manifestações que se tornaram frequentes no catolicismo, nas primeiras duas décadas do século XX. O discurso nacionalista ansiava pelo perdido, evocando a conhecida máxima eclesial “qualquer tempo passado foi melhor”. A ocasião era propícia à revitalização da tese de nação abençoada pela mão da Providência. Este dado oferece ao periodismo a oportunidade de investir contra os católicos liberais. Ora a memória de uma grandeza nacional que resultou dos sacrifícios de muitos heróis e mártires transforma-se no motivo articulador de muitos editoriais, sendo uma das componentes que estruturam a teoria de um catolicismo pátrio ou patriotismo católico. Pátria e religião foram duas tónicas temáticas do periodismo católico, na leitura que efetuamos dos editoriais, com o objetivo de restabelecer o que foi perdido (Domínguez, 2009: 51). Ao nível de hábitos também era dito que o verdadeiro ser do povo português estava em estreita ligação com a herança cristã inerente à fundação do país:

“A moral cristã foi banida da vida pública nacional (não só pelo radicalismo mas também pelo chamado conservantismo) e é urgente restituir-lha. A questão vital para a nossa Pátria é restituir à sua vida Pública, como à vida particular, as ideias cristãs e os costumes cristãos. Para a Pátria não é a outra a questão vital, não. O mal da nossa vida pública é o ateísmo prático que a domina desde muitas dezenas de anos.” (Manuel Caetano Pereira (1923), “Um ano de luta”, *A Actualidade*, 12 de Julho, n. 195, p. 1).

A simbiose entre pátria e religião cumprirá nas páginas dos periódicos confessionais um duplo objetivo. Em primeiro lugar, consegue evocar as memórias de um passado glorioso quando a Igreja estava de pedra e cal com os governos de antanho. O sentimento nacionalista poderá ser entendido como uma herança sagrada que determinou a cultura portuguesa. Nos alvares do século XX, este tipo de editoriais centra-se nos dois grandes aos símbolos identidade portuguesa, aqueles que para o catolicismo são os mais tradicionais: a religião e a compreensão de Deus como guia da vida humana, em detrimento da revolução industrial e da política através da qual se definem as políticas da modernidade. No sentimento patriótico da Igreja portuguesa nutria-se um querer voltar ao posicionamento da reconquista das cruzadas. O resultado de tudo isto é uma cultura católica anquilosada em si mesma que se vangloriava da sua pureza nacional. Em segundo lugar, a perda da grandeza do Estado

português irá constituir uma fonte de permanente acusação ao estilo de governação laica. Ser português era ser católico. Todavia as queixas na maior parte das vezes justificadas, em relação à metrópole, nunca puseram em causa o sentimento patriótico inerente ao sentimento de se ser português, a avaliar pelo que nos é dito no semanário *O Dever*:

“Não nos bastavam já as incertezas da hora presente, os males provenientes da guerra, a crise das subsistências públicas e tantos outros sofrimentos, que fundo pungem a alma portuguesa, para ainda se ir dizendo alto e bom som o que já consta da imprensa açoriana e continental, que, terminando a guerra, as nossas nove ilhas dos Açores – formosas pérolas dispersas pelo Atlântico – deixarão de ser portuguesas, para pertencerem a outro dono e Senhor. Fala-se da América. Não tivemos há muito coisa que tanto nos revoltasse, como o crescimento dessa ideia desnacionalizadora, que lavrar e tomar vulto entre nós.

A não haver exageros no que por aí se diz e escreve, não chegamos a compreender os motivos que têm certos patetas desnacionalizados para andarem a fazer um descarado namoro à América do Norte ou a qualquer outro país estrangeiro. Deus não permita que desçam até nós esses sombrios dias de nos julgarmos estrangeiros dentro da nossa Pátria e à vista do berço tão genuinamente português. Antes uma má mãe que uma boa madrasta” (*O Dever*, “Mas o que há?...”, 15 de Dezembro de 1917, n. 29, p. 1).

Os discursos relacionados com a herança patriótica redescobrem personalidades do passado cujo exemplo poderia ensinar aos católicos da época as ferramentas necessárias para suscitar o regresso do Império de Cristo. Múltiplos argumentos nos levam à conclusão de que há um fascínio, na leitura deste género editorialista, por postulados teocráticos nas correntes patrióticas nacionalistas. Sentia-se uma dificuldade de não se readaptar o discurso eclesial a uma realidade radicalmente modificada por novas forças políticas e sociais.

4.2.8. Editoriais sobre a Imprensa.

Os editoriais dedicados à causa da imprensa católica coincidiam, normalmente, com o aniversário do periódico ou com uma data em que o episcopado havia calendarizado para alguma celebração alusiva à causa da *Boa Imprensa*. Na data da fundação era expressa a razão de ser da publicação: o seu posicionamento na esfera pública, as intenções que inspiravam a equipa redatorial, as razões que levavam o periódico a pugnar pela causa da *Boa Imprensa*. Tratava-se de uma forma de cimentar junto dos leitores os propósitos das publicações e de enquadrá-las na causa pastoral a que a Igreja em todo o mundo se tinha proposto. Os editoriais dedicados à imprensa tentavam primordialmente cimentar a sua identidade no âmbito da imprensa confessional.

Embora com grandes sacrifícios, ao nível de recursos e de meios, realidade aliás que nunca foi escondida pelo episcopado português, a imprensa católica tentou assumir as exigências profissionais da imprensa em geral.

“Não há propaganda vocal que possa neutralizar a jornalística. Quantos católicos que em vez de concorrerem com a sua assinatura para a manutenção do seu jornal, o jornal que está sempre na estacada, defendendo a doutrina que eles professam ou dizem professar, dos rudes e capciosos ataques dos seus inimigos que jamais lhe dão tréguas, vão auxiliar, assinando-os, lendo-os e fazendo com que outros os leiam, periódicos, senão abertamente ímpios, indiferentes na aparência, para sob a capa hipócrita de imparciais desprestigiarem com maior eficácia as verdades e as práticas da religião? Tais católicos ou são ignorantes ou inconscientes; porque não conhecem os seus deveres, ou procedem sem reflexão; tanto mais que, de ordinário, enquanto dão ao mau jornal o dinheiro e propaganda, contribuindo assim eficazmente para a vida dele, estão dando, quanto em suas forças cabe, a morte ao jornal sério, que respeita, defende e apregoa o nome, a doutrina e as glórias da religião – o que mais caro deve ser ao verdadeiro católico. Não somos nós apenas que formulamos este sentido e justo queixume. Toda a imprensa católica tem clamado amargamente contra o ostracismo a que têm sido votada crimosamente pelos seus.” (*A Verdade*, “O jornal católico”, 5 de Setembro de 1916, n. 858, p. 1).

O esforço que os títulos católicos empregaram para estar em conformidade com a restante imprensa denotou uma significativa tentativa de implantação jornalística na esfera pública de então. Os periódicos católicos assumiam, nos editoriais dedicados à causa da *Boa Imprensa*, que o seu trabalho tinha como propósito principal a salvação do mundo. A função primeira da imprensa católica passava assim por conseguir conciliar a missão da Igreja com o mundo. O postulado salvífico transformou-se na primeira nota identitária que modelou a imprensa confessional. A dimensão soteriológica inerente às suas publicações estruturou-se, segundo a *Fédération Française de la Presse Catholique* (2012: 16), numa tríplice atuação: proclamar, discernir, fazer ver. A imprensa católica participava também, a seu modo, do anúncio do evangelho. O esforço evangelizador, assumido pela Igreja a partir do periodismo, ao não colher ressonância e preocupação por parte dos cristãos, era assumido como um grave virar de costas aos intentos dos cristianismo:

“Os jornais mais lidos, ou conservam, em matéria religiosa, uma neutralidade, que é um erro e uma falta grave, ou são manifestamente hostis à Igreja e à ordem. Nas casas reputadas mais sérias e cristãs, entra, desembaraçadamente, o jornal que se opõe à organização católica, que insere a literatura mais dissolvente, que põe a nu os mais repugnantes escândalos, que diz, com frequência, a sua heresia, que é agente de amores imorais e reclama, sem o menor pudor, os preparativos esterilizadores, que são ruína

material e moral da família.” (*A Verdade*, “A Imprensa Católica (conclusão)”, 13 de Novembro de 1917, n. 1205, p. 1).

Não obstante alguns títulos da imprensa católica terem alinhado por uma toada crispada junto da sociedade, há uma segunda nota identitária que não poderá ser desconsiderada: o facto dos jornais confessionais assumirem uma vocação universal, porque foram capazes de propor uma visão conciliatória para a sociedade. Encarnavam com denodo, nas suas páginas, um espírito verdadeiramente cristão, pretendendo que todos os homens e todos os povos alcançassem a harmonia proposta pelo campo axiológico cristão. Há um desejo de profunda comunhão humana inerente à imprensa católica que, diga-se, pelos motivos já mencionados, nem sempre foi conseguida. A imprensa católica ofereceu-se, fruto do assumir de uma vocação para a fraternidade universal, para estabelecer o diálogo da Igreja com o mundo sobretudo em épocas de grande crise.

Uma terceira nota identitária é que a imprensa católica pretendeu dar o seu contributo, como, aliás, os pontificados tanto pugnaram, para o estabelecimento de uma verdadeira comunhão interna na Igreja católica, conseguindo estabelecer vínculos entre diversos sectores eclesiais distantes (FFPC, 2012: 16-17).

Todas as manifestações identitárias contidas na publicação editorialista vieram contribuir para uma maior elucidação do conceito de “imprensa católica”. É neste sentido que, segundo Fontes (1999: 247), a especificação do epíteto de “católica” dado à imprensa apenas adquiriu verdadeiro sentido na época contemporânea, por ocasião da denominada secularização da sociedade e laicização das instituições. Esta época de aclaração inerente à cimentação identitária da imprensa católica corresponde precisamente ao arco temporal da presente investigação.

4.2.9. Editoriais de âmbito literário, científico e cultural.

O suplementarismo cultural nos periódicos, baseados nos estudos de Freitas (2001: 44), tem a sua raiz na força da tradição literária açoriana. Tradição esta que, por seu turno, leva a que os mais variadíssimos jornais do arquipélago ao longo do século XX tenham feito questão de honra, mesmo perdendo dinheiro nos seus quase sempre magros orçamentos, em disseminar informação cultural vinda de toda a parte e em acompanhar o debate artístico e teórico em volta de questões culturais e literárias internas.

Ora é preciso ver que, nos Açores, as distâncias e o clima isolaram populações, e esse isolamento condicionou os principais centros produtores de cultura. Segundo Pires (2013: 49), paradoxalmente, o isolamento impulsiona uma vida própria mais ou menos intensa em cada um desses centros, tendo estimulado a produção de jornais e o eco mais ou menos desenvolvido de modas artísticas e literárias (ainda que com atraso cronológico). Os jornais *A Ordem* e *Sinos d'Aldeia*, fundados na pequena freguesia de Bandeiras, na costa sul da ilha do Pico, são disso um exemplo. O semanário *O Dever*, fundado na freguesia mais isolada da ilha de São Jorge – o Topo –, testemunha o engenho que foi empregue para a superação do isolamento insular. O isolamento também foi gerador de cultura e de iniciativas que se transformavam em catarses que tentavam remir a solidão do ermo em que se vivia. A imprensa católica, nos editoriais de âmbito literário, científico e cultural, também quis marcar uma presença junto do público mais erudito, sobretudo através de duas publicações – *A Phénix* e a revista *Prelúdios* –, fundadas precisamente com o intuito de dar voz ao espírito intelectual e criativo existente no Seminário de Angra (*Prelúdios*) e na ilha de São Miguel (*Phénix*). Aliás, a revista *Prelúdios* deixa claro os seus propósitos:

“Procuramos aqui simplesmente fomentar as letras, e este é o nosso principal intento. É grande ainda assim a missão a que nos abalançamos; e mui maior é por certo aquela que por meio desta nos propomos promover: ensaiarmo-nos na poesia e na eloquência, que são as fontes donde mais puro emana o belo, para por meio dele nos remontarmos à Verdade, que nos garante a consecução do Bem.”(*Prelúdios*, “Iniciando”, Janeiro de 1924, n.º 1, p. 1-2).

Também o semanário *A Actualidade* demarcou-se do estilo da imprensa da época pela colaboração literária de distintos vultos da intelectualidade açoriana, como se comprova da transcrição do seu primeiro número, destacando-se a colaboração do poeta Côrtes Rodrigues, membro do conhecido Grupo *Orpheu* a que pertenceu Mário de Sá Carneiro e Fernando Pessoa, grupo este que contribuiu para uma indelével mudança cultural na sociedade portuguesa da década de vinte, do século passado.

“Cumpre-nos receber e saudar os que nos visitam, trazendo-nos o auxílio precioso da sua colaboração. Começemos pelo Dr. Humberto de Bettencourt, que ali está, na sala das musas, e que de certo não precisa de apresentação. O seu nome refulge de há muito na plêiade dos intelectuais açorianos, quer como poeta, quer como prosador. Rebelo de Bettencourt é um literato cheio de profundidade e de fé no futuro. Côrtes-Rodrigues é também prosador e poeta. Alma nobre, talento culto, temo-lo acompanhado com íntimo prazer na sua carreira literária. O assunto do florido trecho

de prosa incerto, sob a epígrafe de “Horas antigas”, neste primeiro número de *A Actualidade*, foi haurido no rico filão das tradições micalenses.

Mário Baptista é um pseudónimo que modestamente se disfarça um dos padres mais inteligentes e mais ilustrados dos Açores e que, em bem entrecidas crónicas, irá pondo os leitores de *A Actualidade* a par dos principais acontecimentos, que se forem desenrolando mundo em fora. Ainda outros colaboradores virão abrilhantar as colunas deste semanário.” (Ernesto Ferreira, “Credenciais”, *A Actualidade*, 5 de Fevereiro de 1920, n. 1, p. 1).

Os assuntos trazidos para alguns editoriais de fundo cultural vão ao encontro do que Schudson (1995: 3) afirma no respeitante às notícias: dever-se-á reconhecer que elas são uma forma de cultura. A este respeito Sousa (2000: 39-40) sustenta que a ação cultural sinaliza as notícias como um produto da cultura e dos limites do que é culturalmente concebível no seio dessa cultura. Isto significa que os editoriais da imprensa açorina de âmbito cultural conseguiram produzir conteúdos culturais adequados à sociedade e ao pensamento eclesial de então. É que grande parte dos conteúdos das notícias resulta da recriação de temas e imagens procedentes do passado cultural, não se distanciando do património das tradições inerentes a uma determinada região.

Subscreve-se o que Lopes (1990: 39), para as três publicações supracitadas – *Phénix*, *Prelúdios* e *A Actualidade* –, afirma no respeitante a este tipo de publicações: “mais efémeras do que o jornal, têm no entanto melhor apresentação, tanto em razão da qualidade gráfica como do papel, e são, por vezes, ilustradas”. O seu formato é mais reduzido e a periodicidade menor, com a exceção, já mencionada, do semanário *A Actualidade*, sem dúvida o periódico de maiores dimensões editado pela imprensa açoriana católica. Os conteúdos de natureza literária, científica, cultural, etnográfica, política, ao proliferarem neste tipo de publicações, nos primeiros anos do século XX, geraram um certo tipo de periódico híbrido, que procurou aliar uma função informativa e uma finalidade recreativa. Acresce a estas características o facto de também este género de editoriais ser portador de um sentido condenatório de obras não consentâneas com a doutrina da Igreja, como podemos verificar na edição da revista cultural *Prelúdios*: “foi condenada pela Sagrada Congregação do Santo Ofício, a obra intitulada *Manuel Biblique*, mas somente a edição refundida por A. Brassac e J. Ducher” (*Prelúdios*, “Condenação”, Abril de 1924, n.º 4, p. 48).

O insistente convite que a imprensa católica fazia aos literatos da sociedade açoriana fica bem patente no desafio que abaixo mencionamos de *A Actualidade* pela pena do seu diretor, padre Ernesto Ferreira: “aproveitamos a oportunidade para pedirmos aos nossos

ilustres colaboradores Drs. César Rodrigues e Côrtes- Rodrigues, que frequentem mais assiduamente a sala dos poetas de *A Actualidade*” (Ernesto Ferreira, “Pela nossa casa”, *A Actualidade*, 4 de Março de 1920, n. 5, p. 3).

Ora a Igreja, no arquipélago dos Açores, sendo detentora da única escola superior de educação, sempre foi uma criadora de saber, uma mediadora na transmissão de cultura. Os editoriais em apreço primam, por vezes, por uma “cosmoteologia” reafirmando que a raiz de todo o saber, de todo o conhecimento foi primeiramente descoberto e compilado nos mosteiros, mostrando que os diversos tipos de saber – matemática, lógica, ética, latim, geografia, botânica, física – e defendendo que a Sagrada Escritura era a base legítima que fundamenta estes diversos setores científicos.

Este tipo de editoriais continha transcrições de romances de fundo cristão, à guisa de folhetins, normalmente com histórias edificantes sob o ponto de vista de formação cristã. Foram neste sentido descobertas promessas culturais, como o conhecido anteriorista açoriano Ruy Galvão de Carvalho –, distinto poeta, que mais tarde veio a ser um destacado professor do Liceu de Ponta Delgada que marcou múltiplas gerações, designado com o epíteto de “novo cruzado da boa causa da imprensa”, na transcrição de *A Actualidade* que abaixo citámos:

“Apareceu hoje na sala dos poetas de *A Actualidade* o sr. Ruy Galvão de Carvalho que há pouco completou o curso complementar de Letras no Liceu de Ponta Delgada. É com muito prazer que vemos nestas colunas a colaboração de mais um espírito moço a engrossar as fileiras dos que andam pugnando pela causa do catolicismo, que irresistivelmente vem prendendo a geração nova de Portugal. Em tão santa campanha andam empenhados os filósofos, os artistas, os prosadores e os poetas. Não podia ficar de parte a poesia nessa generosa cruzada, bela afirmação de fé e de amor pátrio, sendo, como é, uma das mais interessantes manifestações do espírito humano, à qual intimamente sempre andou ligada, em todos os tempos, a alma da raça, na expressão do sentimento, a força dominante de todos os ideais.” (*A Actualidade*, “Por nossa casa”, 20 de Junho de 1922, n. 117, p. 3).

Ora o jornalismo contador de histórias, olhado nos tempos que correm, morreu por “falta de espaço e função”. Este tipo de construção editorialista, na ótica de Chaparro (2001: 38), transformava-se em emissário de humanização que o temperava. Era um jornalismo diletante que pouco ou nada contribuía para alterar o rumo das coisas. Tinha vínculos com a vida, os vínculos da narração, mas não produzia efeitos na atualidade. Nem de verdade a refletia. Passou o tempo dos jornalistas contadores de histórias.

O folhetim e o realismo literário nascem, assim, de mãos dadas. Antes de serem reconhecidos pelos críticos como obras do espírito, os grandes romances oitocentistas eram inicialmente textos produzidos para a imprensa – folhetins, portanto (Sodré, 2012: 237). Por conseguinte, a componente literária sempre caracterizou a imprensa açoriana, não sendo uma exceção os jornais confessionais. Esta tendência constituiu mesmo um traço identitário nos periódicos, respondendo também à procura do público açoriano por estas temáticas.

“Termina hoje *A Verdade* a publicação do folhetim – “Os terrores duma noiva” – que tanto interesse despertou nos seus leitores. Na verdade, não abunda na nossa literatura, e muito menos ao alcance de todos, leitura leve, instrutiva e interessante que possa andar pelas mãos de qualquer e entrar numa casa de família. E para que os nossos leitores não fiquem privados de tão inocente e fácil distracção, vamos dar-lhes um novo folhetim, que lhes não despertará menos interesse, pois é uma obra profundamente instrutiva e cujo aparecimento fez sensação entre os seus numerosos leitores. O seu título é o Culto da Raça, que sintetiza com felicidade o escopo doutrinário do seu ilustre e benemérito autor.” (*A Verdade*, “O nosso folhetim”, 4 de Novembro de 1922, n. 1442, p.1).

Segundo Tengarrinha (2013: 803), o carácter literário encontrava-se quase sempre ligado a uma preocupação instrutiva. Devido à influência cultural dos periódicos, o protagonismo das elites intelectuais não prescindiu do palco da imprensa segundo (Silva, 2011: 74). Todavia, este desiderato cultural tentou superar e combater um público onde na sua maioria a iliteracia campeava, como podemos denotar do excerto de uma das revistas culturais nascidas em Vila Franca do Campo, *A Phenix*:

“O aparecimento de *A Phenix* marca mais um passo que dão os vila-franquenses na sua ascensão civilizadora. Esta revista – a única que em São Miguel existe – representa nada mais, nada menos, do que um *tour de force* dos seus directores. Sabida a absoluta aversão pelas letras do povo açoriano, estamos cónscios de que *A Phenix* há-de lutar com grandes dificuldades para viver. A tentativa não é a primeira em São Miguel, mas nem por isso deixa de ser louvável o intento. Pois não chegará um dia em que todos se compenetrem plenamente da ideia de que ao homem alguma coisa mais lhe é necessário do que a vida material de cada dia? Sim, chegará; e há-de ser depois de muito lutar de vontades sucumbidas, que um tempo virá em que nenhum esforço santo deixe de medrar, em que nenhum ideal de justiça morra ao nascer! Quando? - Não sabemos. É bem simpático o programa da *Phenix*: pugnar pelos interesses da instrução da sua terra.” (*A Phenix*, “Agradecimento”, 30 de Julho de 1902, p. 22-23).

Como forma de atrair leitores, os jornais pequenos e baratos, reuniram as velhas tradições novelescas das vidas de santos e de romances religiosos. As impressionantes histórias de santificação e de martírios tornaram-se habituais, bem como as novelas com

enredo de âmbito religioso que eram publicadas em formato chamado de folhetim (diariamente, na última página, a quarta, publicava-se um capítulo de uma novela seriada). Do ponto de vista da recepção, o folhetim é um produto destinado ao consumo imediato, isto é, à fruição isenta de “retardamentos da leitura inerente às obras reconhecidas como cultas” (Sodré, 2012: 238), tratando-se de uma realidade literária que atravessou praticamente todos os periódicos católicos açorianos.

4.2.10. Editoriais sobre política internacional.

Foi a partir da abertura ao mundo encetada no pontificado de Bento XV, no contexto da problemática inerente à I Guerra Mundial, que os periódicos começaram a ter uma preocupação acrescida por assuntos internacionais, fazendo eco nos seus conteúdos das preocupações da Igreja inerentes ao conflito que envolveu as nações beligerantes. Assim sendo, este género de editoriais é muito mais frequente no período compreendido entre 1914 e 1918, sendo notórias as ressonâncias que os periódicos açorianos fizeram da carestia e das necessidades por que passava a região açoriana, mencionando os efeitos da falta de concórdia que grassou durante o conflito bélico que assolou o mundo ocidental. O caso da granada lançada pelo submarino *U-7* é a prova de que os efeitos do primeiro grande conflito beligerante do mundo também teve consequências na pacatez do arquipélago açoriano. Deixamos um excerto respeitante aos efeitos desse ataque no porto de Ponta Delgada, através do relato de *A Verdade*:

“Na manhã do dia 4 do corrente mês de Julho, às quatro horas e quarenta minutos, a população de Ponta Delgada e arredores foi sobressaltada por rijo tiroteio de artilharia, saindo todos a indagar-se do que seria. Um grande submarino alemão tinha lançado sobre a cidade oito granadas, ripostando, logo após os primeiros tiros, os canhões do transporte americano *Orion* que estava fundeado na doca, descarregando carvão. O *Orion* disparou logo, com presteza e boa pontaria, quinze tiros, e a bateria do Alto da Mãe de Deus, também fez quatro tiros. O submarino que se julga ser o *U-7* parece ter cerca de 500 toneladas. As granadas do submarino são de 125 mm tendo ficado por explodir uma que penetrou na parede de uma casa. Das outras granadas caíram duas na Fajã de Cima, derrubando uma delas uma parede de uma casa, cujos moradores nada sofreram, mas os seus estilhaços deram morte instantânea à menor de dezasseis anos Tomásia Pacheco que nessa altura fugia de casa. Uma irmã desta foi ferida no peito por uma pedra que caiu da casa que a granada desmoronou, ficando também feridas pelos estilhaços desta mesma granada uma mulher e duas crianças. As restantes granadas, que caíram na Abelheira, na Serra Gorda, Arribanas, Pau Amarelo, Recantos dos Arrifes, Rocio das Capelas e Santa Rita, não atingiram ninguém causando apenas alguns estragos materiais. Os representantes do distrito de Ponta Delgada, nas câmaras,

lamentaram o abandono a que o governo tem votado aquela ilha, e pediram que fossem enviadas para as águas dos Açores alguns navios de guerra, ao que o sr. Ministro respondeu que não podia inventar navios, nem peças e que não há país que venda uns e outras.” (*A Verdade*, “O bombardeamento de São Miguel”, 30 de Julho de 1917, n. 1120, p. 1).

Mas antes de deflagrar o conflito mundial que opôs as principais nações do mundo ocidental já eram manifestadas comparações entre a realidade do nosso país e a forma como os mesmos problemas eram tratados noutros países, como poderemos verificar do comentário da revista *Phenix* quanto à colonização praticada em Inglaterra, na sequência da política decorrente do *Ultimatum*:

“Portugal é um país mal administrado e os erros de tão funesta administração podem levá-lo à perda da sua autonomia política. Possuímos vastíssimos territórios que em quase toda a sua grande extensão jazem incultos. Dos Açores ao Continente português saem constantemente milhares e milhares e braços que vão para o Novo Mundo ganhar um trabalho extenuante o pão quotidiano à sombra do pavilhão estrelado. E todavia nas nossas possessões de África estão depositadas as esperanças de todos os que desejam um futuro mais ridente para Portugal. Agora urge colonizar esses territórios, transformar os pântanos com viçosos vergéis, ensinar os pretos a trabalhar, a arrotear os terrenos que até aqui têm estado por cultivar, enfim fazer raiar a luz da civilização nos lugares onde somente reinam as trevas da ignorância e da escravidão. Parece incrível que tenham permanecido por tanto tempo abandonados esses pedaços riquíssimos de África, onde há filões auríferos, minas metálicas e grandes depósitos de hulha! A Inglaterra, quaisquer que sejam os seus defeitos, dá-nos nesse particular uma bela lição. Todas as suas colónias são florescentes. O próprio Cabo, essa região pestífera, toda pantanosa, está convertido em um país salubre, onde há grandes mercados comerciais. Quisessem os governos portugueses imitar a Inglaterra na sua acção colonizadora, fizessem derivar para as possessões africanas a corrente de emigração que se dirige para o Continente americano, e veríamos em breve a nau do estado a vogar em um mar mais clamo e bonançoso.” (Ernesto Ferreira, “As duas grandes indústrias, *Phenix*, 30 de Outubro de 1902, n. 8, p. 1).

Um outro estilo de editorial relacionado com a conjuntura internacional foi também publicado, nos periódicos católicos, dando voz ao que de exemplar no estrangeiro deveria ser copiado para a realidade do nosso país. Estas descrições, normalmente relacionadas com os enquadramentos internacionais favoráveis à Igreja, evocavam a feliz consolidação dos valores cristãos em países estrangeiros, sendo os casos da Bélgica e dos EUA paradigmáticos ao nível do relacionamento entre a Igreja e o Estado, detentores de uma bem arquitetada e respeitadora legislação que norteava o enquadramento de ambos. O jornal *San Miguel* faz menção do caso da Bélgica como o país mais bem governado da Europa:

“Como se sabe a Bélgica é governada há mais de vinte anos consecutivos pelo partido católico – e é talvez o país, embora pequeno, mais bem governado de toda a Europa! Pois as eleições da outra semana vieram demonstrar mais uma vez que os belgas estão ao lado do honesto governo católico, contra os liberais. E vós católicos portugueses eleitores, quando abandonareis nas eleições os partidos políticos que têm levado a nossa pátria à ruína – e começareis a votar com os - católicos, os únicos que podem tornar Portugal, que é pequeno como a Bélgica, florescente como ela? O partido está formado - é retirar a voto a todos os outros partidos e votar com o partido da ordem, da pátria, da religião!” (*San Miguel*, “Vitoria dos católicos belgas”, 14 de Dezembro de 1907, p. 2).

Outros editoriais que se insurgiram contra as situações persecutórias que a Igreja passava no palco internacional também foram publicitados. Eram descritas com grande carga crítica, manifestando o jornalista católico um grande sentimento de indignação. De novo, era evocado o caso do desenvolvimento da Bélgica como uma situação paradigmática.

“A que deve a minúscula Bélgica ser hoje uma das nações da Europa mais adiantadas, senão a mais adiantada? Ao belíssimo governo católico que, há 25 anos, dirige acertadamente a barca governativa. Mas donde vem a força ao partido católico para vencer os seus adversários? Da sua imprensa, que é formidável, e que leva as populações, que a leem sofregamente e a sustentam, o convencimento de que só os princípios religiosos na administração podem trazer prosperidade ao país. Na Alemanha, protestante, têm os católicos a preponderância no parlamento; os seus cento e tantos deputados constituem um bloco invencível; deles depende a maioria invencível em qualquer votação. O centro alemão dá cartas no Reichstag, e quanto mais guerreado, mais brilhante é o seu triunfo. Porquê? Por causa da imprensa católica.” (*Correio dos Açores*, “Imprensa católica”, 5 de Outubro de 1909, n. 447, p. 1)

V Parte

Os dezassete periódicos católicos açorianos.

5. Biografia e classificação.

Na sequência da seleção temática efetuada aos editoriais dos dezassete jornais da imprensa católica açoriana, decidimos diferenciá-los em cinco grupos, como já mencionámos no anterior capítulo. Esta classificação obedeceu a diversos fatores inerentes à publicação de cada título: o tempo histórico em que foram fundados, a finalidade da sua publicação, a afeição partidária e ideológica manifestada nos editoriais, a perceção do posicionamento eclesial do bispo diocesano, a relação com o público a que se destinava o periódico, o tecido urbano ou rural em que foi suscitado, e, finalmente, as ressonâncias que os títulos efetuaram das determinações emanadas pelo Magistério da Igreja.

Como anteriormente já fizemos menção, os órgãos de imprensa surgidos no contexto eclesial açoriano assumiam quase sempre, no seu primeiro número, aquilo que designámos como “orientação estruturada” ao nível da sua publicação. A “orientação estruturada” não foi mais do que a manifestação de fidelidade e obediência, por parte do órgão de imprensa católica, às orientações prescritas pelo Magistério eclesial, ou seja, o episcopado e o pontificado petrino. Aliás, como teremos a oportunidade de aprofundar, se há nota que poderá definir o que é a imprensa católica é precisamente o facto de ela se assumir como uma publicação em profunda obediência com a hierarquia eclesial. Só era considerado católico o jornal que fosse aprovado pelo bispo diocesano. Isto vem significar que era concedida a designação de “católico” mediante a aprovação dos propósitos que a publicação periodista anunciava, sendo obrigatória uma declaração de conformidade com as determinações da Igreja para a imprensa católica. A equipa redatorial que o compunha, como sempre aconteceu em todos os títulos do nosso corpus empírico, também se submetia à aprovação episcopal.

Após o estudo dos editoriais, conseguimos descortinar que muitos dos periódicos estavam associados a correntes ideológicas e políticas procedentes das exortações das pastorais publicadas pelo Episcopado português. Nesta sequência, conseguimos descortinar vários grupos de jornais que iremos de seguida estudar, contribuindo, assim, para a história individual de cada periódico. Segundo a apreciação que efetuamos à publicação editorialista

dos dezassete periódicos, anuímos agrupá-los do seguinte modo: jornais nacionalistas (*San Miguel, A Ordem, O Correio dos Açores, O Michaelense*); boletins paroquiais (*A Crença, A Cruz, O Peregrino de Lurdes, O Semeador, O Norte*); jornais associados ao Centro Católico Português (*A Actualidade, Sinos d'Aldeia, A Boa Nova, O Dever*); imprensa diarista produzida em Angra do Heroísmo (*A Verdade e A União*); revistas de foro cultural editadas pela diocese de Angra do Heroísmo (*Phénix e Prelúdios*). Como anteriormente já foi dito acerca de *O Semeador*, não tivemos a oportunidade de alcançar nenhuma das suas edições, no entanto sabemos que pertenciam ao movimento associativo ligado ao Centro Católico Português, derivado às indicações que a imprensa congénere foi fazendo das suas edições.

Ora, normalmente no primeiro número dos títulos católicos, encontrámos as razões que presidiram ao lançamento do periódico, fazendo-nos perceber o porquê da sua existência no quadro político e religioso do tempo em que nasceu. O editor, no primeiro dia que o jornal saía para as bancas, informava os leitores dos fins a que ele se proponha na esfera pública de então.

Na quarta parte da dissertação em apreço que agora iniciamos, pretendemos justificar a razão do enquadramento dos periódicos açorianos, das primeiras três décadas do século XX, nos cinco grupos já mencionados. A identificação da imprensa católica dos Açores conduziu-nos, numa primeira instância, ao questionamento sobre o papel social, os atores, as práticas e a proximidade que afinal foi estabelecida entre os dezassete periódicos e a população das ilhas. Daqui resulta uma reflexão sobre os conceitos de “imprensa local” e de “imprensa regional”, salvaguardando-se a singularidade de eles terem surgido na realidade específica de uma região mapeada por um território descontínuo.

A plêiade de jornalistas católicos, na sua maioria membros do clero angrense, que impulsionou a causa da *Boa Imprensa* no arquipélago, foi constituída pelos sacerdotes que mais se destacaram ao nível literário e artístico na diocese açoriana. A formação cultural de que eram detentoras as figuras mais relevantes da imprensa católica açoriana abarcava campos do saber como as ciências, a literatura e a formação teológica e doutrinária. Não podemos descurar, no entanto, que o limitado leque de colaboradores do laicado que fez parte desta causa também fruía de uma formação não apenas religiosa, mas sobretudo política, provinda, por exemplo, do rico alfobre coimbrão da segunda década do século XX. O efervescente ambiente político e académico que se vivia nessa época na Universidade de Coimbra fez com que os católicos se congregassem em torno das ideias provenientes da

democracia cristã associadas ao Centro Académico da Democracia Cristã. O C.A.D.C. acabou por ter uma decisiva influência na sociedade portuguesa, nas primeiras décadas do século passado, pela qualidade dos atores políticos e religiosos que gerou. Figuras como Gonçalves Cerejeira, Oliveira Salazar e sobretudo António de Castro Meireles, que a partir de Agosto de 1924 viria a ser o bispo titular da Diocese de Angra do Heroísmo, tiveram uma decisiva influência na vida política e eclesial que marcou grande parte do século XX português.

A presença do laicado na imprensa católica dos Açores circunscreveu-se a dois periódicos que tiveram na sua orientação diretores fora do bastião clerical da diocese de Angra – o semanário *A Boa Nova* e *A Actualidade*. Ambos os semanários foram dirigidos por leigos formados no ambiente coimbrão e portadores de uma profunda ligação ao Centro Católico Português. As figuras do médico Manuel Caetano Pereira, na direção de *A Actualidade*, e do professor do Liceu da Horta, Dr. Damião do Rio, na direção de *A Boa Nova*, são exemplos de um laicado que emergiu num contexto de profunda clericalização no início do século XX, autonomizando-se tanto quanto era possível ao tempo do dirigismo sacerdotal presente na imprensa católica das ilhas.

Um outro ponto que marca a quarta parte da investigação em apreço recairá na apresentação gráfica de cada periódico, na sequência da consulta editorialista que efetuámos. Os dados aferidos permitir-nos-ão efetuar uma narrativa histórica sobre a existência de cada um dos jornais.

5.1. Imprensa católica açoriana: local ou regional?

Antes de nos debruçarmos sobre os cinco grupos de periódicos já aludidos, devemos perguntar que conceitos se ajustam à imprensa açoriana, tendo em conta a especificidade geográfica do arquipélago dos Açores. Inevitavelmente, este questionamento conduz-nos a uma reflexão sobre os conceitos de “imprensa local” e de “imprensa regional” no contexto vital açoriano. Ergue-se, neste enquadramento conceptual, uma questão sobre a classificação da imprensa regional açoriana: é local ou regional? Ao ser publicada ela dirige-se ao todo da região – as nove ilhas – ou, pelo contrário, confina-se aos limites da ilha? A evocação do contexto telúrico marca, no nosso entender, toda a diferença no respeitante à abordagem dos conceitos de imprensa local e de imprensa regional. Pelo peso que a ilha tem nas relações e

na mundividência do açoriano, somos levados a pensar, numa primeira aproximação a esta questão, que a ilha funciona para o açoriano como um país. Seguindo a máxima “nemesiana” de que “cada ilha é um país” chegamos à conclusão de que o forte apego telúrico à ilha, por parte do açoriano, condiciona todas as abordagens que possamos efetuar aos dois conceitos supracitados. Pires (2013: 32), no respeitante à influência incontornável da porção geográfica ilha no homem açoriano, afirma que a ilha em que se nasce é “um eixo do cosmos”, “uma pequena-pátria”, “um mundo de referências matriciais”. A ilha, que tem de se abandonar por vezes, é um ponto de referência permanente, “um porto de regresso ideal”, uma “Ítaca em que cada um é o Ulisses da sua própria e secreta mitologia”. O autor supracitado vai mais longe ao dizer que o apego às ilhas se transforma na “doença do açoriano”. A “enfermidade” diagnosticada pelo professor Machado Pires é observada fundamentalmente quando o sentido de pertença à ilha se sobrepõe ao arquipélago e ao sentido de nacionalidade. Veja-se a dificuldade que os governantes sempre tiveram em gerar a unidade regional no arquipélago açoriano, para já não falarmos da relação nem sempre dócil com a metrópole.

Chegados aqui, cumpre-nos perguntar: a realidade ilha clarifica que a imprensa açoriana é de âmbito local, pela dificuldade que o açoriano tem em ascender ao conceito de “região”? Gerar a unidade, como já dissemos, foi sempre uma construção social e política assaz difícil no arquipélago. Ora os dois conceitos – local e regional – perdem fulgor quando pretendemos encerrar a imprensa açoriana em um deles. Até porque todos os estudos nos dizem que o sentido do local e do regional, na especificidade da região Açores, tem algumas particularidades que ultrapassam a restrita significação de ambos os conceitos. Consubstanciados em Manuel (2013: 46), sentimo-nos na necessidade de introduzir para este debate uma realidade eclesial que poderá ampliar a tentativa de restringirmos os jornais açorianos à nomenclatura de imprensa “local” ou “regional”. A porção de território “diocese”, definida para o território nacional no Concílio Plenário Português, em 1926, data em que concluiremos a presente investigação, poderá eventualmente remeter os periódicos católicos açorianos para a classificação de regionais. Segundo o autor supracitado, tal classificação fica a dever-se ao facto de os órgãos confessionais poderem atingir o território de toda a diocese. Mas terá assim acontecido na diocese açoriana? Os jornais publicados na ilha do Faial, no grupo central do arquipélago, conseguiriam chegar porventura ao grupo ocidental? Nos Açores contemporâneos, na época da instantaneidade da comunicação, ainda

não se encontram jornais de outras ilhas nas bancas, por isso mesmo, muito dificilmente cremos que, no início do século XX, tal divulgação acontecesse. Então em que é que ficamos quanto à identificação da imprensa católica açoriana: local ou regional? Não querendo contrariar a perspetiva apresentada por Alexandre Manuel, entendemos que os periódicos publicados em cada uma das ilhas poderão ser identificados como regionais quanto à estreita comunhão com as determinações diocesanas e pontifícias, mas não o são quanto à distribuição pelo público das restantes ilhas. O jornal é da ilha e para a ilha, embora o seu conteúdo tenha um pendor claramente em conformidade com a região diocesana. É diocesano em termos de conteúdo, mas local no respeitante à sua cobertura, no nosso modo de entender.

Se, segundo Manuel (2013: 38-39), conceitos como território, comunidade, vizinhança não bastam para a especificação da imprensa como regional ou local será necessário recorrermos ao conceito de proximidade, na medida em que envolve a questão social. Deste modo, aventamo-nos a dizer que cada órgão da imprensa católica açoriana era detentor de um cariz regional, atendendo à ortodoxia de critérios bem visíveis no tratamento dos assuntos diocesanos transversais aos periódicos católicos do arquipélago, mas local no respeitante ao público a que se destinava. Nesta sequência, reiteramos que a marca “regional” não poderá ser colada aos jornais açorianos quanto à cobertura de público – o das nove ilhas – porque o público se cingia à ilha. Há, no entanto, relativamente aos conteúdos de cada periódico açoriano, uma afinação de opinião em estreita fidelidade aos princípios da diocese de Angra. Ora se a diocese compreende, em termos de território, as nove ilhas dos Açores, e isso significa que o jornal, ao nível dos seus conteúdos, se apresenta sintonizado com toda a região, apesar de a cobertura de cada periódico se ter cingido ao público da ilha em que era publicado.

É nesta sequência que subscrevemos Amaral (2012: 203), com vista a trazer alguma luz à nossa argumentação. Ora confrontados com a especificidade insular, há que relativizar o conceito do que é o “local”, “regional” e “nacional” e até “internacional”, porque a imprensa regional, além da sua demarcação geográfica, representa e transmite laços de proximidade, familiaridade, e de identidades diversas que incluem, entre outros aspetos, uma história comum. Dever-se-á olhar para a imprensa açoriana, derivado aos condicionalismos territoriais já mencionados, com um critério distintivo.

Retomando o debate sobre a classificação da imprensa regional nos Açores, não queremos correr o risco de a atracar em conceitos que não esgotam o seu papel. Por isso, é necessário dizer que a sua especificidade entronca em conceitos mais amplos, como os de proximidade e papel social. Ora, falar da imprensa açoriana católica é, antes de mais, enquadrá-la num âmbito mais amplo do que é o local, por um lado, e do que se pode entender por proximidade, por outro. Subscrevendo, nesta sequência, Cecília Peruzzo (2003: 67), quando diz que não é fácil demarcar as fronteiras do que é o local até porque se estabelece uma relação de proximidade semântica entre os termos regional, local e comunitário. O local não deverá ficar submetido a fronteiras territoriais, mas envolve todo um processo que engloba cultura e idioma. Daí que a abordagem que mais se ajusta é de que a imprensa é inexoravelmente de proximidade porque é um elo de consolidação de uma história em comum, que inclui a partilha de costumes, condições de existência e conteúdos simbólicos e não simplesmente demarcações geográficas. Não temos dúvidas, em relação à imprensa católica, de que há efetivamente uma aproximação psicológica dos destinatários da informação aos factos, na ótica de Amaral (2012: 212). Tal como diz Young (1993: 124), os relatos noticiosos revelam muitos dos aspetos psicológicos comuns da elaboração das atitudes, estereótipos, mitos e lendas.

O jornal local e regional tem de forma inata uma proximidade “psicológica ao público, está no seu ADN”. É neste sentido que Correia (1998: 5) advoga que a imprensa dita de proximidade, a confessional ou não confessional, apresenta um estilo incomparavelmente diferente da imprensa de massas surgida a partir do fluxo de publicidade surgido no século XIX, que acabou por autonomizar muitos órgãos de imprensa quanto à sua sustentabilidade. A imprensa de proximidade suscita inexoravelmente nos públicos um forte carácter de familiaridade, transformando-se ela própria num agente de promoção do debate sobre as questões mais próximas da vida das pessoas e da comunidade. Há, enfim, muito para além das talas que espartilham a imprensa nos conceitos de local e de regional, um cunho de proximidade tal que, na sua relação (e compromisso) com o desenvolvimento, é um fator de promoção local e de defesa dos valores culturais.

5.2. “Os cavaleiros do resgate” da *Boa Imprensa* nos Açores.

Em artigo publicado no semanário *O Dever*, de sete de Janeiro de 1922, titulado “A nova cruzada”, é-nos inumerada a ilustre galeria dos principais jornalistas que colaboraram na causa da *Boa Imprensa* nos Açores. O artigo do semanário jorgense denominava “cavaleiros do resgate” ao clero e ao laicado que colaboravam nos diversos órgãos da imprensa católica açoriana. A mesma expressão foi por nós adotada para referenciar os principais construtores que edificaram dezassete órgãos de imprensa, nas três décadas que compreendem a presente dissertação. O artigo em questão, ao designar “trabalho de resgate” à atuação dos jornalistas católicos, remete-nos para uma ação típica de cruzada e de combate. A locução “cavaleiros” indica-nos um caminho de conquista e de luta, de avanço destemido às adversas frentes que a Igreja tinha. Implícita estava nesta qualificação de *O Dever* a ideia de que para a produção jornalística era fundamental pugnar pela salvação da pátria portuguesa ao nível dos valores e da reedificação das tradições da Igreja nas sociedades.

Decidimos perfilhar esta denominação para dar nome ao presente capítulo em homenagem a todos os que conseguiram erguer esta causa pastoral da Igreja nas ilhas dos Açores. O artigo supramencionado afirma, de forma audaciosa, que as letras de todos os jornalistas açorianos católicos são da “textura do aço”, sublinhando-se os seus “cérebros vigorosos” e os seus “temperamentos fortes” – “é um escol de finas almas apetrechadas de luz e calor, de estudo e fé rara, para a grande obra de recristianização da nossa materializada sociedade”. Se se aplicassem as mesmas palavras de “A nova cruzada” aos feitos de um destacamento militar de cavalaria, não notaríamos substancial diferença. Subjaz, ao lermos a construção do articulista, na homenagem efetuada aos artífices dos jornais católicos dos Açores, o carácter bélico das cruzadas, depreendendo-se que o jornalismo católico deveria atuar de forma intrépida, no espaço público de então, contra todos os inimigos da Igreja. O teor do artigo que decidimos perfilhar traduz de maneira eloquente o que foi a elaboração dos jornais católicos, nas três décadas que perfazem a presente dissertação.

Subscrevendo o ponto de vista de Luhmann (1991: 57), mais do que o uso de uma linguagem dogmática, fundamental tantas vezes para a Igreja unificar a sua fé, o tom proferido na imprensa possuía laivos de ofensiva pela reconquista cristã da sociedade. Grande parte das publicações caracterizavam-se por um olhar maniqueu sobre o curso do mundo, dividido entre dois campos: de um lado o erro, do outro o certo; de um lado a

mentira, do outro a verdade, o mal e o bem. Veja-se a declaração de Leão XIII, a esse respeito: “Uni-vos! Formai, sob a direcção de vossos bispos, uma falange compacta”²⁰. Não nos surpreende que alguns dos “cavaleiros do resgate” desse tempo utilizassem uma linguagem combativa, recorrendo mesmo a termos menos próprios para um jornal católico. Uma outra ideia muito comum encontrada nos jornalistas católicos, na perspectiva de Carvalho (2010: 282), trata-se da verificação, como temos vindo a aludir, de que o problema muitas vezes não se encontrava na força dos adversários da Igreja, mas na fraqueza dos católicos, e que entre estes se encontram os maiores inimigos da Igreja. Daí a necessidade da imprensa católica das ilhas formar uma “falange compacta”, titulada pelo semanário *O Dever* de “cavaleiros do resgate”. A atribuição deste epíteto aos jornalistas católicos açorianos poderá justificar-se pela necessidade de endurecimento no combate pela causa da Igreja ante a brandura de atitudes da maior parte dos cristãos. Esta atitude correspondia, assim, à aspiração do episcopado português, que entendia a imprensa como uma arma, uma potência. “A imprensa é uma força por vezes corrosiva e destruidora. É necessário que os jornalistas católicos desçam à mesma arena e manejem iguais armas em defesa da verdade religiosa e dos interesses do catolicismo”, como é reafirmado na *Pastoral Colectiva* e 1911, do Episcopado Português (1911: 34).

É nosso propósito, de seguida, fazer referência às figuras que mais se destacaram nas lides da imprensa católica açoriana, nas três décadas que compreendem a presente dissertação. A ilustre galeria de “cavaleiros do resgate” verteu a ideia, para as páginas dos jornais católicos, que o seu trabalho era possuidor de uma eficácia salvífica capaz de remir a sociedade do indiferentismo pelo primado de Cristo. O trabalho denodado dos agentes da imprensa açoriana, grande parte dele exercido em absoluta gratuidade, indica-nos que o clero e o laicado comprometidos com a causa da *Boa Imprensa* foram incansáveis transmissores da mensagem cristã, incidindo com precisão a fluente escrita saída das suas penas nos momentos de grande tensão política e social do país, na tentativa de aí reafirmarem a âncora segura dos princípios do catolicismo (FFPC, 2012: 26-28).

Na sequência do que acabámos de expor, iremos apresentar o papel histórico daqueles que, em nossa opinião, foram os principais promotores da imprensa católica, cognominados pelo semanário *O Dever* de “cavaleiros do resgate”. Destacamos, nesta sequência, os seis

²⁰ Carta aos Bispos de Espanha, 8 de Dezembro de 1882 in Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*. Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes, 20.

jornalistas que tiveram o papel mais relevante na edificação dos periódicos católicos açorianos. O critério que presidiu à sua escolha prende-se com a significativa quantidade de periódicos por eles fundados bem como ao expressivo movimento de colaboração jornalística que foram capazes de suscitar nos órgãos católicos açorianos.

5.2.1. Monsenhor António Maria Ferreira.

Monsenhor Cónego Ferreira, como era conhecido na cidade de Angra do Heroísmo, foi umas das figuras da diocese que ganhou a merecida auréola da veneração popular na diocese açoriana pelo seu zelo apostólico em tudo e em toda a parte manifestados.

Merece a sua origem uma referência da nossa parte, porque ela se apresenta com alguma singularidade, na medida em que não eram aceites filhos de pais incógnitos para o sacerdócio. António Maria Ferreira foi apresentado na Roda Municipal da Vila da Sertã, no dia 19 de Novembro de 1851, na biografia que Pereira (1933: 8-9) efetuou deste pioneiro do jornalismo açoriano. Posteriormente, foi adotado por uma família de poucos recursos de quem ele tomou o apelido – Ferreira.

Aos dezasseis anos entrou para o Colégio das Missões Ultramarinas de Cernache de Bonjardim, de que era então superior o futuro Bispo de Angra, D. João Maria Pereira do Amaral e Pimentel. Com vinte e um anos saiu do colégio acompanhando o seu diretor, que fora nomeado bispo de Angra. Vivendo sempre em companhia de D. João, fez o seu curso de Teologia no seminário de Angra (Pereira, 1933: 13).

O padre Ernesto Ferreira, de quem iremos falar mas adiante, fundador de três jornais católicos da nossa investigação – *Phénix*, *A Crença* e *A Actualidade* –, foi influenciado pelo génio precursor de António Maria Ferreira, nas lides da imprensa católica dos Açores. Monsenhor Ferreira suscitou um verdadeiro discipulado na Causa da *Boa Imprensa*, através da mentalização que exerceu junto dos estudantes do Seminário de Angra, inculcando nos futuros sacerdotes a necessidade de militância nos jornais católicos da diocese. Ao deixar as tarefas de jornalista católico, foi com pesar que a imprensa católica açoriana reagiu à saída daquele que foi um mestre responsável pela iniciação de muitos talentos no periodismo confessional do arquipélago.

A ação de Monsenhor Ferreira no periodismo diocesano surge numa época em que Angra do Heroísmo se agitava com inúmeros jornais nada abonatórios ao bispo de Angra

como a *A Borboleta* (1884) e *A Escova* (1886) em que sistematicamente era alvo o bispo D. João Maria do Amaral e Pimentel. António Maria Ferreira, não ficando impassível ante as ofensivas investidas contra a Igreja, fundou, em 21 de Outubro de 1876, *O Cathólico*, que existiu durante uma década, encerrando a 31 de Dezembro de 1886 (Pereira, 1933: 28). Ao confrontar-se com a falta de um periódico que se opusesse às arremetidas contra a Igreja, fundou, em 24 de Outubro de 1887, *O Peregrino de Lourdes*, órgão pertencente ao corpus empírico da nossa tese. É o próprio Monsenhor Ferreira que define, na biografia efetuada por José Augusto Pereira (1993: 30-31), o papel do jornalista católico, dando razão à designação conferida no semanário *O Dever* – “cavaleiros do resgate”: “por vezes a luz do dia vinha substituir a luz do candeeiro, que desde o serão alumiaava a banca onde trabalhávamos e donde não podíamos levantar-nos, enquanto não podíamos repelir de todos os redutos os nossos adversários!”.

O Peregrino de Lourdes, fundado em 24 de outubro de 1887, viveu cerca de vinte e um anos, extinguindo-se no número 977, a 11 de Março de 1908. O semanário *A Ordem* relata as razões que conduziram António Maria Ferreira a abandonar os trabalhos jornalísticos:

“Assumi as funções de Governador do Bispado de Angra o Ex.mo Vigário Geral da Diocese Mons. António Maria Ferreira, que por tal motivo deixou a direcção do *Peregrino de Lourdes*. Sentimos a ausência destas lides da imprensa, do vigoroso jornalista e polemista católico, Mons. Ferreira, mas compraz-nos vê-lo mais uma vez à frente do governo eclesiástico dos Açores, onde zelosa e inteligente administração tem feito em tantas outras ocasiões.” (*A Ordem*, “Notas”, 10 de Agosto de 1907, n. 21, p.1).

O Peregrino de Lourdes, que mais adiante iremos estudar, deu lugar a outro jornal, na cidade de Angra do Heroísmo, onde Monsenhor Ferreira colaborou embora esporadicamente: *O Correio dos Açores*.

5.2.2. Padre Ernesto Ferreira.

Manuel Ernesto Ferreira trabalhou durante vinte e sete anos no jornal *A Crença*. Era chamado o “Herculano dos Açores” (Melo, 1996: 15). Nasceu em 28 de Março de 1880, ordenando-se em 18 de Janeiro de 1903, em Angra, pelo bispo da Diocese, D. José Manuel de Carvalho. Fez uma obra social e evangélica meritória que se aliava ao seu interesse pela

faina marítima, fazendo classificações e descobertas que depois publicou e que o notabilizaram internacionalmente.

Foi fundador da revista *Phenix*, cujo primeiro número saiu em 15 de Julho de 1902, portanto ainda antes da sua ordenação sacerdotal. Nas páginas da *Phenix* notam-se as facetas do jovem sacerdote, com escritos de alto interesse cultural: instrução, os problemas das ilhas, o separatismo e a exportação de artesanato, a preocupação pelas famílias mais desfavorecidas da época e a apresentação de soluções para a sua precariedade, o que constituía uma novidade para época, a cultura para os agricultores, bem como a familiaridade com filósofos como Kant (atente-se que este filósofo é aceite nos meios católicos dos meados do século XX com grande hostilidade e reserva), o que é realmente notável para um pensador saído dos seminários da época. Esta publicação foi um feito na pacatez de um burgo como Vila Franca do Campo, na costa sul da ilha de São Miguel. Sendo leitor assíduo de Herculano, cuja influência na juventude foi notória, lia também Camilo, Ramalho Ortigão, e obras de Eça, Garrett, António Nobre, João de Deus, André Chénier, Chateaubriand. A admiração que a sua formação cultural suscitava fica bem expressa no semanário *O Dever*: “Ernesto Ferreira, membro ilustre da Academia das Ciências e Portugal, jornalista e polígrafo de palavras límpidas, castiças, cheias de beleza, emoldurando conceitos escolhidos, úteis, profundamente educativos” (*O Dever*, “A nova cruzada”, 7 de Janeiro de 1922, n. 227, p. 1).

A sua ideologia levava-o também para um pendor monárquico, idealista, a par da constante tendência para as investigações científicas, segundo Melo (1996: 35). Vários assuntos são prioritários para Ernesto Ferreira, podendo-se notar uma preocupação por assuntos como a falta de comunicações nas ilhas, a mendicidade infantil, o analfabetismo, a necessidade de uma biblioteca, de um cais e de condições melhores para agricultores e pescadores.

É interessante notar a coincidência da vinda para os Açores, nesta época, do notável filósofo e pedagogo, Dr. Ferreira Deusdado, natural de Rio Frio, em Bragança, que vai lecionar para o Liceu de Angra e é logo citado no primeiro número de *A Phenix*.

Por comparação de datas, podemos verificar que é através da amizade e admiração de Ernesto Ferreira pelo ainda jovem escritor exilado Ferreira Deusdado que a revista *Phenix* angaria um notável colaborador, com interesses culturais amplos que são visíveis em toda a revista.

Ernesto Ferreira entendia o “regionalismo” como a “escola do universal”. A convicção do regresso à terra teve profundas ressonâncias na construção de um sentido moral e religioso, social e de defesa de descentralização (Melo, 1996: 45).

Foi da autoria de Ernesto Ferreira a fundação de um boletim paroquial, um sinal de presença religiosa que marcou bastante e, durante anos a fio, foi o único na ilha. Ernesto Ferreira intitulou-o *A Crença*, e veio a surgir em 19 de Dezembro de 1915, na quadra de Natal, tempo festivo que constatamos ser muito do seu agrado. Até hoje ainda existe este periódico. Era uma empresa arrojada para a época e de valor ainda maior.

Um outro periódico também fundado por Ernesto Ferreira foi *A Actualidade* que, apesar de ter tido uma existência relativamente curta, se o compararmos por exemplo com *A Crença*, acabou por ser uma voz pioneira no tecido urbano de Ponta Delgada. É no semanário *O Dever* que encontramos palavras profundamente encomiásticas ao seu desempenho jornalístico, sendo a sua figura de sacerdote e jornalista colocada numa dimensão não apenas regional, mas de âmbito nacional, como podemos denotar da sucinta biografia que se segue.

“Ernesto Ferreira, ornamento em destaque do clero português, um dos raros sacerdotes pertencentes à Academia das Ciências de Portugal, professor eminente do Instituto de Vila Franca do Campo, da ilha de São Miguel, sócio ilustre da Sociedade de Geografia de Lisboa, artista das Letras, que tão belamente sabe prestigiar de perfeição cristalina, também nos distinguiu com a sua colaboração para o número festivo de *O Dever*. Ernesto Ferreira que, em cada artigo da sua brilhante *A Actualidade*, escreve uma pequenina obra-prima, hoje enche esta casa de puro prazer, pela gentil visita que lhe presta. Nunca o esqueceremos.” (*O Dever*, “Amigos de *O Dever*”, 4 de Junho de 1921, n. 199, p. 2-3).

O assento que, por mérito próprio, Ernesto Ferreira conseguiu nos meios intelectuais da altura foi fundamental para imprensa da ilha de São Miguel, porque permitiu granjear distintos colaboradores para as páginas dos três periódicos que orientou, sendo o responsável, inclusive, pela participação do primeiro membro do laicado açoriano na direcção de um órgão de imprensa católico – o médico Manuel Caetano Pereira –, que assumiu a direcção de *A Actualidade*, como podemos perceber do excerto transcrito deste semanário de Ponta Delgada.

“Motivos imperiosos de saúde obrigaram o sr. Padre Ernesto Ferreira a deixar a direcção deste jornal, que nos dois anos da sua existência tem vivido quase exclusivamente da dedicação e do sacrifício do seu primeiro e ilustre director. Com uma saúde precária e uma vida sobrecarregada por múltiplos deveres, o sr. Pe. Ernesto Ferreira suportou, com

verdadeiro espírito de sacrifício, uma tarefa cujo peso só podem compreender aqueles que conhecem a multiplicidade de esforços que a vida deste jornal lhe tem exigido. É com profunda mágoa que vemos *A Actualidade* privada da direcção do Padre exemplar e do escritor primoroso que, desde longos anos, ocupa um lugar de destaque na literatura açoriana: mas a nossa mágoa não nos impede que reconheçamos a justiça que o levou a declinar as funções que desempenhava nesta casa. *A Actualidade* manifesta a gratidão de que fica devedora para com o seu primeiro director, de quem espera receber colaboração assídua.” (*A Actualidade*, “Continuando”, 2 de Setembro de 1922, n. 123, p. 1).

5.2.3. Padre Nunes da Rosa.

Nunes da Rosa foi um contista ímpar no seio da literatura açoriana. Note-se o que dele é dito em artigo do *Correio da Horta* de 05/11/1955: “Nunes da Rosa é o mais autêntico representante do açorianismo literário, comparável a Vitorino Nemésio e a Cortes Rodrigues (...). Foi um padre que além dos dois jornais locais na ilha do Pico que dirigiu a partir da freguesia das Bandeiras. Também nas Bandeiras gerou um livro impresso – “Gente das ilhas” – retrato perspicaz do ponto de vista psicológico do povo da ilha do Pico. Do primeiro livro de contos de Nunes da Rosa, *Pastorais do Mosteiro*, disse Vitorino Nemésio ser “admirável”.

Os seus escritos aparecem nos jornais por ele fundados, sobretudo ao nível do triângulo constituído pelas ilhas do Faial, Pico e São Jorge. Estes jornais eram mantidos por ele próprio, com tipografia na freguesia de Bandeiras. Embora não nos seja possível demonstrar como Nunes da Rosa foi capaz de manter economicamente os seus periódicos (Tomás, 2010: 62), cremos que, consubstanciados no facto de Nunes da Rosa ser oriundo da diáspora açoriana na Califórnia, tenha garantido a sustentabilidade de periódicos surgidos num meio tão pequeno como a freguesia de Bandeiras a expensas suas. Não nos esqueçamos que ele era um sacerdote com alguns bens, filho de emigrantes regressados dos Estados Unidos com algum pecúlio amealhado.

Nunes da Rosa era padre, escritor, animador cultural e político. Nasceu na Califórnia a 22 de Fevereiro de 1871, mas cedo regressaram os seus pais ao Pico. Estudou no Liceu da Horta, no Seminário de Angra e foi colocado como pároco do Mosteiro, na ilha das Flores. Em 1896, regressa ao Pico, à freguesia das Bandeiras, onde permanecerá até ao último dia de vida, 13 de Setembro de 1946. Os jornais por ele fundados são peças fundamentais para se perceber a doutrina cristã e monárquica sobre a república, para ele, a mãe de todos os males.

É numa freguesia pequena da ilha do Pico, como as Bandeiras, que Nunes da Rosa funda *A Ordem*, com uma existência de 27 de Março de 1907 a 19 de Março de 1910, e os *Sinos d'Aldeia*, publicação feita entre 26 de Novembro de 1916 e 31 Dezembro de 1924. O número de colaboradores era tão diminuto que a Nunes da Rosa caberia, certamente, a essência do trabalho. Nunes da Rosa olhava de forma céptica e conservadora para algumas manifestações lúdicas e culturais, como podemos notar da sua abordagem a certas práticas desportivas então nascentes nos Açores, em especial o futebol, que designava como o “pontapé na bola”.

O pendor conservador da sua personalidade manifestava-se num certo tipo de argumentação, vincadamente nacionalista, como poderemos constatar no jornal *A Ordem*, de 19 de Outubro de 1907, ao utilizar uma expressão descabida de todo, tanto mais para um jornal católico, aquando das campanhas do exército português em África: “da chacina de algumas dúzias de pobres pretos selvagens”.

A República é apresentada como um papão. Nunes da Rosa frequentemente assinava contos nos seus jornais com o pseudónimo de João Azul. A educação era, segundo Nunes da Rosa, para Portugal, mais importante e anterior à economia.

A vertente cultural de Nunes da Rosa comprova-se no semanário *A Ordem* em 1909, quando este está a terminar a sua existência (20/03/1909), e fá-lo com extensos artigos de Ramalho Ortigão e de Fialho de Almeida sobre a morte do rei D. Carlos. Tomás (2010: 70), a este respeito, questiona-se: num pequeno jornal de uma pequena freguesia da ilha do Pico, esta colaboração de vultos nacionais tratar-se-ia tão-somente de uma curiosidade? Subjaz a pergunta: amizade de escritores? Ou utilização, pura e simples, de textos saídos em jornais do Continente?

Defendendo os oprimidos dos opressores, de uma forma bastante interessante para a aquela época, sugere a fundação e a organização de Juventudes católicas, círculos de estudo, patronatos, sindicatos, caixas rurais, associações de classe, seguros, caixas de crédito, escolas de ensino profissional, congressos, círculos de operários e patrões, limitação das horas de trabalho, regulação do salário...e sobretudo entronizar o Sagrado Coração de Jesus nas famílias (*Sinos d'Aldeia*, 11 de Agosto de 1918). Esta faceta é mencionada com apreço pela imprensa congénere, como podemos verificar no que o semanário *O Dever*, da vizinha ilha de São Jorge, aponta: “Nunes da Rosa, o organizador arrojado e o artista da pena, que

tanto se tem evidenciado como apóstolo da Acção Social Católica nos Açores” (*O Dever*, “A nova cruzada”, 7 de Janeiro de 1922, n. 227, p. 1).

As medidas sociais implementadas por Nunes da Rosa visaram a melhoria das condições de vida das populações carentes em todos os sentidos. O bem da pátria, apesar do pendor monárquico de Nunes da Rosa, está acima das afeições monárquicas ou das antipatias republicanas, como podemos notar de a *Nota da Semana*, de 30 de Julho de 1924: “enganam-se os que nos taxam de extremismo monárquico. O que queremos é que a pátria se salve, seja lá pela mão de quem for”.

Além do seu conservadorismo monárquico, é de realçar a sua ação pedagógica junto das populações insulares, utilizando o jornal como o veículo de divulgação e, nesse particular, não se ficou pela ilha do Pico, mas manteve uma regular colaboração (contam-se noventa e duas crónicas, intituladas de *Cartas da nossa Terra*, onde se abordava, sobretudo, a necessidade e frequência da escola e se orientava a juventude para o desenvolvimento da agricultura das ilhas) com o jornal *São Jorge*, publicado na vila de Velas, na mesma época de *A Ordem*, sendo também um assíduo colaborador de *O Telégrapho* da Horta. A significativa colaboração na imprensa confessional e não confessional transformou-o em homem do triângulo, ou seja, das ilhas do grupo central: Faial, Pico e São Jorge (Tomás, 2010: 80).

5.2.4. Pe. Xavier Madruga.

O Padre João Vieira Xavier Madruga nasceu na Vila de Lajes a 1 de Junho de 1883. Ingressou no Seminário de Angra, onde veio a ordenar-se em 5 de Novembro de 1905, aos vinte e dois anos de idade. Após a ordenação, foi nomeado prefeito e professor do Seminário de Angra do Heroísmo. Entretanto, desde seminarista colaborou na imprensa católica angrense. Com a proclamação da República e promulgação da lei da separação entre o estado e a Igreja, em Outubro de 1911, o Seminário fechou.

Foi diante de um ambiente de terror existente na Vila do Topo, na sequência da expulsão do antigo pároco, que o governador da Diocese de então pediu ao Pe. Xavier Madruga para vir para a paróquia e ouvidoria do Topo, na ilha de São Jorge. Ao obedecer às ordens dos Superiores, o Pe. Madruga aceitou a colocação pastoral, profundamente consternado e consciente do ambiente que o aguardava. Só percebendo a história da sua

nomeação pastoral é que podemos compreender as razões que levaram *O Dever* a abraçar o estilo aguerrido que caracterizou as crónicas publicadas das suas edições semanais, adequando-se também a Xavier Madruga o epíteto por ele atribuído a todos os jornalistas da imprensa católica açoriana: “cavaleiros do resgate”. Xavier Madruga foi um verdadeiro “cavaleiro do resgate”, sendo talvez de todos os jornalistas católicos açorianos o que mais se salientou pela coragem da sua linguagem pela causa da *Boa Imprensa* nos Açores. Esse mérito de não ter vergado nem ficado paralisado ante os ataques dos opositores fez correr páginas de admiração, como a encontramos no jornal *A Actualidade*:

“É-nos sobremaneira grato dizermos que o clero açoriano conta muitos membros, que o distinguem e enobrecem. Um destes é o Pe. Xavier Madruga, que parouquia na Vila do Topo, onde desempenha também as funções de ouvidor eclesiástico. Novo ainda, mas activo e inteligente, é um dos obreiros que nos Açores está mais empenhado na moderna cruzada da regeneração social. Dirige com sã critério e redige com brilho e energia *O Dever*, jornal pequeno no tamanho, mas grande pelo espírito que o anima e orienta.” (*A Actualidade*, “Por nossa casa”, 18 de Fevereiro de 1921, n. 54, p. 2).

O ambiente de crispação religiosa da Vila do Topo obrigou-o a uma destemida intervenção político-religiosa no semanário *O Dever*, presenteando-nos com páginas que o revelam como um excecional combatente da causa da *Boa Imprensa* nos Açores. Impressionantes são as suas enérgicas respostas às provocações de que era alvo e, pasme-se, tudo isto na mais isolada vila dos Açores. As perseguições, as calúnias, os ataques morais de que foi alvo, durante os anos em que paroquiou aquela vila jorgense, constituíram atrozes sofrimentos, como podemos verificar nas suas mágoas vertidas para as páginas do semanário que fundou, a 2 de Junho de 1917. A situação de anticlericalismo e de confronto pessoal encontrada na Vila do Topo levou o combativo e vigoroso jornalista que era o P. Madruga a colher a admiração da sua imprensa congénere. Faleceu a 30 de Março de 1971.

“É com o máximo prazer que comemoramos este facto, pois, que *O Dever*, pela sua óptima redacção e pelos serviços que tem prestado à causa de Deus, impõe-se à consideração de todos os católicos açorianos. Felicitamo-lo, pois, por mais este passo na sua vida e cordialmente abraçamos o seu ilustre director.” (*A Crença*, “Imprensa. O Dever”, 29 de Junho de 1924, n. 405, p. 4).

5.2.5. Dr. Manuel Caetano Pereira.

O Dr. Manuel Caetano Pereira foi um médico militar, formado no Centro Académico da Democracia Cristã em Coimbra, que, após uma brilhante carreira universitária no curso de medicina, veio a exercer clínica em Ponta Delgada, transformando-se num profissional médico distinto (*O Dever*, “Amigos de *O Dever*”, 31 de Dezembro de 1921, n. 226, p. 3). A personalidade de Caetano Pereira desde tenra idade apresentou notas de combatente. Isto verifica-se na superação da sua humilde ascendência familiar, pois foi com grande sacrifício económico que conseguiu concluir o curso universitário. Este dado é reafirmado por Ernesto Ferreira no editorial “Por nossa casa”, de 29 de Abril de 1920, no semanário *A Actualidade*: “Tem vindo pela vida fora lutando sempre, sempre vencendo as contrariedades, porque temperou as suas armas no banho da fé, que dá à consciência a tenacidade do aço”. Diversos editoriais referem-se a Caetano Pereira como uma personalidade única, das mais “completas do cristianismo açoriano” do início do século XX: “há nele a superioridade dos lutadores”, diz-nos Ernesto Ferreira no artigo supracitado.

Natural da freguesia da Bretanha, na ilha de São Miguel, “há nele o que quer que é da candura e penetração dos filhos da mística da Bretanha francesa”. No mesmo artigo são referenciadas as qualidades que o ornaram como uma figura ímpar no catolicismo de então: “qualidades de inteligência e qualidades de coração, que dele fazem um carácter em toda aceção da palavra, um carácter intemerato exemplificando a honradez e a lealdade”. Nos escritos de Caetano Pereira nota-se, a par de uma meticulosa observação, a clareza e a precisão de linguagem.

Indo ao encontro da personalidade que foi o primeiro leigo que orientou um jornal católico nos Açores, ousamos citar um artigo titulado “Por despedida”, escrito pelo primeiro diretor de *A Actualidade*, a 24 de Agosto de 1922, no qual é mencionado que o Dr. Caetano Pereira, seu sucessor no encargo da direção de *A Actualidade*, era detentor dos seguintes atributos: “alma de fogo, coração de ouro, servido por uma inteligência clara, robustecida pelo estudo, o dr. Caetano Pereira que alia a tão excelentes qualidades uma vontade tenaz, está destinado a desempenhar uma ação importante no meio católico açoriano”. O regresso de Caetano Pereira à ilha de São Miguel gerou uma onda de grande acarinamento por parte de toda a imprensa católica das ilhas, que muito deveu, diga-se em abono da verdade, ao facto pioneiro de haver um leigo comprometido na Causa da *Boa Imprensa* no arquipélago:

“ao vê-lo assumir a direcção de *A Actualidade*, sentimo-nos possuídos de justo contentamento e de lídimo orgulho” – diz-nos exultante Ernesto Ferreira no editorial acima transcrito. Podemos afirmar, alicerçados na leitura que fizemos aos periódicos do nosso corpus empírico, que Caetano Pereira suscitou uma verdadeira vaga de fascínio. Ousamos dar várias razões para o deslumbramento desencadeado à volta deste médico. Em primeiro lugar, os encómios dirigidos ao médico açoriano do C.A.D.C. ficaram-se a dever ao facto de ele ser o primeiro membro do laicado da Diocese de Angra a assumir a liderança de um periódico católico, algo que constituiu uma novidade face ao dirigismo sacerdotal a que a imprensa católica açoriana estava habituada. Em segundo lugar, a sua sólida formação académica causou uma inusitada admiração por parte da hierarquia eclesial angrense, como podemos notar em artigo de *A Actualidade*, titulado “Dr. Manuel Caetano Pereira”, de 8 de Abril de 1920:

“Vindo há poucos dias de Coimbra, onde tão brilhantemente defendeu a tese de doutoramento, encontra-se entre nós o distinto médico micalense Dr. Manuel Caetano Pereira. O dr. Manuel Caetano Pereira foi dos mais laureados alunos da Universidade de Coimbra, onde entre a mocidade católica granjeou um lugar de merecido destaque pelo seu lídimo carácter, por suas raras qualidades de trabalho e de actividade erudita que sempre patenteou como conferencista, como jornalista e como estudante.”

Caetano Pereira, ao chegar à sua terra com as credenciais de membro ativo do Centro Académico da Democracia Cristã, trazia uma espécie de salvo-conduto que lhe abriu as portas de todos os auditórios do catolicismo açoriano. Pudemos apurar que Caetano Pereira pôde participar em inúmeras conferências e, sobretudo, ascender à direcção do semanário católico *A Actualidade*, substituindo uma figura de grande calibre intelectual nos Açores como Ernesto Ferreira.

Há que convir que não abundavam leigos com uma formação idêntica à de Manuel Caetano Pereira no catolicismo das ilhas. Estas credenciais fizeram com que a Igreja açoriana se maravilhasse com a presença de alguém portador de uma formação católica a que ela não estava habituada. Ora o laicado açoriano dessa época, como poderemos reconhecer da declaração de Ernesto Ferreira a seu respeito, no semanário *A Actualidade*, a 8 de Abril de 1920, estava confinado a cristãos pouco interventivos, caracterizados por uma formação intelectual e espiritual muito básica: “homens da têmpera do dr. Caetano Pereira vão rareando nos tristes tempos que atravessamos. E, quando aparece um, não é para admirar que o cubramos de louvores e desassombradamente o apresentemos como modelo”. Neste

excerto percebemos o porquê da vaga elogiosa que a seu respeito fez correr muito tinta encomiástica nos jornais insulares católicos.

5.2.6. Cónego José Augusto Pereira.

Ao falarmos de José Augusto Pereira, estamos a referenciar aquele que foi o maior historiador da história da diocese de Angra, com uma vasta obra sobre os prelados e o clero do arquipélago. Não foram só as obras de fundo histórico que o distinguiram, mas também a sua importante participação na imprensa católica açoriana em dois periódicos diocesanos que fazem parte da nossa investigação: *O Semeador* e *A União*. José Augusto Pereira foi introduzido nas lides jornalísticas por Monsenhor António Maria Ferreira, a quem já fizemos alusão. O cónego Pereira haveria de efetuar uma interessante biografia, carregada de afeto e de admiração, por essa figura pioneira do jornalismo açoriano católico que foi António Maria Ferreira.

O cónego Pereira, como era conhecido no seio da sociedade angrense da altura, dirigiu o jornal *A União* – órgão oficial da diocese, de 1924 a 1932. O jornal foi olhado como um caso à parte no seio da imprensa católica açoriana, como iremos ver mais adiante, na medida em que correspondeu ao desejo episcopal de se constituir um órgão de imprensa oficial para toda a diocese de Angra.

José Augusto Pereira nasceu a 8 de Julho de 1885, vindo a falecer a 3 de Maio de 1969. A sua vida sacerdotal deambulou entre a ilha de São Miguel e o centro da diocese, na cidade de Angra do Heroísmo.

Há uma singularidade comum a duas figuras do jornalismo católico açoriano – Ernesto Ferreira e José Augusto Pereira –, o facto de terem dirigidos dois periódicos ao mesmo tempo. Se o primeiro acumulou a direção de *A Crença* com o semanário *A Actualidade*, o segundo coordenou simultaneamente o boletim paroquial *O Semeador* e o diário *A União*, como podemos constatar do excerto do semanário *O Dever*, de 6 de Fevereiro de 1926: “o caríssimo amigo Cónego Pereira já tão ocupado com a absorvente direcção de um diário católico, *A União*, tem ainda tempo e paciência para publicar o interessante boletim paroquial, *O Semeador*”. Fundou e dirigiu o boletim paroquial *O Semeador*, que começou a 7 de Janeiro de 1922 e terminou a 5 de Janeiro de 1929 (Pereira, 1939: 77).

Esta situação de acumularem a direção de dois jornais não aconteceu, segundo a nossa perspectiva, de forma acidental, mas deveu-se às faculdades intelectuais de ambos. É que, quer Ernesto Ferreira, como reconhecido homem das ciências, quer José Augusto Pereira, como literato e historiador que era, possuíam dotes de criação literária invulgares no seio da plêiade de jornalistas que designamos de “cavaleiros do resgate”, parafraseando de novo o editorial de *O Dever*.

José Augusto Pereira teve um papel crucial na fundação do “órgão católico” da diocese – o diário *A União*. Foi ele o escolhido, pelas suas faculdades de inteligência e de liderança, pelo profundo conhecimento histórico que tinha da diocese de Angra, pelo estreito relacionamento que mantinha com a hierarquia diocesana, não fosse ele o homem da confiança inquebrantável dos dois prelados que marcaram decisivamente o curso eclesial da Igreja açoriana: D. Manuel Damasceno da Costa (1915-1922), de quem foi secretário pessoal, e de D. António de Castro Meireles (1924-1928), que o escolheu para a direção do grande projeto de se fundar um órgão oficial para toda a diocese açoriana.

5.3. Os cinco grupos da imprensa católica açoriana.

5.3.1. Os jornais nacionalistas e a questão do nacionalismo católico.

A generalidade da imprensa católica da primeira década do século XX nos Açores, ressalvando o boletim paroquial *O Peregrino de Lourdes* e a revista cultural *Phenix*, foi nacionalista ou acolheu as intenções dos nacionalistas, transformando-se o nacionalismo na tese oficial dos periódicos desta época. Foi determinante no ideário do Nacionalismo Católico, segundo Silva (1996: 32), a Encíclica de Leão XIII *Graves de Communi* sobre a democracia cristã, onde se combate o "socialismo cristão" e se define a "democracia política". O nacionalismo católico implantou-se num tempo de reafirmação da filosofia neotomista e neo-escolástica. Tudo isto resultou do pensamento contido na encíclica de Leão XIII *Aeterni Patris*. Nesta publicação pontifícia advogava-se o retorno à ideia de sociedade perfeita, a sociedade integral da Idade Média, onde o homem e o mundo estavam perfeitamente harmonizados com Deus. Defendia-se que o progresso científico não podia contrariar a transcendência, porque isso não é atribuição sua. Nesta conformidade, segundo

Silva (1996: 21), o nacionalismo católico apresenta-se como um movimento destinado a moralizar a vida pública e política.

Partindo do pressuposto de que toda a imprensa católica necessitava da aprovação episcopal para existir, facilmente se percebe que a imprensa nacionalista católica existiu mediante a aquiescência dos bispos de Angra. Nos quatro órgãos da imprensa nacionalista açoriana – *San Miguel*, *A Ordem*, *O Correio dos Açores* e *O Michaelense* – é notado um forte espírito de cruzada, e sem estas publicações muito dificilmente o nacionalismo se teria implantado no arquipélago dos Açores (Silva, 1996: 97-99).

Os esforços de Jacinto Cândido, líder do partido nacionalista, para criar uma imprensa independente do catolicismo, afiguram-se infrutíferos. O líder do partido nacionalista nasceu em Angra do Heroísmo, a 30 de Novembro de 1857 (Olaio, 2004: 150), sendo nos governos de Hintze Ribeiro, ministro da Marinha e do Ultramar. O jornal angrense *Correio dos Açores*, da cidade em que era oriundo Jacinto Cândido, dirige-lhe as seguintes palavras.

“O seu talento vigoroso, o seu mérito real como orador parlamentar e a honestidade do seu character ilibado, granjearam-lhe justamente honrosíssima posição no Partido de Hintze Ribeiro, que por ele nutria uma simpatia muito especial. Jacinto Cândido nunca deixou de ser para o grande chefe do partido regenerador o seu caro Jacinto. Jacinto Cândido, abandonando muito espontaneamente uma posição brilhante que o seu vasto talento lhe alcançara na política portuguesa, para se colocar à frente de agrupamento sem futuro imediato, e que por muitos motivos seria atrozmente, sistematicamente guerreado, praticou um ato de abnegação pessoal de tal natureza, que falsos amigos, escravos de interesses mesquinhos e dominados por um revoltante egoísmo, capitularam de rematada loucura.” (*Correio dos Açores*, “Conselheiro Jacinto Cândido”, 4 de Fevereiro de 1910, n. 546, p. 1).

A desvinculação da causa nacionalista da dependência eclesial foi tentada por Jacinto Cândido, sendo abortada devido ao facto de os círculos que davam apoio ao Partido Nacionalista serem quase todos suportados pela Igreja católica. Assim, o partido nacionalista só se entendia no contexto do nacionalismo católico. Procedeu do catolicismo, por exemplo, o facto de o nacionalismo juntar em si correntes como o legitimismo e o miguelismo. Foi na sequência do *Ultimatum*, na perspectiva de Matos (1994: 40-41), que no seio do catolicismo se começou a entender a religião como uma componente fundamental para a reabilitação do país. Nesta sequência houve o surgimento de diversas formas de nacionalismo, sendo que ao nacionalismo republicano se contrapôs um nacionalismo católico.

Ora o Nacionalismo Católico surgiu, na ótica de Alves (2008: 94-95), em resposta à profunda crise da sociedade portuguesa. Dois fatores mobilizaram o catolicismo para esta

causa: a movimentação revolucionária da sociedade e a inconstância política. As correntes nacionalistas pretenderam edificar a paz por meio da reafirmação da tradição cristã, assente no poder monárquico. Este processo de pacificação alicerçava-se na reedificação de uma governação hierárquica que “começava no Papa para a Igreja universal, no Rei para a Nação-Estado, no bispo para a diocese, no pároco para a aldeia e no pai para a família”. Para o nacionalismo católico, uma Nação sem Rei seria como uma família sem pai, nem chefe. A questão de fundo que se coloca ao nacionalismo entronca na causa teologal como grande princípio orientador das sociedades. Assim, segundo Ferreira (2002: 57), a legitimidade do poder político não se cingia a uma questão sucessória, mas assentava na afirmação de quem devia dirigir a sociedade: Deus. A figura do rei era entendida “como o legítimo representante de uma autoridade que, vinda de Deus, tornava unitária a sociedade”. A conceção unitária acerca da figura do rei era procedente do mistério uno e trino de Deus, mistério não fragmentado que nos remete para uma soberania indivisa.

O moralismo foi outra das características do movimento nacionalista que podemos verificar nos editoriais dos quatro jornais nacionalistas já mencionados, assente na defesa intrépida dos valores morais adequados à pacificação da vida pública e política.

Em termos de expressão eleitoral, o partido nacionalista foi condicionado pelo excesso de confiança de alguns católicos ao pensarem como garantido o seu voto (Alves, 2008: 96-97), não sendo calculado pelos dirigentes nacionalistas que muitos católicos optaram por militar nas forças oposicionistas. O Partido Nacionalista só conseguiu eleger deputados através de coligações partidárias com o Partido Regenerador Liberal de João Franco e com o Partido Progressista de Hintze Ribeiro. Assente na trilogia “Deus, Pátria e Rei”, o Partido Nacionalista passou a sua existência, de 1903 a 1910, por duas fases: a primeira fase coincidiu com a formação do partido e com a criação de uma imprensa própria; a segunda fase corresponde ao regicídio de um de Fevereiro de 1908. A partir desta data parece que o “Partido adivinhava a morte anunciada da monarquia”. (Alves, 2008: 104-105). No entendimento de Sobral (2012: 64), apesar da existência efémera do partido nacionalista, por ter desaparecido com a República em 1910, o legado da identificação entre nação e cristianismo perdurará no nacionalismo oficial do Estado Novo.

5.3.1.1. O semanário *O Michaelense*.

O semanário *O Michaelense* teve fugaz existência, ao publicar vinte e dois números, subsistindo apenas cinco meses. Foi fundado na Vila de Capelas, na costa norte da ilha São Miguel, burgo que, sendo relativamente próximo da cidade de Ponta Delgada, nunca possuiu grandes tradições ao nível da imprensa escrita. Não obstante o facto de nunca citar explicitamente a causa nacionalista, no seu primeiro número, diversos pontos aí mencionados poderiam fazer parte de uma publicação panfletária. Atentemos, nestas circunstâncias, no número inaugural do semanário *O Michaelense*, de 1 de Janeiro de 1905, sob o título “O nosso programa”. Ora, na sua primeira edição, apresentou-se como um jornal “simples e independente”, não deixando porém de reafirmar os ideais de âmbito nacionalista que o levaram a existir no seio da imprensa católica da altura: “defender as verdades religiosas, pugnar corajosamente pelo bem comum da pátria portuguesa, do arquipélago açoriano, do nosso distrito e da Vila de Capelas, é o nosso ideal, o nosso fim”. Neste editorial inicial notamos uma clara sinalização de humildade, uma vez que a sua equipa redatorial não se apresentou diante público a que se dirigia com parangonas de infalibilidade. Os propósitos manifestados, desde a primeira hora, pelo semanário *O Michaelense* foram emoldurados por uma atitude de modéstia, afastando-se, nesta conformidade, de tomadas de posição indefetíveis: “se nos enganarmos nas nossas apreciações, ou formos mal informados, não duvidaremos emendar o erro e a reformar os factos”.

Outro dos objetivos vertidos no editorial supramencionado foi a defesa da classe sacerdotal, “tão apoucada pelos poderes civis e eclesiásticos”.

O nascimento de *O Michaelense* partiu de uma avaliação do público a que se dirigia: “todos reconheciam que no nosso meio havia um vácuo, que dia-a-dia aumentava mais e mais; mas ninguém se abalçava a preenchê-lo. Apresentamo-nos nós”. Vejamos os dados que apresenta este semanário, ao nível da mensuração gráfica, na sequência da análise por nós efetuada aos seus editoriais.

Tabela 1. Distribuição dos editoriais do semanário *O Michaelense*

	1905
Editoriais políticos	3
Editoriais religiosos	5
Editoriais sociais / económicos	1
Editoriais regionais / locais	4
Editoriais morais / ensino	3
Editoriais sobre a imprensa	2
Editoriais política internacional	2
Editoriais patrióticos	0
Editoriais literários / científicos / culturais	1
Editoriais entrevista	0

Dos indicadores numéricos que apresentamos, na sequência da avaliação efetuada a cada um dos seus editoriais, percebemos que, no ciclo de vida deste periódico, vários fatores pesaram nas suas edições, predominando os editoriais religiosos sobre todos os outros. Os editoriais regionais e locais aparecem em segundo lugar. Em terceiro lugar, os editoriais políticos e, em quarto lugar, os artigos dedicados ao ensino. Podemos inferir, na sequência dos indicadores da análise gráfica, que o propósito central deste semanário incidia sobre a questão religiosa. *O Michaelense*, ao abraçar os ideais de âmbito nacionalista, as questões locais e políticas, a moralidade e o ensino revela que os dados por nós apresentados estão em inteira consonância com o programa proposto no editorial do seu lançamento.

A sustentabilidade de *O Michalense* dependia da comparticipação dos fiéis católicos, através da angariação de assinaturas junto dos fiéis, embora o trabalho exercido ao nível da redação e da composição fosse elaborado de forma gratuita e abnegada pelos seus diretores, pertencentes ao clero da Ouvidoria de Capelas.

“A redação *do Michalense* propondo-se difundir por meio da imprensa a defesa dos princípios religiosos, bem como todos os outros negócios de interesse comum e social, sintetizados nestas duas páginas – Religião e Pátria – vem implorar o auxílio de V. Exa pedindo-lhe o favor da sua assinatura, para que possa realizar o lema a que se propôs.” (*O Michaelense*, “Separata”, 11 de Março de 1905, n. 11, p. 1).

A participação dos jornalistas na edificação deste jornal foi exercida em absoluta gratuidade, como deixou expressa a equipa redatorial na apresentação pública de *O Michaelense*: “ninguém nos assalariou. Somos nestas lides soldados voluntários, mas queremos o trabalho, o combate, a guerra contra tudo o que nos impedir a nossa perfectibilidade moral, intelectual e material”. Ergue-se também, nesta última transcrição, uma tomada de posse combativa tão cara à causa da *Boa Imprensa*, como temos vindo a debater no nosso trabalho.

O Michaelense foi buscar o seu nome à angiologia, ou seja, ao nome do Arcanjo São Miguel, em conformidade com o nome da ilha em que nasceu – “seja ele o nosso melhor protetor” –, confiava-se assim o seu diretor à proteção da entidade celeste protetora das causas luciferinas e casos de possessão diabólica.

A dificuldade de um jornal vingar num meio pequeno como o das ilhas açorianas transparece do editorial que abaixo citamos respeitante à sua implantação na causa da *Boa Imprensa*.

“Nos jornais liberais toleram-se todos os defeitos; o jornal católico, porém, esse querem-no irrepreensível e além disso capaz de satisfazer aos vários gostos dos leitores. Uns querem que o jornal seja mais noticioso que doutrinário, que seja eco de todas as ocorrências fúteis, de todos os casos miúdos. Um jornal noticioso, anedótico, coscuvilheiro, que note todos os factos e exhiba todos os homens de alguma consequência, eis o jornal de uma boa parte dos leitores. Pobres dos diretores dos jornais católicos, que lhes há-de suar o topete para adivinharem as preferências dos seus leitores.” (*O Michaelense*, “Amúos”, 11 de Fevereiro de 1905, n. 7, p. 1).

O Michaelense tinha como proprietário, diretor e editor, o padre Manuel A. Botelho e administrador Aníbal Sousa Rocha. Segundo Pereira (1939: 61), o padre Botelho era natural da freguesia de Ribeira Seca, no concelho da Ribeira Grande, e foi Vice-Prior da freguesia de Capelas, onde veio a falecer a 12 de Outubro de 1926 (Pereira, 1939: 61). *O Michaelense* era impresso na Tipografia Aníbal, na rua do Mercado, 57, considerada a mais qualificada tipografia existente no concelho de Ponta Delgada, que chegou a imprimir diversos periódicos católicos como teremos a oportunidade de constatar. A assinatura mensal orçava os cento e vinte e cinco réis, sendo a subscrição semestral na ordem dos trezentos e setenta e cinco réis por semestre. *O Michaelense* encerrou a sua publicação a 27 de Maio de 1905. As razões para o seu encerramento depreendemos da períclope que abaixo transcrevemos, no último número deste semanário, com a data de 27 de Maio de 1905, titulado *Cursum*

Consummavi, localizando o seu encerramento na falta de adesão do público e na dificuldade de penetração no meio social católico micaelense.

“Não nos trouxe para o público nem a vontade de figurar, porque a nunca a tivemos; nem a ambição de colher louros, porque nunca os ambicionamos nem os merecemos. Para aqui viemos unicamente tendo em mira preencher uma lacuna no meio de uma população católica, lacuna em que todos falavam, que todos queriam ver realizada, mas que ninguém se abalçava a preencher. Trabalhamos cinco meses para consolidar o nosso desprezioso ideal, dirigimos como pudemos o nosso pensamento, empregamos todos os esforços para lhe dar vida, e nada faltamos para *O Michaelense* poder viver, crescer, frutificar. *Cursum consummavi* – terminei a minha carreira sem nunca me impor (...) aos nossos colegas micaelenses agradecemos as merecidas atenções que para conosco tiveram”.

5.3.1.2. O semanário *A Ordem*.

Ao debruçarmo-nos sobre este semanário, integrado nos jornais de âmbito nacionalista, será oportuno informar que no acervo disponível na Biblioteca Nacional de Portugal tivemos acesso somente às suas edições a partir do número catorze, com a data de 22 de Julho de 1907. *A Ordem*, muito por influência da figura maior de contista e de poeta que foi o seu fundador, padre Nunes da Rosa, conseguiu expandir-se ao todo do arquipélago a partir de uma freguesia de reduzida expressão territorial e social como as Bandeiras, na ilha do Pico, comprovando-se que o círculo daqueles que o leram foi superior ao dos compradores, e o público influenciado indiretamente foi ainda mais extenso do que o público/auditor, observando-se que o público de *A Ordem* tinha uma abrangência muito superior ao do público circunscrito à ilha do Pico.

Nunes da Rosa atraía pela sua cultura e pela inconfundível capacidade literária. Subscrevemos Santos (2005: 131), quando afirma que é pelos frutos que se pode conhecer a verdadeira natureza do público. Assim, da pequena freguesia de Bandeiras, brotou um semanário lido e procurado pelos círculos intelectuais das outras ilhas, comprovando-se que, de facto, segundo Schudson (2010: 20), “o jornalismo é uma profissão sem isolamento”, pois cria vasos comunicantes que superam os estreitos horizontes de um território descontínuo, vasos esses que transcendem o sítio mais ermo ou a condição mais “ilhada”, parafraseando Onésimo Teotónio de Almeida (1989: 64).

A Ordem pode compreender-se como herdeiro de uma tradição jornalística açoriana em que se conseguiu conjugar política, religião e cultura. Estas realidades temáticas

estiveram bem presentes nas páginas de *A Ordem*, manifestando-se na afeição monárquica, nacionalista e poética de Nunes da Rosa. A nosso ver, o semanário da freguesia de Bandeiras estabeleceu-se numa longa e viva vontade de se dar a quem dentro da região insular voz não tinha, nomeadamente a população de uma ilha como o Pico, que sempre lutou com dificuldades de subsistência. Nunes da Rosa, por meio dos seus contos e poemas, manifestava uma consciência intelectual perfeitamente ao corrente do que se fazia em países e territórios tão próximos e distantes da realidade açoriana, como os Estados Unidos, o Brasil, segundo Freitas (2001: 50).

Não obstante as paixões política ocuparem muitas das páginas do semanário da ilha montanha, a questão religiosa e o direito inalienável dos direitos da Igreja sempre foram colocados em primeiro lugar nas suas páginas, em que o clamor pela liberdade de ação dos católicos na sociedade constituía uma reivindicação prioritária para este órgão da imprensa nacionalista, como poderemos observar do excerto que abaixo transcrevemos do editorial “Actual”, de 13 de Julho de 1907.

“Admitindo-se que os factos confirmem as esperanças que aí vão, - aproximando tanto os partidos franquistas e nacionalista, especialmente no norte do país, que quase se confundem, - melhorará a situação da Igreja e do clero em Portugal? Não nos parece... A Igreja católica no nosso país tem necessidade de “ar” e de “luz”, tem necessidade de sair do meio asfíxiante em que vive, de quebrar as cadeias que a manietam, - de conquistar um regime de sólida e bem entendida liberdade. A Igreja livre sem interferências do Estado seria o ideal”.

Ora o semanário picoense vai-se dando conta das movimentações respeitantes à implantação do Partido Nacionalista nos Açores com a fundação do Centro do Partido Nacionalista em Angra (*A Ordem*, 12/10/07). O nacionalismo poderá ser entendido na versão transmitida no semanário *A Ordem*, em consonância com a perspetiva de Connor (1994: 57), como um etnonacionalismo. Este conceito poderá ser adotado à realidade açoriana do Pico, aquilo que o autor supracitado designa como uma comunidade mental, existente na mente das pessoas como uma realidade autêntica e não fantasista. O nacionalismo advogado pelo semanário em apreço tinha uma visão da pátria a partir da realidade da ilha, nunca se esquecendo de a colocar em primeiro lugar. A ilha do Pico e a realidade do arquipélago priorizaram sempre a visão do periódico, enquadrando-a embora no todo nacional. Cabe neste ponto de vista aquilo que Sobral (2012: 20) entende como “nacionalismo cívico”, assente numa conceção da nação em que se sublinham valores de participação na

comunidade e nacionalismo definidos como “étnicos”, pois privilegiam a existência de uma comunidade, como se observa em *A Ordem*, no editorial “Questão suprema”, 2 de Outubro de 1909.

“Se tivésseis um deputado ele se encarregaria de dizer ao Governo: - o povo das nossas aldeias do Pico atravessa uma crise medonha. A peste, o isolamento, a seca, em coisa alguma prejudicou as casas ricas ou remediadas. Essas tem no bragal a fartura e na vida serena a alegria suave... outro tanto não sucedeu ao povo, aos pobres que lavram a terra, que afrontam os perigos do mar, e arrostam as inclemências da sorte... esses conhecem as lágrimas da miséria e arreceiam o rito da fome, que pairam sinistras na improficuidade do trabalho. Há aldeias donde moços, e famílias inteiras, pedem à emigração o recurso salvador, e onde os que ficam, velhos e mulheres, trabalham de sol a sol como levas de escravos, ...mas não tendes um deputado! Esses senhores não vos conhecem, não vos devem favores; não vos ligam a mínima importância! E todavia a culpa é vossa!... Se quando sois chamados a votar ponderásseis a gravidade do acto que praticais...”

Na ótica de Sousa (2004: 188), o cenário histórico em que surgiu *A Ordem* propiciou, derivado às inúmeras instabilidades político-sociais existentes no país nessa época, o discorrer da pena de um distinto polemista como Nunes da Rosa num período recheado de acontecimentos ideais para estimularem o virtuosismo literário do fundador do semanário em análise.

O primeiro número de *A Ordem* por nós estudado, número catorze, a que tivemos acesso na que Biblioteca Nacional de Portugal, datava de 22 de Junho de 1907, titulado “Lições oportunas”. Deparamo-nos aí com uma clara referência à alma crente do líder do Partido Nacionalista, o açoriano Jacinto Cândido.

“O Sr. Conselheiro Jacinto Cândido, aos primeiros rebates da moléstia que o prostrou em o leito, apelou para os sacramentos da Igreja, que lhe foram administrados com a devida solenidade, ao que noticiou a imprensa lisbonense, rodeando-se de respeitos o eminente nome de Estado. Não nos pode passar despercebido este facto. A lisura e a integridade de carácter, de que tanta ostentação e gala por aí se faz, vem infelizmente baqueando em uma tão triste infantilidade tímida diante da confissão clara e ostensiva do sentimento religioso, - que não será demasiado apresentar os exemplos de rígida inteireza, que aqui e acolá se manifestam, ao estímulo de uns e ao conforto de outros”.

Os editoriais políticos possuíam notas de profunda acutilância, não se escusando o seu diretor de apontar a inoperância das instituições da Monarquia Constitucional, como podemos notar do editorial “Notas Políticas”, na edição de *A Ordem*, de 29 de Junho de 1907: “o parlamentarismo em Portugal não passa de uma hipocrisia venal, sancionada pela

desorientação e ignorância públicas”. Ora o pendor nacionalista do semanário não se encobre como atesta a perícopa que citamos de *A Ordem*, “O Partido Nacionalista nos Açores”, 12 de Outubro de 1907.

“Um dos factos mais importantes da semana política insular é sem contestação a fundação do Centro Nacionalista em Angra. E esse partido conquistou adeptos em todo país, pode-se afoitamente dizê-lo. Não é um partido de combate, sob o ponto de vista restrito da expressão, não busca louros ou derrotas no terreno sádico dessa política mórbida e odiosa que aí se digladiava na ânsia do poder; mas, e por isso mesmo, como partido de ordem e de acção, mantém-se a postos na defesa de reivindicação de todos os princípios que possam concorrer para a o bem, para o engrandecimento da nação.”

A Ordem teve uma existência de cerca de quatro anos, de 27 de Março de 1907 a 20 de Março de 1910, havendo um esmorecimento da causa nacionalista nos últimos anos da existência deste periódico, na sequência do atentado realizado à família real em 1908, realidade transversal a todos os órgãos de imprensa católica afetos a esta causa política. Na sua última edição, a de 19 de Março de 1910, não nos é deixada nenhuma explicação para o desaparecimento deste semanário.

Nos dados que abaixo mensuramos em tabela, sublinhamos o facto de os editoriais políticos duplicarem os religiosos, ao longo das suas edições, à exceção dos últimos anos de existência de *A Ordem*, facto muito derivado ao ímpeto nacionalista ter refreado após o regicídio de 1908.

Notamos ainda um equilíbrio no respeitante aos editoriais patrióticos e sobre o ensino, havendo a particularidade de muitos editoriais se preocuparem com a realidade local, nomeadamente com questões ligadas à agricultura, como verificamos em *A Ordem*, 24 de Agosto de 1907, sob o título “Sulfatem bem”: “a moléstia das figueiras pode ser combatida pela sulfatagem”. A transcrição demonstra que *A Ordem*, apesar de fazer eco da realidade nacionalista e da defesa da monarquia, sempre esteve ligado à vida local da ilha do Pico, uma das maiores produtoras agrícolas do arquipélago.

Remetemos para o campo do enigma o encerramento deste semanário, pois, como já dissemos, não nos é dada nenhuma explicação para o seu término. A alimentar ainda mais as possíveis razões para a sua suspensão, citamos a informação que nos é dada por Pereira (1939: 71), que inevitavelmente suscita em nós a pergunta sobre quem realmente o suspendeu: «*A Ordem* foi “violentamente suspenso”».

Tabela 2. Distribuição dos editoriais do semanário *A Ordem*

	1907	1908	1909	1910
Editoriais políticos	13	13	7	3
Editoriais religiosos	4	6	6	16
Editoriais sociais / económicos	5	4	4	1
Editoriais regionais / locais	5	6	7	4
Editoriais morais / ensino	3	3	6	1
Editoriais sobre a imprensa	1	1	4	1
Editoriais política internacional	0	4	6	2
Editoriais patrióticos	2	3	1	2
Editoriais literários / científicos / culturais	2	2	9	4
Editoriais entrevista	0	0	0	0

5.3.1.3. O semanário *San Miguel*

O semanário *San Miguel* foi fundado no dia 3 de Junho de 1905, encerrando a 18 de Fevereiro de 1911. No âmbito dos jornais ligados ao movimento nacionalista, é-nos informado, no primeiro número do *San Miguel*, que ele veio ocupar o lugar deixado vago pelo *Michaelense*. O semanário caracteriza-se por um estilo muito direto: “nada de mistérios, nada de segredos, nada de medos, nada de posições indefinidas, nada de palavras ambíguas e duvidosas”, informa-nos o seu primeiro número, de 3 de Junho e 1905, intitulado “O nosso programa”, que vem “defender os direitos e interesses da religião do Estado”, não esquecendo os legítimos direitos e interesses do clero: “para nós, a causa da Igreja confunde-se com a do clero. Não podemos falar de uma sem falar de outra”. Todavia, ao longo das páginas deste periódico não deixamos de notar a maneira acintosa com que o seu diretor criticava a classe sacerdotal, como poderemos comprovar do seguinte excerto: “muitos padres porém leem pouco o Evangelho, e se o leem, não meditam, ou se o leem e meditam parece não o acreditarem” (*San Miguel*, “Uma das doenças do nosso clero”, n. 17, 23 de Setembro de 1905, p. 1). No mesmo editorial, a crítica estende-se aos interesses materiais do clero que na ótica do jornal são um contratestemunho: “o clero acha-se afetado de uma sede de ter, de possuir dinheiro. Isto, porém, que para as outras classes pode ser um bem, para o clero é um mal, porque o círculo onde se pode exercer a sua atividade é muito restrito e limitado”.

Infere-se desta períclope o tom eivado de frontalidade permanentemente presente nos seus artigos de opinião.

Reafirma que a questão política e administrativa não será “estranha” ao programa das suas edições. Dos jornais católicos açorianos afetos à causa nacionalista, o *San Miguel*, foi aquele que mais se expôs com o seu discurso a uma intervenção apaixonada pelo campo da política, manifestando, inclusive, uma clara paixão pela causa do nacionalismo.

“Conquista valiosíssimas simpatias a causa do Nacionalismo nos Açores. Não tarda que este movimento se generalize; Não tarda que o nacionalismo seja devidamente apreciado por todo o povo que a ele aderirá como à causa mais digna da sua simpatia e da sua dedicação. A união do clero é um facto poderoso para a vitória do nacionalismo entre nós. Ainda bem que no meio de tanto rebaixamento do nível moral da sociedade actual – surgiu este proceder nobre, esta acção cristã social, tão necessária para acabar equívocos, para despertar energias, para orientar consciências e para restaurar tudo em Cristo.” (*San Miguel*, “Nacionalismo nos Açores”, 23 de Novembro de 1907, p. 1).

Declara, assim, no seu primeiro número, que a religião está indissociavelmente ligada em todos os países “com a política e com a administração das nações”. O seu diretor defende uma política “que se harmoniza e se coaduna com a religião”. Todavia, tal com aconteceu a toda imprensa nacionalista, após o regicídio, as invetivas políticas do *San Miguel* diminuiriam, como observamos no editorial “Consumou-se o crime”, 8 de Fevereiro de 1908, p. 1: “o que há tanto tempo se temia e que desde muito se premeditava teve enfim a sua realização. A morte de D. Carlos e do seu filho primogénito não foi o atentado de anarquistas; foi o desfecho de um comprido drama político”, que teve muitos atos e que acabou por uma bem triste e horrenda tragédia.

No país, segundo este semanário surgido na ilha de São Miguel, só havia um partido político que no seu programa “abrangia e encerrava” a genuína doutrina católica: o Partido Nacionalista – “Portanto, é esse o nosso partido, é a sua política que adotamos e defendemos. Somos adversários de progressistas e regeneradores”. O *San Miguel* afirma, na apresentação do seu programa, que apoiará todos os atos do Partido Nacionalista, mediante as seguintes condições: “quando eles se inspirarem no bem geral, quando se fundarem na justiça e na verdade, quando deles resulte um melhoramento ou progresso social”. Também se reafirma que se essas condições não ficarem asseguradas: “guerreá-los-emos quando atacarem os legítimos direitos da religião, quando ofenderem as leis da justiça e da moral, quando oprimirem os povos”.

Segundo artigo do *San Miguel*, denominado “O nosso aniversário”, de 2 de Junho de 1906, o jornal tinha consciência de ter surgido numa muito crítica conjuntura. Teve como primeiro cuidado, nas suas edições, investigar “a doença que afetava a religião e o clero”. Informa que o seu maior plano incidia na seguinte finalidade: “chamar o clero ao Nacionalismo, libertando-o da escravidão dos governos liberais, eivados do maçonismo”. Há um tom de cruzada no teor dos artigos que se estende a todos os que deviam exercer a obrigação de votar, inculcando o peso de consciência do pecado, em editorial designado de “Leiam”, de 14 de Dezembro de 1907: “quem se recusar a entrar em campanha a favor da Igreja comete um pecado. Devemos a Deus gratidão, vida e alma, tudo”.

A consciência da descristianização da maior urbe dos Açores, a cidade de Ponta de Delgada onde a religião “é atacada”, “onde o clero tem sido tão desprestigiado”, onde parecia que o Nacionalismo não teria penetração. O *San Miguel* reiterava a crítica de novo ao clero pela sua apatia: “muitos padres, é triste dizê-lo, têm desaprovado a nossa orientação, outros têm repellido o nosso jornal de sua casa, outros ainda têm trabalhado para lhe dar a morte”. Na edição do *San Miguel*, intitulada “O nosso trabalho”, de 7 de Dezembro de 1907, reafirma-se que o trabalho do semanário em apreço não estava secundado pelo clero.

“O clero micaelense ainda se não manifestou exteriormente em favor do nacionalismo. Mas estamos convictos que entre todo esse clero, se não encontra um só padre que tenha a ousadia de vir a público declarar que não seja este o único partido, em cujo programa se encontram garantias de respeito e de consideração para com os direitos da Igreja e do clero”.

Mas nem só de paixões políticas se faziam as páginas do *San Miguel*, também da proximidade gerada junto dos mais necessitados como inferimos da passagem que se segue, fazendo este semanário jus à relação local que mantinha com as populações: “À caridade dos nossos leitores recomendamos os seguintes pobres: viúva de José Tavares Feteiras e suas duas irmãs, entrevadas: Rua da Calheta, 67. António Pacheco Custódio, paralítico, casado, e com dois filhos menores. Rua da Canada, 21” (*San Miguel*, “Uma esmola”, 05 de Junho de 1909, p. 4).

Foi seu diretor o padre José Rebelo Cordeiro, natural da freguesia de Fajã de Cima. Nasceu a 15 de Maio de 1851, vindo a falecer a 5 de Junho de 1935. Foi colaborador do semanário *O Norte*, da então vila da Ribeira Grande (Pereira, 1939: 65-66). Foi a expensas suas, uma vez que era filho de famílias com abonados recursos, que dirigiu o *San Miguel* até

17 de Outubro de 1908, onde podemos ver nessa data a seguinte citação de despedida, em artigo titulado “Declaração”: “não podendo, por incómodo de saúde continuar com a direção e a propriedade deste semanário *San Miguel*, venho declarar que, de hoje por diante, cedo todos esses direitos de propriedade e direção neste semanário ao meu colega padre António de Furtado Mendonça, cujo nome desde hoje vem legalmente substituir o meu”. Não deixa de ser significativo que esta mudança na direção do jornal coincide com o ano do regicídio que veio refrear por completo os ímpetus nacionalistas ao nível de organização partidária. A partir da transmissão de poderes do semanário para as mãos do novo diretor – António de Furtado Mendonça –, assume um pendor mais declaradamente religioso ao nível dos conteúdos.

O jornal findou no número trezentos, com a data de 08 de Abril de 1911, sem fornecer nenhuma explicação para o seu termo. Dos números analisados, na Biblioteca Nacional de Portugal, entre os anos 1907-1911, efetuamos a seguinte mensuração gráfica ao nível da classificação dos seus editoriais. No campo político mensuramos cerca de setenta e seis editoriais, ao passo que os editoriais de fundo religioso ascenderam aos cinquenta e nove editoriais. Se analisarmos os editoriais de âmbito local e sobre o ensino, verificamos que ambos estão equiparados em termos de expressão numérica. Foram analisados na totalidade cerca de cento e três números do *San Miguel*.

Tabela 3. Distribuição dos editoriais do semanário *San Miguel*

	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911
Editoriais políticos	7	7	2	25	24	16	5
Editoriais religiosos	9	11	4	11	20	22	6
Editoriais sociais / económicos	0	0	1	1	1	0	0
Editoriais regionais / locais	0	2	0	3	2	0	0
Editoriais morais / ensino	0	3	0	3	1	0	1
Editoriais sobre a imprensa	6	0	2	2	2	5	2
Editoriais política internacional	2	0	2	0	0	2	2
Editoriais patrióticos	1	0	0	2	3	2	0
Editoriais literários / científicos / culturais	3	0	0	1	0	3	0
Editoriais entrevista	0	0	0	0	0	0	0

5.3.1.4. O diário *O Correio dos Açores*.

O aparecimento de um diário, na cidade de Angra do Heroísmo, correspondeu a um considerável investimento da diocese de Angra. Ora, como temos observado na nossa dissertação, a iniciativa de se suscitar um órgão diarista correspondeu a um profundo desejo desde sempre manifestado pelo Magistério da Igreja para todas as dioceses do orbe católico. O empreendimento relativo a este tipo de periódicos implicou uma exigência de recursos muito superiores à da imprensa semanal. Neste sentido, foi admirável o empenho dos diretores de *O Correio dos Açores* ao se disporem a criar quotidianamente edições diárias. *O Correio dos Açores* folgava à sexta-feira, possuindo uma tiragem semanal e dominical. Vários documentos já por nós citados testemunham que Leão XIII sempre manifestou uma especial predileção pela imprensa diarista. *O Correio dos Açores* surge num quadro jornalístico, ao nível da história do Portugal insular e continental, em que a imprensa católica decidiu abraçar a causa nacionalista.

Do cabeçalho de *O Correio dos Açores*, pudemos colher a informação de que o proprietário do diário era o Cónego Maximiano Carvalho, sendo o seu diretor António Moreira Araújo. Na publicação de 16 de Junho de 1908, intitulada “Notas à margem”, advém-nos a informação que o secretário do prelado diocesano da altura – padre Maximiano Carvalho – era também o diretor do *O Correio dos Açores*. Nesta sequência, depreendemos que a ligação da direção do jornal com a hierarquia diocesana era muito chegada, não fosse Maximiano Carvalho sobrinho e secretário particular do prelado de então. Nesse mesmo artigo, é-nos informado também que o periódico iria defender nas suas páginas o interesse pelo Partido Nacionalista. Em *O Correio dos Açores*, de 17 de Outubro de 1908, no artigo “O culto da bandeira nacional”, encontramos a apologia de um dos pontos medulares contidos nos ideais do partido nacionalista: a necessidade de se prestar a devida homenagem à bandeira nacional, constituindo um dever descobrir a riquíssima simbólica inerente ao estandarte azul e branco da monarquia.

No programa que é traçado no primeiro número do diário em apreço, sob o título “Servindo de programa”, a 19 de Março de 1908, coloca como primeira condição combater “pelo ideal católico em toda a sua pureza, tal como propõe a Igreja Romana”. O ideal nacionalista ficou desde cedo marcado como o grande projeto jornalístico: “Deus e pátria são, pois, o objetivo do nosso ideal e a síntese do nosso programa”. Na edição de 24 de Julho

de 1908, intitulada “Poder moral da imprensa”, reitera-se que o trabalho na imprensa é um campo de luta. A localização dos alvos desse campo de combate, a que se dirigia a pena dos artífices de *O Correio dos Açores*, no editorial “O inimigo”, de 16 de Março de 1909, estava bem definida: “a maçonaria, eis o inimigo”.

Em muitas edições é declarado um profundo mal-estar junto do eleitorado pela ausência de uma adesão efetiva aos apelos da campanha nacionalista. A adjectivação que se segue, no semanário *O Correio dos Açores*, no editorial “O Povo”, de 4 de Fevereiro de 1909, espelha um olhar profundamente cético sobre o eleitorado católico, uma vez que ele tardava em anuir aos apelos nacionalistas da diocese açoriana, mantendo-se indiferente à campanha promovida pelo catolicismo açoriano, no “campo da luta” político-religiosa. Do editorial que abaixo citamos, nota-se um olhar redutor do periódico em análise sobre a capacidade do povo saber decidir.

“Atrasado civicamente, sem a menor noção do que seja o dever pátrio e o respeito pelas leis, o povo, na sua grande maioria inculto, vai na onda dos que lhe falam à alma, sem conceber o propósito e as consequências, e nem assimilar desorientado e cego não vê que é mal nítido o horizonte, e que tudo se resume na ambição, no despeito e na intriga, elementos perniciosos com que querem cimentar uma nova pátria.”

A reação política observada em *O Correio dos Açores* não se escondia em expressões dissimuladas, mas arrojava-se, expondo-se através da crítica audaciosa eivada de laivos acintosos. A contundência espelhada no modo como *O Correio* formulava o seu sentido crítico direccionava-se de um modo muito direto às instituições da monarquia: “o espetáculo que o parlamento nos está dando define claramente o estado a que chegamos de degenerescência e de bandoleirismo” (*O Correio dos Açores*, “O parlamentarismo”, 4 de Maio de 1909).

A equipa redatorial sofre uma alteração na sua orientação editorial pela saída, em 11 de Janeiro de 1911, do cónego Maximiano Carvalho. Este membro do Cabido Angrense foi substituído pelo cónego João Pereira Dâmaso na direção, passando a propriedade do periódico para o padre José Patrício Lopes, que mais tarde viria a ser diretor de o diário *A Verdade*. João Pereira Dâmaso era sobrinho do antigo bispo de Angra D. Francisco do Prado Lacerda. Quando assumiu a direção de *O Correio dos Açores*, exercia funções ao nível da docência no Seminário Episcopal de Angra. José Patrício Lopes constituiu um caso único na imprensa católica açoriana, pois foi o único sacerdote a ser detido derivado ao que escreveu

na imprensa que dirigia. Natural da mais pequena ilha do arquipélago, o Corvo, foi secretário particular de D. José Correia Cardoso Monteiro, fazendo parte da nova equipa de *O Correio dos Açores*, formada por membros da total confiança episcopal. A equipa redatorial de *O Correio dos Açores* medrou nos corredores do paço episcopal de Angra. A quatro meses do seu encerramento, *O Correio dos Açores* sofreu algumas alterações em termos de edição, passando a partir de 27 de Março de 1911 a ser diário vespertino, revelando este acerto um sinal evidente do impacto que a instauração da República teve na sua linha editorial. Em edição de 25 de Janeiro de 1911, no artigo “Caminho direito”, é declarado pela equipa redatorial algo que se veio a tornar premonitório no respeitante ao seu encerramento:

"Levantar a nação, desviá-la do precipício que loucamente a atiravam fá-lo-á a República? Foi essa a nossa expectativa, mas puro engano. E dizemos da nação, que somos todos os verdadeiros portugueses, que põem acima de tudo o nome e engrandecimento da pátria, a sua honra. E independência. Se assim não suceder, mal irá para nós."

Derivado à coragem política que o jornal sempre manifestou, sofreu inevitavelmente consequências por essa situação como a detenção do seu diretor, como pudemos ficar a saber em artigo denominado “O nosso diretor preso”, a 09 de Março de 1911. Ao ser obrigado a prestar declarações sobre a divulgação da *Pastoral Colectiva do Episcopado Português* de 1911, criticou fortemente a Lei da Separação entre a Igreja e o Estado. A difusão da notícia foi proibida pelo governo português. O diretor de *O Correio dos Açores*, ao não acatar estas ordens, “ficou detido por ordem do Governador Civil de Angra”. O intimidante encarceramento do diretor de *O Correio dos Açores* precipitou pouco depois, a cinco de Julho de 1911, o encerramento deste pioneiro da imprensa diarista católica.

Tabela 4. Distribuição dos editoriais do semanário *O Correio dos Açores*

	1908	1909	1910	1911
Editoriais políticos	93	103	118	42
Editoriais religiosos	34	62	68	45
Editoriais sociais / económicos	14	22	15	14
Editoriais regionais / locais	14	28	42	3
Editoriais morais / ensino	32	16	16	13
Editoriais sobre a imprensa	8	16	5	6
Editoriais política internacional	8	12	8	8
Editoriais patrióticos	11	8	6	3
Editoriais literários / científicos / culturais	11	25	10	9
Editoriais entrevista	0	0	0	2

5.3.2. Os Boletins Paroquiais

Cinco são os periódicos do nosso corpus empírico pertencentes a este grupo da imprensa católica açoriana que designamos como Boletins Paroquiais. Os órgãos de imprensa enquadrados neste género jornalístico cruzam as três décadas que perfazem a nossa dissertação: *O Norte*, *O Peregrino de Lurdes*, *A Cruz*, *A Crença* e *O Semeador*.

Os boletins paroquiais foram um meio, no nosso entendimento, mais eficaz quanto à longevidade conseguida, se os confrontarmos com alguns diários e semanários católicos, fundados no intuito de concorrerem com a imprensa não confessional de então. Neste sentido, anuímos que o estilo introduzido pelos boletins paroquiais foi aquele que maior estabilidade conferiu aos títulos católicos, havendo ainda alguns títulos sobreviventes, como é o caso de *A Crença*, perdurando ainda hoje na ilha de São Miguel. Com meios dimensionados à realidade da Igreja açoriana conseguiram alcançar um público eclesial que se revia nos seus conteúdos, apoiando, com os seus donativos, estes pequenos periódicos ligados às Fábricas das Igrejas. As determinações diocesanas tentaram desencadear a fundação do maior número possível de publicações, como podemos verificar da informação facultada pelo diário *A Verdade*, de 6 de Março de 1914, em editorial dedicado ao “papel do Boletim Paroquial”: “o boletim paroquial é a publicação que promete efeitos mais vantajosos e perduráveis”. A boa receção do público mais afeto aos boletins paroquiais é também

comprovada na declaração que *A Crença* efetua, na sua edição de 19 de Dezembro de 1920: “o povo micalense, sempre pronto e generoso, tem compreendido os nossos esforços, demonstrando por actos iniludíveis a simpatia e o amor que consagra a este boletim”.

Ora, se muitos dos semanários e diários instituídos na Diocese de Angra procuraram responder à crescente ação dos jornais laicos, nos diversos contextos políticos e sociais existentes nas três décadas em que se distende a nossa investigação, o boletim paroquial, destinava-se ao público circunscrito à realidade pastoral das paróquias. O espectro da sua audiência situava-se dentro de portas, e quem o redigia não tinha como primeira responsabilidade expandir o boletim paroquial na esfera pública de então. A períclope que transcrevemos de *A Cruz*, de 26 de Março de 1914, sublinha o movimento eclesial de coordenação pastoral suscitado por estas publicações. Os boletins paroquiais, ao divulgarem as atividades de evangelização das paróquias da ilha, originaram um movimento de concertação eclesial, como podemos observar na passagem de *A Cruz*, de 26 de Março de 1914: “pedimos muito encarecidamente aos Reverendos Párocos, que nos enviem, muito sucintamente, o que se lhes oferecer dizer sobre o movimento religioso de suas paróquias, a fim de que *A Cruz* possa inspirar nos leitores das diferentes freguesias o maior interesse possível”.

A sua distribuição, embora chegasse à totalidade das paróquias da ilha, foi essencialmente endógena, ou seja, não ultrapassou o perímetro da ilha. Todavia, existiram raras exceções, como aquela que a seguir descrevemos, respeitante à distribuição de *A Crença* na diáspora açoriana dos Estados Unidos da América, na sua edição de 10 de Outubro de 1920, intitulada “*A Crença* na América”: O ilustrado sacerdote micalense João de Fontes Ferraz que nos Estados Unidos da América pastoreia uma das mais importantes paróquias, pediu quinhentos exemplares de cada número de *A Crença* para os distribuir na sua Igreja”. Todavia, esta encomenda, provinda da emigração, constituiu um caso muito raro quanto à cobertura conseguida por este género de órgãos da imprensa católica açoriana.

Ora o surgimento destas valorosas folhas de apologética, boletins doutrinários e noticiosos, postos ao serviço da Igreja, para o esclarecimento doutrinário das verdades da fé e para a defesa dos ataques e insultos, foram essenciais para a construção de um sentido unitário e disciplinar nos católicos. Havia a consciência, por parte do Magistério diocesano, de que o público que celebrava a sua fé se iria robustecer pela difusão destas publicações. A criação dos boletins paroquiais correspondeu a uma firme resposta do episcopado junto do

seu público, na perspectiva de Almeida (1989: 14), porque os bispos estavam cansados da permanente subjugação da iniciativa evangelizadora da Igreja portuguesa aos ditames dos governos. Contra o desvirtuamento da linha doutrinária e disciplinar da Igreja, surgiram publicações católicas por todo o país, subordinadas à autoridade dos prelados. Normalmente, caracterizaram-se por serem publicações de formato reduzido, folhas mensais ou quinzenais, que agrupavam lutadores intemeratos, verdadeiros “cavaleiros do resgate”, recrutados no clero mais esclarecido e nos leigos mais devotados à defesa do património moral e espiritual da Igreja.

Ora os bispos tentaram moldar os seus públicos por meio do aparecimento nas paróquias destas folhas doutrinárias, não fosse esse a imprensa uma das mais poderosas ferramentas publicitárias que tinham ao seu dispor. O lançamento por todas as dioceses portuguesas de boletins de distribuição interna tinha como primordial propósito fidelizar e instruir os católicos militantes. Esta tentativa dos prelados diocesanos corresponde àquilo que Schudson (2010: 19) assinala como “isolamento do público”, através nomeadamente da gíria religiosa. Na perspectiva deste autor, podemos perceber que esta tentativa dos prelados portugueses poderia ser entendida também uma forma de controlo social do seu público. Foi, por isso mesmo, acionada, através dos boletins paroquiais, a instrução das franjas mais incultas do catolicismo português, tendo em vista o fortalecimento da sua formação cristã.

A criação de múltiplas folhas de catequização doutrinária teve de passar pelo crivo de uma enorme austeridade sobretudo no período da I Guerra, obrigando os periódicos católicos açorianos a múltiplas estratégias de sobrevivência, na ótica de Matos (2014: 186). As dificuldades inerentes ao custo do papel e das tintas, ocorridas no período em que decorre o primeiro grande conflito bélico havido a uma escala mundial, fez com que a instituição diocesana dos Açores tivesse de se socorrer de publicações de reduzida dimensão, mais ágeis no respeitante à sua distribuição, porque assim conseguiriam alcançar o espectro do catolicismo praticante. Quase todos os boletins estavam afetos a paróquias açorianas que, com o suporte da diocese, conseguiram sobreviver apesar das muitas carestias. A Diocese de Angra canalizou esforços para a criação de novas publicações boletineiras, correspondendo este incremento ao desejo que os bispos diocesanos tinham de robustecer a mensagem da cristã por meio do poder da imprensa: “pena que pelo menos nas restantes ilhas maiores não apareçam idênticas publicações, que levem em pequenas doses o alimento

sadio da boa doutrina ao seio de todas as famílias”, diz-nos o boletim paroquial *A Crença*, de 5 de Março de 1916, em editorial alusivo à *Boa Imprensa*.

Mesmo com publicações menos onerosas, não foi fácil a manutenção da imprensa católica na realidade açoriana, como poderemos comprovar do relato de *A Crença*, de 23 de Dezembro de 1917: “não devemos ocultar o grave perigo, que ameaça a existência deste pequeno jornal; é o sucessivo e excessivo encarecimento do papel, tornando cada vez mais precária a vida da imprensa periódica, mormente deste boletim, falta dos recursos que geralmente possuem os outros jornais”. As equipas redatoriais que impulsionaram o nascimento, na Diocese de Angra, dos cinco boletins paroquiais inerentes a este capítulo tiveram em conta os interesses da audiência, porque sabiam que, se não fossem subsidiados, estes órgãos de comunicação não conseguiriam sustentar-se sem os públicos paroquiais. Subscrevendo Sousa (2000: 65), este dado poderá ter sido também um fator que moldou o processo de fabrico das notícias que caracterizam este género jornalístico, porque quem compõe os jornais “pensará sempre naquilo que a audiência pretende”.

As dificuldades por que passava a generalidade da imprensa açoriana foram atenuadas pelas melhorias efetuadas no arquipélago ao nível das estradas e nos serviços postais, contribuindo para a expansão dos jornais no período da I República. Os boletins paroquiais eram distribuídos, na sua maior parte, por correio nas paróquias da ilha, como depreendemos da informação que nos faculta o jornal *A Ordem*, de 10 de Agosto de 1907, em nota intitulada “Ao Sr. Director dos Correios”: “desde a saída do nosso primeiro número que vimos lutando com o péssimo serviço de algumas estações postais”, o que revela que nem sempre, apesar das melhorias salientadas, as entregas eram feitas com êxito.

No diário *A Verdade*, de 6 de Março de 1914, é traçado o plano que deveria presidir à linha editorial de um boletim paroquial. Tratam-se de quinze pontos sugeridos para este género de periódico, uma síntese programática do que deveria ser uma publicação boletineira. Questionamos, nesta conformidade, se os critérios oferecidos pelo diário angrense estariam decalcados da Magistério da Igreja ou foram efetivamente uma elaboração original da diocese açoriana. O pontificado de Pio X coincidiu com a fundação da maior parte dos boletins paroquiais no arquipélago. Ora este pontificado foi não sensível à causa da imprensa, como aconteceu no magistério de Leão XIII, seu antecessor. O papado do sucessor de Leão XIII, deixou-se dominar pela influência que tiveram algumas correntes integristas. Na ótica de Pitette (2011: 28), Pio X concentrou-se mais em questões de ordem

religiosa e litúrgica do que propriamente no papel da imprensa na evangelização. Se no papado leonino foram descritos ao pormenor o modo de atuação dos jornalistas católicos, no caso pontificado subsequente o mesmo já não aconteceu. Desta constatação entendemos que a arquitetura editorial proposta pelo periódico *A Verdade* corresponde a uma profunda reflexão dos jornalistas mais empenhados na edificação da imprensa católica açoriana.

É o padre Ernesto Ferreira que, no seu boletim paroquial, dá conhecimento da distribuição de uma circular por todos os párocos com vista a poderem definir este estilo de periódico, “em circular, que, algum tempo antes do aparecimento de *A Crença*, dirigimos aos respeitáveis párocos micaelenses para a divulgação do que pode ser o boletim paroquial”.

Os assuntos, que deveriam ser tratados pelos periódicos classificados como “boletins paroquiais”, resultaram de uma profunda reflexão dos principais jornalistas que trabalhavam na imprensa católica das ilhas, na primeira década do século XX. É a partir de uma circular, abaixo citada, que brota uma original reflexão para o estilo jornalístico mais comum nos boletins católicos por nós estudados.

“Contendo o Evangelho da domingo, seguido de algumas considerações confirmadas pelas lições de história eclesiástica, sagrada e até profana, a vida de um dos santos da semana, do mais popular ou do mais rico em ensinamentos práticos, resenha do movimento católico e ainda outras leituras de interesse moral e religioso. Os Boletins paroquiais são, principalmente nas actuais circunstâncias, importantes auxiliares dos párocos, pois que, como mensageiros da paz, levam a todos os lares a boa nova, a semente da doutrina de Jesus, concorrendo assim poderosamente para o argumento da fé cristã.” (Ernesto Ferreira (1916), “A Crença”, *A Crença*, 24 de Dezembro, n. 54, p. 1-2).

O discernimento eclesial que aconteceu nos Açores sobre o que deveria ser a linha editorial de um boletim paroquial contribuiu para a uniformização dos seus conteúdos, como podemos captar da leitura que fizemos dos cinco periódicos por nós analisados.

É a partir da circular supracitada em *A Crença*”, de 24 de Dezembro de 1916, que se obtêm os quinze pontos que estruturam a composição deste género de periódicos. Abaixo transcrevemos a circular que antes falamos, a partir de um texto de Ernesto Ferreira. Os assuntos delineados na circular supracitada foram dirigidos a todos os párocos da ilha de São Miguel. Este documento veio a alastrar-se a toda a diocese de Angra, originando uma orientação comum para todos os boletins paroquiais açorianos. Foi a partir da cidade de Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, que se apuraram os quinze pontos que deveriam estruturar as páginas deste género periodístico. Chegados a esta enumeração, concluimos

que os assuntos tratados nas suas edições são variadíssimos, como se vê do programa que a seguir apresentamos, publicado no diário *A Verdade*, de 6 de Março de 1914, sob o título “Boletim Paroquial”.

Na sequência do que temos vindo a dizer, no primeiro ponto desta tabela de quinze princípios para a construção de um boletim paroquial, é dada a primazia ao Evangelho de cada domingo, com o conseqüente comentário homilético. A edição de *A Crença*, 24 de Dezembro de 1916, corrobora a importância da apresentação da Palavra dominical: “levamos a Palavra divina, que é o mais seguro esteio da família, a verdade evangélica, que ilumina as inteligências, que conforta os corações, que guia as consciências e serve de alívio e consolação nas agruras da vida”. A perícopes do Evangelho e a respetiva interpretação apareciam sempre, nas edições por nós estudadas, na primeira página do periódico.

Em consonância com a segunda proposta apresentada em *A Verdade*, de 6 de Março de 1914, é requerido que os boletins paroquiais exponham nas suas páginas um resumo da vida dos santos mais populares. Em terceiro lugar, é recomendado uma revista sucinta dos factos sociais e políticos da atualidade.

Incumbem-se também aos órgãos boletineiros, no quarto ponto, o dever de publicarem as instruções do Sumo Pontífice e dos prelados, exortando os fiéis ao exato cumprimento dos seus deveres religiosos. As informações referentes à agenda do Bispo diocesano eram constantes, como poderemos verificar em *O Peregrino de Lourdes*, no editorial “O Ex.mo Prelado Diocesano”, 5 de Maio de 1900: “um tanto enjoado, a despeito da excelente viagem que teve o Açor, chegou sua Ex.^a Revma, o nosso venerando Prelado, a Ponta Delgada na manhã de 18 de Abril findo, sem alteração em sua importante saúde”.

Sugere-se, como quinta ordenação, que os boletins paroquiais tenham nas suas páginas conteúdos litúrgicos, visando a explicação das cerimónias do culto católico. No boletim paroquial *A Cruz*, no respeitante a esta observação, podemos encontrar sob o título “Festas da Igreja”, de 7 de Maio de 1914, a seguinte informação: “a palavra festa quer dizer dia feliz, agradável mas também dia da assembleia solene. A Igreja católica estabeleceu os seus jejuns e abstinências mas nunca nesses dias festivos. São pois essas grandes festividades que nós iremos estudar em capítulos sucessivos”.

A sexta proposta é de âmbito moral, pois aconselhava-se a que o boletim paroquial pudesse ter nos seus conteúdos histórias dialogadas com lições morais, como a que pudemos reter da leitura de *A Crença*, de 4 de Fevereiro de 1917: “ famílias honestas e até de fortuna

têm caído na miséria, vitimadas pelo fatal veneno que é álcool. Os filhos são em geral raquíticos, idiotas, epilépticos. É necessário, portanto, opor uma barreira a esta praga social, para que não bastariam leis nem regulamentos dos governos”.

No que concerne à assertividade de clarificações, há, no sétimo artigo desta tabela de exortações jornalísticas, um convite a que o periódico transmitisse respostas breves e claras aos erros que frequentemente se ouvem contra as verdades da fé, como podemos asseverar da passagem do boletim angrense *A Cruz*, no artigo “Não há inferno?”, de 4 de Fevereiro de 1915: “Jesus Cristo por muitas vezes falou do fogo eterno onde há prantos e ranger de dentes. E haverá quem duvide desse lugar de tormentos? Só os cegos voluntários é que procuram persuadir-se de que não existe inferno (...) não querem sair da vida de pecado em que vivem, e, a continuar nela, lá irão para o abismo eterno”.

A oitava prescrição refere-se à obrigação de o jornal conter máximas morais corroboradas por factos da vida religiosa ou profana: “na cruz triunfou um Deus, com a cruz triunfarás também, *in hoc signo vinces!*” (*A Cruz*, “A Cruz”, 19 de Março de 1914, n. 1, p. 1).

Os conselhos aos pais de família sobre a educação dos seus filhos e a exposição dos deveres e direitos que os pais têm sobre essa educação aparece como a nona orientação. Se atentarmos no boletim paroquial *A Cruz*, de 14 de Maio de 1914, notamos que as exortações iam ao ponto de propor aos pais cuidados no aparar das unhas dos seus filhos: “nunca se devem cortar as unhas sem se meterem em água tépida, a fim de as tornar macias. Em volta das unhas nunca se deve cortar nenhum pedaço de pele ou de carne”.

Muito frequentes, nos cinco boletins que tivemos a dita de analisar, são os ensinamentos sobre a agricultura correspondentes à décima sugestão para a composição destes periódicos. O cuidado agrícola foi uma tónica permanente neste tipo de publicações, como pudemos observar em *A Cruz*, no editorial “Conhecimentos úteis. Serviço agrícola de Abril”, de 26 de Março de 1914: “as árvores de fruto e vinhas devem ser tratadas com a calda bordalesa. Agora é que principiam a rebentar e é necessário este tratamento preventivo para atalhar as doenças criptogâmicas. Com esta mesma calda devem ser tratadas as batatas da terra; a planta da batata-doce deve ser também mergulhada nesta calda só porém a raiz ”.

Noções de higiene prática, primeiros cuidados a prestar a um doente na falta de médico, preceitos sobre alimentação, combate às bebidas alcoólicas, exercício muscular, etc. constituem a décima primeira observação sugerida pelo editorial de *A Verdade*. O boletim

paroquial *A Crença*, de 14 Novembro de 1920, inaugurou inclusivamente uma coluna sobre os cuidados profiláticos ao nível da higiene: “abre hoje *A Crença* uma nova secção destinada a vulgarizar os preceitos higiénicos cujo conhecimento é muito necessário, hoje mais do que nunca, na ilha de São Miguel”.

No ponto subsequente, o décimo segundo, os boletins são também são aconselhados a transcrever as citações da legislação portuguesa sobre a organização de associações de socorros mútuos, crédito agrícola, seguro pecuniário, etc., descrevendo a finalidade da sua fundação e a forma como funcionam no nosso país e o no estrangeiro. No já mencionado editorial programático de *A Verdade*, encontramos uma especial referência a países como a Bélgica, Alemanha, França, Espanha e Itália, ditos como modelares pela forma como aí se trabalhava no campo do associativismo.

As noções científicas expostas de forma acessível aos espíritos menos cultos foi também um objetivo traçado para os boletins paroquiais, constituindo a décima terceira indicação programática.

Os boletins paroquiais, na décima quarta orientação jornalística, foram exortados a terem uma descrição resumida dos acontecimentos mais notáveis, como catástrofes e revoluções.

Finalmente, na décima quinta observação, é indicada, embora de um modo difuso, a vulgarização de todos os conhecimentos que possam beneficiar os povos onde o Boletim for difundido. Nesta última indicação faz-se referência aos cuidados escolares que a docência deveria ter com os alunos ao manusearem a caneta de tinta permanente da altura:

“Das picadas produzidas por pena molhada em tinta se sabe ter derivado, por vezes, o envenenamento do sangue e, conseqüentemente, a morte. Ora, se lembrarmos o péssimo costume que muitos escolares têm em meter na boca as penas antes de escreverem com elas e de limparem com a língua os borrões de tinta, devemos concluir que a juventude estudiosa está constantemente ameaçada de perigos gravíssimos.” (*A Cruz*, “Conhecimentos úteis. O perigo da tinta de escrever”, 14 de Maio de 1914, n. 9, p. 4).

5.3.2.1. O Semeador.

Como temos vindo a comunicar, ao longo da nossa investigação, o único periódico não consultado nos acervos a que recorremos, quer ao nível da Região Autónoma dos Açores, quer no arquivo da Biblioteca Nacional de Portugal, foi o boletim paroquial *O Semeador*. As informações que dele temos advieram-nos dos relatos obtidos na imprensa

congénere da época em que existiu (1922-1929). Sabemos que foi fundado por uma das figuras mais relevantes do jornalismo católico açoriano enquanto distinto jornalista e historiador – José Augusto Pereira. É na sua obra – *Padres açorianos. Bispos, publicistas, religiosos* (1939: 77) – que encontramos a referência de *O Semeador* ter começado sua publicação a 7 de Janeiro de 1922, encerrando a sua atividade a 5 de Janeiro de 1929. Ao longo dos seus oito anos de existência, diversos jornais da imprensa católica fizeram referência a este boletim, que também participou no importante encontro dos jornalistas açorianos decorrido em Vila Franca do Campo, a 9 de Agosto de 1923.

Encontrámos uma primeira referência na imprensa católica contemporânea de *O Semeador* no jornal *A Actualidade*, de 19 de Janeiro de 1922, informando-nos de que no dia sete do Janeiro tinha aparecido nas bancas, pela primeira vez, na cidade de Angra do Heroísmo, “um pequenino mas bem feito jornal” com um título sugestivo que se “destina a espalhar no terreno das almas a sementeira religiosa”. Posteriormente, em *A Actualidade*, é relatada uma elogiosa referência ao seu diretor – José Augusto Pereira –, eivada de honrosas alusões: “ilustrado capitular da Sé”, “distinto colaborador de *A Actualidade*”.

A leitura efetuada em *A Verdade*, de 4 de Fevereiro de 1922, deu-nos a conhecer que as impressões tipográficas de *O Semeador* se realizavam nas oficinas deste diário angrense. As interrupções das suas edições, pelo que inferimos da nossa investigação no diário *A Verdade*, foram frequentes, como o excerto que se segue demonstra: “por impossibilidade moral e física do respectivo director, não se publica nesta semana *O Semeador* que no próximo sábado deve aparecer novamente”. No boletim paroquial *A Crença* colhemos a informação que, na parte final do ano de 1926, “*O Semeador* teve vários problemas respeitantes à impressão, que foram a causa para estar quase um trimestre sem publicação. A partir da segunda quinzena de Outubro de 1926 apenas dois jornais foram editados (21 de Outubro e 28 de Novembro) ”.

No terceiro ano de *O Semeador*, o semanário *A Actualidade*, em artigo intitulado “O Semeador”, de 16 de Janeiro de 1924, faz alusão ao seu aniversário. Na notícia é mencionado o estilo de que era portador o periódico em análise: “escrito especialmente para o povo, *O Semeador* sabe, no entanto, tratar os assuntos do seu programa de propaganda católica de modo a interessar as pessoas de todas as categorias sociais”. Desta passagem depreendemos que embora ele tivesse uma linha editorial típica de um boletim paroquial, essencialmente popular e alocado ao público interno do catolicismo angrense, também poderia almejar, pelo

tratamento que conferia aos seus conteúdos, chegar a um público de recorte intelectual mais apurado.

A *Crença*, de 25 de Janeiro de 1925, faz referência ao número 147, no quarto ano do aniversário de *O Semeador*, onde é revelada a esclarecida direção do “ilustre professor do Seminário diocesano, sr. Cónego José Augusto Pereira”.

Em o *Sinos d’Aldeia*, no artigo intitulado “Pela Imprensa”, de 30 de Janeiro de 1924, o seu diretor, Nunes da Rosa, dirige-se a este boletim paroquial com referências encomiásticas, salientando que *O Semeador* era detentor de um “formato leve” e de uma “contextura insinuante”, constituindo uma “das mais interessantes publicações católicas do arquipélago”, adjetivações pouco frequentes, diga-se em abono da verdade, às edições da imprensa católica açoriana.

O pequeno formato da sua impressão, inerente ao estilo de boletim paroquial, não interferiu com a riqueza dos seus conteúdos, como asseveraram na época em que foi publicado os títulos congêneres: “pequeno no tamanho, mas grande nos serviços que está prestando na messe do Senhor”. A edição do quarto aniversário de *O Semeador* merece rasgados elogios por parte de *A Crença*, de 25 de Janeiro de 1925, por trazer uma fotogravura na sua primeira página. Tendo em conta que as ilustrações eram muito esporádicas na imprensa católica dos Açores, a citação aparece carregada de surpresa: “bela gravura de Jesus – o divino Semeador – lançando a semente à terra, símbolo da palavra que, cai nas almas”.

É novamente em *A Crença*, de 7 de Fevereiro de 1926, que é saudado *O Semeador* pelo seu quinto ano de existência, a 9 de Janeiro de 1926: “um interessante boletim paroquial. *O Semeador*, que tem vindo espalhando a semente divina no terreno das almas com notável dedicação e óptimos resultados, merece e tem as simpatias dos católicos”.

Por último, tiramos de *O Dever*, de 6 de Fevereiro de 1926, o comentário que se segue respeitante ao diretor deste boletim paroquial da cidade de Angra do Heroísmo: “o caríssimo amigo Cónego Pereira já tão ocupado com a absorvente direção de um diário católico, *A União*, tem ainda tempo e paciência para publicar o interessante boletim paroquial *O Semeador*”.

Por último, apraz-nos aludir que o semanário *O Dever* ofereceu-nos preciosas informações quanto ao estilo dos conteúdos publicados em *O Semeador*: “dá-nos sempre

leitura útil e instrutiva. Merece, por isso, o nosso aplauso e que os católicos lhe prestem todo o seu auxílio e propaganda”.

Daqui inferimos que o programa dos assuntos que deveria constar nos boletins paroquiais esteve presente nas páginas de *O Semeador*, transformando-o num título do agrado do público paroquial a que estava agregado. O facto de as suas edições estarem dependentes da impressão tipográfica das oficinas de um diário de maior tiragem, como *A Verdade*, condicionou a sua continuidade, conferindo-lhe ao longo dos sete anos em que foi publicado uma existência intermitente. O surgimento de um novo diário diocesano na mesma cidade em que era distribuído – *A União* –, que viria a ser o órgão oficial da diocese, condicionou também a sua permanência. Outra causa que contribuiu para o desaparecimento de *O Semeador* foi o facto de o seu diretor acumular também a direção de *A União*. O intenso trabalho inerente à direção de um jornal da imprensa diarista fez com que José Augusto Pereira, certamente, não tivesse disponibilidade nem capacidade para desempenhar as duas direções, que, no entanto, acumulou ainda durante seis anos.

5.3.2.2. A Crença.

No primeiro número de *A Crença*, a 19 de Dezembro de 1915, em editorial titulado “A Crença”, é pelas mãos do seu diretor, padre Ernesto Ferreira, que o novo título se autodefine como “um pequenino jornal”, que visitará as casas dos católicos micaelenses dominicalmente. Como grande objetivo que orienta esta publicação está o intuito de ela poder contribuir para avivar “os sentimentos da fé” de todos os batizados.

O boletim *A Crença*, no seu editorial, confessa-se como um “paladino da paz e da caridade”. Ernesto Ferreira firma um posicionamento teológico para *A Crença*, atribuindo-lhe como lema – *Quis sicut Deus? Quem como Deus? Diz-nos o seu diretor “acima de tudo – Deus, fonte inesgotável da Verdade, que ilumina os espíritos, inflama os corações, livrará os homens do mal, guiando-os à pátria da justiça e à posse da felicidade”*.

Apraz-nos, nesta sequência, fazer uma incursão, ao nível da literacia visual, ao seu elaborado cabeçalho, prestando atenção ao logótipo que envolvia o título de *A Crença*.

Ora, desde o seu primeiro número, surgido a 19 de Dezembro de 1915 até ao número 226, de 23 de Maio de 1920, a construção gráfica que ilustrava o seu cabeçalho era constituída por um anjo que conservava na mão um escudo com a inscrição latina *Quis sicut*

Deus. Na sua mão esquerda tocava uma trombeta com um estandarte com outra inscrição – *Sub tutela Michaelis* (“Sob a proteção do Arcanjo São Miguel”), pendendo do mesmo estandarte uma segunda fita com a anotação *veritas liberavit vos* (“a verdade vos libertará”). *A Crença* de 30 de Maio de 1920, número 227, altera a referida composição gráfica para uma cruz com um brasão atravessado por um cordão, havendo no seu centro uma mão de anjo sustendo uma balança com a inscrição *Quis sicut Deus*. O logótipo de *A Crença* voltou a modificar-se, a partir do número 332, de 24 de Dezembro de 1922. A nova construção gráfica salientava agora duas figuras: uma cruz com um brasão incrustado, tendo no meio uma balança novamente com a inscrição latina *Quis sicut Deus* e como fundo ilustrativo uma ilha com um barco na linha do horizonte. Esta sinalização gráfica remete-nos para o propósito central do boletim paroquial *A Crença*: reacender a chama da fé nas falanges do catolicismo micaelense.

Para esta empresa de apostolado, *A Crença* dirige-se aos párocos da ilha de São Miguel, a 19 de Dezembro de 1915, afirmando que poderia ter surgido há mais tempo, se não “tivessem surgido várias complicações”. O seu aparecimento poderia ter acontecido quando o então Vigário Capitular, Ex.mo Sr. Dr. José dos Reis Fisher, governava a diocese (1910-1915) e aventou a necessidade de um boletim paroquial para a ilha de São Miguel, derivado ao facto de a maior ilha do arquipélago nesses anos estar desprovida de um título católico.

As primeiras edições de *A Crença* ilustram algum amadorismo ao nível da paginação, facto, aliás, percecionado pela sua direção: “não se apresenta como desejamos e com o andar do tempo ir-lhe-emos introduzindo alguns aperfeiçoamentos, empregando melhor papel, ilustrando-a com gravuras”, confessava Ernesto Ferreira, ciente das beneficiações de que carecia este periódico. Com o propósito de cobrir, com as suas tiragens, a ilha de São Miguel, foram envidados esforços junto dos párocos no sentido de serem colhidas informações sobre os atos de culto das suas paróquias tendo em vista a construção de uma importante secção editorial, que veio a ter o título de “Movimento religioso”.

Diversos esforços foram feitos pelo diretor de *A Crença* para a sua sobrevivência. Uma das ações mais relevantes foi passar a propriedade deste órgão de imprensa para a Confraria de São Miguel, fundada em Vila Franca do Campo, como nos diz o editorial de *A Crença* de 1 de Julho de 1917. A passagem de propriedade foi uma manobra de sobrevivência para *A Crença*, quando se viu ameaçada pelas dificuldades decorrentes da “guerra europeia”. Diante

do cenário de carestia que grassava em todas as ilhas o recém-criado boletim paroquial sentiu-se na obrigação de se dirigir a todos os párocos da ilha, pedindo-lhes o seu apoio. É que os membros fundadores da Confraria de São Miguel eram na sua totalidade vinte párocos da ilha de São Miguel, agora envolvidos na manutenção de *A Crença*. No editorial acima referido é-nos informado que todos os confrades se comprometeram com um subsídio anual para a manutenção de *A Crença*, “tendo já alguns entregue as quantias”. A ação de benemerência exercida a favor de *A Crença*, congregando para esta causa todos os párocos micaelenses, é reconhecida com gratidão pelo seu diretor Ernesto Ferreira, em *A Crença*, de 22 de Dezembro de 1918: “E porque não sucumbiu *A Crença* ao peso de tamanhas dificuldades? Porque corações generosos a socorreram e ampararam carinhosamente, certos como estavam de que auxiliavam uma honra de Deus, uma cruzada eminentemente cristã e benemérita”. *A Crença* era distribuída depois das missas dominicais em quase todas as igrejas da ilha. O título vila-franquense em análise conseguiu uma honrosa tradição na imprensa regional que ultrapassa em muito a condição de simples boletim paroquial. Era conhecido como o “jornalinho de Nosso Senhor” por muitos dos crentes da ilha, segundo Melo (1996: 55-56). Escrito principalmente para espalhar entre a gente humilde da sua terra a doutrina de Jesus, “sem alardes de erudição nem refulhos de dialéctica” mas sempre dentro da mais pura ortodoxia católica.

Retornando ao complexo logotipo a que já fizemos referência, declarava-se também em letras bem legíveis que *A Crença* era um periódico “aprovado e abençoado pelo Ex.mo e Revmo Sr. D. Manuel Damasceno da Costa, venerando Bispo de Angra”.

Se atentarmos no programa que norteava a construção gráfica de *A Crença*, deparamo-nos primeiramente com a presença dos comentários homiléticos na primeira página, quase sempre da autoria dos padres José Jacinto Botelho e Ernesto Ferreira. Se já tivemos oportunidade de falar da obra de Ernesto Ferreira a favor da causa da *Boa Imprensa* nas ilhas açorianas, sabemos que ele teve formação universitária em Roma e colaborou desde estudante em órgãos da imprensa do arquipélago como *O Peregrino de Lourdes*, sob o pseudónimo de “Agostinho da Cruz”, sendo uma presença constante como poeta nos jornais católicos sob os pseudónimos de “António Moreno” e “Maria Angelina”. Em *A Crença* era o autor de “Minha afilhada”, sob o pseudónimo de “Violante” (Pereira, 1939: 72). A presença de José Jacinto Botelho tinha grande aceitação popular junto do público de *A Crença*. Desde bem cedo, o padre Botelho colaborou de modo humorístico dando uma nota

de frescura com os versos que assinava com o pseudónimo de “Custódio”, mostrando uma faceta que contrariava a sua conhecida neurastenia e melancolia. Sob o título “Serões da Avozinha”, na segunda página, eram apresentados contos catequéticos engendrados sob o esquema de perguntas e respostas alusivas às principais questões da fé, à vida dos apóstolos, ou à vida de santos.

Permanente nas edições de *A Crença* era a coluna “Secção Eucarística” com a descrição de histórias místicas relacionadas com o mistério eucarístico, quase sempre presentes na segunda página deste periódico. Estruturada em formato de conto, sublinhamos a coluna “À Janela”, publicada na terceira página, que versava questões relacionadas com as verdades reveladas da fé. Outra rubrica sobre a vida de santos intitulava-se “Glórias da Igreja”, quase sempre publicada na segunda página deste boletim, sendo escrita pelo seu diretor, Pe. Ernesto Ferreira.

Ao nível dos conteúdos culturais, salientamos a capacidade que a coluna “Lira cristã” teve em granjear a colaboração de muitos poetas com os mais variados temas.

Nesta conformidade, a estrutura de *A Crença* poderá ser estruturada com o seguinte ordenamento: Evangelho de cada domingo na primeira página; “Instrução religiosa”, na segunda página: testemunhos, documentação papal, normas eclesiais; Folhetim na segunda página; Calendário da semana, na quarta página, com o ordenamento litúrgico dos dias da semana, havendo determinações de ordem cultural ao nível do calendário sacro; “Conversando”: coluna de humor em forma de diálogo; rubrica “Pelo mundo”, na última página, que continha as mais relevantes notícias do mundo eclesial.

Da distribuição em tabela dos editoriais de *A Crença* podemos inferir que o programa de construção editorial deu uma notória primazia aos editoriais de âmbito religioso, com uma expressão muito superior à das restantes classificações editorialistas. Os editoriais morais e sobre o ensino, apesar de distarem da expressão volumosa dos editoriais religiosos, também atravessam quase todas as edições anuais do boletim paroquial em apreço, sublinhando-se os oito editoriais publicados no ano de 1920. Os editoriais sociais estão também presentes nos primeiros anos de publicação de *A Crença*, não aparecendo nos cinco anos finais da nossa análise, de 1922 a 1926.

De salientar que, atendendo à formação cultural do seu diretor, Ernesto Ferreira, notamos apenas alguma expressão nos editoriais de âmbito cultural, literário e científico no ano de 1916, chamando-nos a atenção que oito artigos foram dedicados à cultura.

Tabela 5. Distribuição dos editoriais do semanário *A Crença*

	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926
Editoriais políticos	0	0	1	4	0	0	0	0	0	0	2	0
Editoriais religiosos	0	25	40	33	41	29	30	40	47	43	44	34
Editoriais sociais / económicos	0	3	0	0	2	2	1	0	0	0	0	0
Editoriais regionais / locais	0	0	0	2	0	3	0	0	0	1	0	0
Editoriais morais / ensino	0	7	7	4	3	8	3	0	1	2	3	2
Editoriais sobre a imprensa	1	1	2	1	0	1	1	1	1	1	0	0
Editoriais política internacional	1	4	0	1	1	2	0	0	1	0	1	3
Editoriais patrióticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Editoriais literários / científicos / culturais	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Editoriais entrevista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

5.3.2.3. *A Cruz.*

No cabeçalho de *A Cruz* vem referenciada a invocação “sob o patrocínio de São José”, uma vez que este boletim paroquial foi fundado precisamente no dia litúrgico do santo varão que foi pai nutrício de Jesus Cristo. Teve uma existência efémera, durando apenas um ano, de 19 de Março de 1914 a 8 de Abril de 1915, perfazendo apenas cinquenta e seis números, a totalidade das suas tiragens.

Tinha como diretor o Pe. José Maria Fernandes, sendo o seu proprietário e editor o Pe. António da Costa Ferreira. Ambos os sacerdotes tinham já experiência jornalística na imprensa católica açoriana, nomeadamente em *A Verdade*, e posteriormente viriam a trabalhar também no diário *A União*. *A Cruz* obedeceu à tentativa de se criar no centro da diocese, na cidade de Angra do Heroísmo, sede do bispado, um jornal que tivesse uma cobertura direcionada para o público interno da Igreja, sobretudo o mais iletrado.

No primeiro número da sua edição, a 19 de Março de 1914, são descritas as razões de *A Cruz* aparecer nas bancas. É apresentada pela pena do seu diretor, embora de “forma modesta”, a “pequenina folha que leva na sua frente o emblema da cruz de Jesus. Só isto basta para a recomendar; só isto é o suficiente para que a leias com o maior interesse e a propagues com o mais aceso entusiasmo”. O propósito para a sua fundação decorreu da intenção de se enraizar “mais e mais na alma as verdades da fé aprendidas”. Nas suas primeiras edições, *A Cruz* qualificava-se como uma “folha de propaganda cristã que se destinava “aos humildes, aos iletrados, que ainda hoje formam a quase totalidade do nosso povo”. Para conseguir esse desiderato de chegar às franjas mais incultas do catolicismo os artigos de *A Cruz* apresentavam-se propícios a uma leitura fácil e simples, caracterizados por uma “linguagem correntia e despretensiosa”.

O boletim paroquial também constituía, nesta ordem de ideias, um meio eficaz de aprendizagem e de resistência às insídias que os “inimigos da fé” semeavam junto dos cristãos mais desprotegidos pela sua iliteracia cristã.

Antes de ainda de nos debruçarmos sobre a sua linha editorial, apraz-nos citar o olhar de o diário *A Verdade*, de 18 de Março de 1914, sobre as iniciativas que *A Cruz* efetuou para se estender ao maior número de paróquias da ilha Terceira. Foi neste sentido lançada uma original campanha junto dos párocos mediante a seguinte proposta: “para as freguesias cujo pároco se responsabilizar pela importância de 100 exemplares, levará a *A Cruz* o subtítulo

de *Boletim Paroquial* da freguesia de São Mateus, São Bartolomeu, etc. Sendo-lhe além disso reservado uma coluna para quaisquer informações locais”. Esta arrojada iniciativa negocial junto das paróquias redundou em algum êxito inicialmente pelo que podemos constatar da transcrição de *A Verdade*, de 8 de Abril de 1914: “não podia ser mais animador o acolhimento feito em toda a ilha” à “folha de propaganda religiosa” *A Cruz*: “muitos dos párocos pedem-nos que aumentemos as remessas semanais que lhes temos feito. Já um bom número de freguesias distribui a mais de cem exemplares por semana cada uma, subindo a perto de três mil a distribuição, feita nesta ilha, do terceiro número de *A Cruz*”. Os números apresentados pela informação supracitada confirmam que a penetração conseguida pelos boletins paroquiais, ao nível da sua distribuição pelas comunidades cristãs, são reveladores de um alcance muito superior ao da restante imprensa católica publicada nas ilhas.

O primeiro número de *A Cruz* apresenta-nos um editorial que justifica o nascimento do novo título, contendo um excerto do Evangelho correspondente ao domingo do tempo litúrgico da sua edição. A página subsequente era portadora de um comentário homilético à perícopes evangélicas com o título “Breves considerações sobre o Evangelho deste domingo”.

A rubrica “Entre amigos” constituía a parte humorística do boletim paroquial sobre factos marcantes da história da Igreja, ou de aspetos relevantes da vida de um santo. O primeiro número de *A Cruz* contemplou, no santoral eclesial, a figura de São João de Deus. A terceira página divide-se, ao nível da sua composição, entre histórias de foro apologético, catequético (conto infantil) e também de humor.

Na quarta e última página são tratados assuntos que vão desde conselhos agrícolas, referências principais do calendário litúrgico, boletim religioso das paróquias com a descrição dos momentos mais marcantes das comunidades cristãs, aparecendo também exortações profiláticas ao nível dos cuidados de saúde. Além destas matérias, uma última coluna da edição continha, pasme-se, o relato de “Anedotas”. De sublinhar que muitas das notícias de *A Cruz* eram oriundas de transcrições de jornais estrangeiros onde normalmente se relatava a experiência de casos de conversão e arrependimento decorrentes do acatamento dos benefícios da doutrina da Igreja católica.

As dificuldades inerentes ao preço do papel e da impressão tipográfica são mencionadas em *A Cruz*, de 17 de Setembro de 1914, n. 27: “para evitar que *A Verdade*, jornal diário que se publica nesta casa, suspenda a sua publicação por falta de papel que deve

chegar na próxima viagem do paquete São Miguel, somos obrigados a reduzir *A Cruz* a duas páginas apenas, mas só até à chegada do paquete São Miguel”.

Todavia, são de grande arrojo as tentativas de melhoramentos introduzidos pela equipa redatorial de *A Cruz*, como vemos na sua edição de 14 de Janeiro de 1915: “faremos todo o possível por melhorar *A Cruz*. Melhorar o formato e introduzir-lhe gravuras. Não pouparemos esforços para que esta pequena folha de propaganda popular corresponda ao fim a que foi criada”. No mesmo editorial é anunciado que o preço não aumentará face a estes melhoramentos – “cinco réis cada exemplar – pois nos não movem intuítos lucrativos. Até agora ainda não foi possível equilibrar as nossas finanças...apesar de todos os esforços”. No último número, 56, de 08 de Abril de 1915, não houve uma explicação clara para o seu desaparecimento, antecedendo esta edição a chegada do novo bispo da diocese, D. Manuel Damasceno da Costa.

Na sua edição de 17 de Setembro de 1914, verificamos que as dificuldades de ordem económica também estavam presentes nas edições de *A Cruz* sendo o custo do papel uma das suas maiores dificuldades e, provavelmente, um dos fatores que conduziu ao seu encerramento.

A sua extinção antevia-se pelos relatos colhidos de o diário *A Verdade*, de 10 de Março de 1916, no respeitante à dificuldade de impressão deste boletim paroquial: “ainda esta semana nos é impossível publicar *A Cruz* por falta de empregados tipográficos”. Em outra passagem de *A Verdade*, a 19 de Outubro de 1916, é-nos contado que o custo da sua manutenção se estava a tornar incomportável: “a despesa com a publicação de *A Cruz* aumenta constante e assustadoramente, e a receita, além de permanecer a mesma, anda demasiado retardada para equilibrar as finanças da administração que só de crédito vem vivendo de há muito”. A questão económica terá sido a razão de maior força que desembocou no seu encerramento apesar de não termos uma explicação concludente para a sua extinção, na sua última publicação.

Na ilustração gráfica que efetuamos aos seus editoriais, notamos uma grande predominância dos editoriais religiosos sobre os demais, na ordem dos cinquenta e dois artigos, perfazendo a quase totalidade dos editoriais publicados, uma vez que *A Cruz* teve a publicação de cinquenta e seis números. Este dado confirma a sua especificidade jornalística enquanto boletim paroquial. Indicamos ainda, ao longo dos seus doze meses de existência, três editoriais dedicados à causa da *Boa Imprensa*. Da consulta efetuada apenas esteve em

falta um número, nos arquivos da Biblioteca Nacional de Portugal. Em consonância com o que afirmámos do programa de *A Cruz*, apresentado no seu primeiro número, a tabela por nós apresentado ilustra a sua finalidade eminentemente evangelizadora.

Tabela 6. Distribuição dos editoriais do semanário *A Cruz*

	1914	1915
Editoriais políticos	0	0
Editoriais religiosos	39	13
Editoriais sociais / económicos	0	0
Editoriais regionais / locais	0	0
Editoriais morais / ensino	0	0
Editoriais sobre a imprensa	2	1
Editoriais política internacional	0	0
Editoriais patrióticos	0	0
Editoriais literários / científicos / culturais	0	0
Editoriais entrevista	0	0

5.3.2.4. *O Norte*.

Por estranho que possa parecer, apenas conseguimos consultar este órgão da imprensa católica açoriana no acervo da Biblioteca Pública da cidade de Ponta Delgada, uma vez que na Biblioteca Nacional de Portugal não há qualquer registo da sua existência.

A análise foi efetuada a partir do número 243, de 6 de Janeiro de 1900, data correspondente ao seu quinto ano de existência. Ao delimitarmos a nossa investigação ao período de 1900 a 1926, não examinamos os cinco anos de edições anteriores, por não fazerem parte do arco temporal do nosso estudo. A esse respeito, apraz-nos dizer que muitos dos seus números não se encontravam disponíveis no acervo já referenciado, havendo várias discontinuidades ao nível das publicações. A atestar o que acabamos de dizer está o facto de, ao quisermos analisar a primeira edição de *O Norte* no ano de 1896, não ter sido possível fazê-lo nos arquivos de Ponta Delgada, uma vez que o primeiro número encontrado (192) era referente a 14 de Janeiro de 1899. Todavia, ficamos a saber, pelo seu último editorial publicado de 2 de Maio de 1903, de parte do seu programa inicial: “no artigo do programa

traçado há oito anos para este semanário, escrevemos o seguinte: não nos agasalhamos à sombra dos pendões de nenhum partido. Esta posição desassombra e inspira a verdade tal como se deve dizer – toda e a todos. Isso faremos”. *O Norte* teve uma existência de oito anos, o que, para a média de vida da maior parte dos órgãos da imprensa católica açoriana, assume características de uma assinalável longevidade. A fórmula encontrada para tal esteve certamente no distanciamento conseguido das querelas partidárias.

Foi fundado pelo cónego Christiano de Jesus Borges, professor do Seminário de Angra. Este distinto clérigo da diocese de Angra colaborou desde cedo na imprensa açoriana pelas mãos de Monsenhor António Maria Ferreira, no periódico *Amigo das Famílias*. Dirigiu o semanário *A Ribeira Grande*, a que sucedeu *O Norte*. Colaborou sempre em muitos jornais, mas de uma maneira especial em *A União* de Angra do Heroísmo. Mesmo na sua idade avançada e “apesar dos seus horríveis sofrimentos de parálítico-reumático”, não diminuiu a sua participação na imprensa escrita, nomeadamente em *O Correio dos Açores*, com artigos sempre muito apreciados, segundo Pereira (1939: 68). *O Norte* teve uma direção intermitente pelas funções que o seu diretor desempenhava na sede da diocese de Angra.

Ora Christiano Borges não estava sozinho, na medida em que contava também com a colaboração de vários membros do clero da ilha de São Miguel, como José Furtado do Couto e de José Rebelo Cordeiro. O primeiro sacerdote colaborou na imprensa católica dos Açores em órgãos como a *Phenix* e *O Peregrino de Lourdes* através de participações de âmbito poético. José Rebelo Cordeiro iniciou-se nas lides da imprensa em *O Norte*. A sua participação neste jornal da cidade de Ribeira Grande foi a rampa de lançamento para assumir anos mais tarde a direção do semanário *San Miguel*. Apesar da boa colaboração de outros sacerdotes, a alma do boletim paroquial estava na figura do cónego Christiano Borges. Isto mesmo nos é dito em edição de *O Norte*, de 15 de Setembro de 1900: “o Padre Christiano de Jesus Borges, antes da fundação da sua folha, colaborou em muitas outras, nesta ilha, deixando boa nota de crítico inteligente e sabedor no *Ribeira Grande*, jornal, que aqui existiu”.

O Norte informa-nos que o seu diretor, cónego Christiano Borges é possuidor de um “enorme talento” e de uma notável “honestidade de carácter”.

Fazemos referência também à edição do sexto ano do seu aniversário, a 12 de Maio de 1900, no número 261. Nesta publicação, no cabeçalho de *O Norte*, vinha estampada a imagem de Cristo objeto da maior devoção à época: o Santíssimo Coração de Jesus. As

razões apontadas para a ilustração iconográfica são-nos dadas nessa mesma edição: “porque foi uma promessa sincera àquele divino coração que determinou a fundação de *O Norte*”. *O Norte* estava consciente do seu contributo para a causa salvífica da Igreja a que se entregou de alma e de coração. O boletim paroquial assumia-se como um “atleta cristão”, dedicado ao serviço dos “interesses da religião”. No número 365, de 10 de Maio de 1902, ao celebrar mais um aniversário, *O Norte* reafirma-se ao serviço de uma “causa nobre e civilizadora”, porque “caminhamos ao nosso fim, cumprindo o dever de crente que defende a beleza e a verdade do seu credo”. No editorial da última edição de *O Norte*, é confessada a consciência do trabalho realizado ao nível da sua redação: “com o mesmo alento do primeiro dia, continuamos hoje a nossa tarefa. É trabalhoso e sem recompensas. Pouco nos importa”.

Merece a nossa atenção a bonita nota de despedida de *O Norte*, uma vez que ela manifesta a sinceridade de uma direção que não teve pejo em afirmar que o encerramento do órgão de imprensa que liderava não se ficou a dever a razões de ordem económica, como podemos comprovar da edição de *O Norte*, de 2 de Maio de 1903, uma raridade no seio dos órgãos da imprensa católica micaelense: “agradecemos a benevolência dos muitos subscritores de *O Norte*, pois convém afirmar que esta folha não conheceu graves dificuldades na sua vida económica e ainda agora, no momento de cessar a sua publicação, vivia desafogada e próspera”. Segundo a direção do boletim paroquial em análise, este facto não deveria ser ocultado derivado aos muitos auxílios que o povo micaelense sempre prestou às suas publicações.

As razões para este apoio estiveram, segundo o último editorial de *O Norte*, na capacidade de independência política que esta folha informativa sempre manifestou. Esta realidade é confirmada no seu último editorial, de 2 de Maio de 1903: “é preciso acentuar isto: *O Norte* deveu sempre a sua boa fortuna à inteireza de isenção partidária na apreciação da vida pública e dos acontecimentos de maior monta, nos últimos oito anos”.

O Norte viveu, durante oito anos, identificado com “os mais caros interesses do distrito”, havendo pugnado por eles e não raro encarando-se “com opiniões diversíssimas daqueles que os entendiam ao sabor das correntes partidárias”.

Por último, apraz-nos formular a mesma questão já efetuada para outros periódicos: o porquê do seu encerramento? É que o periódico em questão teve a curialidade de informar o seu público que iria encerrar mas sem dar uma explicação satisfatória no respeitante às razões

que o levaram a fechar portas. Apenas nos é deixado seguinte epílogo: “está, pois, finda a nossa missão. E findamo-la, sem da nossa parte, haver o menor ressentimento de ninguém”. Da ilustração gráfica que abaixo apresentamos inferimos que no respeitante aos dados apresentados em *O Norte*, nos cento e setenta números consultados, os seus editoriais se disseminam por quase todas as classificações da nossa grelha de análise. No caso de *O Norte* não deixa de ser significativo que os assuntos de âmbito local predominam a linha editorial, nos quatro anos que pudemos aceder às suas edições, de 1900 a 1903. Os quarenta e dois editoriais locais totalizados nos quatro anos em que pudemos aceder às suas edições mostram que este boletim paroquial estava profundamente ligado à região em que estava implantado. A significativa participação da comunidade cristã para o custeamento das suas publicações foi a prova dessa ligação comunitária. Os editoriais religiosos foram por nós mensurados em segundo lugar, não conseguindo obter a primazia dos assuntos editorialistas em *O Norte*. Em terceiro lugar, os assuntos sociais tiveram também uma significativa relevância nas edições deste título, muito por influência que teve a encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, nos primeiros anos do século XX. Em quarto lugar, aparecem-nos os editoriais de âmbito político. Por último, salientamos a expressão dos editoriais de âmbito moral, classificação editorialista sempre presente nas edições dos boletins paroquiais.

Tabela 7. Distribuição dos editoriais do semanário *O Norte*

	1900	1901	1902	1903
Editoriais políticos	6	12	8	0
Editoriais religiosos	8	9	13	2
Editoriais sociais / económicos	4	5	6	0
Editoriais regionais / locais	16	11	11	4
Editoriais morais / ensino	4	5	6	3
Editoriais sobre a imprensa	7	1	2	1
Editoriais política internacional	3	1	1	0
Editoriais patrióticos	0	0	0	0
Editoriais literários / científicos / culturais	2	1	5	0
Editoriais entrevista	0	0	0	0

5.3.2.5. *O Peregrino de Lourdes.*

O primeiro número disponível, nos arquivos da Biblioteca Nacional de Portugal, data de Fevereiro de 1900. Por diversas vezes, ao longo da nossa dissertação, já fizemos referência à influência na imprensa católica das ilhas do diretor de *O Peregrino de Lourdes*, o Cónego António Maria Ferreira. O administrador do boletim paroquial era o Pe. Eugénio Augusto de Oliveira, reitor do Liceu de Angra do Heroísmo de 1907 a 1909.

De realçar que, no cabeçalho deste periódico, aparece a chancela do bispo diocesano: “autorizado e recomendado pelo Prelado diocesano”.

O Peregrino de Lourdes conseguiu uma longevidade considerável, com duas décadas de existência, sendo fundado em 11 de Março de 1899 e encerrando a 11 de Março de 1908. Sabemos pelo relato do seu último editorial que o seu fecho se ficou a dever à fundação de um diário na imprensa católica de Angra do Heroísmo: *O Correio dos Açores*.

O Peregrino de Lourdes tinha uma periodicidade semanal, como quase todos os boletins paroquiais, ao nível da sua tiragem. As notícias de teor religioso dominavam a composição editorial do jornal. O semanário *San Miguel*, na sua edição de 26 de Outubro de 1907, chega a denominar *O Peregrino de Lourdes* de “intemerato semanário católico” pelo ardor cristão que colocava nas suas páginas.

Uma rubrica, no entanto, se destaca neste hebdomadário paroquial – “Notícias e factos diversos” sobre momentos do mundo. Na sua linha gráfica há uma preocupação pela sedimentação de uma espiritualidade mariana baseada nas aparições de Lourdes, sendo de salientar, nos números disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, uma constante descrição das festas que então eram celebradas pela diocese.

Consultamos no Arquivo Nacional, por serem os únicos números disponíveis, os números 603 a 670, com muitos números descontinuados. Neste sentido, pudemos aceder aos anos de 1900, 1901, 1907 e 1908. Naquele que é o mais antigo boletim paroquial por nós estudado, foram consultadas sessenta e nove publicações.

Dos sessenta e nove editoriais consultados de *O Peregrino de Lourdes* demo-nos conta da consideração de muitos sectores da Igreja pelo trabalho que esta publicação desenvolveu junto do catolicismo paroquial. “Muito recomendamos a aquisição deste jornal que belos serviços está prestando à santa causa católica em Portugal”, podemos confirmar do editorial de *O Peregrino de Lourdes*, de 11 de Julho de 1901.

A ausência de um plano de distribuição junto das freguesias também condicionava a chegada de *O Peregrino de Lourdes* aos públicos paroquiais. A este respeito, as iniciativas que anos mais tarde veio a tomar a *A Crença* junto dos párocos da ilha de São Miguel não foram seguidas em *O Peregrino de Lourdes*, não conseguindo estender as suas tiragens ao circuito distributivo que a inter-paroquialidade permitia. O apoio requerido nas páginas de *O Peregrino de Lourdes* assentava no facto de a imprensa católica ser um instrumento essencial para “combater a propaganda irreligiosa”. A “dissolução dos costumes” e a “licença sem limites que o jornalismo jacobino dia a dia difunde e, infelizmente, com reconhecido êxito no nosso país” foi combatido pelo *O Peregrino de Lourdes*. Para tal, foi necessário os católicos apoiarem esta cruzada através dos auxílios dos eclesiais. Consciente estava *O Peregrino de Lourdes* “da míngua de meios” com que lidava a imprensa católica “para fazer face às suas avultadas despesas”. Uma coisa ficou firmada: *O Peregrino de Lourdes* “combaterá sempre com a maior independência e denodo pelos mais delicados interesses religiosos”, como assevera em 5 de Maio de 1900.

Uma informação rara que só esporadicamente aparecia nos boletins paroquiais era a informação do preço da sua edição e da assinatura. *O Peregrino de Lourdes*, desde a primeira hora, colocou nas suas páginas o preço do jornal, com uma coluna titulada “Condições de assinatura”, de 6 de Outubro de 1906: “por trimestre, isto é: 12 números 500\$00. Assinatura por mais de um trimestre só para fora da ilha, sendo então: por 48 números (ano): 2\$000; por 24 números (semestre): 1\$000. Esta importância é em moeda insulana. Para o estrangeiro acresce o porte do correio.

A insistência no respeitante ao preço das assinaturas deve-se ao facto de *O Peregrino de Lourdes* não ter estabelecido parcerias distributivas com as paróquias da ilha em que estava implantado, como mais tarde vieram a efetuar os boletins *A Crença* e *A Cruz*, beneficiários de uma contribuição permanente das comunidades paroquiais.

No derradeiro editorial de 11 de Março de 1908, apesar do desconforto manifestado na publicação de *O Peregrino de Lourdes* por ter de findar a sua publicação, é-nos informado que o seu encerramento se fica a dever ao surgimento de um diário na imprensa católica da cidade de Angra de Heroísmo – *O Correio dos Açores*: “visto que é um bem maior, para a manutenção e conservação, prosperidade de *O Correio dos Açores*, apareça este quanto antes, que *O Peregrino de Lourdes* dá por finda a sua missão, embora com vivas saudades”.

A consciência da necessidade de um órgão da imprensa diarista na sede da diocese foi um sonho sempre presente no imaginário dos publicistas católicos açorianos. O próprio *O Peregrino de Lourdes* corrobora essa intenção manifestando que a sua direção desejou ter meios para se transformar em diário, algo que entretanto não se chegou a consumir, como podemos depreender de uma passagem do editorial já mencionado: “Juntamente com um amigo, por duas vezes, o actual diretor deste jornal (...) empregámos diligências para transformar *O Peregrino de Lourdes* num jornal diário”.

Na tabela relativa à classificação dos editoriais do boletim paroquial em apreço, realçamos a primazia dada aos editoriais religiosos sobre os demais, perfazendo, nos quatro anos que pudemos ter acesso às publicações de *O Peregrino de Lourdes* no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal, o número de trinta e dois artigos de âmbito religioso. A componente política foi transversal aos quatro anos estudados nesta folha dominical, consolidando-se, assim, em segundo lugar, os editoriais políticos com uma significativa expressão: vinte e três artigos sobre a vida política alusivos à crise social que grassava nos últimos anos da monarquia constitucional. Destacamos os dados de 1907, uma vez que os editoriais políticos publicados nesse ano ombream com os editoriais religiosos na medida em que nos encontrávamos no ano de implantação do Partido Nacionalista, por meio das organizações da Igreja Católica.

Por último, uma nota de referência à porção relativamente significativa dos editoriais locais e regionais: oito artigos relacionados com a realidade das ilhas, o que demonstra que os boletins paroquiais nunca se dissociaram da realidade telúrica onde estavam implantados.

Tabela 8. Distribuição dos editoriais do semanário *O Peregrino de Lourdes*

	1900	1901	1907	1908
Editoriais políticos	2	0	14	7
Editoriais religiosos	9	7	14	2
Editoriais sociais / económicos	0	0	0	0
Editoriais regionais / locais	4	1	2	1
Editoriais morais / ensino	0	0	1	0
Editoriais sobre a imprensa	1	0	2	1
Editoriais política internacional	0	0	0	0
Editoriais patrióticos	0	0	0	0
Editoriais literários / científicos / culturais	1	0	0	0
Editoriais entrevista	0	0	0	0

5.3.3. A imprensa diarista da diocese

A criação de órgãos da imprensa diarista foi desde sempre um sonho acalentado pelas instâncias diocesanas dos Açores. A consumação deste desiderato foi possível com a fundação de *A Verdade* e com a aquisição de *A União*, que, em conformidade com Costa (2008: 372), constituíram dois instrumentos importantíssimos para o fortalecimento religioso na Diocese.

Nesta sequência, o magistério diocesano consciencializou a necessidade de criação de “órgãos” de imprensa diários que marcassem uma substancial diferença ao nível do impacto e da visibilidade eclesial no espaço público de então. A falta de resposta pronta e rápida, no quadro da imprensa católica dos Açores, exigia a presença de diários que atuassem no palco jornalístico. Face a um contexto sociopolítico dominado por setores marcadamente laicistas, a Igreja encetou uma célere reação que, segundo o Magistério eclesial, se deveria situar no âmbito do diarismo. Os jornalistas católicos do arquipélago também alimentavam esta aspiração, como podemos constatar do boletim paroquial *O Peregrino de Lourdes*, de 11 de Março de 1908, que deu o seu lugar ao primeiro diário da diocese açoriana, na cidade de Angra do Heroísmo – *O Correio dos Açores*: “era tal o empenho que tínhamos de vermos nesta cidade um diário católico” (...). Apraz-nos referir que *O Correio dos Açores* não será abordado neste capítulo dedicado à imprensa diarista, porque já dele falamos enquanto periódico dedicado à causa nacionalista. Decidimos, nesta conformidade, aqui colocar os dois diários que mais longevidade tiveram – *A Verdade* e *A União* –, por corresponderem a projetos de cariz diocesano portadores de outra envergadura. Há, no nosso entender, um outro dimensionamento nestes dois diários, derivado ao investimento diocesano que neles ocorreu. Basta para tal verificar, a título de exemplo, que eram portadores de tipografia própria para a sua impressão. A longevidade que ambos tiveram constituiu um sinal da superioridade de recursos que possuíam.

Retornando ao editorial de *O Peregrino de Lourdes*, reconhecemos que o desejo da fundação de um diário era acalentado desde há muito por todos os órgãos da imprensa açoriana:

“Suspirámos desde sempre para que na capital da diocese açoriana se pudesse publicar um diário católico que dia-a-dia fosse acompanhando este movimento extraordinário da imprensa em nosso tempo, dando logo respostas condignas a tantas invetivas, erros e falsidades, calúnias que se espalham contra a Igreja e contra o seu clero...”

Existiam, no entanto, razões no seio da eclesialidade açoriana mais profundas, que impulsionaram a fundação de órgãos diaristas. A montante, segundo a nossa perspetiva, a localização das causas do diarismo diocesano procederam dos documentos do Magistério petrino alusivos à eficácia da imprensa quotidiana. Portanto, mais do que uma ambição do jornalismo católico açoriano, este desiderato derivava também da perceção da quebra de influência da Igreja junto das populações urbanas, ou seja, havia a clara consciência, por parte do Magistério, da urgência de se dar respostas a uma sociedade com cada vez menos analfabetos, havendo ainda que contrapor certas elites presentes na imprensa com fins contrários aos da mensagem cristã. A este respeito corroboramos Leite (2008: 154) quando advoga que os diários católicos que floresceram nas duas maiores ilhas açorianas se tornaram veículos privilegiados de divulgação do pensamento eclesial, e, outrossim, “locais de discussão pública de projetos sobre e para o cristianismo nas ilhas”.

A atitude decidida da Igreja proveio do seu cansaço ante os ataques anticlericais, gerando uma militância eclesial que se viria a tornar preciosa para os anos vindouros em Portugal. Ora a Cúria romana estava, nessa altura, particularmente bem informada sobre a situação da imprensa em Portugal, especialmente através dos relatórios enviados para Roma pelo nuncio Vanutelli. Porém, a geografia da imprensa católica apresentava grandes diferenças entre as várias regiões do país, e, assim, foi lançado o desafio, por parte do Magistério eclesial das dioceses, segundo Neto (1998: 230), para que se comesçassem a implantar diários nos grandes centros urbanos.

Vários são os documentos pontifícios sobre a necessidade de se fundarem diários nas sedes das dioceses. Citamos a este respeito dois excertos de documentos publicados por Leão XIII: “certamente será de muita utilidade que pessoas instruídas e piedosas se consagrem a publicações quotidianas”, podemos observar na Carta aos Bispos do Peru, de 1 de Maio de 1894 (Leão XIII, 1951: 11). Num outro documento de 8 de Dezembro de 1897, dirigido aos bispos do Canadá, Leão XIII apela-se à participação do laicado na imprensa diarista: “consagrem-se os católicos às lides da imprensa, sobretudo da imprensa quotidiana” (Leão XIII, 1951: 20).

5.3.3.1. O Diário *A Verdade*.

O diário *A Verdade*, com uma assinalável existência, que durou de 23 de Dezembro de 1911 até 29 de Novembro de 1924, foi um autêntico observatório de estratégias e de análises que vieram beneficiar profundamente a imprensa católica açoriana. Procedeu de *A Verdade*, na sequência do que acabamos de dizer, nomeadamente o quadro de quinze assuntos que devia nortear um boletim paroquial ao nível da sua estrutura editorial. Também foi a partir de *A Verdade* que nasceram outros órgãos da imprensa na diocese de Angra, como aconteceu com o boletim paroquial *A Cruz*, produzido nas suas oficinas tipográficas. É em *A Verdade* que conhecemos as conclusões saídas da primeira reunião dos jornalistas católicos açorianos, em 9 de Agosto de 1923.

Profundamente incorporado no trabalho jornalístico que se ia fazendo pela diocese de Angra, *A Verdade* não desistiu de pugnar por uma melhor atualização das suas edições e também agilizou, junto dos títulos congéneres, procedimentos para uma melhor resposta da imprensa católica no espaço público açoriano. No primeiro editorial, de 23 de Dezembro de 1911, este desejo de criar sinergias com outros órgãos da imprensa católica fica expresso com clareza: “saudando os nossos colegas da imprensa, pedimos-lhe a fineza da permuta”.

A luta por uma periodicidade diária nem sempre foi conseguida. O querer chegar, de uma forma mais frequente, junto do público da ilha Terceira foi uma constante na vida deste título. Atentos às publicações de *A Verdade*, observámos que só a partir de 9 de Fevereiro de 1914 se transmuta para diário, apesar de pretender, desde a primeira hora, pertencer à imprensa diarista do arquipélago. Com o número 1245, de 05 de Janeiro de 1918, *A Verdade* converteu-se novamente em semanário, aumentando consideravelmente o tamanho das suas páginas: altura 44, 5 cm e largura 31, 5 cm. O reconvertido semanário apresentava-se agora na primeira, segunda e quarta páginas com cinco colunas de texto, chegando a publicar um máximo de dez artigos. A última página era inteiramente constituída por publicidade.

Muito provavelmente, esta inconstância periodicista contribuiu para o seu encerramento, porque a diocese açoriana acalentava o sonho de possuir um diário estável e não um periódico intermitente no respeitante à sua periodicidade. *A Verdade* apresentava nas suas primeiras publicações quatro páginas. Os seus textos constavam, normalmente, de artigos longos, quase sempre com dois artigos na página inicial. Em algumas das suas edições, a segunda página aparecia ocupada por um só texto, sendo também editadas

informações respeitantes à vida do clero. Observamos a presença regular da rubrica “De Mansinho”, caracterizada por uma escrita irónica que visava dirigir-se, com o seu humor subtil, às hostes republicanas da ilha Terceira. Na terceira página, *A Verdade* publicava, normalmente, notícias respeitantes à vida pastoral da Igreja na coluna “No Templo”.

A Verdade, enquanto diário, a partir de 9 de Fevereiro de 1914, teve como diretor António Costa Ferreira e como editor e proprietário J. Maria Fernandes.

Na segunda página passou a ser publicada um apontamento intitulado “Formigabranca” sobre a perseguição da República à Igreja, numa clara alusão à ação hostil da maçonaria. Subscrevemos, nesta sequência Sousa (2005: 298), quando afirma que a melhor forma de organizar internamente o conteúdo de um jornal se encontra quando ele distribui as suas notícias por secções. Ora esta segmentação que ocorreu em *A Verdade* veio trazer uma nova diversificação informativa e um melhor interesse noticioso ao título em análise.

Designado “Com licença”, de 23 de Dezembro de 1911, *A Verdade* começa, no seu editorial inaugural, por pedir um acolhimento generoso no espaço público de então: “lugar para mais um”, ousando “esperar um acolhimento carinhoso”. A desmontagem dos erros decorrentes da ideologia republicana foi o primordial objetivo do novo periódico, tentando, assim, pugnar pelo ideal da verdade: “ora espalhar a verdade e defendê-la com a firmeza das nossas convicções dos ataques do erro é o lema que nos há-de dirigir nesta publicação. Sobre política diremos só o indispensável”. Nesta nota introdutória, a religião aparece como assunto primordial: “de religião trataremos sempre, ensinando, como nos cumpre, a doutrina da Igreja”, assumindo-se como um órgão verdadeiramente católico: “*A Verdade* é um jornal essencialmente católico: como tal apareceu, semanário, há cinco anos, diário, desde há três, e há-de viver paladino da verdade católica no futuro”.

Por último, nesta períclope, é firmado um compromisso com a autoridade do Magistério da Igreja: “protestamos fiel adesão à Santa Sé Apostólica e ao nosso prelado, declarando que imediatamente abandonaremos qualquer doutrina que mereça a sua condenação”.

As últimas duas páginas estavam reservadas para a publicidade do comércio angrense. Oito empresas publicitavam os seus serviços regularmente em *A Verdade*, preenchendo as páginas reservadas à publicidade na sua quase totalidade. Nesta sequência, avaliamos da leitura efetuada que cerca de uma página e meia era dedicada à publicidade. A expressiva quantidade de anúncios chegou a ter, em alguns dos seus números, sobretudo no tempo do Natal, duas páginas e meia de publicidade, o que, diga-se em abono da verdade, constituía

um significativo suporte financeiro para o título em análise. Uma das maiores receitas deste periódico situava-se nos seus serviços tipográficos, como podemos comprovar da passagem que se segue, na edição de *A Verdade*, de 20 de Abril de 1912: “esta tipografia encarrega-se de quaisquer trabalhos tipográficos, como livros, relatórios, prospectos, impressos para repartições públicas, cartas, circulares e memorandos, facturas, programas, talões, recibos, participações de casamento e rótulos, etc, etc.”

As assinaturas mensais tinham um custo de 125 reis e os números avulso 30 reis. Muito raramente as publicações surgiam com seis páginas. O seu primeiro diretor, editor e proprietário foi o Pe. José Patrício Lopes, de quem já falámos, referindo-nos ao tempo em que era diretor de *O Correio dos Açores*. Patrício Lopes esteve pouco tempo a dirigir *A Verdade*, sendo substituído por António da Costa Ferreira, também sacerdote, a partir do número 22. Em *A Verdade*, de 11 de Maio de 1912, é o próprio José Patrício Lopes que se dirige pela última vez aos seus leitores: “é meu dever agradecer a todos os excelentíssimos assinantes a deferência com que o aceitaram. O meu intento foi apenas contribuir para o triunfo da causa santa que abracei e que será sempre o ideal da minha vida”. O facto de José Patrício Lopes ter sido detido no Comissariado da Polícia de Angra do Heroísmo, por ter divulgado a *Pastoral dos Bispos Portugueses de 1911* à revelia das determinações governamentais, pôde ter precipitado a sua partida para a diáspora açoriana nos Estados Unidos da América. Assim, a partir deste número, o jornal passou a ser dirigido por António Costa Ferreira, sacerdote, sendo editor e proprietário José Maria Fernandes.

A partir do número 1384 de 1921, *A Verdade* passou a apresentar apenas duas páginas. As tiragens minimalistas com que vinha a sobreviver, no espaço público de então, antecipavam impreterivelmente o seu estertor, sendo um destes indicadores a descontinuidade das suas edições decorrentes das complicações tipográficas ao nível da sua impressão e às dificuldades económicas da crescente subida do papel, como observamos em *A Verdade*, de 3 de Fevereiro de 1923: “devido a doença do seu tipógrafo não se publicou nas últimas três semanas *A Verdade*”.

A partir de 16 de Agosto de 1924, o tamanho e o formato do jornal reduziram-se profundamente, derivado de novo à subida do preço do papel, diminuindo *A Verdade*, ao nível do seu formato, cerca de 10 centímetros em altura e cerca de cinco centímetros em largura. A assinatura de *A Verdade* era de 250 reis em 1921, passando em 9 de Dezembro de 1922 para 625, um aumento significativo que perdurou até 1924.

Todavia, salientamos que *A Verdade* encerrou pelas mãos do Bispo de Angra, D. António de Castro Meireles, o que demonstra o peso histórico deste título no contexto da imprensa católica insular. Castro Meireles, numa comunicação escrita numa das últimas publicações de *A Verdade*, assume ser da sua responsabilidade o encerramento deste periódico por ele ter de dar lugar a outro diário, na cidade sede da diocese. É pela pena do diretor, António da Costa Ferreira, em *A Verdade*, de 29 de Novembro de 1924, que colhemos a seguinte nota de despedida: “o meu agradecimento bem sentido a sua Ex.^a Revda o meu excelente Prelado que se dignou encerrar esta humilde existência jornalística com expressões carinhosamente benévolas e honrosas para a minha modestíssima acção”.

Do ano de 1911 até ao ano de 1924 foram mensurados, sob o ponto de vista de análise editorialista, os indicadores numéricos a seguir registados. No arco de tempo que se situa entre 1911 e 1916, os editoriais religiosos (236) e os editoriais políticos (289) predominam sobre os demais. Seguem-se os editoriais de âmbito social (134). A diversidade encontrada nos editoriais de *A Verdade* abarca a maior parte da classificação editorialista da nossa grelha de análise. Assim, constatamos que nos editoriais sobre o ensino foram encontrados sessenta e dois editoriais, seguindo-se os editoriais regionais (56) e os editoriais patrióticos (37). Destacamos os editoriais respeitantes a política internacional (52) por não serem frequentes na imprensa congénere. A partir da análise à última classificação editorialista, inferimos que a expressão havida nestes editoriais se deve certamente ao conflito que grassou de 1914-1918, correspondente à I Guerra Mundial. Os editoriais literários/científicos/culturais (51) também merecem o nosso destaque. Desde cedo que *A Verdade* contou com a colaboração de figuras de grande destaque cultural do país, nascidos nos Açores. Foi o caso de Manuel de Arriaga e de Teófilo de Braga, como nos diz a edição de 23 de Dezembro de 1911: “ufana-se o nosso humilde semanário com a honrosa colaboração do sr. Dr. Manuel de Arriaga, ilustre presidente da República portuguesa”. Em *A Verdade*, de 3 de Fevereiro de 1912, foi a vez de Teófilo de Braga brindar com a sua poesia as páginas do periódico angrense: “hoje publica *A Verdade*, legitimamente vaidosa de tão distinta colaboração, uma magnífica poesia do sr. Dr. Teófilo de Braga, ilustre presidente que foi do Governo Provisório da república portuguesa, livre-pensador e ateu, dedicada à Virgem Maria”.

Os editoriais alusivos à causa da *Boa Imprensa* também tiveram uma expressão considerável (23), realçando-se, por último, os editoriais entrevista (12) por serem os mais raros do nosso estudo, mas aqui em *A Verdade* revelam uma expressão significativa. Esta

tendência mantém-se nos anos subsequentes, como podemos comprovar da nossa distribuição gráfica, embora destaques que os editoriais de política internacional, no ano de 1917, ascendem a valores que os colocam em segundo lugar na classificação editorialista desse ano. Razões para o expressivo resultado de editoriais de política internacional é que o mundo, de 1914 a 1918, vivia num perturbador impasse resultante do conflito bélico que assolava a Europa.

Tabela 9. Distribuição dos editoriais do diário *A Verdade*

	1911-1916 (média)	1917	1918 Semanaário	1919	1920	1921	1922	1923	1924
Editoriais políticos	48,2	61	9	13	3	6	4	7	7
Editoriais religiosos	39,3	91	12	13	13	17	18	16	17
Editoriais sociais / económicos	22,3	33	6	8	6	5	6	6	8
Editoriais regionais / locais	9,3	16	2	3	4	5	5	2	2
Editoriais morais / ensino	10,3	4	7	2	0	2	4	2	2
Editoriais sobre a imprensa	3,8	3	3	1	3	2	1	3	1
Editoriais política internacional	8,7	68	7	5	2	5	4	4	1
Editoriais patrióticos	6,2	8	3	3	2	5	3	0	4
Editoriais literários / científicos / culturais	8,5	6	0	2	1	1	3	3	2
Editoriais entrevista	2,0	2	1	0	0	0	0	0	0

5.3.3.2. O diário *A União*. O *Times* de D. António de Castro Meireles

Debruçando-nos sobre aquele que veio a ser o órgão oficial da diocese de Angra, temos de falar inevitavelmente do responsável pela sua aquisição – o bispo D. António de Castro Meireles. A aquisição de *A União* deveu-se ao facto deste diário terceirense abarcar um volume considerável de assinantes desde 1893 e de nas suas páginas, mesmo não sendo um órgão confessional, ter sempre abraçado a mensagem da Igreja católica. *A União* veio a ter uma decisiva influência na imprensa católica das ilhas. Há um tempo pré *A União* e um tempo pós *A União* no periodismo católico açoriano. É que depois da sua compra não se verificaram pelas ilhas outras fundações de periódicos, efeito claro de o periódico angrense ter chamado si a oficialidade das informações diocesanas. Depreendemos que a investida de D. António de Castro Meireles (1924-1928) na imprensa açoriana correspondeu a uma visão pessoal do prelado para o catolicismo das ilhas. Até porque não se conhece anteriormente nenhuma ação de Castro Meireles na imprensa enquanto deputado, professor, ou mesmo quando era estudante em Coimbra. Ora o investimento de Meireles, ao adquirir *A União*, correspondeu a um elevado risco, no respeitante ao investimento e à adesão de um público afeto aos valores do cristianismo. A gradual diminuição de títulos, nos anos vinte do século passado, segundo Cordeiro & Silva (2009: 14-15), deveu-se ao restrito volume de assinaturas, havendo uma influência decisiva da Primeira Guerra mundial, que limitou produtos e abastecimentos, levando ao encarecimento quase incontrolável do papel e das tintas. Mesmo assim, o jornal que Meireles considerava o seu *Times* – *A União* – conseguiu resistir quase até hoje, encerrando em 2013.

Podemos deduzir que este investimento foi uma aposta pastoral carregada de arrojo e de uma ampla visão para a diocese: “Não debes deixar de assinar *A União* (...). É preciso muito dinheiro para a *Boa Imprensa*” (D. António Augusto de Castro Meireles, *Carta ao Padre Arnaldo Rebelo, Angra do Heroísmo*, 17 de Novembro de 1927).

Esta preocupação com a causa da *Boa Imprensa* está sempre presente em Meireles, aliás bem visível na habilidade financeira que teve de efetuar no respeitante ao diário de Angra do Heroísmo que viria a adquirir: “É necessário toda a poupança, como dizia o arcebispo de Calcedónia, porque não há imprensa diária” (D. António de Castro Meireles, *Carta ao Padre Arnaldo Rebelo, Angra do Heroísmo*: 15 de Outubro de 1924). A intenção do 34.º prelado açoriano na aquisição de *A União* correspondeu à necessidade de ser

construída uma maior consciência pública do cristianismo no arquipélago, contribuindo para a unidade dos cristãos no contexto de um território diocesano descontínuo: “O nosso diário católico lá vai emigrar. Serás um assinante. Vamos insensivelmente mas sempre marchando. Custou-me a firma 100.000\$00 insulanos, mas tenho casa para redacção, tipografia e administração. Foi tudo – máquinas, casa e firma. É o meu *Times*”. (D. António de Castro Meireles, *Carta ao Padre Arnaldo Rebelo*, Angra do Heroísmo: 29 de Novembro de 1924).

O investimento em jornais correspondia à necessária resposta que era preciso dar aos periódicos fundados pela maçonaria. Segundo Lopes (2008: 100), no século XX, algumas Lojas maçónicas de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo investiram, de facto, em periódicos que visavam divulgar os ideais maçónicos e combater a Igreja do princípio do século passado. Sublinha-se a ação da Loja Maçónica “União e Liberdade”, de Angra do Heroísmo.

Meireles estava consciente do perigo do surgimento de uma sociedade democrática laicista, considerando que ela poderia contribuir para extinguir a crença nas autoridades tradicionais. Na sequência do que dizemos, afirma Schudson (2010: 143) que as sociedades urbanas e instáveis têm dificuldades em vislumbrar qualquer significado transcendente. Segundo este autor, o realismo, e não a religião, torna-se a “luz-guia” no início do século passado. A aquisição de um diário na cidade sede da diocese foi uma tentativa de atenuar esta tendência no quadro da I República. Este processo não foi só gerado pela Igreja. Alguns centros patronais mais organizados procuravam, também, dotar-se de meios de ação política direta. A partir de 1924, ano em que Meireles é nomeado para Bispo de Angra, os principais diários nacionais tinham passado para as mãos de diversos sectores do mundo empresarial e eram usados como armas políticas, segundo Telo (2011: 116-117). Esta tendência das instituições se munirem de periódicos influenciou Meireles ou terá sido apenas uma coincidência para a aquisição havida em 1924, em Angra do Heroísmo? A *União* foi adquirida por Meireles, tendo em vista esta dinâmica de resposta à República. O diário fundado por Manuel Vieira Mendes correspondeu ao desejo de ser colmatada a inexistência de quotidianos na ilha Terceira. Foi a equipa de colaboradores do seu fundador que escolheu o nome de *A União*. Manuel Vieira Mendes dirigiu *A União* desde a sua fundação até à sua morte, em 1922. No primeiro número de *A União*, a 03 de Dezembro de 1893, foram firmadas as linhas que haviam de caracterizar o jornal ao longo da sua centenária existência:

imparcialidade e independência face às instituições partidárias e religiosas (Ponte, 2010: 114).

Em Novembro de 1924, começa uma nova fase na vida do jornal *A União*, adquirido à família do fundador por D. António de Castro Meireles. A partir de 01 de Dezembro desse mesmo ano, a Diocese de Angra assume a sua gestão. No número desse dia são reiterados os valores do seu fundador, com alguns novos dados que sublinhamos: a luta pelos ideais mais elevados, a defesa da Igreja injustamente perseguida na I República e a defesa dos oprimidos (Ibid.: 115-116).

“As colunas de *A União* continuam patentes, como sempre têm estado, para a defesa de qualquer causa justa de interesse público. Vamos melhorar a sua secção telegráfica. Os outros melhoramentos, que projectamos, irão sendo introduzidos pouco a pouco, já que a crise económica que estamos a atravessando nos inibe de os realizar já. Queremos assim corresponder do melhor modo, que nos é possível, ao favor que o público não só desta ilha e das outras dos Açores, mas também dos Estados Unidos da América do Norte e do Brasil tem carinhosamente dispensado a este diário.” (*A União*, “Mais um Ano”, 1 de Dezembro de 1924, n. 9055, p. 1).

A orientação ideológica do jornal não é, assim, alterada nos seus aspetos principais. A aquisição deste periódico pela Igreja correspondeu também ao intuito de Castro Meireles querer consolidar o Centro Católico Português nos Açores, constituindo *A União* um meio para a difusão da estratégia eleitoral dos católicos açorianos. Este pendor político inerente ao jornal diocesano *A União* nem sempre colheu as melhores ressonâncias por parte das falanges republicanas do arquipélago, como se poderá constatar do excerto que abaixo transcrevemos:

“A atitude de *A União* – diário e órgão católico, dirigido e redigido por clérigos – tem sido cruel e desumana, propagandeando e enaltecendo, como o mais tirânico órgão officioso, os grandes e os poderosos, os vencedores e os governantes, fustigando os vencidos, agredindo sistematicamente, os que, de braços amarrados, não se podem defender nem lutar...*A União* tem sido, pois, contra a opinião de muitos párocos, a antítese mais completa e mais perfeita da caridade.” (*República*, “Política e Religião”, Ano I, n. 7, Angra do Heroísmo, 14 de Junho de 1928, p. 2).

Confrontado com vozes contrárias, deladoras contumazes de o prelado diocesano imiscuir-se em âmbitos da esfera pública que não lhe competiam, Meireles manteve-se decidido na sua cruzada de verteberação do catolicismo insular. No excerto que abaixo transcrevemos, o bispo não esconde o elevado risco da nova aquisição efetuada pela Diocese

que orienta: “Imagina que no dia 01 de Dezembro, sai o Diário Católico – *A União*. Vai começar muito de mansinho por circunstâncias especialíssimas e para não perder a grande assinatura que tem. Que enorme despesa num meio tão pequeno. Deus nos ajude” (D. António de Castro Meireles, *Carta ao Padre Arnaldo Rebelo*, Angra do Heroísmo: 18 de Novembro de 1924).

Pelo investimento ocorrido ao nível da imprensa, na Diocese de Angra, entre 1924 e 1928, podemos concluir que Meireles estava bem consciente das funções do jornalismo, do seu papel capital no jogo democrático, bem como na defesa dos interesses da Igreja.

Com a aquisição de *A União* pretendia-se uma imprensa mais atual e atrativa, capaz de responder aos desafios da sua época. O que existia não era suficiente, por isso mesmo o prelado diocesano decidiu finalizar com o diário *A Verdade*, embora com algum desconforto resultante da maneira como terminou o título angrense. Aliás, é o próprio bispo de Angra que se justifica numa nota editada em *A Verdade*, manifestando aquilo que ele designa de “embaraço”:

“O director, inteligente e benemérito, deste semanário católico pede-nos para dizer duas palavras de despedida a uma obra que ele muito amou. Sentimo-nos sinceramente embaraçados, porque dificilmente encontraremos a palavra exacta que console na separação do filho adoptivo porque tanto se sacrificou. É que um jornal, mesmo quando não é por nós gerado e criado, desde que nele trabalhamos torna-se um pedaço da nossa inteligência e do nosso coração. Canseiras, suores, vigílias, contrariedades, más interpretações e sempre desconhecimento de quanto se sofre nesta actividade, fazem que amemos cada vez mais aquele que servimos. Os pais amam os filhos porque eles são uma síntese sagrada dos seus trabalhos e das suas dores. Que devemos, pois, dizer-lhe na despedida? Aqui está o nosso embaraço.” (D. António de Castro Meireles, “A Verdade”, *A Verdade*, 29 de Novembro de 1924, n. 1542, p. 1).

Na sequência da transcrição supracitada, apraz-nos referir que o prelado angrense, com o encerramento de um diário e a inauguração de um outro portador de uma carteira de assinaturas muito maior, teve por objetivo chegar a um público mais amplo, estendendo o catolicismo às franjas mais afastadas do catolicismo. Esta resolução trouxe uma muito maior mobilização ao cristianismo açoriano. A este respeito subscrevemos Santos & Pereira (2008: 173-174), quando afirmam que a mais antiga função do jornalismo é a mobilização. Ora Meireles, desde a primeira hora, sabe que, para suscitar mobilização para as suas causas, é fundamental o papel dos diários, confiado no trabalho ímpar de empatia social que desenvolvem.

O apostolado da *Boa Imprensa*, segundo o Concílio Plenário Português, foi considerado fundamental para a propagação da fé em toda a Igreja portuguesa (Fontes, 2000: 175). Esta realidade foi firmada dois anos depois da compra de *A União*, no Concílio Plenário Português, em 1926. O convite surgido no último concílio do episcopado português para que as dioceses portuguesas adquirissem órgãos oficiais foi antecipada nos Açores por Castro Meireles. Mesmo assim, o esforço do episcopado português para as dioceses adquirirem periódicos não explica o enorme risco de investimento, tanto mais que a Diocese de Angra não era abonada de meios que pudessem caucionar tal empreendimento ao nível dos *media*. O Concílio Plenário Português, realizado em Lisboa de 24 de Novembro a 03 de Dezembro de 1926, significou um grande esforço de reorganização interna da Igreja. A preocupação com a unidade presidiu a todas as deliberações do colégio episcopal, segundo Fontes (2000: 166), o que significa que a aquisição de *A União* correspondeu ao esforço interno da Igreja açoriana com vista à uniformização dos seus órgãos de informação.

A nova equipa redatorial inicia-se em 1 de Dezembro de 1924. Da análise por nós efetuada, aferimos que, quando a Igreja tomou posse da direção do jornal *A União*, três das suas páginas eram dedicadas em exclusivo a publicidade. A publicidade continha variedades comerciais de toda a ordem: o papel “Kuphi”, “para perfumar, sanear e purificar a ar das habitações; “Vinho de Missa. Uma especialidade!”; “Marmelada de Primeira! Quilo 10\$00”. A partir de 4 de Dezembro de 1924, o jornal passou para duas páginas apenas, reduzindo drasticamente a anterior publicidade nas primeiras edições da responsabilidade da Igreja, sinal porventura de algum afastamento do habitual público face à nova direção. *A União* conseguiu, no entanto, em muito pouco tempo, retornar a grande procura publicitária por um espaço editorial, tal acontecia desde a sua fundação, como verificamos do excerto da edição nº. 9063, de 11 de Dezembro de 1924, em artigo titulado “Explicação e desculpa”:

“Lutando nós todos os dias contra a falta de espaço, não podemos dar publicidade a artigos de menor interesse, ou a relatos sobre casos a que já se tenham feito suficientes referências no jornal. Pedimos, por isso, desculpa aos seus ilustres autores, cuja dedicação agradecemos, de não publicarmos alguns originais que nos foram enviados. Quando aumentarmos o formato do nosso jornal, então haverá lugar para muitos.”

A União, ao ser adquirida no número 9055, no dia 1 de Dezembro de 1924, alternava quotidianamente a sua paginação, apresentando-se com edições de quatro páginas e edições portadoras de duas páginas apenas.

Os seus novos diretores foram aclamados efusivamente pela imprensa congénere, confirmando os muitos créditos adquiridos no trabalho jornalístico desenvolvido na imprensa católica açoriana. O semanário *O Dever*, de 1 de Agosto de 1925, contemporâneo de *A União*, efetua rasgados elogios à capacidade da nova equipa redatorial.

“Saudamos os nossos queridos amigos, Cónego José Augusto Pereira e Pe. Costa Ferreira, como redactores e directores principais do importante jornal católico *A União*. Dois novos, de autêntico valor intelectual e já muito batidos nas lides da imprensa, onde criaram um nome, Augusto Pereira e Costa Ferreira são segura garantia de prosperidades, vida larga e brilho literário, assegurados ao nosso diário católico açoriano. Não terminaremos esta singela notícia sem felicitar-mos o amigo Costa Ferreira pela boa estrela, que o reconduziu ao serviço activo da imprensa católica, donde parecia querer perpetuamente viver exilado. Assim é que está certo e muito bem.”

Se de José Augusto Pereira já por diversas vezes temos feito alusão, António Costa Ferreira acabou por ser absorvido por *A União* quando findou o diário *A Verdade*. Detentor de uma longa atividade jornalística, foi diretor de *A Verdade* a partir de 1912. Fundou e dirigiu o boletim paroquial *A Cruz*, tendo sido redator principal de *A União*. Veio, inclusivamente, a assumir a direção do recém-comprado diário angrense em Outubro de 1932.

Da ilustração gráfica mensurada em *A União*, depreendemos que os indicadores referentes a Dezembro de 1924, inerentes ao seu primeiro mês editado, denotam uma acentuada divisão ao nível das dez classificações editoriais da grelha de análise, destacando-se os editoriais locais. No ano de 1925, podemos inferir que os dados recolhidos dos editoriais políticos e dos editoriais religiosos são idênticos, na ordem dos cinquenta e dois artigos. Seguem-se, em termos de expressão de distribuição de valores, quarenta e oito editoriais sobre a vida local. Os valores obtidos no respeitante aos editoriais de ordem social (21), sobre o ensino (22), de âmbito cultural (20) e sobre a política internacional (19) revelam uma mensuração muito próxima. Estes últimos dados fazem-nos concluir que a diversidade de temas abordados em *A União* foi abrangente, cobrindo a totalidade da classificação editorialista da grelha construída para esta análise.

Tabela 10. Distribuição dos editoriais de o diário *A União*

	1924	1925	1926
Editoriais políticos	1	1	1
Editoriais religiosos	1	1	1
Editoriais sociais / económicos	1	1	1
Editoriais regionais / locais	1	1	1
Editoriais morais / ensino	0	1	1
Editoriais sobre a imprensa	1	1	1
Editoriais política internacional	1	1	1
Editoriais patrióticos	1	1	1
Editoriais literários / científicos / culturais	1	1	1
Editoriais entrevista	1	1	1

5.3.4. Revistas culturais da diocese de Angra

Quando nos debruçamos sobre as publicações de cariz cultural surgidas na diocese de Angra, concluímos que estamos a falar de um género jornalístico que emergiu esparsamente no catolicismo das ilhas. Vejamos, após o encerramento de *A Phenix* em 1904, foi necessário esperar duas décadas para o lançamento de uma nova revista de âmbito cultural, não já na ilha de São Miguel, mas na ilha Terceira – os *Prelúdios* em 1924.

Como já referimos, foi a necessidade de se responder a um público cada vez mais exigente, situado no espaço urbano das maiores cidades do arquipélago, que moveu a Igreja açoriana a lançar este género de periódicos. Facilmente depreendemos, pelas reduzidas tiragens destas publicações, que o público a quem se dirigia tinha um espectro de leitores reduzido, porque a maior parte da população católica não era detentora de uma literacia cultural capaz de enquadrar na maior parte dos assuntos tratados neste género de revistas. Neste sentido, percebemos o porquê de as duas revistas culturais surgidas no catolicismo açoriano serem publicações destinadas a um nicho de público muito restrito, propenso à criação cultural e literária, realidade que só algumas elites tinham interesse em aceder.

Ora condições muito próprias fizeram com que medrasse em Vila Franca do Campo uma revista como a *Phenix*. Isso deve-se, como iremos ver, ao conhecimento do meio

literário micaelense de Ernesto Ferreira e à circunstância especialíssima de em Vila Franca do Campo ter nascido uma falange de poetas e escritores que se distinguiu ao nível insular e continental.

No caso da revista *Prelúdios*, a razão do seu nascimento incorpora-se precisamente no alfobre literário e artístico que era a comunidade académica do Seminário Maior de Angra do Heroísmo, a única escola de ensino superior de então.

O trabalho de elevação cultural que as duas revistas em análise possibilitaram na comunidade açoriana correspondeu a uma tentativa de superação do epíteto de iliteracia tantas vezes colado à Igreja. O público eclesial afeto às paróquias, tantas vezes cognominado de ser iletrado, destituído de possuir ferramentas interpretativas ao nível cultural, era agora bafejado com a existência de duas arrojadas publicações de cariz cultural.

O estilo das duas publicações, além de ter sido um palco de publicitação de composições poéticas e literárias, foi também um espaço privilegiado para análises e interpretações relacionadas com a vida eclesial, assuntos de fundo moral, sobre o ensino e sobre as publicações bibliográficas que a Igreja exortava para leitura fundamental inerente à edificação das almas crentes. Por conseguinte, subscrevemos Sousa (2005: 14), quando afirma que este tipo de publicações, mais do que descrever assuntos ou anunciar notícias, tinham como grande marca distintiva a interpretação de temas de fundo teológico, cultural e artístico.

5.3.4.1. *Phenix*

A revista *Phenix* manteve-se de Julho de 1902 até Março de 1904. Todavia, na pesquisa por nós efetuada no arquivo da Biblioteca Nacional de Portugal, só pudemos aceder a quatro números disponíveis do ano de 1902. Segundo Melo (1996: 48), a revista cultural nascida em Vila Franca do Campo conseguiu reunir, quanto a colaboradores, o que de melhor havia no arquipélago ao nível da produção literária e cultural. Aí escreveu inúmeras vezes o Dr. Urbano de Mendonça Dias, aí historiou excelentemente o Vigário Manuel José Pires. De realçar a participação, em inúmeros artigos, do sacerdote picoense que viria a ser Patriarca das Índias, Cardeal D. José da Costa Nunes. A componente literária da revista continha ainda a elaboração de textos originais onde se sublinham os artigos e os poemas dos prestigiados padres José Jacinto Botelho e Padre José do Couto. O padre José Jacinto

Botelho foi um assíduo colaborador da *Phenix*. Aí ensaia os primeiros voos de grande poeta e místico sacerdote retirado durante toda a sua vida no vale de Furnas. Ernesto Ferreira, de quem temos vindo a falar como uma das figuras mais proeminentes da imprensa católica do arquipélago, era íntimo do poeta e escritor Padre Botelho, havendo, inclusive, uma complementaridade na escrita do boletim paroquial *A Crença*, quando Ernesto Ferreira já não podia escrever. Esta complementaridade ao nível do trabalho editorial entre ambos nota-se sobretudo nos comentários ao Evangelho de domingo.

A revista *Phenix* apresentava-se com uma configuração original, expondo ilustrações que nos apraz indicar: a gravura com o horizonte estampado da terra que sedeou a revista cultural em análise – Vila Franca do Campo; encimada pela imagem da ave mitológica que lhe deu o nome, a *Phenix*.

Ora no artigo produzido pela pena de Ernesto Ferreira, intitulado “A nova Phenix”, em 15 de Julho de 1902, nas páginas seis e sete, são apontados os motivos que determinam o aparecimento da *Phenix*: “na mitologia a *Phenix* era uma ave única na sua espécie, que vivia quinhentos anos, morria queimada e renascia das suas cinzas. Estudemos as semelhanças e paridades entre ela e a nossa religião”.

Ernesto Ferreira, neste artigo, procura, através da imagem da ave mitológica, plasmar o nascimento do novo órgão de imprensa à missão da nova *Phenix* que é a Igreja. Associa, assim, a significação da ave mitológica que não morre ao serviço intemporal da “nova phenix” (a Igreja), incorporando ainda nessa missão o contributo do novo título por ele fundado. Diz-nos o seu diretor a este respeito: a “ave mística” que é a Igreja, “que já conta uma existência vinte vezes secular, e que há-de prolongar-se até ao fim dos tempos e, quando a julgarem morta, ela renascerá coberta de maiores glórias”.

A revista cultural surgida na costa sul da ilha de São Miguel, em Vila Franca do Campo, pretendeu representar a Igreja, erguendo-se num espaço público nem sempre asséptico, mas muitas vezes inquinado de hostilidades aos projetos eclesiais. A Igreja, enquanto promotora de cultura, excepcionalmente irrompeu na sociedade açoriana, constituindo, por isso mesmo, a fundação da *Phenix*, um inovador feito jornalístico na ilha de São Miguel. O surgimento de uma revista de cariz cultural distante do centro urbano da ilha – Ponta Delgada – onde decorriam normalmente a maior parte dos acontecimentos culturais não deixa de nos surpreender. O lançamento da *Phenix*, em Vila Franca do Campo, fica a dever-se, sem dúvida, à capacidade que Ernesto Ferreira teve em granjear

colaboradores de grande mérito cultural, derivado ao facto de ele próprio pertencer, pela sua elevada erudição, aos areópagos culturais do país. O objetivo traçado no editorial do primeiro número da *Phenix* estava enfim delineado pelo seu diretor: “elevar o nível intelectual e moral do povo açoriano que é bom e inteligente”. O esforço de elevação cultural junto da população micaelense, para reerguer um povo prostrado pela sua iliteracia, por não ter tido oportunidades de formação académica, foi uma dos grandes intentos da publicação em apreço.

Com uma periodicidade quinzenal, a revista *Phenix* estava, quanto ao seu ordenamento editorial, dividida em diversas secções, iniciando-se sempre, na sua primeira página, com um editorial da autoria de Ernesto Ferreira. Uma segunda coluna continha uma nota histórica, muitas vezes dedicada à ilha de São Miguel, havendo ainda uma parte dedicada à história da Língua Portuguesa. A parte religiosa intitulava-se “Religião e Letras” e era constituída por poesia e pensamentos. Nesta coluna, figuras históricas de Vila Franca do Campo, como, por exemplo, Bento de Goes, eram assaz recordadas.

“Impressões e notas” constituía uma coluna dedicada a transcrições de outros jornais que então se publicavam no arquipélago, com artigos normalmente de fundo cultural ou religioso. A secção “A *Phenix* em Lisboa” versava sobre os acontecimentos mais relevantes de âmbito social e político da vida da capital.

A coluna “Carteira Vila-franquense” era construída a partir de situações da vida local desta Vila da costa sul da ilha de São Miguel. A última página continha publicidade onde anunciavam normalmente cinco firmas locais.

As questões políticas, apesar de surgirem nas suas páginas, não eram frequentes na linha editorial do título em apreço, como podemos deduzir da *Phenix* de 15 de Outubro de 1902: “não é da índole de a *Phenix* tratar de questões políticas. Todavia, podemos ocupar dos interesses do país e dos perigos que o ameaçam sem quebra nem ofensa dos princípios sagrados que adoptámos por norma nestas lutas inglórias da pena”.

Não pudemos aceder às razões do encerramento da *Phenix*, no ano de 1904, uma vez que só conseguimos consultar quatro números referentes ao ano de 1902, os quais não avaliam, por isso mesmo, as razões que conduziram ao seu fecho. Tivemos conhecimento do seu último número através da obra de Melo (1996: 41), sendo na derradeira edição publicada uma sinopse do que foi a sua ação jornalística no panorama açoriano: “história, tradições, lendas, nobres aspirações, desejos de novos melhoramentos, enfim, o passado, o

presente e algo do futuro de Vila Franca do Campo ali fica delineado nas páginas de *A Phenix*”. Da análise aos valores da distribuição editorialista, nos quatros números consultados de *A Phenix*, inferimos que eles se dividiram por quatro classificações inerentes à grelha de análise que sustenta a nossa ilustração gráfica: editoriais regionais e locais (1), editoriais morais e sobre o ensino (1), editoriais patrióticos (1) e editoriais sobre a imprensa (1).

Tabela 11. Distribuição dos editoriais da *Phenix*

	1902
Editoriais políticos	0
Editoriais religiosos	0
Editoriais sociais / económicos	0
Editoriais regionais / locais	1
Editoriais morais / ensino	1
Editoriais sobre a imprensa	1
Editoriais política internacional	0
Editoriais patrióticos	1
Editoriais literários / científicos / culturais	0
Editoriais entrevista	0

5.3.4.2. *Prelúdios*.

No primeiro número da publicação de *Prelúdios*, em Janeiro de 1924, com o título “Iniciando”, a publicação afirma-se como uma “pequenina revista de estudantes do Seminário”.

O seu lançamento teve o “intuito primeiro de incutir” nesta escola de formação sacerdotal “o gosto pelas Belas Letras”, procurando “simplesmente fomentar as letras, este é o nosso principal intento: ensaiarmo-nos na poesia e na eloquência, que são as fontes donde mais puro emana o belo”. As edições de *Prelúdios* resultavam do trabalho letivo anual ministrado no Seminário Maior. Portanto, fazia parte do currículo formativo do Seminário a atividade jornalística, perfeitamente incorporada nas suas atividades académicas. Na edição

de *Prelúdios*, de Janeiro e Fevereiro de 1927, são mencionados os benefícios que a sua publicação originava ao nível da formação académica, no Seminário Maior de Angra do Heroísmo. Era apontado no texto em questão um dos objetivos centrais do seu lançamento: “uma revista no Seminário tem a grande vantagem de ensinar aos alunos o manejo da pena, que representa, como se sabe, o poder soberano dos nossos dias”. O editorial mencionado destaca ainda que a edificação da revista *Prelúdios* contribuiria, certamente, para a formação dos futuros jornalistas da imprensa católica dos Açores.

A *Prelúdios* assumia-se, assim, como um laboratório formativo para um possível desempenho dos futuros sacerdotes, nos órgãos diocesanos: “por meio dela se reconhecem as aptidões dos estudantes, facilitando-se à autoridade a escolha dos mais idóneos para a redacção das publicações diocesanas”. Menciona-se, ainda, o quanto de benefícios poderia redundar a participação dos seminaristas na imprensa. É que por meio da “sua revista” o seminarista poderá aprender “a expor com ordem, clareza e precisão os seus conceitos na imprensa, ser-lhe-á mais fácil evitar incorrecções quando porventura tenha de improvisar no púlpito ou noutra lugar”.

O contributo formativo era algo assente no entendimento da equipa de redatorial de *Prelúdios*: “semelhante trabalho desperta o gosto literário e suscita vocações de apostolado social, que doutra forma ficariam talvez inertes e ignoradas”.

A revista encontrava-se dividida em diversas secções, apresentando-se como um órgão de imprensa que resultava da academia literária do Seminário da Diocese. No programa traçado, no seu editorial inaugural, deparamo-nos com a informação de que “o artigo de fundo” procedia da criação literária “das mais distintas penas”, afirmando-se ainda, no artigo inaugural já citado, que o órgão em apreço não se limitaria à colaboração do corpo discente do Seminário, porque iria sempre solicitar a colaboração “dos acabados na arte de escrever”.

O comemoracionismo foi outra das componentes presentes nos números da revista *Prelúdios*, coluna onde se destacavam aniversários, figuras relevantes da Igreja, datas marcantes do calendário litúrgico: “um ou outro número da nossa revista poderá ser exclusivamente dedicado à celebração de algum personagem ilustre ou feito memorando” (*Prelúdios*, Janeiro de 1924).

O reduzido formato da publicação em apreço apresentava, no seu subtítulo, as seguintes menções epigráficas: “Revista de carácter literário-religioso”, “Órgão do A.D.L. do Seminário de Angra”. Em *Prelúdios*, de Dezembro de 1926, ficamos a saber que a sigla

A.D.L. correspondia a “Ateneu Dramático-Literário”. Faziam parte desta associação estudantil, proprietária da revista em análise, sócios da comunidade escolar do Seminário e párocos da diocese. Do Ateneu eram anualmente convidados novos membros, normalmente quatro novos alunos, para orientarem a publicação de *Prelúdios*: “encontrando-nos já a terminar o curso e por conseguinte prestes a deixar o Seminário, convidámos dentre os sócios do “Ateneu Dramático-Literário”, quatro novos alunos”.

A sua publicação era mensal, a redação e a sua administração situavam-se no edifício do Seminário de Angra, sendo a composição e a impressão elaboradas na Tipografia Andrade, na cidade sede da diocese.

Na edição de *Prelúdios* de Outubro e Novembro de 1927, há a consciência de que uma revista de cariz literário envolve “muito trabalho, esforço, sacrifício e luta sobretudo” num meio como o açoriano “tão falho de recursos e tão cheio de obstáculos”. Retiramos ainda a importante informação do carácter singular desta revista na realidade do arquipélago dos Açores, pois não existia nenhuma outra publicação com o objetivo cultural de *Prelúdios*: “sendo os *Prelúdios* a única revista açoriana que se tem mantido sem interrupção desde o seu início, o seu aniversário constitui um motivo de grande júbilo para todos os seus redactores que a ela se têm dedicado com todo o seu esforço e talento”. Ao nível dos seus conteúdos, a revista *Prelúdios* possuía essencialmente trabalhos originais, de teor literário e espiritual, produzidos por alunos e professores da única escola de ensino superior existente do arquipélago na época. Não continha colunagem na sua paginação, apresentando-se os textos disseminados nas suas páginas, ora em estrofes poéticas, ora em prosa sobre temas eclesiais, culturais e morais. Na ótica de Sousa (2005: 252), a revista *Prelúdios* estaria em conformidade com as alterações havidas nos jornais do início do século: “a simetria deixou de ser o modelo hegemónico da paginação, encontrando-se soluções gráficas na assimetria”; a paginação assimétrica levou a que as notícias mais importantes comesçassem a ser inseridas no cimo das páginas ou no seu canto superior exterior. A rubrica “Crónicas” fazia eco das iniciativas do Seminário Maior de Angra, constituindo também um eco vocacional junto dos seus leitores.

A publicação em apreço possuía uma média de doze páginas impressas, tendo a sua assinatura o seguinte preço: ano (5\$00), semestre (3\$00). Para fora da ilha Terceira acrescia a estes valores o porte e o pagamento adiantado.

A sobrevivência da revista *Prelúdios*, como podemos observar do artigo “Vendem-se números avulso. Aviso”, de Janeiro de 1926, estabelece uma estratégia para garantir a sua sustentabilidade: “a nossa revista é uma empresa sem fundos. É esta a razão por que determinamos que o pagamento das assinaturas fosse adiantado”. No mesmo artigo, adivinham-se as dificuldades inerentes à sua manutenção, pois era da cobrança das assinaturas de que dependia a sua sobrevivência, nem sempre acontecia com a brevidade requerida: “muitos dos nossos estimáveis assinantes ainda nos devem o ano transacto, o que equivale a dizer que estamos à peneira, com um desfalque nas contas da nossa administração relativa a 1925. É favor que se lembrem de nós, os assinantes atrasados”.

No seu número 20 e 21, referentes a Outubro e Novembro de 1926, depreendemos que o curso da sua edição nem sempre correu fluidamente, derivado à difícil gestão da tesouraria como assinalamos do excerto que transcrevemos: “por dificuldades insuperáveis vimo-nos forçados a publicar num único número e com grande atraso os números da nossa revista correspondentes a Outubro e Novembro, do que pedimos desculpa aos nossos estimáveis assinantes”.

No artigo titulado “Nota Final” em *Prelúdios*, de Abril e Maio de 1928, apesar de não percebermos uma razão concludente para o seu encerramento, deduzimos que certamente pesou, como temos vindo a aludir, a deficitária cobrança de assinaturas de um órgão que estava circunscrito a um público eminentemente ligado ao espectro sacerdotal e, por conseguinte, sem grande extensão junto do laicado: “agora, caros leitores, vamos descansar. Desta vez a despedida vai acompanhada duma súplica: “perdoai-nos as nossas faltas...” circunstâncias várias não permitiram uma certa regularidade na publicação da revista (...) tínhamos empenho em corresponder ao agrado com que tem sido recebida e protegida, mas nem sempre a brisa é suave”.

Dos editoriais escritos entre 1924 e 1926, inferimos que tendencialmente versaram sobre questões inerentes à cultura. Na análise gráfica dos indicadores colhidos, no ano de 1924, registamos quatro editoriais sobre literatura, seguindo-se três artigos de foro religioso e apenas um dedicado à causa da *Boa Imprensa*. Dos sete editoriais de 1925 observados por nós, relevamos a tendência maioritária de artigos patrióticos (2), em igualdade de expressão com publicações culturais. Por último, registamos que os editoriais sobre o ensino, os religiosos e os alusivos à imprensa também foram publicados nesse ano com um artigo em cada uma destas classificações. Finalmente, por referência aos seis editoriais respeitantes ao

ano de 1926, avaliamos que os editoriais políticos tiveram uma supremacia sobre todos os outros, registando-se uma divisão igualitária entre os editoriais políticos, os religiosos e sobre o ensino com um artigo em cada uma destas classificações da nossa grelha de análise.

Tabela 12. Distribuição dos editoriais de *Prelúdios*

	1924	1925	1926	1927	1928
Editoriais políticos	0	1	2	2	1
Editoriais religiosos	3	0	1	1	1
Editoriais sociais / económicos	0	0	0	0	0
Editoriais regionais / locais	0	0	0	0	1
Editoriais morais / ensino	0	1	1	1	0
Editoriais sobre a imprensa	1	1	1	0	0
Editoriais política internacional	0	0	0	0	0
Editoriais patrióticos	0	2	0	1	0
Editoriais literários / científicos / culturais	4	2	1	0	0
Editoriais entrevista	0	0	0	0	0

5.3.5. Jornais associados ao Centro Católico Português.

O “Apelo de Santarém”, de 1913, reunindo as intenções do episcopado português, acabaria por originar a fundação do Centro Católico Português em 1917. A partir de 1919, ano em que António Lino Neto assume a presidência, a ação do Centro consegue combater com algum sucesso as medidas republicanas radicais, alcançando ainda recuperar alguns dos direitos perdidos pela Igreja Católica (Silva, 2010: 23). O Centro passou a ser reorganizado a partir dos finais de 1919 com um tato político mais apurado, relevando-se no congresso em Lisboa, onde foram reelaboradas as suas bases, iniciando um distanciamento aos sectores monárquicos.

Ora era sentida uma nova atitude do Vaticano quanto à aceitação dos regimes republicanos. Nos últimos anos, o episcopado vinha alertando para a necessidade da união com todos os católicos. O Centro passou a constituir o ponto à volta do qual se devia operar essa união e a partir do qual se havia de desenvolver a sua ação em prol dos direitos da Igreja, descolando-se da reposição do regime monárquico em Portugal. O Centro Católico

Português foi uma tentativa de a Igreja entrar no jogo democrático, contrariando o fundamentalismo jacobino da Primeira República. Todavia, os tempos de instabilidade política reclamavam por um regime ditatorial musculado. Há, nas palavras de Salazar que aqui se registam, algo de premonitório quanto ao destino do Centro Católico. De facto, acabou por se esfumar na União Nacional e no designado Estado Novo: “Deve admitir-se que o Centro evolucione, até mesmo a ponto de vir a constituir-se em partido, integrado neste ou noutro regime. Mas talvez não valha a pena estar a definir a directriz dessa evolução, que deve ser determinada por circunstâncias hoje impossíveis de prever”.

O discurso político do Centro Católico estava consubstanciado nas seguintes medidas: a apologia e propaganda da doutrina dogmática e moral do catolicismo; a defesa da liberdade do culto religioso; a propagação de livros, folhetos e periódicos católicos; o incremento de agremiações juvenis; conferências e congressos; instituições de benemerência e obras sociais, modeladas pelos ensinamentos dos papas. A mudança comportamental brusca operada pelo republicanismo levou o Centro Católico Português também a uma intervenção de fundo moral: “eleva-se o número dos divorciados, quer dizer, o número das famílias desorganizadas, ou extintas; eleva-se também o número dos criminosos” (*A União. Órgão Oficial do Centro Católico Português* (1921), “Crimes por divorciados”, 17 de Agosto, p.2).

Para se pertencer ao Centro Católico era necessário apenas ser-se católico. A sua estrutura estava delineada do seguinte modo: um Conselho Central, com sede em Lisboa, presidido pelo Cardeal-Patriarca, que, como órgão de gestão central, se ramificava em comissões nas sedes de cada diocese, sob a presidência do respetivo prelado ou de um seu delegado (Alves, 1996: 63-65).

Os jornais católicos açorianos fundados na segunda e terceira décadas do século XX adotaram os princípios do Centro Católico, na sequência do apelo efetuado pelo episcopado português. Adotamos a este respeito a visão aduzida por Santos (2005: 83) para a caracterização dos quatro periódicos enquadrados neste grupo: com um estilo marcadamente partidário, os títulos em análise não primaram por ter nas suas páginas um jornalismo de informação.

Ora os bispos portugueses, ao convocarem todos os católicos para uma ação pública, em sintonia com a organização do Centro Católico, envolveram necessariamente nesta campanha os órgãos de imprensa afetos à Igreja. Este envolvimento da Igreja portuguesa nos trabalhos de associativismo inerentes ao Centro Católico contribuiu, na perspetiva de Cruz

(1995: 128), para o aumento da participação política e para o reforço da convivência democrática. Mas houve, como iremos ver, sinais de desagrado, de alguns setores internos do catolicismo a esta ligação política ao Centro Católico. Todavia, foi a tentativa encontrada pela Igreja para concretizar na esfera pública de então um sinal de resistência, correspondendo ao desejo que uma agremiação partidária lhe pudesse servir de escudo protetor no tempestuoso ambiente político da I República. Tendo em conta que são três os grupos que normalmente leem os conteúdos da imprensa católica – os que acatam sem discutir as orientações eclesiais; os que estão abertos a todos os valores; os que consideram que a Igreja não detém toda a verdade, entendendo que os conteúdos publicados são passíveis de serem reformulados pelas suas opiniões pessoais (FFPC, 2012: 26-28) –, porventura, a Igreja não mediu as ressonâncias negativas que poderia suscitar a sua incursão pelos meandros da política, sobretudo ao nível do terceiro público de leitores.

Na diocese de Angra, quatro foram os periódicos que abraçaram esta bandeira de intervenção política: *A Actualidade*, *Sinos d’Aldeia*, *A Boa Nova*, *O Dever*. À colação, a imprensa católica também entrou na campanha de divulgação do Centro Católico nos Açores. A fundação destes quatro periódicos ocorreu no quadro da I República. Ora, segundo Baptista (2012: 57), a República contribuiu para o aparecimento de notícias de fundo político com a constante mudança de governos (Baptista, 2012: 57). Os periódicos católicos não fugiram a esta tendência geral do jornalismo no período republicano.

Recordamos, a esse respeito, que o Congresso dos Jornalistas Açorianos, havido a 9 de Agosto de 1923, dedicou a maior parte das suas conclusões à instalação das bases necessárias para o Centro Católico Português ter a devida implantação no arquipélago. A sexta conclusão do encontro de Vila Franca do Campo, em que estiveram presentes três dos quatro jornais pertencentes a este grupo jornalístico, com a exceção do semanário faialense *A Boa Nova*, é importante ser lembrada, pois informa-nos a uniformidade editorial requerida para todos os títulos católicos açorianos:

“Que a Santa Igreja pela voz de Sua Santidade o Papa e do Venerando Episcopado Português, pede com a maior instância a organização dos católicos portugueses para uma acção no campo político, a qual tem como primeiro objetivo a defesa dos interesses da nossa Pátria; e que esta organização é o Centro Católico Português, para o qual o nosso Venerando Episcopado convocou todos os católicos de boa vontade.” (*A Actualidade*, 22 de Agosto de 1923).

Antes de aprofundarmos as razões que levaram a Igreja a abraçar esta causa, podemos levantar as seguintes perguntas: se o Cento Católico era um partido, uma associação, se tinha interesses partidários de governação, se foi algo difuso na vida política nacional da época, ou tão-somente constituiu um escudo partidário para proteger a Igreja ante uma esfera pública assaz vezes agreste? A nosso ver, o Centro Católico Português conjugou todos esses atributos em si, situando-se num patamar que pretendeu superar o estrito jogo partidário respeitante ao sistema político da I República. Talvez, pela forma difusa como se apresentou, nem sempre foram acatados com bonomia os seus princípios, inclusivamente por alguns dos seus mais notáveis membros, como Oliveira Salazar. Ora o princípio da “religião acima de tudo” do Centro Católico Português, foi contestado pelo futuro presidente do Conselho num célebre discurso em 1922. Sendo a prioridade reagir à descristianização da sociedade, Oliveira Salazar, sustenta que os católicos não devem votar num partido confessional, mas exigir que os partidos em que votam não adotem políticas contrárias ao catolicismo e apresentem candidatos católicos. A defesa intransigente da Igreja Católica, na ótica de Almeida (2009: 285-286), leva-o a tomar posição a favor da liberdade política dos católicos. A incursão política da Igreja portuguesa pelo Centro Católico trouxe algumas divisões e discórdias, porque ultrapassava a própria natureza da Igreja ao lançar-se assim para o jogo partidário. Aqui subscrevemos Bourdieu & Saint-Martin (1982: 39) quando afirmam que a estrutura do catolicismo reside essencialmente na mensagem cristã e esta aponta para uma verdade dominada pela lógica do acordo, da aliança, da conciliação com a ordem social e com o mundo. Este intento corresponde à essência da eclesialidade e, quando não é conseguido, surgem inexoravelmente as divisões internas como aconteceu com a adesão eclesial ao Centro Católico Português.

Também os documentos pontifícios impeliram a Igreja a abraçar os pressupostos que constituem o verdadeiro objeto da democracia cristã: “o triunfo da justiça e a prática da caridade, mas sem pretender falar em nome da Igreja”, como é dito na Instrução da Sagrada Congregação dos Negócios Eclesiásticos de Leão XIII, de 27 de Janeiro de 1902 (Leão XIII, 1951: 24). É que, se por um lado, a ordem era para a Igreja não se imiscuir em assuntos políticos, cultivando uma equidistância estratégica em relação à conflitualidade partidária, por outro lado, verificamos que o Centro Católico Português, apesar de se apresentar publicamente com um papel suprapartidário, certo é que possuía todos os ingredientes idênticos a um Partido da I República.

Em alguns setores da Igreja, era sentido um mal-estar diante desta sua incursão pelas hostes políticas. Por outro lado, houve um empenho, muitas vezes sub-reptício, diga-se em abono da verdade, do espíocado por esta causa democrata-cristã decorrente do C.A.D.C. de Coimbra.

É em *Sinos d'Aldeia*, de 4 de Dezembro de 1919, que os padres Nunes da Rosa e Eduardo Camacho se questionam acerca de como deveria ser a sua intervenção política face às deliberações do episcopado. O documento episcopal defendia que “todos os católicos portugueses deveriam submeter-se ao poder civil, tal como hoje se acha constituído, e desempenhar sem repugnância, para o bem da Religião e do Estado, as funções civis que lhe forem confiadas”, dependendo tal aquiescência do facto de as autoridades portuguesas garantirem à Igreja plena liberdade para continuar a sua “divina tarefa” em Portugal. Diante deste olhar dos prelados, os referidos sacerdotes picoenses questionam-se: “e poderão os católicos integrar-se na vida civil com a sua abstenção política? E poderão os católicos garantir a vida da Igreja, a sua própria liberdade e o gozo dos seus sagrados direitos, sem intervir na vida política e administrativa do país? E poderá essa influência exercer-se sem uma organização sólida e disciplinada?”. A Igreja não escondia algum retraimento ao intervir politicamente por meio do Centro Católico Português.

Apesar das insistentes convocatórias da Igreja, mesmo reafirmando que o papel do Centro Católico Português era suprapolítico, não alcançou grande sucesso ao nível dos sufrágios eleitorais, conseguindo três deputados, António de Oliveira Salazar, Braga da Cruz e o futuro Bispo de Angra do Heroísmo, D. António de Castro Meireles. Ora os desaires eleitorais foram recebidos, na imprensa açoriana católica, de forma aziaga, como podemos observar em *O Dever*, de 6 de Fevereiro de 1926: “a nossa derrota eleitoral nas eleições de Novembro passado veio confirmar mais uma vez que somos uma maioria moleirona, paquidérmica. A má figura que os católicos fizeram no campo eleitoral veio provar também que a sua mentalidade política é horrível e criminosamente escandalosa”.

Depois de o Estado Novo ter assumido a governação do país, na sequência do golpe militar de 28 de Maio de 1926, o Centro Católico Português deixou de ter lugar na cena política nacional, diluindo-se no novo cenário político onde emergiria o seu antigo deputado, António de Oliveira Salazar.

Vejamos alguns dos apelos que os bispos de então lançaram aos católicos portugueses em favor do Centro Católico: “o Centro Católico corresponde às instruções da Santa Sé”;

“para ele convocamos todos os católicos de boa vontade”; “todos os jornalistas católicos devem acatar a voz dos bispos”; “a sua obrigação (a dos jornais católicos) em tudo o que toca aos interesses religiosos e à ação da Igreja na sociedade, é submeterem-se plenamente, de inteligência e vontade, como todos os outros fiéis, aos seus bispos e ao Pontífice Romano e respeitar e fazer respeitar as suas determinações”.

Face à toada de convocação dos prelados portugueses, os órgãos da imprensa católica tornaram-se reprodutores fiéis das resoluções episcopais, como podemos inferir em *A Verdade*, no editorial “A resposta do episcopado português à carta de Sua Santidade Bento XV”, de 24 de Abril de 1920: “acatando as instituições vigentes, e prestando o respeito devido à autoridade, obedecemos também às leis promulgadas pelos poderes públicos sempre que não contrariem as leis de Deus, as Leis da Igreja, e ditames da consciência”. A fundação do Centro Católico foi geradora, no entanto, de algum desconforto na Igreja. Sob um ambivalente compasso binário “de querer e não querer”, “apoiar e ao mesmo tempo recuar”, assim se caracterizou o relacionamento do episcopado com o Centro Católico Português.

Este modo de proceder leva-nos à conclusão que nem sempre a Igreja teve a coragem de abraçar de forma descomplexada a causa que queria assumir. Em contrapartida, mais do que o Magistério eclesial, as bases eclesiais assumiram com maior arrojo esta causa política, assumindo aqui grande destaque os periódicos católicos afetos ao Centro Católico Português.

5.3.5.1. Semanário *A Actualidade*.

O hebdomadário *A Actualidade* inaugura a sua publicação a 5 de Fevereiro de 1920, sendo o seu primeiro diretor o Pe. Ernesto Ferreira e secretário o padre José Joaquim Rebelo. Encerrou as suas publicações a 29 de Setembro de 1929, permanecendo junto do seu público durante sensivelmente uma década. O Pe. Ferreira, como já foi aludido anteriormente, acumulava a direção de *A Actualidade* com a coordenação do boletim paroquial *A Crença*.

A delineação gráfica do jornal *A Actualidade* apresentava-se estruturada da seguinte forma, na página inicial: um editorial escrito normalmente pelo Pe. Ernesto Ferreira, um comentário de ordem política e social e uma rubrica literária e moral.

O pendor moralista de *A Actualidade* constituiu uma marca ao longo da sua existência, como podemos observar da passagem de 15 de Junho de 1922, no respeitante à avaliação

dos efeitos da sétima arte: “procurem as pessoas que ainda prezam a moral, evitar que o flagelo do cinema se espalhe pelas nossas vidas; procurem desviar o povo dos espetáculos que para aí se dão e que são verdadeiras escolas de todos os vícios. O cinema é inimigo da família, da moral, da boa educação; tratemo-lo como inimigo”.

A segunda página era constituída por notícias do mundo e por páginas de literatura, contendo a participação de ilustres poetas como Armando Côrtes-Rodrigues, pertencente à geração do *Orpheu*, entre outras valiosas presenças da intelectualidade da ilha de São Miguel. Esta capacidade de granjear vultos da cultura local para a imprensa católica açoriana foi condão de Ernesto Ferreira, por ele também pertencer ao círculo restrito da erudição micaelense.

A terceira página continha a rubrica “Correio das Vilas e Aldeias”, com notícias sobre os principais eventos religiosos que decorriam nas paróquias da ilha de São Miguel. A coluna “Pela Cidade”, na terceira página, tinha como objetivo cimentar este semanário no contexto citadino de Ponta Delgada, alicerçando-o como periódico destinado ao público urbano. A última página continha apenas anúncios publicitários.

No primeiro editorial, intitulado “Credenciais”, Ernesto Ferreira, divulga o programa do semanário em análise, na edição de 5 de Fevereiro de 1920. “A missão social” é colocado como o principal intuito de *A Actualidade*. O jornal não surge no espaço urbano de Ponta Delgada para pugnar por “interesses de um homem, de um partido ou de uma classe; vem por abnegação do seu esforço ao serviço da causa pública”. Propõe-se *A Actualidade* proclamar uma “doutrina profícua e a grandeza moral dos tempos idos”. Fazendo jus ao seu nome, *A Actualidade* pretendeu ainda, com a sua presença na imprensa católica açoriana, divulgar o “movimento contemporâneo, quer no governo dos Estados, quer nas ciências e letras, quer nas artes e indústrias”.

No mesmo número de 5 de Fevereiro de 1920, no artigo “Pela nossa casa”, ficamos a saber que o seu lançamento se deveu ao esforço generoso de alguns micaelenses, que, “numa ampla visão do perigo”, pensaram publicar um jornal com a missão de “orientar os espíritos no sentido da ordem, do trabalho, e do progresso, sob o suave influxo da Igreja”.

No número 122, o Pe. Ernesto Ferreira dá lugar ao Dr. Caetano Pereira, apresentado em *A Actualidade* como um seu delfim. De Caetano Pereira já tivemos ocasião de falar no capítulo “cavaleiros do resgate”, o único membro do laicado açoriano a dirigir um jornal. É ele próprio que se apresenta no periódico que passa a orientar como um defensor da causa

do Centro Católico, não escondendo o orgulho na formação política e humanista recebida em Coimbra: “quem escreve estas linhas tem a consolação de ter defendido, ainda estudante, o Centro Católico Português. No *Imparcial*, órgão dos estudantes católicos de Coimbra, defendemos o Centro Católico com todo o entusiasmo de que fomos capazes. Podemos hoje dizer que somos uns velhos defensores do Centro Católico, porque o defendemos desde que ele se fundou”.

No número 123, o cabeçalho de *A Actualidade* é alterado para duas cruces que ostentam no seu centro um brasão com as cinco quinas da nacionalidade portuguesa, que correspondem também às cinco chagas de Cristo.

A partir do número 123, de 2 de Setembro de 1922, coincidente com a saída de Ernesto Ferreira, *A Actualidade*, diminui para duas páginas a sua publicação, embora passe a ter uma maior volumetria. Assim, a largura atinge os trinta e cinco centímetros, passando o seu comprimento para 50 centímetros, sem dúvida o periódico por nós estudado portador de maiores dimensões. Este sobredimensionamento perdura até ao número 148, de 06 de Dezembro de 1922. Também a partir do número 123, as publicações de *A Actualidade* tornam-se bissemanais.

A 23 de Maio de 1923, no n.º. 182, *A Actualidade* reconverte-se em semanário, com uma impressão novamente a quatro páginas. Interessante será notar que no consulado de Caetano Pereira a publicidade praticamente desapareceu das páginas de *A Actualidade*.

A título de curiosidade, a primeira foto deste jornal é respeitante ao Papa Pio XI aquando da publicação da sua encíclica “Os principais males da sociedade actual”, com uma edição composta por inúmeras transcrições desse documento pontifical.

Sob a direção de Caetano Pereira, o hebdomadário em estudo começa a publicar algo não muito frequente nos jornais católicos: uma coluna destinada ao público feminino, na última página, contendo assuntos relacionados com o trabalho doméstico. O folhetim “A Cruz e a espada”, na terceira página, daria lugar a partir de 21 de Maio de 1921 ao folhetim “Cair da noite”, no n.º 227. No número 258 de 31 de Dezembro de 1924, surge novo folhetim intitulado “Maron ou o jovem cristão do Líbano”.

A partir da altura em que Caetano Pereira assume a direção de *A Actualidade*, nota-se um pendor cada vez mais político, exibindo uma clara inclinação para os princípios do Centro Católico Português, como observamos no editorial “Porque insistimos?”, de 13 de Janeiro de 1923:

“Nosso dever é seguir o caminho indicado pela metrópole, e defender, também, a nossa convicção de que o maior serviço que podemos prestar à nossa vida regional é conseguir a união dos católicos micaelenses em volta do Centro Católico. Em primeiro lugar, e como motivo supremo, está o apelo do Episcopado; em segundo lugar, e como motivo mínimo, está a convicção de que assim pugnamos utilmente pelos nossos interesses regionais.”

Nos dois anos que antecedem o fecho do jornal, a publicidade aumenta consideravelmente, ocupando sensivelmente cerca de uma página e meia.

As grandes dificuldades económicas foram as responsáveis pelas permanentes alterações da sua periodicidade, que variavam entre tiragens semanais e bissemanais. Recorrentes, ao longo das edições de *A Actualidade*, muito antes de encerrar a 29 de Setembro de 1929, são os muitos desabafos de Caetano Pereira face à difícil subsistência deste hebdomadário. O seu diretor confessava-se impotente diante da vida agonizante do semanário que orientava, sentimento assaz notório na publicação de 23 de Setembro de 1925: “Há pouco mais de um ano lançámos aqui um apelo a favor deste jornal, que então se encontrava numa situação aflitiva. A esse apelo responderam generosamente muitos amigos, principalmente o clero, e, graças a tantas dedicações, resolvemos manter a publicação do jornal”.

No respeitante aos dados contantes da tabela do semanário em análise, apraz-nos afirmar que em 1920 os editoriais sociais (13) fazem jus ao programa de “missão social” traçado para *A Actualidade*. A mensuração gráfica que apresentamos distribui valores idênticos pelos editoriais culturais (8), morais (6) e religiosos (5). Em 1921, predominam os editoriais morais, sobre o ensino (13), havendo uma boa distribuição dos restantes editoriais em todas as classificações editorialistas. De 1922 em diante assiste-se a um predomínio dos editoriais religiosos e políticos sobre todos os outros, com uma menor distribuição em todas as classificações. Na alteração havida à orientação editorial do periódico, sentiu-se um afunilamento temático relativamente a estas duas classificações.

Tabela 13. Distribuição dos editoriais de *A Actualidade*.

	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926
Editoriais políticos	2	6	8	7	7	13	8
Editoriais religiosos	5	8	14	22	13	16	8
Editoriais sociais / económicos	13	6	11	3	4	3	6
Editoriais regionais / locais	6	4	4	2	3	4	3
Editoriais morais / ensino	6	10	6	9	9	4	7
Editoriais sobre a imprensa	2	0	5	5	3	1	1
Editoriais política internacional	2	0	0	1	3	2	0
Editoriais patrióticos	2	0	4	1	1	1	1
Editoriais literários / científicos / culturais	8	4	9	2	4	6	4
Editoriais entrevista	2	1	0	1	0	1	0

5.3.5.2. *Semanário Sinos d'Aldeia*.

Os propósitos que aparecem no número um de *Sinos d'Aldeia*, a 26 de Novembro de 1916, são demasiado modestos para a grandeza de conteúdos com que nos deparamos da leitura das edições: eleitorado, escola, a associação, o cooperativismo, etc. A preocupação com a escola pública há-de acompanhar todos os escritos do seu diretor, padre Nunes da Rosa. No editorial “Exames”, de 4 de Agosto de 1918, é bem patente o interesse social na luta contra o analfabetismo e a promoção da instrução escolar: “os examinados são todos lavradores e adultos, e constituem o primeiro núcleo arrancado ao analfabetismo pela nossa Sociedade, sendo que os trabalhos do campo, na presente quadra, hajam afastado da escola outros consócios que aliás se teriam preparado também”.

Em “Cumprimentando”, de 26 de Novembro de 1916, Nunes da Rosa apresenta o periódico como “uma folha de leitura para as classes simples, menos cultas”, que tratará de “assuntos de interesse social”.

Uma rubrica assume especial relevo no periódico *Sinos d'Aldeia*, intitulada “Nota da Semana”, que, não vindo assinada, nos remete facilmente para o diretor do jornal, Nunes da Rosa. Esta rubrica aborda problemas locais e regionais, onde se nota com evidência o conservadorismo monárquico do contista Nunes da Rosa.

Era propriedade da *Juventude Católica Boa Nova* do qual era presidente o padre Eduardo Camacho, editor do semanário em estudo. A partir de 15 de Fevereiro de 1923 o *Sinos d'Aldeia* apresenta-se com um formato maior, passando a duas páginas.

Até essa alteração acontecer, as suas edições apresentavam conteúdos estruturados em três colunas de texto, com uma impressão de quatro páginas. Na coluna “Dois dedos de cavaco...”, o jornal apresentava sempre um caso ou uma história formativa em tom jocoso, quase sempre irónico. Muitos dos seus artigos, ao não virem titulados, dificultam a sua localização de fundo em cada edição. Em 1916 foram produzidos apenas três números, sendo retomada a sua publicação a 28 de Julho de 1918, não havendo qualquer edição em 1917.

Desde 26 de Junho de 1919, o habitual excerto com um comentário homilético deu lugar a editoriais que debatiam acontecimentos da Igreja e do mundo, constituindo o grande artigo de fundo do jornal. A realidade local nunca deixou de estar presente nas suas páginas, como confirmamos da passagem encontrada na edição de 15 de Agosto de 1921, alusivo ao medo epidémico da peste bubónica: “no sul da ilha do Pico desenrola-se uma perspectiva aterradora. A peste bubónica está a manifestar-se quase diariamente; os casos de aparente contágio parece que se multiplicam; a cifra da mortalidade dos atacados apresenta tendências progressivas. Que providências se têm adoptado? Que estudos etiológicos se têm feito? Não sabemos. Ninguém o sabe. E o pânico começa a generalizar-se”.

A inclinação política pelo Centro Católico Português foi uma preocupação permanente na linha editorial do hebdomadário em análise, havendo o intuito de serem lançadas associações de católicos para o lançamento deste projeto político. No *Sinos d'Aldeia*, de 15 de Fevereiro de 1921, há um profundo lamento pela forma amorfa como os católicos olhavam para este projeto episcopal:

“O Senhor Bispo da Diocese de Angra, com o Episcopado português, e o de todo o mundo católico, tem aí apelado com o mais lúcido critério, para a organização social e política, estimulando os cooperadores entrarem definitiva e resolutamente na liça da luta pelas legítimas reivindicações da Igreja em prol do altar, da família e da sociedade, em auxílio das classes pobres do operariado da propriedade, do capital e da educação, que aí se entrecrocavam num redemoinho vertiginoso. E praticamente, o que se tem feito? Nada! Podemos dizer sem quebra da muita consideração que nos merecem os raros espíritos à luz da fé e do bem que na nossa diocese abnegadamente se têm devotado a sacudir o marasmo da enorme legião de teóricos, apáticos e indiferentes, que pela sua passividade se constituem o pior obstáculo à expansão dos ensinamentos do evangelho. Nada! Repetimo-lo. São verdades magoantes, para muitos, as que vamos dizer, mas nunca como nos nossos dias houve a necessidade de se falar alto e claro...”

Na publicação de 15 de Dezembro de 1920, O *Sinos d'Aldeia* apresentava agora uma colunagem quadripartida em cada página. Também a 15 de Dezembro de 1923, atendendo às dificuldades económicas resultantes do custo do papel, reconverteu-se em quinzenário, periodicidade referenciada no subtítulo do seu cabeçalho: “publica-se nos dias 1 e 15 de cada mês”. A esse respeito, nem sempre regular foi a sua periodicidade. Observemos nesta sequência o que nos diz a edição de 11 de Agosto de 1918: “O *Sinos d'Aldeia* sairá, tanto quanto possível, semanalmente, e mantém o seu preço de assinatura”.

O último número do semanário picoense saiu a 30 de Outubro de 1924, nada informando sobre o seu encerramento. No seu epílogo teve por certo alguma influência o falecimento da mãe do diretor, Pe. Nunes da Rosa, em Outubro de 1924. Na última edição de *Sinos d'Aldeia*, em artigo titulado “Registo grato”, a 10 de Outubro de 1924, é-nos dada a seguinte informação sobre este sufrágio: “sua Ex.a Revma o Sr. D. António, dignou-se sufragar a alma da querida e saudosa mãe do nosso director com a celebração do Santo Sacrifício da Missa, o que muito sensibilizou o Pe. Nunes da Rosa, derramando-lhe na alma um santo conforto”. Terá sido essa a razão para o seu fenecimento? Não descuramos a hipótese do choque inerente à perda súbita de uma mãe, mas outros problemas vinham a fermentar desde a sua fundação.

Não augurava grande longevidade ao título picoense devido aos graves problemas de sustentabilidade económica, situação notória no jornal de 20 de Abril de 1924, quinto ano da sua publicação: “a lata de tinta hoje custa...20 escudos! E a mão-de-obra, as contradições, taxas de alcavalas que incidem sobre a tipografia? Um horror! Nestas circunstâncias, temos que optar entre a suspensão do jornal e o aumento do custo da assinatura”. Mais adiante, observamos que o lamento desta situação facilmente seria resolvido, se internamente fossem conseguidas mais assinaturas entre as paróquias: “uma meia dúzia de assinaturas que os reverendos párocos, essas sentinelas vigilantes dos interesses da Igreja, nos angariassem em suas respectivas paróquias, seria o suficiente para que os *Sinos* vivesse e melhorasse as suas condições de publicidade”. A publicidade nunca ascendeu a uma expressão considerável nas edições de *Sinos d'Aldeia*, perfazendo cerca de um terço da sua última página.

A mensuração dos editoriais de *Sinos d'Aldeia* para a construção gráfica que apresentamos, nos anos em que foi editado este órgão da freguesia de Bandeiras na ilha do Pico, indicou-nos alguns aspetos relevantes da vida deste periódico. Salientamos da ilustração gráfica o predomínio das classificações editorialistas religiosas e culturais como

podemos notar do quadro infra. Evidenciamos que ao longo das suas edições se nota uma distribuição equitativa em todas as classificações da nossa grelha de análise.

Tabela 14. Distribuição dos editoriais de *Sinos d'Aldeia*

	1919	1920	1921	1922	1923	1924
Editoriais políticos	3	1	2	0	4	3
Editoriais religiosos	9	4	9	7	6	14
Editoriais sociais / económicos	3	0	1	2	0	1
Editoriais regionais / locais	2	3	4	5	1	1
Editoriais morais / ensino	0	1	1	1	0	0
Editoriais sobre a imprensa	2	1	3	1	2	4
Editoriais política internacional	2	2	2	1	0	2
Editoriais patrióticos	0	0	0	2	0	0
Editoriais literários / científicos / culturais	0	0	0	0	1	0
Editoriais entrevista	0	0	0	0	0	0

5.3.5.3. *Semanário O Dever.*

O jornal *O Dever* foi fundado na Vila do Topo, o sítio mais isolado da ilha de São Jorge, tendo como seu diretor, proprietário, editor e administrador o Pe. João Vieira Xavier Madruga de quem oportunamente já falámos no capítulo “cavaleiros do resgate”. O primeiro número do semanário, a dois de Junho de 1917, apresentava como apelativo título a encabeçar o seu primeiro editorial: “quem não é por mim é contra mim”. No editorial da sua primeira edição é-nos informado o seu programa: “e para nós o maior de todos os deveres é o dever religioso, de que nascem todos os deveres de ordem moral, que mais que nenhum outro assinalam a cada homem a excelência da sua vocação divina, origem e fim”.

Também afirma, neste texto inaugural, o público a que se destina: “é para o povo o nosso pequeno semanário: a ele o destinamos particularmente com a mira no interesse da Verdade da doutrina e com os olhos postos na obra urgente da cristianização da família”.

Os objetivos políticos estavam diluídos numa aparente neutralidade política: “e a nossa política? Nada somos, nada queremos ser e nada seremos, a não ser portugueses”.

Todavia, notamos desde a primeira hora a inclinação deste semanário para o Centro Católico Português, como denotamos da passagem que se segue, em edição de *O Dever*, de 28 de Julho de 1917: “os Centros Católicos, a nossa imprensa propagada, a juventude católica organizada, os médicos federados em associações sob as bênçãos dos prelados portugueses, o clero a dirigir-se por uma nova mentalidade e a impô-la ao seu meio com denodado vigor combativo, eram outras tantas estrelas auspiciosas de um futuro melhor, mais humano, mais português”. O trabalho eleitoral foi também preparado nas páginas de *O Dever*, de 6 de Fevereiro de 1926, pugnando assim pelo sentido de união de todos os católicos em torno do Centro Católico Português: “temos de trabalhar no campo eleitoral. Os votos dos eleitores católicos só devem ser dados a deputados católicos. Mas é isso que se vê? É assim que se faz? Há, por parte dos católicos, escrúpulo em assim proceder? Não, infelizmente não”.

Estruturado numa colunagem tripartida por página, *O Dever* apresentava pouca publicidade nos seus números iniciais. Frequentes são as notícias da I Guerra Mundial referentes a relatos heroicos dos capelães militares portugueses presentes nas trincheiras, bem como os exemplos de soldados católicos que se ancoraram na sua fé cristã, no difícil teatro de guerra da Flandres.

“Serviço Telegráfico” constava de transcrições de notícias alusivas ao mundo, com um especial foco nos acontecimentos da 1ª Guerra Mundial. Culturalmente, *O Dever* não se escusou de ter nas suas páginas a colaboração de escritores e de poetas do arquipélago com textos de âmbito original.

A vida local era também cultivada na coluna “notícias várias”, com informações sobre a Vila da Calheta e também da ilha de São Jorge. Devido à carestia de papel, o semanário esteve interrompido de 15 de Março de 1919 a 12 de Abril de 1919. Importante será salientar que o subtítulo do jornal era precisamente de “Semanário Católico”.

O jornal, quando aumentou o seu formato, passou a ter uma colunagem por página estruturada em quatro colunas. Pela primeira vez na história deste semanário, aparece uma fotografia, ilustrando o Papa Pio XI, no seu número 294, de 8 de Junho de 1923. Vários folhetins pudemos detetar na sequência da nossa consulta: “Fui eu que o matei”, “O Orfãozinho”, “Conto de Natal”, “As duas rosas”.

De 25 de Abril de 1925, no número 392, até 20 de Junho de 1925, no número 393, *O Dever* suspendeu a sua tiragem durante um mês e meio por ausência dos dois padres responsáveis pelo jornal, na sequência da sua peregrinação até Lourdes e Roma.

Ao colhermos a informação de *O Dever*, de 25 de Novembro de 1922, percebemos a permanente preocupação por introduzir novos melhoramentos nas suas impressões, tendo Xavier Madruga envidado os mais denodados esforços para a renovação das máquinas de impressão da sua tipografia: “a nossa máquina de impressão já não chega nem para o que nos propomos no fiel cumprimento da nossa missão jornalística, nem para o que o público de *O Dever* – o nosso público – espera de nós. Para comprarmos máquina nova, é-nos primeiro preciso vender esta que temos”.

Na edição de *O Dever*, em editorial “Resposta por atacado”, de 5 de Dezembro de 1925, n. 417, deparamo-nos com uma pequena sinopse da sua linha editorial:

- 1º *O Dever* nunca foi monárquico: foi sempre exclusivamente democrático;
- 2º Os que neste jornal trabalham nunca e nenhuma hipótese dariam uma adesão intelectual à república. Contos largos meus amigos, contos largos...
- 3º *O Dever* é um jornal para servir a Igreja, como, quando e em toda a parte em que ela nos diga, que a nossa modesta colaboração não lhe é indiferente;
- 4º Não nos parece defensável nem aceitável o princípio de que a presente situação da Igreja, nesta república, seja menos atroz do que no tempo da monarquia. Longe de nós um tal pensamento;
- 5º Queremos tudo para Jesus Cristo e para o triunfo da sua Igreja, mas não nos é nem pode ser indiferente a tradição monárquica de Portugal, à sombra da qual ele foi glorioso, forte, grande e livre;
- 6º Mas *O Dever*, apesar de tudo, será sempre e somente um dever da nossa consciência de padres católicos.

Na tabela abaixo apresentada, pela comparação de indicadores inferimos dois movimentos: no início das edições de *O Dever* os editoriais políticos dominavam as suas páginas. Nos últimos anos, porém, da nossa consulta deparamos uma gradativa subida dos editoriais religiosos. Nos últimos anos de *O Dever*, sem dúvida que os editoriais religiosos acabaram por ter primazia sobre os demais. Por último, realçamos a expressão que tiveram também os editoriais sociais nos anos por nós consultados.

Tabela 15 - Distribuição dos editoriais de *O Dever*

	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926
Editoriais políticos	12	18	19	4	6	4	6	6	4	1
Editoriais religiosos	8	13	13	15	19	24	19	26	34	36
Editoriais sociais / económicos	2	5	3	6	6	4	6	3	2	3
Editoriais regionais / locais	1	1	0	0	1	2	2	4	3	4
Editoriais morais / ensino	1	4	5	12	2	0	0	2	0	0
Editoriais sobre a imprensa	1	2	4	0	4	2	9	2	2	0
Editoriais política internacional	0	2	0	5	2	4	7	4	0	1
Editoriais patrióticos	1	3	5	1	4	2	1	1	0	0
Editoriais literários / científicos / culturais	6	3	1	5	4	4	1	2	0	2
Editoriais entrevista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

5.3.5.4. O quinzenário *A Boa Nova*

A Boa Nova teve uma existência efémera, durando apenas quatro meses: de 8 de Fevereiro de 1925 a 14 de Maio de 1925. A sua distribuição variou entre uma periodicidade semanal, por vezes, e quinzenal, por outras. A regularidade das tiragens nem sempre foi conseguida, como depreendemos ao observarmos a passagem que se segue de *A Boa Nova*, de 30 de Abril de 1925: “por conveniência resolvemos publicar, doravante, o nosso jornal à quinta-feira, prometendo nós aos leitores toda a regularidade, de futuro”.

A sua direção era formada por membros do laicado faialense com Felisberto Martins na direção e Francisco Silveira Caldeira nas funções de editor. Na página inaugural, de 8

Fevereiro de 1925, constava um excerto dos evangelhos acompanhado de um comentário homilético. Contos catequéticos, apresentados sob um esquema de pergunta e resposta, constituíam a coluna “Conversando”. As edições apresentavam duas páginas. Na última página, pudemos encontrar histórias de santos sob o título “Lição Eficaz”. No primeiro número de *A Boa Nova*, foi contemplada a vida de D. Bosco, patrono da juventude. Relatos de história da Igreja formavam a rubrica “De todo o mundo”. Felisberto Martins deu lugar a Damião do Rio tomou na direção no segundo número de *A Boa Nova*.

Em tom verdadeiramente encomiástico a revista cultural *Prelúdios*, referente ao mês de Abril de 1925, saúda efusivamente *A Boa Nova*, realçando a formação consistente do seu diretor: “é seu director o excelente jornalista Sr. Damião do Rio, mui digno professor do Liceu daquela cidade, e redactor principal o hábil prosador e poeta Sr. Felisberto Martins”. Daqui depreendemos o pendor cultural e ao mesmo tempo político que a sua direção incutiu ao periódico faialense em apreço. É no seu primeiro editorial, de 8 de Fevereiro de 1925, que colhemos a informação mais detalhada no respeitante ao seu programa no seio do catolicismo açoriano. Em primeiro lugar, os seus diretores autointitulam-se “gladiadores da fé, cavaleiros do ideal cristão”, ilustrando a audácia do jornalismo que pretendiam elaborar. De seguida, observamos o seu programa jornalístico: “o nosso fim é defender os direitos da Igreja”. Em segundo lugar, é professada uma “incondicional obediência a Sua Santidade Pio XI e ao Ex.mo Prelado diocesano. A eles juramos a mais completa submissão em matéria de fé e de moral”.

Em terceiro lugar, é justificado, no editorial preambular, que o seu surgimento decorreu da verificação que a cidade da Horta “não possuía um único jornal católico”. O ressurgimento da filosofia tomista, tão cara ao Centro Católico Português e ao catolicismo da década de vinte do século passado, foi também delineado como um dos pontos indissociáveis na construção editorial das suas páginas. O pendor político respeitante ao Centro Católico Português tornou-se igualmente frequente nos dez números em que foi editado, como podemos comprovar da períclope de *A Boa Nova*, de 22 de Fevereiro de 1925: “é manifesto, como dizia Leão XIII, que os católicos têm de entrar na política; Católicos, recenseai-vos!”.

Realçamos, no sétimo número de *A Boa Nova*, de 12 de Abril de 1925, a mudança de diretor por razões inerentes à sua disponibilidade: “no impedimento do sr. Dr. Damião Martins do Rio, assume hoje a direcção de *A Boa Nova* o Revdo dr. Francisco Garcia da

Rosa, ouvidor eclesiástico da Horta”. Em apenas quatro meses de existência teve o jornal católico da cidade da Horta três diretores.

As causas para esta alteração prematura, nas ainda diminutas edições do periódico em análise, aparecem-nos descritas na edição de 12 de Abril de 1925: “por decreto publicado no Diário do Governo de 21 de Março, foi nomeado o Sr. Dr. Damião do Rio, reitor do Liceu Dr. Manuel de Arriaga, desta cidade”. A impossibilidade de tempo de Damião do Rio foi causa apontada para esta imprevista substituição:

“Investido neste cargo oficial, que vai absorver-lhe parte do tempo, não pode o nosso querido amigo dirigir o nosso jornal. Sentimo-lo deveras, pois a sua direcção estava sendo feita a pleno contento do nosso venerando Bispo, cujos aplausos e incentivos estava recebendo por forma sumamente cativante. Entretanto o nosso ex-director assegurou-nos que colaborará em todos os números de *A Boa Nova*, cuja direcção retomará, logo que abandone o cargo para que foi nomeado.”

A ausência de publicidade pesou também, por certo, nos motivos que levaram ao fecho deste periódico. Somente numa das suas últimas edições é anunciada, na terceira página, a empresa “Joaquim Esteves de Carvalho” ligada à estatuária sagrada.

Não havendo propriamente uma explicação inteligível para o encerramento de *A Boa Nova*, depreendemos da última edição de 14 de Maio de 1925 que o seu fenecer se deveu à saída de Damião do Rio, pois o sacerdote que o substituiu, talvez até por questões de saúde, não teve capacidade suficiente para continuar o trabalho delineado na primeira edição: “acha-se um pouco melhor de saúde o nosso querido director, revdo Francisco Garcia da Rosa, que durante oito dias esteve de cama”.

Da ilustração gráfica que apresentamos podemos inferir, nas dez edições consultadas, uma primazia dos editoriais religiosos (7) sobre as demais classificações editorialistas. Salientamos, outrossim, uma cobertura ao nível dos editoriais literários, alusivos à imprensa (1) e de âmbito social e económico (1).

Tabela 16 - Distribuição dos editoriais de *A Boa Nova*

	1925
Editoriais políticos	0
Editoriais religiosos	7
Editoriais sociais / económicos	1
Editoriais regionais / locais	0
Editoriais morais / ensino	0
Editoriais sobre a imprensa	1
Editoriais política internacional	0
Editoriais patrióticos	0
Editoriais literários / científicos / culturais	1
Editoriais entrevista	0

Conclusão

A investigação que completamos poderá contribuir, estamos em crer, para um maior conhecimento da imprensa católica das ilhas açorianas, tentando trazer para o debate alguns jornais esquecidos nos acervos de periódicos das bibliotecas públicas.

Tendo consciência de que o tema imprensa é ainda pouco estudado no todo nacional, sustentamos a convicção de que os periódicos insulares conseguem ser ainda muito menos falados e estudados, com a agravante de nem serem conhecidos no contexto vital da realidade açoriana. Neste sentido, subscrevemos por inteiro o que Bloch (1997: 100) afirma relativamente ao desconhecimento do passado: “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”. Esperamos, por meio do estudo agora finalizado, que os dezassete órgãos da imprensa católica dos Açores possam ressurgir como instrumentos documentais válidos para um maior conhecimento da história dos *media* açorianos.

Parte dos jornais que estudámos tiveram uma organização incipiente, mesmo sendo patrocinados pelas estruturas diocesanas. Corroboramos o ponto de vista de Palla (1990: 216), na sequência do que pudemos verificar na realidade açoriana: as estruturas empresariais que suportavam os jornais eram maioritariamente débeis, vivendo da carolice dos seus colaboradores, constituídos maioritariamente por clérigos – “os cavaleiros do resgate” de que falámos.

Podemos, neste epílogo da nossa tese, questionar-nos sobre o que ela poderá oferecer de novo para a ciência. Que mais valia epistemológica oferece a presente dissertação que findamos? No advento da competente avaliação a que ela irá submeter-se, dizemos que o estudo procurou trazer, em primeiro lugar, para a claridade diversos periódicos anquilosados nos acervos bibliotecários. Poderão, para outras investigações, constituir fontes de estudo importantes, no contexto muito particular do arquipélago açoriano. O facto de alguns deles terem sido fundados em freguesias e vilas em que a criação literária e cultural possuía uma reduzida expressão, faz com que para o conhecimento das localidades que mencionámos se tenha de socorrer destas fontes documentais.

Outro ponto de vista que, quanto a nós, merece ser estudado pelo ângulo da evolução que a Igreja incutiu à imprensa escrita foi a lenta destilação ou depuração eclesial decorrente da proliferação de órgãos escritos no início do século XX. Um dos pontos da nossa tese é que esta multiplicação de títulos gerou a necessidade de uma resposta mais assertiva por

parte das dioceses. Os muitos *media* escritos não conseguiram implantar-se pela insuficiência de meios que detinham. Embora alguns casos confirmem esta regra, como ainda acontece com os jornais *O Dever* e *A Crença*, os únicos sobreviventes do corpus empírico da nossa dissertação constituem dois resistentes que sempre foram bafejados por condições económicas ímpares no seio do periodismo católico das ilhas.

Se grande parte das teses advogam que a abertura decisiva da Igreja só aconteceu na década de sessenta do século passado, com o último grande concílio universal – o Vaticano II –, entendemos que o percurso palmilhado, nas primeiras três décadas do século XX, pelo magistério eclesial, permitiu à Igreja uma ação junto do seu público mais concertada e assertiva ao nível da sua comunicação. Vejamos: apesar dos peditórios para a causa da *Boa Imprensa* subsidiarem os diversos órgãos da imprensa açoriana, embora aleatoriamente, como pudemos ver ao longo da nossa tese, havia que direcionar esses fundos para um jornal que pudesse dar outra consistência informativa ao público católico açoriano.

A aura de amadorismo que captamos da consulta de muitos periódicos, bem patente na intermitência das suas publicações e na forma como dependiam de uma equipa redatorial que se cingia a muito poucos, foi uma preocupação para a Diocese de Angra. A forma como as instâncias diocesanas suspenderam publicações para dar lugar a outras revela que a Igreja estava preocupada em dar um cunho mais profissional a um órgão que constituísse uma referência ao nível do publicismo católico dos Açores. *A União* veio responder a esse desiderato do catolicismo açoriano.

Outro dado que podemos constatar é o facto de os designados “cavaleiros do resgate” terem bem consciencializada a sua missão de jornalistas católicos. Com a distância de mais de cem anos na história dos *media* açorianos, questionamos-mos se os jornalistas católicos da contemporaneidade estão tão conscientes do seu papel na imprensa católica como outrora estavam os pioneiros da imprensa católica açoriana, estes plenamente convictos da sua missão.

“Os cavaleiros do resgate” tinham bem mentalizado em si o dever de que a causa da *Boa Imprensa* continha um mandato soteriológico. O empenho, a forma abnegada como se dedicaram todos os jornalistas do catolicismo açoriano merece, sem dúvida, a nossa admiração. O estudo que apresentámos apresenta de forma sucinta a sua ação, todavia, ousamos propor que algumas das suas figuras sejam alvo de um estudo mais pormenorizado e preciso. É que as seis figuras abordadas na nossa tese, intituladas pelo jornal *O Dever*

“cavaleiros do resgate”, tentaram, de facto, corresponder àquilo que constitui a essência da imprensa católica. Provocaram, com a argúcia da sua escrita, o catapultar do periodismo católico no arquipélago. As reflexões saídas das suas penas entroncam no que constitui a dimensão essencial dos *media* católicos: o “ver justo”, o “ver longe” e o “ver alto”.

O “ver justo” implicou um olhar para os acontecimentos político-sociais na sua veracidade mais profunda. Foram artífices de um jornalismo ainda incipiente é certo, mas, sem dúvida, comprometido em demarcar-se de submissões ideológicas, de filtros contrários à missão da Igreja. Construíram nas páginas que dirigiram um “ver longe”, carregado de um olhar pleno de humanidade para com o homem, para com a humanidade. O “ver longe” ficou espelhado em ricas composições onde foram articuladas com mestria a reflexão, a compaixão e a decisão. Conseguiram ainda “ver alto”, dando passos para a consecução da conciliação entre as instituições e a defesa dos direitos do homem. Portanto, apraz-nos manifestar, à guisa de epílogo, o prazer decorrente da leitura de colunas eivadas de beleza pela escrita de homens de grande craveira espiritual e humanista, conseguindo encarnar em si uma urgência profética inerente à missão do periodismo católico (FFPC, 2012: 32-34).

Por último, deixamos um desejo: oxalá o estudo em apreço tenha utilidade para que os membros da academia sintam apreço por estas fontes documentais únicas, ressurgidas na dissertação que agora finda.

Bibliografia

- Almeida, João Carreira & Videira, João Galvão (1979), “A indústria de pasta para papel. Evolução recente e perspectivas”, *Estudos*, 16, Lisboa: Banco de Fomento Nacional.
- Almeida, João Miguel (2009), “As correntes do Movimento Católico na época contemporânea”, *Lusitania Sacra*, 21, Lisboa: Universidade Católica, pp. 283-293.
- Almeida, José Maria (1989), *Subsídios para a história do Novidades*, Lisboa: Oficinas Gráficas da Rádio Renascença.
- Almeida, Onésimo Teotónio (1989), *Açores, Açorianos e Açorianidade*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Rádio Renascença.
- Almeida, Onésimo Teotónio (2014), *Mínima Azórica. O meu mundo é deste reino*. Ponta Delgada: Companhia das Ilhas.
- Almuiña, Celso Fernández (1997), *La prensa vallisoletana durante el siglo XIX (1808-1894)*. Valladolid: Institución Cultural Simancas.
- Alves, Adelino (1996), *A Igreja e a Política. Centro Católico Português*, Lisboa: Editora Rei dos Livros.
- Alves, Filipe (2014), *Fundações jornalísticas: em busca de um novo modelo de negócio para a imprensa*, Coimbra: Edições Almedina, S.A.
- Alves, Paulo Bruno (2008), *A Folha. Jornal diocesano de Viseu (1901-1911)*, Viseu: Terra Ocre – Edições.
- Alves, Paulo Bruno (2012), *A imprensa católica na Primeira República: do fim do Jornal A Palavra (1911) ao Concílio Plenário Português (1926)*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Amaral, Vítor (2012), *O papel do jornalismo público na revitalização da imprensa em Portugal. O caso da imprensa regional*, Tese para obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Comunicação. Orientador: Prof. Doutora Anabela Gradim Alves. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Andrade, Manuel Jacinto (1994), *Jornais Centenários dos Açores*, Ribeira Grande: Coingra, Lda.
- Apruzzese, Sergio (2016), *La stampa periodica cattolica tra Otto e Novecento. Repertorio, appunti critici e antologia di scritti (1898-1925)*. Ariccia: Aracne Editrice.

- Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta (2014), *A Horta dos cabos Submarinos. Foi há 120 anos. O primeiro Cabo Submarino na ilha do Faial. 1893-2013*, Horta: Gráfica O Télégrapho.
- Aurell, Jaume (2005), *La escritura de la memoria. De los positivismos a los postmodernismos*. València: Publicacions de la Universitat de València.
- Baptista, Carla (2012), *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses. Do século XIX ao marcelismo*, Lisboa: Escritório Editora.
- Bauman, Zygmunt (1995), *Life in fragments: Essays in Postmodern Morality*, Oxford: Blackwell.
- Beorlegui, José Gabriel Vera (2012), “El perfil del informador religioso a la luz de la enseñanza de la Iglesia”, in Juan Cantavella & José Francisco Serrano (org.), *El informador religioso: una perspectiva histórica*, Madrid: Editorial Fragua.
- Blake, Christopher (1995), “Poderá a história ser objectiva”, in Patrick Gardiner (org.), *Teorias da História*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 403-420.
- Bloch, Marc (1997), *Introdução à História*, Mem-Martins: Edições Europa-América, Lda.
- Bourdieu, Pierre & Saint-Martin, Monique de (1982), “La sainte famille. L’ épiscopat français dans le champ du pouvoir”, *Actes de la recherche en sciences sociales*, Vol. 44, n. 1, 2-53.
- Breed, Warren (1993), “Controlo Social na redacção. Uma análise funcional”, Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa: Vega, pp. 152-166.
- Burke, Peter (2005), *History and Social Theory*, New York: Cornell University Press, Ithaca.
- Cádima, Francisco R & Figueiredo, Alexandra (2003) "Estudo do Observatório da Comunicação ", Trabalho apresentado em Encontro Emigração e Opinião Pública, In *Encontro Emigração e Opinião Pública*, Lisboa.
- Carvalho, José António (2010), “A imprensa católica nas vésperas da I República: o caso da revista Jesuíta do Novo Mensageiro do Coração de Jesus (1881-1910) e a sua época”, in Carlos Cordeiro & Susana Silva (org.), *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o contributo dos Açores*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, pp. 257-287.
- Castells, M. (1999), *O poder da identidade*, São Paulo: Paz e Terra.

- Chaparro, Manuel Carlos (2001), *Linguagem dos conflitos*, Coimbra: Edições Minerva.
- Clemente, Manuel (2012), *Igreja e sociedade portuguesa. Do Liberalismo à República*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- Comellas, José Luis (2000), *El último cambio de siglo*, Barcelona: Ariel.
- Concílio Plenário Português (1931), *Pastoral Coletiva. Decretos*, Edição Portuguesa Oficial. Lisboa: União Gráfica.
- Connor, Walker (1994), *Ethnonationalism. The Quest for Understanding*, Princeton: Princeton University Press.
- Cordeiro, Carlos & Silva, Susana Serpa (2009), “Introdução”, in Carlos Cordeiro & Susana Silva (org.) *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o contributo dos Açores*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, pp. 8-18.
- Correia, João (1998), “Jornalismo regional e cidadania”, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1-6 (retirado de www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-jornalismo-regional.pdf, acessado a 07 de Maio de 2017).
- Cortesão, Jaime (1965), “A viagem e Diogo de Teive e Pêro Vasques de La Frontera ao Banco da Terra Nova em 1452”, *A Expansão dos portugueses no período Henriquino*, vol. V. Lisboa: Portugália, pp. 188.
- Costa, Susana Goulart (2008), “Igreja, religiosidade e Estado”, in Artur Teodoro de Matos (org.), *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX* Vol. II, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, pp. 359-383.
- Cruz, Manuel Braga (1995), *Instituições Políticas e processos sociais*, Venda Nova: Bertrand Editora, Lda.
- De Mattei, Roberto (2014), *Il Ralliment do Leone XIII. Il falimento di un progetto pastorale*, Firenze: Le Lettere.
- Diéguez, Myriam Cortés (2002), *Los obispos españoles y los medios de comunicación. Relaciones Iglesia-Estado, Magisterio y Pastoral*, Salamanca: Publicaciones Universidad Pontificia de Salamanca.
- Domínguez, Lorena (2009), *La buena prensa. Prensa católica en Andalucía durante la Restauración*, Sevilla: Centro de Estudios Andaluces.
- Episcopado Português (1911), *Pastoral Colectiva ao clero e fiéis de Portugal*, Guarda: Typographia Veritas.
- ERC (2010), *Imprensa Local e Regional em Portugal*, Lisboa: Entidade Reguladora para a

Comunicação Social.

- Férin, Isabel (2009), *A comunicação e culturas do quotidiano*, Lisboa: Quimera.
- Ferin, Isabel & Santos, Clara (2004), *Media, Imigração e Minorias Étnicas*, Lisboa: Edição Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Fédération Française de la Presse Catholique (2012), *Les sept défis de la Presse Catholique*, Paris: Société d'Édition de Revues.
- Ferreira, António Matos (1994), "Repercussões do *Ultimatum* no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico", *Lusitania Sacra*, 2.^a série (6), Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, pp. 31-45.
- Ferreira, António Matos (2002), "A constitucionalização da religião", in Carlos A. Moreira Azevedo (org.), *História Religiosa de Portugal*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 37-63.
- Fontes, Paulo Ferreira (2000), "Vitalidade do Catolicismo nos séculos XIX e XX", in Carlos A. Moreira Azevedo (org.), *História Religiosa de Portugal*, Vol. 3, Lisboa Círculo de Leitores, pp. 129-352.
- Fontes, Paulo Oliveira (1999), "A imprensa católica", in António Barreto e Maria Filomena Mónica (orgs.) *Dicionário de História de Portugal*, Vol. VIII, Porto: Figueirinhas.
- Franco, José Eduardo & Mourão, José Augusto (2005), *A influência de Joaquim de Flora em Portugal e na Europa. Escritos de Natália Correia sobre a utopia da idade feminina do Espírito Santo*, Lisboa: Roma Editora.
- Freitas, Vamberto (2001), *Jornalismo e cidadania: dos Açores à Califórnia*, Lisboa: Salamandra.
- Gaitano, Norberto González (2010), *Public Opinion and the Catholic Church*, Roma: EDUSC.
- Grémio Nacional dos Industriais Gráficos (1952), *O Problema do ensino Técnico e as artes gráficas em Portugal vistos através da correspondência trocada entre a Direcção geral do Ensino Técnico e o Grémio nacional dos Industriais Gráficos*, Circular n.º 90, Lisboa: Tip. Soc. Ind. de Tipografi, pp. 3-26.
- Hackett, Robert (1993), "Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos *media* noticiosos", Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*, Lisboa: Vega, pp. 101-130.
- Hargrove, Barbara (1983), "Churches as Mediating Structures". *Theology Today*, 39 (4),

pp. 385-394.

- Hibbs-Lissorgues, Solange (1995), *Iglesia, prensa y sociedad en España (1868-1904)*, Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil Albert.
- Hohlfeldt, Antonio (2014) “Journalism in colonies of portuguese expression”, in Jorge Pedro Sousa & Antonio Hohlfeldt (org.), *A history of the press in the Portuguese-speaking countries*, Porto: Media XXI, pp. 597-692.
- Instituto para Qualidade e Formação (2006), *A Indústria da Pasta, Papel e Artes Gráficas em Portugal*, Estudos Sectoriais, 32, Lisboa: Facsimile, Lda.
- João, Maria Isabel (2008), “O ensino, a cultura e as artes num processo de laicização”, in Artur Teodoro de Matos (org.), *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*. vol. II, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, pp. 121-146.
- Leal, João (1994), *As Festas do Espírito Santo nos Açores: um estudo de antropologia social*, Lisboa: D. Quixote.
- Leão XIII (1951), *Excertos dos Documentos Pontifícios sobre a Imprensa*, Petrópolis, Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Vozes.
- Leão, António Barbosa (1925), *Pastoral sobre a Declaração Colectiva do Episcopado*, Porto: Tipografia Porto Médico.
- Le Goff, Jacques (2000), *História e memória*, I vol. Lisboa: Edições 70
- Leite, José Guilherme Reis (2008), “A consciencialização de uma identidade própria”, in Artur Teodoro de Matos (org.), *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*. vol. II, Angra do Heroísmo: Instituto Açoriano de Cultura, pp. 147-156.
- Lopes, Ana Maria Costa (1990), *O Conto Regional na imprensa Periódica de 1875 a 1930*, Lisboa: UCP.
- Lopes, António (2008), *A Maçonaria Portuguesa e os Açores 1792-1935*, Lisboa: Ensaius.
- López, Pablo Pérez (1994), *Católicos, política e información. Diario Regional de Valladolid, 1931-1980*, Valladolid: Universidad de Valladolid.
- Luhmann, Niklas (1991), *Funzione della Religione*, Brescia: Morcelliana.
- Machado, Joaquim (2009), “A imprensa micaelense”, in Carlos Cordeiro & Susana Silva (org.), *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o contributo dos Açores*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, pp. 407- 432.
- Manuel, Alexandre (2013), *Da Imprensa Regional da Igreja Católica. O que é, quem a faz e quem a lê*, Coimbra: Edições Minerva.

- Matos, Álvaro Costa de (2014), “The press in the first Portuguese Republic: constants and guiding principles (1910-1926)”, in Jorge Pedro Sousa & Antonio Hohlfeldt (org.), *A history of the press in the Portuguese-speaking countries*, Porto: Media XXI, pp. 179-260.
- Matos, José Luís (2007), *A Igreja Católica. O choque de paradigmas*, Lisboa: Editorial Caminho, S.A.
- Melo, Filipa (2017), “Entrevista a Onésimo Teotónio de Almeida”, *Ler*, 145, Lisboa: Fundação Círculo de Leitores, pp. 27-41.
- Melo, Lúcia Costa (1996), *Subsídios para a vida e obra do padre Ernesto Ferreira*, Vila Franca do Campo: Ilha Nova.
- Mendes, Hélder Fonseca (2006), *Do Espírito Santo à Trindade. Um programa social de cristianismo insculturado*, Porto: Universidade Católica Portuguesa.
- Mendonça, Adolpho (1934), *Ligeiras observações acerca da Arte e das indústrias gráficas em Portugal*, Lisboa: Tipografia Adolpho Mendonça, Lda.
- Meneses, Avelino de Freitas (2013), *A ilha de São Jorge: uma síntese histórica*, Ponta Delgada: Letras Lavadas edições.
- Mesquita, Mário (1998), “O Açoriano Oriental e a imprensa no tempo da sua fundação”, Suplemento do 163º aniversário do Açoriano Oriental. *Açoriano Oriental*, 18 de Abril, pp. 26-27.
- Molotch, Havey & Lester, Marilyn (1993), “As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos”, Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa: Vega, pp. 34-51.
- Moreira, Carlos Diogo (1996), *Identidade e diferença: os desafios do pluralismo cultural*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Nemésio, Vitorino (1929), *O Açoriano e os Açores*, Lisboa: Edição da Renascença Portuguesa.
- Nemésio, Vitorino (1932), “Açorianidade”, *Insula*, 7, Ponta Delgada, pp. 8.
- Nerone, John (2011), “Genres of Journalism History”, in Craig Robertson (org.), *Media history and the archive*, New York: Routledge, pp. 18-29.
- Neto, Vítor (1998), *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal: 1832-1911*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Olaio, Nuno (2004), “Jacinto Cândido da Silva (1857-1926): o nacionalismo católico através

- das memórias de um dos seus fundadores”, *Lusitânia Sacra*, 2.^a Série, 16, Lisboa: UCP, pp. 147-178.
- Palla, Maria Antónia (1990), " A renovação da imprensa, apesar da censura", in António Reis (org.), *Portugal contemporâneo*, 5, Lisboa: Edições Alfa, pp. 207-220.
- Pereira, José Augusto (1933), *Um dos nossos mestres: Mgr. Cónego António Maria Ferreira*, Angra do Heroísmo: Tip. União Gráfica.
- Pereira, José Augusto (1939), *Padre Açoreanos. Bispos – publicistas – religioso*, Angra do Heroísmo: Tip. União Gráfica Angrense.
- Peruzzo, Cecília (2003), “Mídia local, uma mídia de proximidade”, *Comunicação: Veredas*, 2 , Marília: Universidade de Marília.
- Pinharanda Gomes, Jesué (1987), *Gomes dos Santos (1881-1918). Doutrinador do Movimento Social Católico*, Póvoa do Varzim: Separata do Boletim Cultural.
- Pinto, Porfírio (2009), "Liberdade de expressão na Igreja", *Revista Lusófona de Ciências das Religiões*, V, Lisboa: Edições Tenacitas e Edições Universitárias Lusófonas, pp. 127-138.
- Pires, António Machado (2013), *Páginas sobre açorianidade*, Ponta Delgada: Letras Lavadas edições.
- Pitette, Ives (2011), *Biographie d'un journal: La Croix*, Paris: Perrin.
- Ponte, Lusa Maria Melo (2010). *Le Supplément Glacial das Letras e das Artes (1967-1974) et l' affirmation du champ littéraire açorien*. Tese para Doutoramento em Estudos Portugueses, Brasileiros e de África Lusófona. Universidade de Paris-Sorbonne, Paris, (retirado de http://www.e.sorbonne.fr/sites/www.e-sorbonne.fr/theses/De-Melo_Ponte_Lusa-Maria_2010_these.pdf, acedido a 07 de Janeiro 2017).
- Ramos, Rui (1994), “A Segunda Fundação”, José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, VI, Lisboa: Editorial Estampa, pp. 43-62
- Rezola, Maria Inácia (1996), “Imprensa clandestina”, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (org.), *Dicionário da História do Estado Novo*, I, Círculo de Leitores, pp. 441-451.
- Riccardi, Andrea (2005), “Pace e Papato contemporaneo” in Lorenzo Capelletti & Alessandro Recchia, *Un secolo fa. Il pontificato di Leone XIII nel confronto con il potere, la cultura, la storia*, Reggio Emilia: Edizione San Lorenzo, pp. 35-59.
- Romanato, Gianpolo (2005), “Leone XIII e Pio X. Due pontificati a confronto” in Lorenzo

- Capelletti & Alessandro Recchia, *Un secolo fa. Il pontificato di Leone XIII nel confronto con il potere, la cultura, la storia*, Reggio Emilia: Edizione San Lorenzo, pp. 17-32.
- Ruiz, José-Leonardo (2005), *Catolicismo y Comunicación en la historia contemporânea*, Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Saint-Georges, Pierre (1997), "As fontes de documentação", in Luc Albarello (org.), *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*, Lisboa: Gradiva, pp. 15-47.
- Santos, Cristina (2013), "Publicidade e Identidade: que relação?", *Comunicação Pública*, 14, Lisboa: Escola Superior de Comunicação Social, pp. 37-55.
- Santos, José Augusto dos (2005), *O Poder da Comunicação. A história dos media dos primórdios da imprensa aos dias da internet*, Lisboa: Editorial Notícias.
- Santos, Rogério (2005), "Jornalismo Português em finais do século XIX. Da identificação partidária à liberdade do repórter", *Media & Jornalismo*, 6, Coimbra: Edições Minerva, pp. 83-94.
- Santos, Rogério (2017), *Estudos da Rádio em Portugal*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Santos, Rogério & Pereira, Gonçalo (2008), "Entrevista a Michael Schudson", *Comunicação & Cultura*, 5, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, pp. 173-179.
- Sardica, José Miguel (2004). "O Legado Histórico de Leão XIII e da Encíclica *Rerum Novarum*", *Didaskalia*, XXXIV (2), pp. 3-55.
- Sardica, José Miguel (2013), "The content and form of conventional historical biography", *Rethinking history: the journal of theory and practice*, DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/13642529.2013.774729>, pp. 1-18.
- Schudson, Michael (1995), *The power of News*, Cambridge: Harvard University Press.
- Schudson, Michael (2010), *Descobrimo a notícia. Uma história social dos jornais dos Estados Unidos*, Petrópolis: Editora Vozes, Lda.
- Silva, Amaro Carvalho (1996), *O Partido Nacionalista no Contexto do Nacionalismo Católico (1901-1910)*, Lisboa: Edições Colibri.
- Silva, Marco (2010), "O anticlericalismo como ideologia", *Ecclesia*, 1258, Moscavide: Agência Ecclesia, pp. 20-24.
- Silva, Susana Serpa (2011), *Açoriano Oriental: 1835-2000*, Ponta Delgada: Açormédia.
- Silveira, Carlos (2002), *O cabo submarino e outras crónicas faialenses*, Horta: Núcleo

Cultural da Horta.

- Simões, Pedro Jorge (2016), *A identidade regional na imprensa de proximidade beirão. Dois periódicos viseenses de 1959 a 2011*, Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, orientada pelo Professor Carlos Camponez, Universidade de Coimbra.
- Sobral, José Manuel (2012), *Portugal, Portugueses: Uma identidade nacional*, Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Sodré, Muniz (2012), *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Sousa, Jorge Pedro (2000), *As notícias e os seus efeitos. As teorias do jornalismo e dos seus efeitos sociais dos media jornalísticos*, Coimbra: Minerva.
- Sousa, Jorge Pedro (2005), *Elementos de Jornalismo impresso*, Florianópolis: Letras Contemporâneas – Oficina Editorial, Lda.
- Sousa, Jorge Pedro (2004), *Forças por trás da câmara. Uma perspectiva sobre a história do fotojornalismo das origens ao final do século XX*, Coimbra: Minerva.
- Starr, Paul (2004), *The creation of the media. Political Origins of modern communications*, New York: Basic Books.
- Telo, António José (2011), *Primeira República II. Como cai um regime*, Lisboa: Editorial Presença.
- Tengarrinha, José (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.^a ed. Lisboa: Editorial Caminho.
- Tengarrinha, José (2013), *Nova história da imprensa portuguesa. Das origens a 1865*, Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.
- Thompson, John B. (2009), *A Mídia e a Modernidade: Uma Teoria Social da Mídia*. (trad. Brandão, Wagner de Oliveira), Rio de Janeiro: Vozes.
- Tomás, Manuel (2010), “Através dos jornais de Nunes da Rosa. O que se diz do fim da Monarquia e do princípio da República”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 19, Horta: Núcleo Cultural da Horta, pp. 61-80.
- Torre, Giuseppe Dalla (2010), “Una voce diversa nella politica internazionale” in Antonio Zanardi Landi & Giovanni Maria Vian, *Singolarissimo giornale. I 150 anni dell'«Osservatore Romano»*. Torino: Umberto Allemandi & C.
- Traquina, Nelson (1993), “As notícias”, Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*, Lisboa: Vega, pp. 167-176.

- Vincent, John (2013), *Introducción a la Historia para gente inteligente*, Madrid: Editorial Actas, s.l.
- Wolton, Dominique (1996), *Elogio do Grande Público*, São Paulo: Ática.
- Yetano, Ana (1987), *La enseñanza religiosa en la España de la restauración (1900-1920)*, Barcelona: Anthropos.
- Young, K. (1993), *La opinión pública y la Propaganda*, Buenos Aires: Paidós Studio.
- Zelizer, Barbie (2004), *Taking Journalism Seriously. News and the Academy*, Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage Publications.

Periódicos consultados

Açoriano Oriental, 15 de Abril de 1904.

Actualidade (A), 5 de Fevereiro de 1920, 8 de Abril de 1920, 3 de Junho de 1920, 18 de Fevereiro de 1921, 3 de Março de 1921, 19 de Janeiro de 1922, 1 de Junho de 1922, 20 de Junho de 1922, 10 de Agosto de 1922, 24 de Agosto de 1922, 2 de Setembro de 1922, 31 de Janeiro de 1923, 27 de Junho de 1923, 12 de Julho de 1923, 22 de Agosto de 1923, 19 de Setembro de 1923, 26 de Setembro de 1923, 3 de Outubro de 1923, 16 de Janeiro de 1924, 3 de Setembro de 1924, 15 de Outubro de 1924, 29 de Julho de 1925, 29 de Setembro de 1926.

Boa Nova (A), 22 de Fevereiro de 1925.

Correio dos Açores, 19 de Março de 1908, 16 de Junho de 1908, 24 de Julho de 1908, 17 de Outubro de 1908, 4 de Fevereiro de 1909, 16 de Março de 1909, 4 de Maio de 1909, 5 de Outubro de 1909, 4 de Fevereiro de 1910, 8 de Outubro de 1910, 25 de Janeiro de 1911, 09 de Março de 1911.

Crença (A), 19 de Dezembro de 1915, 5 de Março de 1916, 24 de Dezembro de 1916, 4 de Fevereiro de 1917, 1 de Julho de 1917, 23 de Dezembro de 1917, 22 de Dezembro de 1918, 23 de Maio de 1920, 30 de Maio de 1920, 10 de Outubro de 1920, 24 de Dezembro de 1922.

Crença (A), 5 de Agosto de 1920, 3 de Outubro de 1920, 19 de Dezembro de 1920, 18 de Dezembro de 1921, 28 de Maio de 1922, 31 de Dezembro de 1922, 24 de Junho de 1923, 29 de Junho de 1924, 25 de Janeiro de 1925, 7 de Fevereiro de 1926, 24 de Dezembro de 1916.

Cruz (A), 19 de Março de 1914, 26 de Março de 1914, 7 de Maio de 1914, 14 de Maio de 1914, 17 de Setembro de 1914, 14 de Janeiro de 1915, 4 de Fevereiro de 1915, 08 de Abril de 1915, 14 Novembro de 1920.

Dever (O), 18 de Agosto de 1917, 1 de Setembro de 1917, 15 de Dezembro de 1917, 1 de Fevereiro de 1919, 15 de Março de 1919, 12 de Abril de 1919, 26 de Julho de 1919, 19 de Junho de 1920, 10 de Julho de 1920, 4 de Junho de 1921, 31 de Dezembro de 1921, 7 de Janeiro de 1922, 21 de Abril de 1923, 1 de Setembro 1923, 1 de Agosto de 1925, 6 de Fevereiro de 1926, 23 de Outubro de 1926.

Michaelense (O), 1 de Janeiro de 1905, 11 de Fevereiro de 1905, 11 de Março de 1905, 27 de Maio de 1905.

Michaelense (O), 27 de Maio de 1905.

Norte (O), 14 de Janeiro de 1899, 12 de Maio de 1900, 15 de Setembro de 1900, 22 de Setembro de 1900, 10 de Maio de 1902, 2 de Maio de 1903.

Ordem (A), 11 de Abril de 1908, 27 de Junho de 1908, 04 de Julho de 1908, 29 de Junho de 1907, 10 de Agosto de 1907, 24 de Agosto de 1907, 12 de Outubro de 1907, 13 de Fevereiro de 1909, 2 de Outubro de 1909, 19 de Março de 1910.

Peregrino de Lourdes (O), 5 de Maio de 1900, 11 de Julho de 1901, 6 de Outubro de 1906, 11 de Março de 1908.

Phenix, 15 de Julho de 1902, 30 de Julho de 1902, 15 de Agosto de 1902, 30 de Outubro de 1902, 15 de Novembro de 1902.

Prelúdios, Janeiro de 1924, Janeiro de 1926, Outubro e Novembro de 1926, Dezembro de 1926, Outubro e Novembro de 1927, Abril e Maio de 1928.

República, “Política e Religião”, Ano I, n. 7, Angra do Heroísmo, 14 de Junho de 1928, p.2.

San Miguel, 3 de Junho de 1905, 23 de Setembro de 1905, 11 de Novembro de 1905, 2 de Junho de 1906, 26 de Outubro de 1907, 23 de Novembro de 1907, 7 de Dezembro de 1907, 14 de Dezembro de 1907, 8 de Fevereiro de 1908, 23 de Maio de 1908, 20 de Junho de 1908, 18 de Julho de 1908, 05 de Junho de 1909, 06 de Novembro de 1909, 15 de Janeiro de 1910, 23 de abril de 1910, 30 de Julho de 1910, 15 de Outubro de 1910, 26 de Novembro de 1910, 17 de Dezembro de 1910, 08 de Abril de 1911.

Sinos d’Aldeia, 11 de Agosto de 1918, 15 de Dezembro de 1920, 15 de Fevereiro de 1921, 1 de Agosto de 1921, 15 de Agosto de 1921, 29 de Junho de 1922, 30 de Janeiro de 1924, 20 de Abril de 1924, 10 de Junho de 1924, 30 de Junho de 1924.

União (A), 03 de Dezembro de 1893, 10 de Dezembro de 1922, 1 de Dezembro de 1924, 11 de Dezembro de 1924.

Verdade (A), 23 de Dezembro de 1911, 3 de Fevereiro de 1912, 11 de Maio de 1912, 21 de Junho de 1913, 9 de Fevereiro de 1914, 6 de Março de 1914, 18 de Março de 1914, 8 de Abril de 1914, 28 de Maio de 1914, 10 de Setembro de 1915, 2 de Março de 1916, 10 de Março de 1916, 30 de Maio de 1916, 16 de Agosto de 1916, 17 de Agosto de 1916, 5 de Setembro de 1916, 19 de Outubro de 1916, 30 de Julho de 1917, 13 de Novembro de 1917, 05 de Janeiro de 1918, 27 de Julho de 1918, 28 de agosto de 1920, 4 de Fevereiro de 1922, 4 de Novembro de 1922, 3 de Fevereiro de 1923, 18 de Agosto de 1923, 20 de Outubro de 1923, 29 de Novembro de 1924.

Manuscritos

Correspondência de Castro Meireles para o seu colega Padre Arnaldo Rebelo;